

COLEÇÃO

Ruy Mauro Marini

Dialética da dependência

 EDITORA
VOZES



LPP
LABORATÓRIO
DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

A OUTRA MARGEM

Coleção A OUTRA MARGEM

- *Pós-neoliberalismo II – Que Estado para que democracia?*
Emir Sader e Pablo Gentili (Org.)
- *Globalização excludente – Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*
Pablo Gentili (Org.)
- *A guerra dos deuses – Religião e política na América Latina*
Michael Löwy
- *Política e democracia em tempos de globalização*
José Maria Gómez
- *Dialética da dependência*
Ruy Mauro Marini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marini, Ruy Mauro, 1932-1997.

Dialética da dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini ; organização e apresentação de Emir Sader. – Petrópolis, RJ : Vozes ; Buenos Aires : CLACSO, 2000.

ISBN 85.326.2479-0

1. Brasil – Condições econômicas 2. Brasil – Condições sociais
3. Capitalismo 4. Dependência 5. Desenvolvimento econômico – Aspectos sociais 6. Mudança social I. Sader, Emir. II. Título.

00-4002

CDD-338.91

Índices para catálogo sistemático:

1. Dependência : Política econômica internacional 338.91

DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

Uma antologia da obra de
Ruy Mauro Marini

Organização e apresentação de Emir Sader

 EDITORA
VOZES

Petrópolis



CLACSO

2000

© 2000, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-9000 Petrópolis, RJ
Internet: <http://www.vozes.com.br>
Brasil

CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
Callao 875, piso 3
1023 Buenos Aires
Internet: <http://www.clacso.org>
Argentina

LPP – Laboratório de Políticas Públicas
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua Francisco Xavier, 524, 2º andar, bloco B, salas 01 e 03
CEP 20550-900
Rio de Janeiro, RJ

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Editoração e org. literária: Roberta Hang I. Abreu

ISBN 85.326.2479-0

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

SUMÁRIO

- Apresentação, 7
1.
Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil, 11
 2.
Dialética da dependência, 105
 3.
As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra), 167
 4.
O conceito de trabalho produtivo, 243
 5.
Origem e trajetória da sociologia latino-americana, 255
 6.
Processo e tendências da globalização capitalista, 269

APRESENTAÇÃO

Ruy Mauro Marini é um dos intelectuais mais importantes da América Latina da segunda metade do século XX. Nascido em Barbacena em 1932, formou-se em Administração de Empresas pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), no Rio de Janeiro, em 1957, onde recebeu a influência direta de Alberto Guerreiro Ramos em sua formação intelectual. Uma bolsa de estudos para a França permitiu-lhe completar essa formação e, no retorno ao Brasil, tomar contato com um grupo que formaria pouco tempo depois a Política Operária (POLOP), formação socialista crítica do marxismo soviético e da linha do Partido Comunista Brasileiro. Paralelamente, Ruy Mauro Marini desenvolveu atividades jornalísticas – em *O Metropolitano*, suplemento dominical da União Metropolitana de Estudantes (UME) e na agência cubana de notícias *Prensa Latina*. Participa da criação da Universidade de Brasília, em 1962, sob a direção de Darcy Ribeiro, iniciando assim a sua atividade acadêmica.

No clima do “desenvolvimentismo” cepalino, dos “cinquenta anos em cinco” de JK e da política de luta antiimperialista e antifeudal, em aliança com a burguesia nacional, do PCB, Ruy Mauro desenvolve uma visão crítica dessas visões, retomando o pensamento de Marx, de Lenin, de Rosa Luxemburgo, além da concepção crítica formulada por André Gunder Frank, que abriu caminho para a teoria marxista da dependência, de que Ruy Mauro se tornará o principal expoente.

O golpe de 1964 o leva primeiro à clandestinidade, em seguida, à prisão e torturas no Cenimar e, posteriormente, ao

exílio no Chile e no México, fazendo parte, junto com professores da Universidade de Brasília, do primeiro grupo condenado pela ditadura militar a 15 anos de prisão. Ainda no Brasil, Ruy Mauro elabora a interpretação mais influente nas novas gerações de militantes sobre as razões do golpe de 1964 e sua inserção no processo de acumulação capitalista no país, que circulou amplamente em várias versões, de forma clandestina – texto que abre esta antologia.

No exterior, Ruy Mauro publicou, entre outras obras, *Subdesenvolvimento e revolução*, em 1969, *Dialética da dependência*, em 1973, *O reformismo e a contrarrevolução e Estudos sobre o Chile*, em 1976. A *Dialética da dependência* contém o fulcro de sua concepção sobre o capitalismo periférico, ao criticar as limitações – já evidentes nos anos 60 – da concepção cepalina e formular uma teoria que articula o processo de inserção das formações sociais periféricas no sistema capitalista mundial com as modalidades de acumulação e de exploração da força de trabalho. Competindo em inferioridade de condições, não apenas pela chegada tardia ao mercado internacional, como pelo grau menor de desenvolvimento das forças produtivas, as burguesias periféricas buscam compensar esse déficit com a superexploração do trabalho, uma combinação da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa e com a intensificação na exploração da mão-de-obra. Por outro lado, radicaliza a separação entre a baixa e a alta esfera do consumo, privilegiando o mercado externo, o consumo suntuário e as encomendas estatais, deprimindo ainda mais o mercado interno.]

A convergência desses fatores gera o processo de dependência que, ao contrário do catastrofismo que passou a caracterizar as teorias provenientes da Cepal ou sua versão de interdependência como saída para esse bloqueio, gera um desen-

volvimento cada vez mais desigual e combinado, um desenvolvimento que só é possível aprofundando a dependência e com graus ainda maiores de desarticulações internas de toda ordem – econômicas, sociais, políticas e ideológicas.

Essa concepção, a que mais influência teve no continente sobre o tema, chegou a merecer um longo artigo de crítica da parte de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, publicado na *Revista Mexicana de Sociologia* (em seu número extraordinário de 1978), que contém também a resposta de Ruy Mauro, incluída nesta antologia¹. De volta ao Brasil, Ruy Mauro publicou artigos sobre a globalização e as novas formas da dependência num pequeno livro, já esgotado, da Editora Scritta, porém o grosso de sua obra permaneceu inédito, até sua morte em 1997.

Esta antologia busca não apenas, finalmente, torná-lo conhecido do público brasileiro, como colocar nas suas mãos os mais importantes instrumentos analíticos para a compreensão da trajetória e dos dilemas da América Latina e do Brasil contemporâneos. Nele se incluem seu principal artigo sobre o capitalismo brasileiro, o texto integral da *Dialética da dependência*, assim como a resposta a FHC e a Serra, um artigo sobre o conceito de trabalho produtivo que complementa esse debate, assim como trabalhos sobre a origem do pensamento social latino-americano e sobre o processo de integração do capitalismo internacional.

A publicação de seus textos não apenas faz justiça a um dos mais importantes intelectuais brasileiros contemporâ-

1. O Artigo de FHC e de Serra foi publicado na *Revista Estudos*, do Cebrap, sem a correspondente resposta de Ruy Mauro, um autor praticamente inédito no Brasil naquele momento.

neos, como coloca uma luz nova na trajetória do país e do continente, possibilitando, àqueles que buscam alternativas superadoras do capitalismo, instrumentos essenciais de análise e de transformação social, como se propõe toda visão dialética e revolucionária sobre a realidade.

1

Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil

O golpe militar que depôs o presidente constitucional do Brasil João Goulart, em abril de 1964, foi apresentado pelos militares brasileiros como uma revolução e definido, um ano depois, por um de seus porta-vozes, como uma “contra-revolução preventiva”. Por suas repercussões internacionais, sobretudo na América Latina, e diante das concessões econômicas que teve para os capitais norte-americanos, muitos o consideraram simplesmente como uma intervenção disfarçada dos Estados Unidos. Esta opinião é compartilhada por certos setores da esquerda brasileira que, no entanto, nunca souberam explicar por que, no momento mesmo em que pareciam chegar ao poder, este lhes foi arrebatado surpreendentemente, sem que se disparasse um único tiro.

A nós nos parece que nenhuma explicação de um fenômeno político é boa se o reduz apenas a um de seus elementos, e é decididamente ruim se tomar como chave, justamente, a um fator que o condiciona de fora. É um mundo caracterizado pela interdependência e, mais do que isso, pela integração. Ninguém nega a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, principalmente quando se está em presença de uma economia das chamadas centrais, dominantes ou metropolitanas, e de um país periférico, subdesenvolvido. Mas, em que medida se exerce esta influência? Que força tem frente aos fatores internos específicos da sociedade sobre a qual atua?

O Brasil, com seus 90 milhões de habitantes e uma economia industrialmente diversificada, é uma realidade social complexa, cuja dinâmica, ainda que condicionada e limitada pelo marco internacional em que se insere, contorna as interpretações unilaterais. Sem uma análise da problemática brasileira, das relações de força existentes ali entre os grupos políticos, das contradições de classe que se desenvolviam em base a uma configuração econômica dada, não se compreenderá a mudança política que experimentou a partir de 1964. Pior do que isto, não se poderá relacionar esse desenvolvimento político com a realidade econômico-social que se encontra em sua base, nem estimar as perspectivas prováveis de sua evolução. Perspectivas que, afinal de contas, não se referem apenas ao Brasil, mas a toda a América Latina.

1. Política e luta de classes

A história política brasileira apresenta, neste século, duas fases bem caracterizadas. A primeira, que vai de 1922 a 1937, é de grande agitação social, marcada por várias rebeliões e uma revolução, a de 1930. Suas causas podem ser buscadas na industrialização que se produz no país na década de 1910, graças, sobretudo, à guerra de 1914, que leva a economia brasileira a realizar um considerável esforço de substituição de importações. A crise mundial de 1929 e suas repercussões sobre o mercado internacional vão manter em nível baixo a capacidade de importação do país e acelerar assim seu processo de industrialização.

As transformações que se operam na estrutura econômica nesse período se expressam, socialmente, no surgimento de uma nova classe média, isto é, de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno e de um novo

proletariado, que passam a pressionar aos antigos grupos dominantes para obter um lugar próprio na sociedade política. O resultado das lutas desencadeadas por esse conflito é, por intermédio da revolução de 1930, um compromisso — o “Estado Novo” de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas — com o qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação com os latifundiários os velhos grupos comerciais, ao mesmo tempo que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado seria beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação do trabalho do “Estado Novo”) e, de outra parte, enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao governo, dentro de um modelo de tipo corporativista.

A coalizão dominante: a primeira cisão

Com pequenas mudanças, e apesar de ser derrubada em 1945 a ditadura de Getúlio, este compromisso político mantém-se estável até 1930. Começa então um novo período de agudas lutas políticas, das quais o suicídio de Getúlio (que regressa ao poder, através de eleições), em 1954, é o primeiro fruto e que levarão o país, em dez tormentosos anos, ao golpe militar de 1964. [Na raiz dessas lutas encontramos o esforço da burguesia industrial para colocar ao seu serviço o aparato do Estado e os recursos econômicos disponíveis, rompendo, ou pelo menos transgredindo, com as regras do jogo que se haviam fixado em 1937.] As razões, na verdade, são mais profundas: assiste-se, nesse período, à deterioração das condições em que se baseavam essas regras, o que se deve, por um lado, ao crescimento constante do setor industrial e, por outro, às dificuldades que, aparecendo primeiro no setor externo, fizeram com que a complementaridade

até então existente entre o desenvolvimento industrial e as atividades agroexportadoras se convertessem numa verdadeira oposição.

Junto com a cisão vertical que se produzia entre as classes dominantes, as pressões das massas em busca de novas conquistas sociais rompem o dique que a ditadura lhe impôs até 1945, e que o governo forte do marechal Dutra (1945-50) havia mantido. A força ascendente do movimento de massas, que se expressa já na eleição de Getúlio para presidente do Brasil (quando, pela primeira vez no Brasil, chegou ao poder um candidato da oposição), é estimulada pela burguesia, que se apóia nela para quebrar a resistência das antigas classes dominantes. Essa aliança era possível porque, propondo um amplo programa de expansão econômica, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida para a classe operária e para as classes médias urbanas, criando assim uma zona de interesses comuns que tendiam a expressar-se politicamente em um comportamento homogêneo. Essa tendência será acentuada pela burguesia através do manejo das diretivas sindicais (via Ministério do Trabalho) e pelo impulso que deu às idéias nacionalistas, que lhe permitiram exercer um controle ideológico sobre as massas.

Refletindo esta correlação de forças, Getúlio não tardou em definir-se por uma política progressista e nacionalista, da que foram frutos: a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; a decisão de concretizar o Plano Salte (programação dos investimentos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia); o Plano Nacional de Estradas e o Fundo Nacional de Eletrificação; o requerimento da marinha mercante e do sistema portuário; o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e o projeto de monopólio estatal de energia elétrica (Eletrobras). O envio ao Congresso

de um projeto de lei limitando os lucros extraordinários e os pronunciamentos favoráveis à restrição da exportação de lucros foram acompanhados, pelo governo, de uma política trabalhista destinada a atrair o apoio operário e que Getúlio confia a um jovem gaúcho desconhecido, chamado João Goulart (Jango), a quem nomeia Ministro do Trabalho.

Em um esforço por mobilizar de modo orgânico as massas operárias, Jango lança mão de diferentes métodos, desde o aumento de 100% do salário mínimo (congelado desde 1945) até a organização unitária das diretivas sindicais. A demonstração de força que representou o primeiro Congresso Nacional da Previsão Social no Rio e os ataques que ali, cercado de conhecidos líderes comunistas, lançou Jango contra as oligarquias dominantes, e a exploração imperialista comoveram a direita e assustaram as classes dominantes com a ameaça de uma "república sindicalista", de tipo peronista. As estreitas relações de amizade que mantinham o Brasil de Getúlio e a Argentina de Perón reforçavam esse temor. Pressionado furiosamente, Jango se viu obrigado a abandonar o ministério e exilar-se no Uruguai.

Era, para Getúlio, o princípio do fim. Retrocedendo diante da reação direitista, tratou de acalmar a fúria da oposição com várias medidas, entre elas a Lei de Segurança Nacional e a prorrogação e ampliação do acordo militar Brasil-Estados Unidos. A primeira, sem conseqüências imediatas, criava o quadro jurídico para a repressão do movimento popular, que o governo militar de 1964 utilizaria amplamente; o segundo punha definitivamente as forças armadas brasileiras sob a influência do Pentágono norte-americano. Mas o melhor exemplo da política de conciliação de Getúlio Vargas foi a reforma cambial de 1953, pela qual se buscou incrementar as exportações e conter as importações (realizadas,

sob o controle governamental, no mercado oficial), ao mesmo tempo que, transferindo-as para o mercado livre, se liberava a entrada e saída de capitais.

Essa reforma cambial, se teve pouca influência sobre as exportações, comprimiu fortemente o nível das importações, equilibrando provisoriamente as contas externas do país, ainda que boa parte do saldo assim obtido tenha sido absorvido pela evasão de divisas permitidas pelo novo sistema. A queda do preço internacional do café e a redução do volume das exportações brasileiras fazem com que, em 1954, a balança comercial volte a apresentar um déficit, lançando novamente a economia numa grave crise cambial. Internamente, a marcha da inflação (a média mensal dos preços passa de 175 em 1953 a 222 em 1954) impulsiona o movimento operário a reivindicar reajustes de salários, contando agora os sindicatos com o recurso efetivo da greve (cujo direito foi conquistado, de fato, com a grande greve dos metalúrgicos, vidreiros e gráficos em São Paulo, em 1953.)

Sobre esta base, a campanha da direita intensificou-se, dirigida por um jornalista chamado Carlos Lacerda, contra Getúlio, cuja política de conciliação o isolou de suas forças organizadas, sobretudo dos comunistas. Uma tentativa de assassinar Lacerda, ainda que frustrada, proporciona o pretexto para que se exija a renúncia do presidente, dado que vários membros de seu gabinete haviam ficado comprometidos. Na madrugada de 24 de agosto, virtualmente deposto, Getúlio Vargas suicida-se, dando um tiro no coração.

“Uma vez mais – dizia em uma mensagem póstuma, divulgada pouco depois por Jango – as forças e os interesses contrários ao povo se uniram e novamente se desencadearam contra mim”. Depois de denunciar como responsáveis de sua morte os grupos econômicos nacionais e internacionais, Ge-

túlio concluía: “Lutei, mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, suportando tudo em silêncio, esquecendo tudo, renunciando a mim mesmo para defender o povo, que agora fica desamparado. Não posso dar-lhes mais nada senão meu próprio sangue”.

Fechava-se assim um período de governo que marca a eclosão das contradições que se vinham criando, fazia muito tempo, no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. O fato básico a considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação que caracterizou a economia brasileira antes dos anos 30 e que essa indústria não sofreu limitação ou competição sensível, em virtude das condições excepcionais que haviam criado a crise de 1929 e o conflito mundial. O compromisso político de 1937 tivera por base essa realidade objetiva. Por volta dos anos 50, a situação muda. Enquanto a indústria se empenha em manter altos os tipos de câmbio, o que a leva a se chocar com o setor agroexportador, cujos lucros ficavam assim diminuídos, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos. Pelo contrário, muitas vezes era necessário que, através da formação de estoques generosamente pagos, o governo garantisse os lucros dos plantadores e exportadores, estoques que, na verdade, correspondem à imobilização de recursos necessários à atividade industrial.

A crise do setor externo da economia brasileira expressava, portanto, a ruptura da complementaridade que havia caracterizado as relações da indústria com as atividades agroexportadoras e se agravava com outro elemento, a remuneração do capital estrangeiro. Como observa Caio Prado Júnior, os gastos anuais médios relativos à exportação de capital foram, no período 1949-53, de quase 3 bilhões de cruzeiros,

sob o controle governamental, no mercado oficial), ao mesmo tempo que, transferindo-as para o mercado livre, se liberava a entrada e saída de capitais.

Essa reforma cambial, se teve pouca influência sobre as exportações, comprimiu fortemente o nível das importações, equilibrando provisoriamente as contas externas do país, ainda que boa parte do saldo assim obtido tenha sido absorvido pela evasão de divisas permitidas pelo novo sistema. A queda do preço internacional do café e a redução do volume das exportações brasileiras fazem com que, em 1954, a balança comercial volte a apresentar um déficit, lançando novamente a economia numa grave crise cambial. Internamente, a marcha da inflação (a média mensal dos preços passa de 175 em 1953 a 222 em 1954) impulsiona o movimento operário a reivindicar reajustes de salários, contando agora os sindicatos com o recurso efetivo da greve (cujo direito foi conquistado, de fato, com a grande greve dos metalúrgicos, vidreiros e gráficos em São Paulo, em 1953.)

Sobre esta base, a campanha da direita intensificou-se, dirigida por um jornalista chamado Carlos Lacerda, contra Getúlio, cuja política de conciliação o isolou de suas forças organizadas, sobretudo dos comunistas. Uma tentativa de assassinar Lacerda, ainda que frustrada, proporciona o pretexto para que se exija a renúncia do presidente, dado que vários membros de seu gabinete haviam ficado comprometidos. Na madrugada de 24 de agosto, virtualmente deposto, Getúlio Vargas suicida-se, dando um tiro no coração.

“Uma vez mais – dizia em uma mensagem póstuma, divulgada pouco depois por Jango – as forças e os interesses contrários ao povo se uniram e novamente se desencadearam contra mim”. Depois de denunciar como responsáveis de sua morte os grupos econômicos nacionais e internacionais, Ge-

túlio concluía: “Lutei, mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, suportando tudo em silêncio, esquecendo tudo, renunciando a mim mesmo para defender o povo, que agora fica desamparado. Não posso dar-lhes mais nada senão meu próprio sangue”.

Fechava-se assim um período de governo que marca a eclosão das contradições que se vinham criando, fazia muito tempo, no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. O fato básico a considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação que caracterizou a economia brasileira antes dos anos 30 e que essa indústria não sofreu limitação ou competição sensível, em virtude das condições excepcionais que haviam criado a crise de 1929 e o conflito mundial. O compromisso político de 1937 tivera por base essa realidade objetiva. Por volta dos anos 50, a situação muda. Enquanto a indústria se empenha em manter altos os tipos de câmbio, o que a leva a se chocar com o setor agroexportador, cujos lucros ficavam assim diminuídos, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos. Pelo contrário, muitas vezes era necessário que, através da formação de estoques generosamente pagos, o governo garantisse os lucros dos plantadores e exportadores, estoques que, na verdade, correspondem à imobilização de recursos necessários à atividade industrial.

A crise do setor externo da economia brasileira expressava, portanto, a ruptura da complementaridade que havia caracterizado as relações da indústria com as atividades agroexportadoras e se agravava com outro elemento, a remuneração do capital estrangeiro. Como observa Caio Prado Júnior, os gastos anuais médios relativos à exportação de capital foram, no período 1949-53, de quase 3 bilhões de cruzeiros,

soma só superada pela exportação de café e muito superior à quantia que se gastou na importação de equipamentos mecânicos e veículos a motor, que constituem suplementos essenciais à economia¹. Como a remuneração do capital estrangeiro só pode ser coberta normalmente com os recursos da exportação e como se assistia a uma crise da exportação, era evidente a interação desses dois elementos do setor externo e suas repercussões sobre os interesses da indústria.

As lutas políticas de 1954 refletiram a agudização dessas contradições da sociedade brasileira e terminaram com uma trégua, não com uma solução. Depois da morte de Getúlio, efetivamente, tentou-se um compromisso, entregando-se a presidência da república a Café Filho, vice-presidente, cuja candidatura foi apresentada pelo Partido Socialista, ao mesmo tempo que ele era cercado por um ministério em que a direita se encontrava muito bem representada. O importante Ministério da Fazenda ficou nas mãos de Eugênio Gaudin, abertamente favorável à mais estreita colaboração com o capital estrangeiro e contrário a qualquer programa intensivo de industrialização.

Esse compromisso mostrava, na realidade, o beco sem saída em que se encontravam as forças políticas dominantes no Brasil. O governo abandonou os arrojados projetos de Getúlio para fazer o que se chamou de "uma sondagem da política econômica para regressar a seu modelo convencional, preocupada pela estabilidade através da contenção da demanda global"². Até 1956, nenhuma iniciativa importante

1. Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1959, p. 321.

2. Centro de Desarrollo Económico CEPAL/Banco Nacional de Desenvolvimento Económico do Brasil, *15 anos de política econômica do Brasil*, 1964, mimeografado, p. 16.

marcou a ação governamental capaz de alterar o equilíbrio relativo que se estabeleceram entre os grupos dominantes, à exceção da Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito, atual Banco Central.

Esta Instrução, sem alterar o sistema cambial vigente, dava facilidades excepcionais ao ingresso de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que se mantinha para as empresas nacionais. Sob a vigência dessa norma, combinada com a Lei 2.145/54, isto é, de 1955 a 1961, o montante total de capitais estrangeiros, que sob a forma de financiamentos ou investimentos diretos entraram no país, foi cerca de 2.300 milhões de dólares. Fato que, como veremos, não poderia deixar de ter influência sobre o equilíbrio social e político existente.

Por este meio, a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que havia surgido no setor externo. Pressionada pela escassez de divisas, que ameaçava com um colapso de todo o sistema industrial, a burguesia aceitava a concessão de divisas necessárias à superação dessa crise por parte dos grupos estrangeiros, concedendo-lhes em troca uma ampla liberdade de ingresso e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que se havia esboçado com Getúlio. As condições especiais da economia norte-americana, mais do que nunca necessitava de novos campos de investimento, garantiam o acordo.

Latifúndio contra indústria

É evidente que esse acordo foi assinado em torno de uma mesa de chá. Em novembro de 1955, depois de uma tentativa

da direita para ficar sozinho no poder, verificou-se o que se chamou, com um eufemismo, de “contragolpe de 11 de novembro”, sob o mando do ministro da guerra, marechal Teixeira Lott. Garantiu-se, assim, a posse na presidência e vice-presidência da república dos candidatos eleitos, em outubro, pela coalizão do Partido Social Democrata e do Partido Trabalhista Brasileiro: Juscelino Kubitschek, ex-governador de Minas Gerais, e João Goulart.

Desde o primeiro ano de seu governo, 1956, o novo presidente lançou um ambicioso programa de desenvolvimento econômico – o Plano de Metas – cuja aplicação começou no ano seguinte. Ainda que contasse com facilidades alfandegárias e estímulos fiscais à iniciativa privada, o Plano se apoiava, principalmente, nos investimentos públicos em setores básicos e no ingresso de capitais estrangeiros. Para manter o ritmo previsto, era necessário um investimento monetário importante nas obras públicas e na construção civil. JK preferiu concentrá-las, *ad suam majorem gloriam*, na edificação de uma nova capital: Brasília.

A expansão econômica que se conseguiu foi apreciável; porém é preciso examinar as condições em que se produziu, para que se compreenda como evoluíram as relações de classe. Um primeiro ponto que deve ser destacado é a participação do capital estrangeiro. Dissemos que o total de investimentos e financiamentos de origem externa chega a quase 2 bilhões e 500 milhões de dólares para o período, o que indica um reforço considerável da posição dos grupos estrangeiros na economia brasileira. As formas específicas que assume esse reforço podem ser imaginadas se observamos que quase a totalidade dessa soma se destinou às atividades de infraestrutura e à indústria leve e pesada e que grande parte, de difícil estimação, desses capitais veio associada a empresas na-

cionais, das quais, procedendo assim, se aproveitaram da facilidade criada pela Instrução 113 para a importação de equipamentos sem cobertura cambial. É natural, portanto, que, em virtude do crescimento da intervenção do fator externo na economia e dos laços que o mecanismo da associação estabeleceu entre esse setor e o nacional, os grupos econômicos internacionais viram crescer sua influência na sociedade política brasileira.

Outra consequência terá a ampliação na intervenção do setor externo e será sua repercussão sobre as relações existentes entre o setor industrial e o agroexportador. Efetivamente, a deterioração da situação econômica deste último, que já observamos, não correspondeu à depreciação de sua força política. Isto não foi apenas devido à firme posição que ocupava na estrutura política, nem ao domínio que exercia sobre a massa camponesa, decisivo no jogo eleitoral, mas também devido à dependência em que se encontrava ainda a indústria em relação à exportação, fonte de divisas para suas importações, dependência que a extensão do setor externo veio acentuar: “...os lucros obtidos pelas empresas imperialistas no Brasil só podem ser liquidados (e só então constituirão para eles verdadeiros lucros) com os saldos de nosso comércio exterior, por ser da exportação de onde procedem nossos recursos em moeda estrangeira. Descontada a parte desses recursos que se destinam a pagar as importações, é do saldo restante, e somente dele, que poderá sair o lucro dos investimentos feitos aqui pelos *trusts*”.³

Esta observação tem implicações seguras na análise das relações de classe, tal como se desenvolveram nesse período.

3. Caio Prado Júnior, *op. cit.*, p. 325.

É de fato evidente que a trégua que se estabeleceu entre os grupos industriais e agroexportadores na fase de execução do Plano de Metas terminou por se traduzir em incremento de sua solidariedade mútua, graças à influência do capital estrangeiro investido na indústria, ao qual importa muito mais o aumento dos lucros da exportação. Compreende-se, assim, que, no processo de intensiva capitalização que o período de JK representou, a indústria tenha permitido, sem protestar, que uma boa parte do aumento da produtividade urbana fosse transferida para o setor agroexportador, pela mediação da mecânica dos preços⁴ como incentivo às atividades deste setor, e que tenha igualmente aceito a política de armazenamento do café, destinada a manter os preços internacionais do produto, que absorveu, entre 1954 e 1960, nada menos que 147 bilhões de cruzeiros, correspondentes a uma média anual de 1,32% do produto nacional bruto⁵.

Mas se a contradição entre os setores industrial e agroexportador tendia a diminuir, outra posição, de certa maneira nova, surgia na economia brasileira. O exame do quadro dos preços de intercâmbio entre os produtos agrícolas e industriais não mostra apenas uma transferência de renda urbana para a agricultura em geral, mas também, particularmente, uma forte transferência para a agricultura que produz para o mercado interno.⁶ Considerando-se que, no período 1955-60,

4. Os preços agrícolas globais passaram do índice 222,6 em 1954 a 686,3 em 1960, enquanto o índice dos preços industriais progrediu de 204,2 a apenas 462,4 nos anos considerados (1949 = 100). *Síntese do Plano Trienal de Desenvolvimento*, publicada pela Presidência da República do Brasil, dezembro de 1962, p. 126.

5. 15 anos... p. 66.

6. Se o índice relativo dos preços agrícolas em geral e os preços industriais, tomando por base a 1949, passa de 118,8 em 1953 a 148,4 em 1960, o dos preços do produto agrícola para o mercado interno eleva-se de 109 a 147,6 nos anos considerados, apresentando, pois, uma progressão mais rápida. *Plano Trienal...*, p. 126.

em que se acentua essa tendência, a taxa de expansão da produção agrícola para o mercado interno diminui (passando de 4,9% no período 1947-54 a 4,3% em 1955-60), enquanto se eleva a taxa anual de crescimento industrial (de 8,8% a 10,4% nos períodos considerados), se concluirá que a aceleração da transferência de rendimentos relativos à produtividade urbana para o campo se deve, basicamente, a uma rigidez relativa da oferta de bens agrícolas frente a uma demanda urbana crescente.⁷

A causa fundamental dessa rigidez não precisa ser buscada muito longe: "Todos os estudos e pesquisas sobre as causas do atraso relativo da agricultura brasileira, de sua baixa produtividade e da pobreza das populações rurais leva, unânime e inevitavelmente, à identificação de suas origens na deficiente estrutura agrária do país", dirá o governo de João Goulart ao lançar seu Plano Trienal de Desenvolvimento, sublinhando: "O traço característico dessa estrutura agrária arcaica e superada, que está em conflito perigoso com as necessidades sociais e materiais da população brasileira, é a absurda e antieconômica distribuição das terras"⁸.

Essa estrutura, que deixa nas mãos de menos de 26% dos proprietários mais da metade das terras, enquanto em 10% destas mantém-se 75% da população ativa rural em condições de muito baixa produtividade, coloca a maioria dos camponeses numa situação permanente de subemprego e de miséria, permitindo, além disso, que, através do aluguel da ter-

7. *Ibid.*, p. 127.

8. Se o índice dos preços agrícolas em geral e dos preços industriais, tomando 1949 por base, passa de 118,8 em 1955 a 148,4 em 1960, o dos preços do produto agrícola para o mercado interno eleva-se de 109 a 147,6 nos anos considerados, apresentando, então, uma progressão mais rápida. *Plano Trienal...* p. 126.

ra, toda a riqueza produzida no setor agrícola seja apropriada por uma minoria de latifundiários. Essa estrutura é um obstáculo à ampliação do mercado interno para os produtos industriais. Portanto, num momento em que os investimentos estrangeiros na indústria tendem a minimizar o divórcio crescente entre os interesses industriais e os do setor agroexportador, a oposição entre a indústria e a agricultura para o mercado interno agrava a contradição existente entre o setor industrial e o setor agrícola, globalmente. A consequência é a colocação cada vez mais urgente da reforma agrária.

Esta verdade será ainda mais evidente quando, por volta de 1960, declinam os ingressos de capital estrangeiro, ao mesmo tempo que, passado o período de maturação dos investimentos, os grupos internacionais voltam a pressionar a balança de pagamentos para exportar seus lucros. Naquele momento – sobretudo grave pela tendência à queda dos preços de exportação – a expansão industrial brasileira se verá contida de duas maneiras: do exterior – pela crise da balança de pagamentos, que não deixa outra alternativa senão a desvalorização da moeda, dificultando ainda mais as importações essenciais – ou conter a exportação de lucros e ampliar o mercado internacional para os produtos brasileiros; e do interior, pelo esgotamento do mercado para os produtos industriais, que só pode ampliar-se através da reforma da estrutura agrária. Nisso se fundamenta, do ponto de vista da burguesia industrial, o binômio política externa independente *versus* reforma agrária, que dominará o debate político a partir de 1960. De maneira geral, este dilema é o mesmo que se apresentou por volta dos anos 1953-54 e que desencadeou a crise política que desembocou no suicídio de Getúlio Vargas. Poder-se-ia dizer, então, que, com a ajuda sobretudo da Instrução 113, conseguiu-se superar a crise sem solucioná-la e que seu adiamento apenas a levou a reaparecer com maior vio-

lência. É aqui onde devemos verificar o comportamento de fatores que, tendo ainda um papel secundário na crise de 1954, haviam seguido seu desenvolvimento.

A cisão horizontal

Dissemos que, graças sobretudo ao aluguel da terra, a estrutura agrária brasileira permite a drenagem de toda a riqueza produzida no campo para uma minoria de grandes proprietários. Mais grave é que qualquer mudança tecnológica introduzida no trabalho agrícola, como a utilização de equipamentos e fertilizantes produzidos pela indústria, não se reflete em melhoria real da situação do campesinato. Ao contrário: é fonte de desemprego, que força o trabalhador rural a fugir para as cidades, para onde vai, por um lado, a somar-se ao triste quadro das favelas cariocas, aos mocambos do Recife, às cidades satélites de Brasília e, por outro lado, a envilecer o nível dos salários urbanos pelo aumento da oferta de mão-de-obra. Além disso, enquanto a introdução da tecnologia na agricultura aumenta o nível da produtividade (subiu de 100 em 1950 a 127,7 em 1960 o produto por pessoa ocupada na agricultura), essa estrutura impede que esses lucros cheguem ao trabalhador, passando o aumento da produtividade a significar apenas intensificação da exploração do trabalho.

É natural, então, que, na segunda metade da década de 50, se tornassem mais agudas as lutas no campo pela posse de terra. Em 1958 surge, na Galiléia em Pernambuco, a primeira liga camponesa sob a liderança de Francisco Julião. O movimento amplia-se rapidamente e, em pouco tempo, estende-se pelo nordeste e chega ao sul, sobretudo ao velho e oligárquico estado de Minas Gerais. Mera associação de autodefesa e solidariedade, no princípio, as ligas camponesas não tardam em situar-se no cenário político com uma bandeira-

ra arrancada das mãos das classes dominantes: a reforma agrária radical. O Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1961, em Belo Horizonte, com uma representação de mais de mil líderes rurais de todo o país, expressa a afirmação definitiva do movimento camponês. A reforma agrária deixava de ser um tema para a discussão dos especialistas e se convertia em um dos fatores mais importantes da luta de massas no Brasil.

De uma maneira mais sutil, a questão agrária influenciaria também o movimento de massas na cidade. Suprindo constantemente, com seus excedentes, o mercado urbano de trabalho, a estrutura agrária brasileira contribuía para que o nível dos salários se mantivesse estacionário, ao mesmo tempo que, pelo aumento desproporcional dos preços agrícolas, forçava violentamente a alta do custo de vida. O fenômeno afetava também a classe média assalariada, cujos ingressos estiveram sempre em função do salário mínimo operário.

Esta tendência era reforçada pela política geral do governo e se tornava uma necessidade do programa de industrialização, que dependia de uma intensificação do processo de acumulação de capital. "Durante o período do Plano de Metas – diz um estudo do Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL-BNDE – buscou-se manter constantes os salários nominais, resistindo à concessão de reajustes de ingressos contratuais". E acrescenta: "É evidente que o fator maior para o sucesso dessa política foi a presença de uma oferta flexível de mão-de-obra sem um elevado grau de organização sindical... [sendo o] comportamento salarial de indiscutível importância na obtenção de altas taxas de investimento".

9. 15 anos... p. 63.

Graças a este expediente, foi possível conter de maneira relativa as pressões inflacionárias nesta fase de intenso desenvolvimento econômico, de forma que a taxa de inflação, que havia sido de 14,9% em 1953, não fosse além da média de 22,7% no período 1957-59. Desde 1959, no entanto, um fator perturbador intervém no comportamento da economia, que pressiona para deter a queda do poder de compra dos salários. A razão direta desta tendência pode ser buscada na elevação brusca do custo de vida, determinada principalmente pela alta dos preços dos produtos alimentícios, que se torna sensível a partir desse ano.

Esta elevação do custo de vida coincide com a aceleração do grau de organização sindical da classe operária. Com efeito, enquanto cresciam pela industrialização os efeitos do exército operário, os sindicatos passaram a buscar fórmulas para superar os obstáculos para sua ação comum, que derivavam da legislação herdada do "Estado Novo": na impossibilidade imediata de formar uma direção única, os "pactos de ação conjunta" permitiram coordenar suas ações. Isto foi marcante especialmente nos trabalhadores das empresas estatais ou paraestatais – como a Petrobras, as estradas de ferro e as administrações dos portos – cuja importância econômica e estratégica lhes proporcionava maior poder de discussão. A chamada "greve da paridade", que reuniu, no Rio de Janeiro, no final de 1960, portuários, estivadores e marítimos, com o apoio de outras categorias, foi uma demonstração de força do movimento operário, cuja importância reside no fato de que não foi possível ao governo detê-la através do manejo dos "pelegos" ao serviço do Ministério do Trabalho.

A conseqüência é que a curva dos salários, que depois de um período estacionário apresentou uma tendência descendente desde 1956, indica, a partir de 1961, uma ligeira recu-

peração. À tentativa das classes empresariais de opor-se à pressão sindical com novos aumentos de preços (o custo de vida sobe de 24% em 1960 a 81% em 1963), a classe operária contesta com a obtenção de reajustes salariais. Isto fica visível quando se considera que o salário mínimo urbano, no período 1955-60, manteve-se estável por uma média de 25 meses e passa a ser reajustado todos os anos depois de 1961 e até a cada seis meses a partir de 1963.

A inflação é, normalmente, um mecanismo pelo qual as classes dominantes de uma sociedade buscam melhorar a sua participação no montante das riquezas produzidas. No Brasil dos anos 60 sua aceleração indicava uma luta entre preços e salários, que só significava que a inflação, como instrumento de acumulação de capital, deixava de ser eficaz. Era impossível continuar financiando a industrialização através de poupanças forçadas, quando tinha-se o nível de vida popular comprimido ao máximo (graças à erosão constante a que haviam estado submetidos os salários) e um movimento sindical em melhores condições para defender-se. Paralelamente à disputa entre as classes dominantes pelos lucros originados no aumento da produtividade (que mostramos, ao tratar da relação entre preços industriais e agrícolas), essas classes tinham que se confrontar agora com a resistência oposta pelas massas populares. Inutilmente a taxa de inflação saltará de 25% em 1960 a 43% em 1961, a 55% em 1962 e a 81% em 1963; de mecanismo de distribuição de renda em favor das classes dominantes, o processo inflacionário se converte em luta de morte entre todas as classes da sociedade brasileira pela própria sobrevivência, e não poderia terminar de outra maneira senão colocando essa sociedade ante à necessidade de uma solução de força.

O desenvolvimento econômico, que o país experimentou desde a segunda década do século, o havia levado a uma cri-

se que fora possível contornar em 1954, graças ao insuficiente grau de agudização das contradições que continha. Nos primeiros anos da década de 60, no entanto, essas contradições assumiam um caráter muito mais grave não somente do ponto de vista das relações externas, como pretendem muitos, mas também desde as oposições que se haviam desenvolvido dentro mesmo da sociedade. À cisão vertical que opunha a burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, somava-se, agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras da cidade e do campo.

O bonapartismo de Jânio Quadros

De janeiro de 1961 a abril de 1964, o país presenciou três tentativas de implantar um governo forte, tentativas que se basearam em diferentes coalizões de classe e que refletiram, em última instância, na correlação real de forças na sociedade brasileira. A primeira, concretizada no governo de Jânio Quadros, que sucedeu por via eleitoral a JK, representou um ensaio de bonapartismo carismático, ungido de legalidade e com uma marca de progressismo em grau suficiente para obter a adesão das massas, ao mesmo tempo que suficientemente liberado de compromissos partidários para que, em nome do interesse nacional, pudesse arbitrar os conflitos de classe. Não pertencendo aos quadros do principal partido que o apoiou – a União Democrática Nacional – e sendo por sua natureza contrário à atuação política baseada em forças organizadas, Jânio Quadros era ainda o mais indicado para esse papel em virtude da ambigüidade que havia marcado a sua chegada ao poder. Candidato da direita, conseguiria enorme penetração popular graças aos temas estabilidade monetária, reformas estruturais e política externa independente, em que centrou sua campanha eleitoral.

Declarado presidente, cercou-se de um ministério conservador e inexpressivo, deixando claro, desde o princípio, que governaria sozinho, pois seus ministros eram somente secretários particulares. Sua primeira medida de governo foi liquidar violentamente, inclusive mobilizando uma parte da esquadra, uma greve estudantil sem importância, em Recife. Daí em diante, seu comportamento foi o de um déspota, desprezando qualquer tipo de pressão e mostrando um soberano desprezo pelos sindicatos, pelas direções estudantis, pelas associações patronais, pelos partidos políticos, enfim, por qualquer forma de organização.

Sua iniciativa mais notável foi a reformulação geral do esquema cambial. Por meio da Instrução 204, da SUMOC e seu complemento, ficou abolido o sistema adotado em 1953, extinção que chegava a todos os regimes estabelecidos sob esse sistema, inclusive a Instrução 113. O novo esquema cambial criava um único mercado para as importações e as exportações, em que a taxa de câmbio era fixada livremente – deixando assim de ser um dos instrumentos primordiais da política econômica. O governo substituiu esse instrumento pela tributação interna sobre as importações e as exportações, pela utilização de cotas de retenção dos lucros e pela emissão de bônus de importação. Aumentava dessa forma as disponibilidades do tesouro público, ao mesmo tempo que beneficiava as exportações, graças à desvalorização monetária provocada pela Instrução 204.

A nova política cambial foi considerada, por amplos setores da esquerda, como uma capitulação de Jânio Quadros frente aos interesses do setor agroexportador e dos grupos estrangeiros, expressados estes pelo Fundo Monetário Internacional. Isto nos parece uma simplificação. É significativo, com efeito, que os grandes grupos econômicos – sejam da in-

dústria, da agricultura ou do comércio de exportação (numa palavra, a economia de São Paulo) – aplaudissem as diretrizes governamentais. A oposição partiu, sobretudo, dos produtores de café de tipo inferior, principalmente os do estado do Paraná e dos grupos comerciais ligados a eles, cuja atividade antieconômica foi sancionada por Jânio Quadros através da tributação diferencial e dos setores industriais que se encontravam em situação econômica difícil ou que estavam ainda em fase de implantação (necessitados, portanto, dos privilégios concedidos pelo antigo sistema cambial), que têm seu melhor exemplo na indústria têxtil de todo o país e na jovem siderurgia de Minas Gerais.

A liberação dos câmbios tinha, assim, um duplo objetivo: desafogar o setor externo, abrindo perspectivas para superar a grave crise em que vivia, ampliando ao mesmo tempo os recursos do Estado para atender aos compromissos da dívida externa e permitir, através de um maior liberalismo econômico, que a economia interna caminhasse para uma “racionalização”, isto é, eliminasse os setores considerados antieconômicos ou ainda incapazes de enfrentar a competição. Não é necessária muita perspicácia para ver que isto deixava as empresas médias e pequenas ao apetite dos grandes grupos econômicos.

A mesma tendência se manifestou na política relativa ao capital externo. Anulando os privilégios que havia tido até aquele momento, a Instrução 204 não estabelecia limitação alguma para sua atividade. O projeto de lei apresentado ao Congresso pelo governo, em que se propunha regulamentar a exportação de lucros, baseava-se, por sua vez, em métodos liberais, principalmente na tributação. Nenhum limite qualitativo era ali colocado à exportação de lucros, apenas se ofereciam vantagens fiscais àqueles que fossem reinvestidos no país.

Simultaneamente, o governo tratou de aliviar o setor externo em outras duas direções: primeiro, negociando a recomposição da dívida externa enquanto gerasse a obtenção de novos créditos nos Estados Unidos e na Europa e, um pouco mais tarde, também nos países socialistas; segundo, propondo a reformulação do comércio exterior, com a finalidade de ampliar o mercado para as exportações tradicionais, mas também diversificar as exportações, com a inclusão de produtos manufaturados.

É natural, assim, que a diplomacia brasileira apresentasse mudanças sensíveis. Jânio Quadros iniciou conversações para normalizar as relações com os países socialistas, em especial com a União Soviética (interrompidas desde 1947); enviou uma missão comercial à China, encabeçada pelo vice-presidente João Goulart; iniciou uma ativa política africana, abrindo novas embaixadas e consulados e enviando missões comerciais aos jovens países da África, esboçou também uma política nova para a América Latina.

Neste campo, a questão cubana desempenha um papel importante. Manifestando sempre sua simpatia pela Revolução de Fidel Castro, Jânio reprova abertamente a tentativa de invasão de 1961 e define sua posição: o povo cubano tem direito à autodeterminação e é preciso impedir que, usando o tema da questão cubana, os países latino-americanos se convertam em mero joguete no conflito norte-americano/soviético. A única solução é a constituição de bloco autônomo que sirva de contrapeso à influência norte-americana e permita à América Latina solucionar livremente seus problemas. Este bloco, nas condições vigentes em 1961, teria como eixo o Brasil e a Argentina. Em abril daquele ano, em Uruguaiana, na fronteira brasileiro-argentina, Jânio Quadros e Frondizi se põem de acordo nessas questões.

A política externa apareceu como a face mais espetacular do governo de Jânio Quadros, que a utilizou conscientemente para solucionar não apenas o problema de mercado que pressionava a economia brasileira, mas o dos créditos externos de que necessitavam. Isto permitiu ao Brasil apresentar-se como uma das estrelas na Conferência de Punta del Este, em agosto de 1961, de onde sairia a Aliança para o Progresso. Decidindo enviar um diplomata de alto nível à conferência neutralista de Belgrado, fixada para setembro; condecorando o ministro cubano Ernesto "Che" Guevara; estabelecendo uma correspondência pessoal com o primeiro-ministro soviético Kruschchev, onde se colocava abertamente a possibilidade de ajuda econômica ao Brasil e preparando cuidadosamente a delegação brasileira que participaria na sessão anual das Nações Unidas, Jânio Quadros mostrava que evoluía cada vez mais para uma posição de autonomia no plano internacional, disposto a aproveitar-se, ao estilo nasserista, das vantagens que isso podia proporcionar-lhe.

No interior, essa política externa rendia também seus dividendos. O apoio unânime que lhe dava o povo e a importância que as questões internacionais assumiam no debate político permitiam a Jânio Quadros fazer esquecer os sacrifícios que sua política econômica representava para as camadas menos favorecidas. É natural que a contenção das emissões monetárias, a supressão dos subsídios a bens essenciais de importação (como o trigo e o petróleo) e a liberdade cambial se manifestavam na elevação do custo de vida. Jânio Quadros não parecia inclinado, no entanto, a permitir um aumento correlato dos salários. Desprezando a pressão dos sindicatos e a oposição parlamentar, convocava a nação ao sacrifício de uma "política de austeridade".

Por outro lado, atacava os problemas estruturais internos, sobretudo o agrário, através de medidas de efeito imediato, enquanto exigia do Congresso uma reforma global. O estabelecimento de uma política de preços mínimos favoráveis ao agricultor médio e pequeno foi seguido pela criação do “crédito rural móvel”, subministrado, sem dificuldades burocráticas, por unidades volantes do Banco do Brasil. Com isso, feria profundamente a estrutura do domínio dos latifundiários e especuladores comerciais sobre os camponeses, estrutura que se apoiava principalmente na fixação de preços à produção e no ágio.

Abrindo tantas frentes, que despertavam o descontentamento dos mais diferentes setores, desde os comunistas até os de extrema direita, Jânio Quadros se escudava só na sua força pessoal, não se preocupando nunca em se resguardar num dispositivo político, popular e militar próprio. Quando, depois de dois ou três ataques de Carlos Lacerda, renunciou surpreendentemente à presidência em 25 de agosto de 1961, seu prestígio popular chegava à culminação e nada parecia, na verdade, ameaçar sua posição. O que havia acontecido?

Admite-se que, ao desafiá-lo, Carlos Lacerda estava apoiado pelos ministros militares e acobertado por grupos patronais insatisfeitos com a política de Jânio Quadros. Quando este tratou de impedir que Carlos Lacerda falasse pela televisão em 24 de agosto, os chefes militares se negaram a cumprir suas ordens. Ele era forçado, assim, a arranjar-se com a direita ou a declarar-lhe a guerra, e sua renúncia foi um estratagemma para eludir esse dilema. Jânio Quadros tinha consciência de sua força política, confirmada pelo fato de que a direita não ousava atacá-lo de frente, limitando-se a tentar contê-lo. A circunstância de encontrar-se sem sucessor legal, ao renunciar (o vice-presidente João Goulart estava na Chi-

na) levaria o país ao caos, pois, em qualquer hipótese, Jânio sentia-se seguro de que a direita o preferia mil vezes mais que a João Goulart. Renunciando (processo que empregou, com sucesso, durante a campanha eleitoral, para dobrar a UDN), esperava voltar ao poder nos braços do povo, dispondo de uma força tal que já ninguém – nem o Congresso, nem os partidos, nem os militares – poderia enfrentar-lhe. Se as articulações da direita, sob a liderança de Carlos Lacerda, permitem, então, que se fale de uma tentativa de golpe, a resposta de Jânio Quadros, através da sua renúncia, era também de um gesto “golpista”, inscrevendo-se ambas na tendência para um governo de força que caracterizava a política brasileira.

João Goulart e a colaboração de classes

Os acontecimentos que se seguiram confirmaram e desmentiram, ao mesmo tempo, as esperanças de Jânio Quadros. Tinha razão ao crer que sua renúncia levaria o país ao borde da guerra civil, mas enganava-se ao pensar que o movimento popular lhe restituiria o poder. Ao contrário do que dizia sua concepção carismática e pequeno-burguesa da política, o povo como tal não existe, senão como forças populares, que se movem sempre sob a direção de grupos organizados. A desconfiança que inspirava a essas forças fez com que elas tratassem de aproveitar à sua maneira o caos que sua renúncia havia criado. O povo, como esperava Jânio Quadros, saiu às ruas para enfrentar a direita, mas não tomou seu nome como bandeira e sim o de João Goulart, muito mais ligado às diretivas das massas.

Depois de uma tentativa fracassada dos ministros militares de Jânio Quadros para, anunciando o que aconteceria em 1964, submeter o país à tutela militar e graças sobretudo à re-

sistência oposta pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o vice-presidente João Goulart assumiu finalmente a presidência, ainda que no marco de um compromisso que substituíra o regime presidencial pelo parlamentarista. Tratava-se, evidentemente, de uma trégua. Muito rapidamente João Goulart deixou claro que não aceitaria a situação, iniciando uma campanha cada vez mais violenta de desmoralização do parlamentarismo. Por outro lado, se a nível da política externa mantinha-se o dinamismo impresso por Jânio Quadros, no plano interno se entrava em uma fase de relativo imobilismo.

É necessário observar aqui que esse imobilismo não era exclusivamente, nem sequer principalmente, o resultado da trégua parlamentar, como João Goulart e seus partidários davam a entender, mas, acima de tudo, da estagnação da expansão industrial e do equilíbrio a que haviam chegado as tensões sociais. Com efeito, desde 1962 a taxa de investimentos declina (sinal seguro de que havia caído a taxa de lucros), enquanto, reforçados pela mobilização provocada pela crise de agosto, os movimentos reivindicativos da classe operária e da pequena burguesia tornam-se cada vez mais agressivos. Era evidente que a economia brasileira estava num beco sem saída. A trégua política, resultante dessa situação, agravava, já que não permitia a nenhuma classe impor uma solução.

A força de João Goulart no movimento sindical levou a burguesia a depositar nele suas esperanças de contê-lo e utilizá-lo em sua tentativa de constituir um governo forte, capaz de atacar aos dois fatores determinantes da crise econômica (o setor externo e a questão agrária), abrindo à economia novas perspectivas de expansão. Isto é, tentar-se-ia substituir a liderança carismática de Jânio Quadros, baseado numa concepção abstrata da autoridade, por uma liderança de massas,

apoiada por forças organizadas e com uma ideologia definida. Esta tendência se concretizou pela atuação de João Goulart, que se movimentou em duas direções: montou, aos poucos, um dispositivo militar próprio e reforçou sua posição no movimento sindical. Data desse momento o surgimento de um organismo novo que teria grande repercussão no equilíbrio das forças políticas: o Comando Geral dos Trabalhadores, cuja constituição era uma superação dos obstáculos levantados pela legislação do "Estado Novo" para a unificação do governo sindical. Apoiado pela fração militar progressista e pela CGT, João Goulart desenvolveu a campanha de 1962, pelo retorno ao presidencialismo.

O que ressurgia no panorama político brasileiro era uma forma de Frente Popular que Getúlio Vargas havia tentado sem atrever-se a concretizá-la e que se converteu, posteriormente, numa orientação estratégica do Partido Comunista. Sob a liderança de João Goulart e apresentando como finalidade a obtenção de "reformas de base", esse amplo movimento, através da mobilização militar e de duas greves gerais (5 de julho e 14 de setembro de 1962), dobrou a resistência dos setores reacionários do Congresso e conseguiu a convocação de um plebiscito para decidir sobre a forma nacional de governo. Em 6 de janeiro de 1963, por esmagadora maioria, o povo brasileiro aprovou a supressão da emenda constitucional de 1961 e a devolução dos poderes presidenciais a João Goulart. Parecia, finalmente, que a tendência bonapartista que se esboçava no cenário político da nação ia concretizar-se e que venceria a tese, preconizada pelo PCB, de um governo da burguesia industrial apoiado pela classe operária.

A tarefa fundamental do novo governo era fazer frente à situação econômica, cuja deterioração se manifestava em dois índices: diminuição da taxa de crescimento do produto

nacional de 7,7% em 1961 a 5,5% em 1962 (com um aumento demográfico de 3,1% anual); e elevação da taxa de inflação de 37% em 1961 a 51% em 1962. Ainda em dezembro de 1962, João Goulart deu a conhecer seu plano econômico, o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-65). Em linhas gerais, tratava-se de um conjunto de medidas destinadas a reativar o crescimento econômico e a promover progressivamente um regresso à estabilidade monetária. A palavra “desinflação”, que havia estado na moda no período de Jânio Quadros, voltava aos jornais e às declarações oficiais¹⁰. Neste sentido se previa a redução de 4% nos gastos governamentais e uma reforma tributária, destinadas ambas medidas a reduzir o déficit de mais de 700 bilhões de cruzeiros a 300 bilhões; a renegociação da dívida externa com o adiamento dos pagamentos; a disciplina do mercado interno de capitais; uma contenção relativa dos salários, em proporção ao aumento da produtividade e, em consequência, a redução do aumento do nível geral dos preços, de 50% em 1962 a 25% em 1963 e a 10% em 1965. Paralelamente, traçava o Plano uma série de diretrizes para as reformas estruturais: administrativa, bancária, fiscal e agrária.

O fracasso do Plano Trienal, no próprio ano de 1963, não foi devido, em última instância, ao fato de que se tratava de uma programação defeituosa, mas a própria contradição que se encontrava na base do governo de João Goulart. Nascido de um movimento popular, que se desatou em agosto de 1961 e culminou com o plebiscito de 1963, esse governo tinha

10. A expressão “desinflação” foi utilizada pela primeira vez no período de JK, no plano de estabilização financeira apresentado por seu ministro da fazenda, Lucas Lopes, que não chegou a ser posto em prática. Ver Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, *Survey of the Brazilian Economy*, 1958, p. 71.

como missão, do ponto de vista da burguesia, restabelecer as condições necessárias à rentabilidade dos investimentos – isto é, deter a tendência à queda que acusava a taxa de lucros. A longo prazo, isto significava ampliar o mercado interno, através de uma reforma agrária que, enquanto não desse resultados, se compensaria com a ampliação do mercado externo buscado pela política externa. A curto prazo, tratava-se de disciplinar o mercado existente, contendo o movimento reivindicativo das classes assalariadas. Isto é, que, trazendo o selo de um governo popular, exigia-se que o governo de João Goulart tivesse uma atuação impopular, reprimindo as reivindicações das massas. Assim, quando, depois do protesto dos grupos independentes de esquerda e dos sindicatos, o PCB viu-se forçado a condenar o Plano Trienal (o primeiro fruto de um governo que tinha todo seu apoio), apenas confessava a impossibilidade de sua “frente única” operário-burguesa. Essa condenação, com efeito, teria que ser feita pelo PCB qualquer que fosse o plano do governo, já que não são as fases cíclicas de depressão as mais indicadas para que se estabelecesse uma colaboração de classes entre a burguesia e o proletariado.

A radicalização política

Outro fator contribuía para dificultar o tipo de aliança que João Goulart e o PCB, cada um por seu lado, buscavam. A ascensão do movimento de massas, que se advertia desde o final do governo de JK e se havia acelerado com a crise de agosto de 1961, se havia refletido no plano político de modo perturbador. O movimento de esquerda – que se dividia, até 1960, entre o PC e a ala esquerda do nacionalismo – sofreu várias divisões desde 1961. Em janeiro desse ano se constituiu a Organização Revolucionária Marxista – mais conheci-

da como POLOP, em virtude de seu órgão de divulgação *Política Operária* – que se propôs a restabelecer o caráter revolucionário do marxismo-leninismo que o PCB traía. Essa ruptura do monopólio marxista até então nas mãos do PCB (à exceção da reduzida fração trotskista) era somente um sinal: em 1962 se produziu a divisão interna do Partido Comunista Brasileiro entre sua direção e um grupo do Comitê Central, constituindo-se os dissidentes em um partido independente, o PC do Brasil, tendo como porta-voz o jornal *Classe Operária*. No mesmo ano, Francisco Julião, em seu manifesto de Ouro Preto, chama à formação do Movimento Radical Tiradentes e inicia a publicação do jornal *Liga*, mas em outubro o MRT se divide. Surge, finalmente a Ação Popular, iniciativa dos católicos de esquerda, que tem como porta-voz o jornal *Brasil Urgente*. Essa proliferação de organizações se completa com as correntes que se formam em torno de líderes populares, como Brizola e Miguel Arraes (governador de Pernambuco), e se reúnem na direção da Frente de Mobilização Popular, no Rio de Janeiro, que agrupa, além deles, as principais organizações de massas, como a CGT, o Comando Geral dos Sargentos, a União Nacional dos Estudantes, a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas, a Associação de Marinheiros. Neste parlamento da esquerda, o setor radical se opõe com uma força cada vez maior à ala reformista, encabeçada pelo PCB, no que se refere à posição a assumir diante do governo.

A extensão dos movimentos de massas e a polarização com que se efetuava em sua representação política repercutiram imediatamente sobre as classes dominantes. Protestando contra a ameaça de reforma agrária, os latifundiários, sob a direção da Sociedade Rural Brasileira, começaram a armar milícias. Formações urbanas do mesmo tipo – como o Grupo de Ação Patriótica (dirigido pelo almirante Heck, um dos

ministros militares de Jânio Quadros), as Milícias Anticomunistas (vinculadas ao governador Carlos Lacerda) e a Patrulha Auxiliar Brasileira (financiada pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros) – fizeram sua aparição, enquanto os industriais de São Paulo e do Rio formavam uma “sociedade de estudos” – o Instituto de Investigações Econômicas (IIES) – que se destinava a reunir fundos para a atuação contra o governo.

A intervenção norte-americana não tardou tampouco em se revelar. Como declarou publicamente o subsecretário Thomas Mann, os créditos da ALPRO, sem passar pelo governo federal, se dirigiam àqueles governadores “capazes de apoiar a democracia”; só o governador Carlos Lacerda recebeu, entre 1961 e 1963, 71 milhões de dólares por essa via. O embaixador Lincoln Gordon desenvolvia uma atividade imensa junto às classes empresariais. E um organismo diretamente financiado por grupos estrangeiros e – como denunciou o governo de João Goulart – pela Embaixada dos Estados Unidos, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) interferiu diretamente na vida política, apoiando um grupo parlamentar (Ação Democrática Parlamentar) e financiando, nas eleições, aos candidatos de sua preferência¹¹.

Esta mobilização das classes dominantes mostrava que o esquema burguês-popular sob o qual se formou o governo de João Goulart era impraticável. Diante da intensificação da luta de classes (que a taxa de inflação relativa em 1963, de

11. Os gastos do IBAD nas eleições para governador de Pernambuco, em 1962, por exemplo, em que apoiou o adversário de Miguel Arraes, João Cleofas, representaram em torno de 500 milhões de cruzeiros, como comprovou a Comissão Parlamentar que investigou a acusação desse organismo. Sobre a intervenção norte-americana na política do Brasil naquele período, veja-se o relatório de Robinson Rojas, *Estados Unidos em Brasil*, Santiago do Chile, Prensa Latinoamericana, 1965.

81%, claramente expressa) e a estagnação da produção (aumento bruto de 2,1%, com os investimentos ainda em recessão), a burguesia retirava cada vez mais seu apoio a João Goulart e se deixava ganhar pelo pânico difundido pelos grupos reacionários. Além disso, como observamos, a expansão do setor externo da economia, sua penetração intensiva no campo industrial e sua organização no plano político, através de órgãos como o IBAD, contribuíam a diluir a resistência burguesa. O fracasso de João Goulart, ao tratar de conter o movimento reivindicativo das massas – o Plano Trienal se frustrará justamente por isso, mais especificamente pelo aumento de salários obtido pelo funcionalismo público, em outubro de 1963 – e a radicalização política, que já chegava às forças armadas (rebelião dos sargentos em Brasília em setembro de 1963) – distanciaram progressivamente a burguesia de João Goulart.

Esse divórcio foi agravado pela polarização à direita, que se produziu nas classes médias. Sofrendo uma violenta compressão de seu nível de vida e ocorrendo isto sob um governo chamado de esquerda, essas classes tornaram-se cada vez mais permeáveis à propaganda que lhes apresentavam as reivindicações operárias como o elemento determinante da alta do custo de vida. As greves sucessivas que paralisavam os transportes e demais serviços públicos, afetando-os diretamente, lhes pareciam uma confirmação de que o país encontrava-se ao borde do caos e as levaram a aceitar a tese da direita de que tudo aquilo era apenas um plano comunista. A intervenção da Igreja Católica precipitou essa tendência. Através do “rosário em família” realizaram-se, em todas as cidades, concentrações anticomunistas nas casas. Dali se passou a manifestações públicas, as chamadas “marchas da família, com Deus, pela liberdade”. Em janeiro de 1964, por ocasião do

Congresso Unitário dos Trabalhadores da América Latina, que se deveria realizar ali, a pequena burguesia de Belo Horizonte saiu às ruas, provocada pelos latifundiários e pelos padres, e conseguiu que fosse transferido para Brasília. Pela primeira vez, desde o “integralismo” fascistas dos anos 30, a direita mobilizava as massas. Os conflitos populares, entre grupos radicais, tornaram-se cada vez mais frequentes e violentos, e o país passou a viver um clima pré-revolucionário.

João Goulart, sentindo que a terra se movia sob seus pés, tentou voltar-se para a esquerda. Sua mensagem anual ao Congresso, nos primeiros meses de 1964, constituía um ultimato pela aprovação das reformas de base. Em seguida, levou a cabo a mobilização popular. No comício de 13 de março, no Rio de Janeiro, que reuniu em torno de 500 mil pessoas, deu a conhecer ao povo vários decretos, entre eles o da limitação dos aluguéis urbanos, o da nacionalização das refinarias de petróleo privadas e o da expropriação das terras à beira das estradas. Ali, com os representantes da CGT, dos estudantes e dos sargentos, ao lado de Brizola e de Arraes e diante dos cartazes do PCB e das demais organizações de esquerda, João Goulart aceitava a prova de força com a reação. Em 13 de março, as classes dominantes viram a esquerda unida, anunciando o fim de uma era.

Mas se a estratégia de João Goulart foi boa para devolver-lhe um ano antes os poderes presidenciais, não o era para fazê-lo o ditador de um governo popular. Quando a rebelião dos marinheiros e sua confraternização com os trabalhadores no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio, quebrou dias depois a disciplina militar e deu pretexto à direita para evocar os soviets, seu dispositivo de sustentação se dividiu. A fração militar comunicou-lhe que não seguiria apoiando-o se não dissolvesse a CGT e liquidasse as organizações de esquerda.

Ceder aos militares era converter-se em seu prisioneiro, e um prisioneiro sem valor, dado que João Goulart não ignorava que toda sua força política repousava no prestígio que lhe dava unir-se aos sindicatos. Por outro lado, confiando sempre que seu triunfo dependia da superioridade que tivesse em termos militares, João Goulart não havia criado as condições efetivas para uma insurreição popular. O comportamento da maioria da esquerda, sobretudo do PCB, com sua teoria da revolução pacífica e seu cretinismo parlamentar, teve o mesmo efeito, desarmando as massas.

Em 2 de abril, alegando não querer derramar sangue, João Goulart cruzava a fronteira brasileiro-uruguaia. Na véspera havia-se constituído um governo provisório que, ainda que ilegítimo (o presidente constitucional se achava ainda no Brasil), foi reconhecido pelos Estados Unidos. Sete dias depois, as forças armadas se apropriavam do poder, proclamando o Ato Institucional que suspendia praticamente a Constituição.

A intervenção militar

A análise dos fatos mostra claramente que não têm razão os que vêem o atual regime militar do Brasil como resultado de uma ação externa. A tentativa fracassada de 1961 deixou claramente expresso que uma intervenção militar só poderia ter sucesso se: a) correspondesse a uma situação objetiva de crise da sociedade brasileira, e b) se se inserisse dentro do jogo das forças políticas em conflito. O apoio que os militares receberam da pequena burguesia, expresso na “marcha da família” que reuniu, em 2 de abril de 1964, a um milhão de manifestantes no Rio, é sinal evidente de que a ação das forças armadas correspondia a uma realidade social objetiva. Outra confirmação é a adesão unânime que receberam das classes dominantes.

É necessário compreender que a cisão que se produziu nas classes médias e que as levou, sob bandeiras extremistas opostas, a se chocar violentamente nas ruas, nos primeiros meses de 1964 (isto se deu sobretudo em Minas Gerais, de onde procedeu o movimento armado que derrubou João Goulart), indicava claramente que as tensões sociais haviam chegado a um ponto crítico. Essas tensões opunham com força crescente as classes dominantes, como um bloco, ao proletariado, às camadas radicais da pequena burguesia urbana (das que foi expressão o brizolismo) e aos camponeses e trabalhadores rurais, como resultado da agudização das contradições que analisamos anteriormente.

Se se considerar, com efeito, o modelo das crises políticas pelas quais passou o país, se verá claramente que, desde 1961, as forças populares ganhavam autonomia de ação e as crises se resolviam cada vez menos facilmente por acordos de cúpula. No “movimento pró-legalidade”, que se desatou depois da renúncia de Jânio Quadros, foi ainda possível aos grupos políticos dominantes encontrar uma forma de transição, o regime parlamentarista. Mas, nas lutas subsequentes pelo restabelecimento do presidencialismo, se o mando esteve sempre nas mãos de João Goulart, houve um momento – na greve geral de julho de 1962 – em que quase lhe escapou. Foi o pânico provocado pela amplidão da greve geral de setembro e a memória dos distúrbios sangrentos que se haviam verificado em julho, no Rio de Janeiro, que, aliados ao temor de uma intervenção militar a favor de João Goulart, dobraram a resistência do Congresso.

A crise de setembro de 1963 já apresenta modalidades distintas. Sua iniciativa não se origina nas esferas dominantes, como as anteriores, mas pertence a um setor específico do movimento popular, os sargentos, cuja rebelião, em Bra-

sília, encontra-se na origem dos acontecimentos. Em nenhum momento João Goulart pôde conter a ação autônoma dos sindicatos operários e dos grêmios estudantis. A solução da crise, isto é, a rejeição pelo Congresso da declaração de João Goulart estabelecendo o estado de sítio, teve como fator decisivo a mobilização popular que se desenvolveu em todo o país. Uma demonstração de força desse tipo por parte do movimento popular e uma prova tal de debilidade de João Goulart convenceram a burguesia de que era vã a esperança de que este pudesse oferecer-lhe uma garantia de "paz social", graças ao controle que exerceu sempre sobre os organismos de massa. O fracasso subsequente do Plano Trienal reforça essa desilusão. É nesse momento que a burguesia abandona a João Goulart e as aspirações que teve de conseguir com ele um governo bonapartista atuam em benefício da direita.

Naturalmente, não é somente o temor inspirado pelo movimento de massas que contribui para aproximar a burguesia das demais classes dominantes e fundi-las em um bloco. Indicamos que a crise econômica, visível desde 1962, já não favorecia a aliança da burguesia com as classes populares, sobretudo com a classe operária, pelos sacrifícios que aquela deveria impor ao país. Desde o momento em que João Goulart se mostrou incapaz de realizar o milagre dessa aliança (e com sua virada para a esquerda, em março de 1964, apenas confirmava essa incapacidade), a burguesia, necessitando sempre de um governo forte, tinha que contar com a direita. Por outro lado, a mudança que se efetua no interior da classe burguesa, desde 1955, com o aumento do setor vinculado ao capital estrangeiro, fazia cada vez mais possível esse acordo entre os grupos dominantes.

Isto explica por que a primeira face que mostrou o governo militar foi a repressão policial contra o movimento de mas-

sas: a intervenção nos sindicatos, a dissolução dos órgãos diretivos populares (inclusive a CGT), a perseguição dos líderes operários e camponeses, a supressão de mandatos e direitos políticos, a prisão e a tortura. Explica também a política econômica desse governo, que foi, antes de tudo, de contenção dos salários, de restrição do crédito e de aumento da carga tributária¹². Em linhas gerais, a política de estabilização financeira do atual governo quer criar uma oferta de mão-de-obra mais abundante, baixando assim seu preço e, ao mesmo tempo, procura "racionalizar" a economia, liquidando a competição excessiva que produziu em certos setores a expansão industrial e favorecendo, portanto, a concentração do capital em mãos dos grupos mais poderosos. Isto beneficia, evidentemente, os grupos estrangeiros, mas também à grande burguesia nacional. Esta política representa uma tentativa de ressuscitar as práticas originadas pela Instrução 113, para superar a crise do setor externo, mas obedece também às exigências colocadas pelo próprio desenvolvimento capitalista brasileiro, como são a baixa dos salários e a racionalização da produção.

O fato de que a burguesia brasileira, finalmente, aceitou o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros e decidiu intensificar a capitalização, rebaixando ainda mais o nível de vida popular e concentrando em suas mãos o capital disperso na pequena e média burguesia, tem sérias implicações políticas. Para amplos setores da esquerda, o atual

12. É interessante observar que a política tributária do governo de Castelo Branco baseou-se sobretudo na folha de salários e não na capacidade de produção das empresas: salário-família, impostos para a educação e casas populares, décimo terceiro salário, etc. Isto é, incrementa-se principalmente a carga fiscal das empresas tecnologicamente menos avançadas, que empregam mais mão-de-obra e que correspondem, socialmente, à média e pequena burguesia.

regime militar representa o fracasso de uma classe – a burguesia nacional – e de uma política – o reformismo. Colocada assim em termos radicalmente antiburgueses, a luta popular tende a contornar as soluções legais e a conduzir à luta armada. É evidente que a concretização dessa tendência depende da evolução da crise em que se debate a economia brasileira.

Mas não apenas da situação econômica podem valer-se as esquerdas brasileiras para levar a massa ao caminho da insurreição. O caráter “estrangeiro” do atual regime militar pode ajudá-las consideravelmente. Com efeito, se rechaçamos a interpretação simplista que quer ver no golpe de abril uma ação exterior à realidade brasileira, não pretendemos negar a existência e a importância da influência norte-americana nos acontecimentos, não só, como assinalamos, pela atuação da Embaixada dos Estados Unidos, no Rio, e pela atuação de organismos como o IBAD, como também pela política de vinculação das forças armadas do Brasil à estratégia do Pentágono. O acordo militar entre os dois países (assinado em 1942 e ampliado em 1954), a estandardização dos armamentos (1955), a criação de organismos continentais, como o Colégio Interamericano de Defesa (1961), as missões de instrução e de treinamento, tudo isso criou progressivamente uma elite militar inclinada a focar os problemas brasileiros na perspectiva dos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Através de um centro de irradiação – a Escola Superior de Guerra –, a que pertenceu Castelo Branco, assim como outros chefes militares do regime atual – difundiram-se teorias como a da “agressão comunista interna” e a da “guerra revolucionária”, criadas pelos franceses na campanha da Indochina. O espírito de casta e o paternalismo, que caracterizam os militares latino-americanos, fizeram o resto, levando as forças armadas brasileiras a preencher o vazio de poder que se havia criado.

O regime militar que se implanta em abril de 1964 inaugura um novo estilo na política externa do Brasil, cujo principal objetivo parece ser o de conseguir uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos. O exame dessa política externa propicia uma nova luz na interpretação da problemática brasileira e merece que lhe dediquemos um capítulo à parte.

2. Ideologia e práxis do subimperialismo

A estreita vinculação aos Estados Unidos que, sob o nome de “política de interdependência continental”, orientou a diplomacia brasileira no governo do marechal Castelo Branco (1964-1967), contribuiu para que se considerasse o regime militar brasileiro como um simples títere do Pentágono e do Departamento de Estado. Na realidade, essa política externa tem profundas raízes na dinâmica da economia capitalista mundial e na maneira como o Brasil se vê afetado por ela. Em outras palavras, essa política só pode ser analisada à luz das mudanças sofridas após a guerra pela economia norte-americana, internamente, e nas suas relações com os países periféricos a ela e, inversamente, das transformações pelas quais passou a economia brasileira nas duas últimas décadas e sua posição atual frente aos Estados Unidos.

A integração imperialista

A crescente progressão da acumulação capitalista na economia norte-americana e no processo de trustização que se apresentou ali, neste século, como uma constante, tem como resultado a concentração sempre crescente de uma riqueza cada vez mais considerável. Se os investimentos em ativida-

des produtivas acompanhassem o ritmo de crescimento do excedente assim obtido, a estrutura econômica explodiria numa crise talvez mais violenta do que a de 1929, em virtude do próprio mecanismo que vincula o ciclo de conjuntura à variação do capital constante. A política antiinflacionária que foi adotada nos Estados Unidos depois da guerra permitiu conter o ímpeto do crescimento econômico e limitar o montante dos excedentes, sem conseguir impedir, no entanto, que este fique muito acima das possibilidades existentes para sua absorção. Resultam daí as somas sempre maiores destinadas aos investimentos improdutivos, principalmente na indústria bélica e nos gastos de publicidade. O restante, que não pudera ser esterilizado dessa maneira, precipita-se para o mercado externo, convertendo a exportação de capitais em um dos traços mais característicos do imperialismo contemporâneo¹³.

A lógica capitalista, que subordina o investimento à expectativa de lucro, leva esses capitais às regiões e setores que parecem mais promissores. A consequência é, através da repatriação de capitais, um aumento suplementar do excedente, que impulsiona a novos investimentos no exterior, recomeçando o ciclo em nível mais alto. Ampliam-se assim incessantemente as fronteiras econômicas norte-americanas, intensifica-se o amálgama de interesses nos países contidos nelas e se torna cada vez mais necessário que, de distintas maneiras, o governo de Washington estenda mais além dos limites territoriais a proteção que dispensa a seus nacionais.

No começo do século, o mais prestigiado teórico marxista da época, Karl Kautsky, influenciado pelo revisionismo

13. Veja-se Paul Baran, "Crisis of Marxism?", *Monthly Review*, Nova York, outubro, 1958. Há edição espanhola, *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 3, Córdoba, Argentina.

bernsteiniano e impressionado pelo processo de trustização que, desde as duas últimas décadas do século XIX, caracterizava a economia capitalista, formulou sua teoria do "superimperialismo": depois da concentração progressiva do capital em um gigantesco truste mundial, poderia esperar-se a centralização política correspondente e uma transição necessária e pacífica ao socialismo. Em seu prefácio à obra de Bukharin *La economía mundial y el imperialismo*, que escreveu em 1915, Lenin combate a teoria kautskyana, ainda que sem negar a tendência integracionista apresentada pelo capitalismo mundial. O que acontecerá, advertia, é que essa tendência se desenvolverá em meio a contradições e conflitos que darão um impulso à tendência oposta, antes que ela chegue à sua culminação. A guerra de 1914 e a revolução russa, a guerra mundial e os fenômenos que engendrou – a formação do bloco socialista e os movimentos de libertação nacional – lhe deram a razão.

Sempre é verdade, no entanto, que a expansão do capitalismo mundial e a acentuação do processo monopolista mantiveram constante a tendência integracionista, que se expressa hoje de maneira mais evidente na internacionalização da exportação de capitais e na subordinação tecnológica dos países mais fracos. Outro marxista alemão, August Thalheimer, percebeu isso ao criar, após a guerra, a categoria de *cooperação antagônica*. Em um momento em que a dominação norte-americana parecia irresistível ante a destruição européia que se seguiu à guerra mundial. Thalheimer foi suficientemente lúcido para perceber que o próprio processo de integração ou de cooperação, acentuando-se, desenvolveria suas contradições internas. Isso foi verdadeiro sobretudo no que se refere aos demais países industrializados, que, submetidos à penetração dos investimentos norte-americanos, tornaram-se por sua vez centros de exportação de capitais e es-

tenderam simultaneamente suas fronteiras econômicas dentro do processo ecumênico da integração imperialista. As tensões que intervieram entre esses vários centros integradores, de desigual grandeza (como, por exemplo, a França e os Estados Unidos), ainda que não possam, como no passado, chegar à hostilidade aberta e tenham que manter-se no marco da cooperação antagônica, obstruem o processo de integração, abrem fissuras na estrutura do mundo imperialista e agem vigorosamente em benefício do que tende a destruir as próprias bases dessa estrutura: os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos.

É preciso advertir, com efeito, que não é só ao nível das relações entre os países industrializados que o processo de integração imperialista alenta sua própria negação. Isto se dá, principalmente, a nível das relações entre esses países e os povos colonizados e reside aí, sem dúvida, o fator determinante que o encaminha para sua frustração. A exportação de capitais e de tecnologia na direção dessas nações impulsiona, de fato, o desenvolvimento de seu setor industrial, contribuindo para criar novas situações de conflito, desde dois pontos de vista, interno e externo, e a propiciar uma crise que altera as próprias condições em que se realiza essa industrialização.

Internamente, a industrialização se expressa, em um país atrasado, na agudização de contradições sociais de vários tipos: entre os grupos industriais e a agricultura e os latifundiários exportadores; entre a indústria e a agricultura de mercado interno; entre os grandes proprietários rurais e o campesinato; e entre os grupos empresariais e a classe operária, assim como a pequena burguesia. A diversificação econômica é acompanhada, então, de uma complexidade cada vez maior nas relações sociais, que opõem, em primeiro lugar, os setores de mercado interno aos de mercado externo e, em seguida, no coração dos dois setores, aos grupos sociais que os

constituem. Nem sequer o capital estrangeiro investido na economia pode subtrair-se a essas contradições e apresentar-se como um bloco homogêneo: o que se investe nas atividades de exportação (Anderson Clayton, United Fruit) não tem exatamente os mesmos interesses que o que se aplica na produção industrial ou agrícola para o mercado interno (indústria automobilística) e reagirão de modo distinto, por exemplo, frente a um projeto de reforma agrária que signifique ampliação do mercado interno e crie, no campo, melhores condições de trabalho e de remuneração.

O fato de que o processo de diversificação social, que resulta da industrialização, não se sincronize rigorosamente com o ritmo da penetração imperialista leva, por outro lado, a que se agravem os fatores antagônicos entre a economia subdesenvolvida e a economia dominante. Pode acontecer – como ocorreu, por exemplo, no Brasil, entre os anos 1930 e 1950 – que o setor industrial nacional aumente de maneira muito mais rápida que a desnacionalização econômica resultante dos investimentos externos. Além das disputas que surgem entre os dois setores, em sua luta pelo mercado interno, suas relações se agravam quando – alcançado determinado nível de industrialização – as necessidades crescentes da importação se chocam, no terreno cambial, com as pressões do setor externo para exportar seus lucros e com as distorções que a dominação imperialista impõe à estrutura do comércio exterior.

A questão tende a agravar-se ainda mais por outra razão. A redução do prazo de renovação do capital fixo nas economias avançadas, como consequência do ritmo incrivelmente rápido das inovações tecnológicas¹⁴, leva essas economias a

14. Ernest Mandel, *Traité d'économie marxiste*, Paris, 1962.

experimentarem uma necessidade premente de exportar seus equipamentos obsoletos para as nações em fase de industrialização. O estrangulamento cambial que suas práticas comerciais e financeiras provocam na capacidade para importar dessas nações contrapõe-se, no entanto, a essa tendência. A contradição só pode ser superada através da introdução desses equipamentos nos países subdesenvolvidos sob a forma de investimento direto de capital. A consequência desse procedimento é a aceleração do processo de desnacionalização – portanto de integração – ao mesmo tempo em que se implanta ali um desnível crescente entre o quadro tecnológico e as necessidades de emprego para uma população em explosão demográfica. A maneira pela qual se procura, então, superar o estrangulamento cambial implica, pelos problemas resultantes, na agudização das tensões sociais internas, fator decisivo nos movimentos de libertação nacional.

A cooperação antagônica entre a burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é levada assim a um ponto crítico, que já não lhe permite existir em sua ambigüidade e impõe uma opção entre a cooperação, tendendo à integração, e o antagonismo, caminhando para a ruptura. É o que aconteceu no Brasil em 1964 e nos convém examinar o mecanismo dessa crise, assim como suas consequências.

As alternativas do desenvolvimento capitalista brasileiro

A crise do sistema de exportação do Brasil, iniciada nos anos 30 e claramente configurada ao terminar a guerra da Coréia, lança a sociedade brasileira num processo de radicalização de suas contradições, que expressa a impossibilidade de seguir processando-se o desenvolvimento industrial dentro dos marcos semicoloniais até então existentes. Essa impossibilidade torna-se visível pela ação de duas limitações

estruturais. A primeira se manifesta na crise do comércio exterior, em que se verifica uma tendência constante à incapacidade do principal mercado comprador – o norte-americano – em absorver a economia brasileira para atender as importações necessárias à industrialização. A segunda limitação deriva-se do regime de propriedade das terras, que estrangula a oferta de gêneros alimentícios e de matérias-primas requeridas pela indústria e pelo crescimento demográfico urbano, o que, além de impulsionar a alta dos preços (que estimula, por sua vez, os movimentos reivindicativos de massas), concentra os rendimentos da agricultura em mãos de uma minoria e obstrui a expansão do mercado interno para a produção industrial.

Os governos de Café Filho e de JK, que sucedem à grave crise política de 1954 produzida por essa situação e que se fecha com o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Sendo frutos do compromisso entre as classes dominantes em conflito, tratarão de encontrar uma fórmula de transição que permita superar a crise econômica, sem levar a uma confrontação definitiva das posições implicadas. O recurso escolhido é abrir a economia brasileira aos capitais norte-americanos, a fim de romper o nó formado no setor cambial. A Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (atual Banco Central), cria o marco jurídico para essa política, que chega a seu auge com o Plano de Metas do governo de JK, que arrecada cerca de 2,5 milhões de dólares em investimentos e financiamentos e impulsiona de novo a expansão industrial.

Essa expansão começa, no entanto, a dar sinais de esgotamento por volta de 1960, em função da diminuição que se verifica no nível da renda interna, da queda do preço e do volume das exportações e da grande exportação de lucros, o que submerge o país em uma grave crise cambial; e também pela ação da aceleração do processo inflacionário, expressão da

luta que a burguesia industrial e financeira trava com os grupos empresariais rurais, assim como com as classes assalariadas. É preciso ter presente, com efeito, que a expansão industrial brasileira, baseada na intensificação dos investimentos estrangeiros e correspondendo à introdução maciça de uma nova tecnologia, teve como resultado elevar sensivelmente a produtividade do trabalho e da capacidade produtiva da indústria, mas agravou, por isso mesmo, o problema do emprego de mão-de-obra. É assim que, entre 1950 e 1960, frente a uma taxa de crescimento demográfico de 3,1% ao ano, e enquanto a população urbana cresce a quase 6% ao ano e a produção manufatureira a mais de 9%, o emprego na atividade industrial não apresenta um incremento anual maior de 3%¹⁵.

A crise estrutural da economia brasileira, cessados os efeitos paliativos da política de importação de divisas, explodiu, assim, numa verdadeira crise industrial que arrastou o país para a depressão. Nessa situação, era inevitável que as contradições sociais, que se haviam manifestado nos anos 1953-54, voltassem a se apresentar com muito mais força, sobretudo as que impulsionavam as massas operárias e médias das cidades a lutar por melhorar seu nível de vida. Pressionada por elas, e experimentando a clara consciência da impossibilidade de manter a expansão industrial dentro dos quadros estreitos que lhe traçavam o setor latifundiário-exportador e os grupos monopolistas estrangeiros, a burguesia tenta quebrar o círculo, rompendo o compromisso com essas forças e impondo sua política de classe. Os governos de Jânio Quadros em

15. Dados proporcionados pelo Brasil, Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica, *Programa de Ação Econômica do Governo*, 1964-1966, Documento EPEA, n. 1, novembro de 1964, cap. IV. Em "atividade industrial" se inclui a indústria manufatureira e a indústria extrativa mineral.

1961 e – vencida a indecisão parlamentar de 1962 – de João Goulart, em 1963-64, expressaram essa tentativa.

A política externa independente e as reformas estruturais foram as direções para onde se moveram esses dois governos buscando dobrar a resistência dos setores dominantes aliados. Com a primeira, tratou-se de criar uma área de manobra no campo internacional, que lhe permitisse ao Brasil diversificar seus mercados de produtos básicos e seus suplementos de créditos, principalmente na área socialista, e abrir caminho para a exportação de produtos industrializados na África e na América Latina, principalmente. Com as reformas se tendia em princípio à reformulação da estrutura agrária, capaz de abrir novos mercados ao comércio interior e aumentar a oferta interna de matérias-primas e gêneros alimentícios. As duas orientações de medidas restritivas de financiamento nacional dos investimentos estrangeiros e da remessa de lucros para o exterior, assim como o esboço de uma política de nacionalizações, generalizaram o conflito a todo o setor externo da economia e tornaram muito tensas as relações entre o governo brasileiro e o norte-americano.

Para garantir uma política desse tipo, a burguesia necessitava que as massas populares urbanas, de considerável peso político, a apoiassem. Mas, debatendo-se numa situação de crise conjuntural que corroía sua taxa de lucro, tinha, paradoxalmente, que se enfrentar as massas, buscando conter suas reivindicações salariais. A pretensão de aplicar práticas deflacionárias, em 1961, com Jânio Quadros e, em 1963, com João Goulart (Plano Trienal 1963-65), encontrou viva resistência popular e a burguesia, por razões políticas, não pôde impô-las pela força. Confiando a João Goulart a tarefa de conter o movimento de massas, procurou utilizar sua capacidade para explorar em benefício próprio o processo in-

flacionário, a fim de manter sua margem de lucros, o que acelerou esse processo. As reivindicações operárias se radicalizaram, através de greves cada vez mais freqüentes e amplas, e a classe média entrou em pânico diante da ameaça concreta de proletarização.

A agitação que a ameaça de reforma agrária levava ao campo e a resistência do setor industrial estrangeiro às medidas nacionalistas limitaram cada vez mais o apoio do setor burguês a João Goulart. Quando se intensificou a campanha antigovernista, sob o pretexto da sublevação comunista, a classe média, que a crise econômica desorientava, dividiu-se, passando a engrossar, em quantidades sempre maiores, as hostes da reação. Impressionada pela propaganda anticomunista e pela radicalização popular, e sentindo, ao fracassar o Plano Trienal, que João Goulart já não oferecia condições para conter o movimento de massas, a burguesia abandonou o terreno. Quando a agitação chegou ao setor militar, com a rebelião dos marinheiros, em março de 1964, ficou claro que, diante da oposição radical a que se vira levada a luta de classes, o poder estava vazio. Num gesto de audácia, o grupo militar da Escola Superior de Guerra apoderou-se dele.

A política de interdependência

O governo de Castelo Branco caracterizou-se por uma atuação internacional distinta da chamada “política externa independente”, que praticaram os governos de Jânio Quadros e de João Goulart, e que se baseava nos princípios de autodeterminação e de não intervenção. Desde que a raiz do golpe de 1964 assumiu a direção do ministério de relações exteriores, o chanceler do governo de Castelo Branco, Vasco Leitão da Cunha, rechaçou a idéia de uma política externa in-

dependente, invocando razões geopolíticas, que vinculariam estreitamente o Brasil ao mundo ocidental e, particularmente, aos Estados Unidos, e declarou que o conceito básico da diplomacia brasileira era o da *interdependência continental*. Adotou-se assim uma doutrina emanada da Escola Superior de Guerra, sob a responsabilidade do general Golbery do Couto e Silva, diplomado pela escola norte-americana de Fort Benning e chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), organismo criado pelo regime militar que, com seus dois mil agentes atuando no continente, já foi comparado a uma CIA em miniatura.

Essa doutrina, chamada de *barganha leal*, foi exposta por Couto e Silva em seu livro *Aspectos geopolíticos do Brasil* (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957) e parte do pressuposto que, por sua própria posição geográfica, o Brasil não pode escapar à influência norte-americana. Nessa situação, não lhe restaria outra alternativa senão a de “aceitar conscientemente a missão de se associar à política dos Estados Unidos no Atlântico Sul”. A contrapartida dessa “escolha consciente” seria o reconhecimento pelos Estados Unidos de que o “quase monopólio de domínio naquela área deve ser exercido exclusivamente pelo Brasil”. Essa expressão “quase monopólio” resulta, igualmente, da impossibilidade de ignorar as pretensões que, neste terreno, alimenta também a burguesia argentina.

Dois pronunciamentos oficiais consagraram a adoção dessa doutrina: as declarações do chanceler Leitão da Cunha ao receber no Rio de Janeiro, 19 de maio de 1965, o seu colega do Equador, Gonzalo Escudero, e o discurso que pronunciou dias depois, na cidade de Teresina (capital do estado do Piauí), o marechal Castelo Branco.

Saudando ao chanceler equatoriano, aludiu Leitão da Cunha a “um conceito imanente à natureza da aliança interamericana, o da interdependência entre as decisões de política internacional dos países do continente”. “A concepção ortodoxa e rígida da soberania nacional – sublinhou – foi formulada numa época em que as nações não reuniam, em suas responsabilidades, uma obrigação de cooperar entre si, na busca de objetivos comuns”. E o chanceler do governo militar brasileiro preconizou ainda “o reforço dos instrumentos multilaterais para a defesa da instituição política mais americana – a democracia representativa”. E esclareceu: “Poucos têm dúvidas de que os mecanismos previstos na Carta da Organização dos Estados Americanos, contra agressões ou ataques abertos, são inteiramente inadequados às novas situações produzidas pela subversão que transcende as fronteiras nacionais”.

Deste ponto partiu o marechal Castelo Branco, num discurso de 28 de maio, quando se referiu à crise dominicana que motivou a invasão estadunidense, apoiada pelo Brasil, como uma agressão interna ao continente. Depois de proclamar a necessidade de substituir o conceito de fronteiras físicas ou geográficas pelo de *fronteiras ideológicas*, o marechal presidente declarou que, de acordo com a atual concepção brasileira da segurança nacional, esta não se limita às fronteiras físicas do Brasil, mas se estende às fronteiras ideológicas do mundo ocidental.

Situam-se nesta linha de pensamento as idéias de intervenção no Uruguai e na Bolívia, alimentadas por Castelo Branco, assim como o decidido apoio do governo brasileiro à intervenção dos Estados Unidos em Santo Domingo. O aplauso de Brasília à decisão norte-americana de encaminhar parte de sua ajuda militar aos países latino-americanos através da OEA foi também consequência dessa posição, e se une à reivindica-

ção de que se reative o chamado “protocolo adicional”, que vincula a ajuda militar à ajuda econômica. Outra consequência foi a tese da integração militar do continente, presente na insistência brasileira com a criação de um exército interamericano permanente, atualmente deixada de lado.

Para muitos, tratava-se simplesmente de um regresso da política brasileira à submissão a Washington, que era a regra no período anterior a Jânio Quadros, assim como da conversão definitiva do Brasil em colônia norte-americana. Nada menos certo. O que se verificava, na realidade, era a evolução, de certa maneira inevitável, da burguesia brasileira para a aceitação consciente de sua integração ao imperialismo norte-americano, evolução que resulta da própria lógica da dinâmica econômica e política do Brasil e que pode ter graves consequências para a América Latina.

O complexo industrial-militar

Torna-se evidente a sua existência quando analisamos o programa de ação econômica, o Plano Trienal 1964-66, adotado pelo governo do marechal Castelo Branco e elaborado por seu ministro de planejamento e ex-embaixador em Washington, Roberto de Oliveira Campos¹⁶. Seu objetivo era duplo: reativar o ritmo descendente do crescimento do produto interno bruto, fixando-o em 6% para os anos 1965-66, e conter o aumento geral dos preços, reduzindo-os do nível de 92,4% em 1964 a 25% em 1965 e a 10% em 1966. Por outro lado, se propunha alcançar “objetivos secundários”, entre eles o equilíbrio da balança de pagamentos, a redistribuição de renda e, na prática, a democratização do capital. Além dos

16. Veja-se *Programa de Ação Econômica do Governo*, 1964-1966, op. cit.

instrumentos clássicos de política econômica (política tributária, salarial e creditícia, manipulações alfandegárias, contenção e seleção dos gastos governamentais), a ação estatal continha medidas estruturais, principalmente a reforma agrária e a reorganização do mercado interno de capitais.

Do ponto de vista da nossa análise, o aspecto que mais interessa é a atitude do plano em relação ao capital estrangeiro. Num estudo publicado em seu órgão oficial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou que o programa de planejamento econômico de Campos singularizava-se, em relação aos planos econômicos anteriores, “pelo papel estratégico que dá ao capital estrangeiro e pelas altas esperanças quanto a seus ingressos”. Depois de recordar que, estabelecendo uma formação bruta de capital de 17% ao ano, o Plano destinava ao capital estrangeiro 28,1% nessa formação, em 1965, e 29,4% em 1966, enquanto previa uma diminuição da poupança nacional de 15,8% nos anos 1954-60, a 13% ao ano em 1965-66, a CNI observava: “A diminuição da poupança nacional... deixará em inferioridade ao capital privado nacional, cujos investimentos seriam em torno da metade do influxo previsto de capital estrangeiro”¹⁷.

Essa orientação era confirmada por outros aspectos da ação governamental. Segundo a própria CNI, as fontes de crédito tiveram sua atuação fortemente reduzida em 1964, aumentando o crédito privado em 84,2% e o oficial em pouco mais de 50%, frente a uma taxa de inflação de 92,4%. Esta contenção do crédito foi completada com uma política tributária baseada principalmente na folha de salários, o que obrigou as indústrias a buscar uma solução para seus custos de produção na redução de mão-de-obra, isto é, em uma maior

17. *Desenvolvimento & Conjuntura*, Rio de Janeiro, n. 3, março, 1965.

tecnificação. É natural que tenha sido a associação com grupos estrangeiros – que dispõem sempre de linhas de crédito e contam com uma tecnologia disponível em virtude do ritmo de renovação tecnológica, que se dá em seu país de origem – o caminho mais fácil para se enfrentar aquela conjuntura.

A política tendente a forçar a democratização do capital das empresas, sobretudo através de estímulos fiscais às reinversões dos grupos dispostos a concretizá-la, intensificou ainda mais essa tendência. Isso também foi objeto então de advertência da CNI, ao assinalar, em seu estudo já mencionado, que “se a poupança nacional diminui, a ‘democratização’ servirá apenas para permitir que os capitais estrangeiros tenham acesso a pelo menos parte do controle de empresas nacionais”.

Pois bem, no plano interno, a política econômica do governo de Castelo Branco beneficiou amplamente as grandes empresas, tanto nacionais como estrangeiras, especialmente aquelas dedicadas à indústria pesada, ao mesmo tempo que, pela retração deliberada que provocava na demanda, tornou praticamente intolerável a situação para a pequena e a média indústrias, vinculadas à produção de bens de consumo não duráveis¹⁸. Em outras palavras, revelou a determinação expressa do regime de consolidar uma indústria de bens inter-

18. Numa avaliação da política levada a cabo por seu predecessor, o atual governo do marçal Costa e Silva observa que, depois da crise industrial de 1965, os ramos industriais se defrontaram com condições totalmente distintas de evolução, podendo caracterizar-se dois grandes grupos de indústrias: o primeiro, constituído pelo complexo mecânico, metalúrgico, metalúrgico-elétrico, material de transporte e químico, apresentou uma “elevada taxa de crescimento, da ordem de 25% sobre o ano anterior, aliada a um crescimento da produtividade do trabalho também elevado, em torno de 12%”; o segundo grupo, constituído pelas indústrias chamadas ‘tradicionais’, que compreendem a têxtil, madeireira e mobiliária, de couro, calçados, roupa e alimentos, ostentou um ‘crescimento’ relativamente menor de seu produto no período, fato essencialmente ligado à baixa elasticidade-ingresso da demanda, além de [um] crescimento menos acentuado da produção por homem empregado”. Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *Diretrizes de governo. Programa estratégico de desenvolvimento*, julho de 1967, p. 159-160.

mediários, de consumo durável e de equipamentos, altamente tecnificada e dotada de forte capacidade competitiva, capaz de converter o país em potência industrial. Isso é explícito, já que uma indústria desse tipo era a condição *sine qua non* para levar a cabo a pretendida expansão externa e que, por outro lado, essa expansão constituía a resposta mais eficaz, do ponto de vista da grande indústria, à estreiteza de mercados com que se chocava a economia no interior. Chega a criar-se assim uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da *elite* militar, que encontraria uma expressão ainda mais evidente nos vínculos que estabelecem a nível da produção bélica. O desenvolvimento deste novo setor da economia brasileira põe a nu, como nenhum outro, a deformação a que está sendo levada pelas características peculiares de seu desenvolvimento capitalista e merece ser analisado um pouco mais minuciosamente.

Tudo parece começar no final do governo de João Goulart, quando este, preocupado em romper a dependência em que se encontrava o Brasil pela estandardização do material bélico, à raiz da Segunda Guerra Mundial, decide diversificar as fontes de abastecimento e desenvolver, simultaneamente, a indústria nacional. A estandardização desse material, que se realiza no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte, abria o caminho nessa direção. Em fevereiro de 1964, o ministro da guerra de João Goulart, general Jair Dantas Ribeiro, assinou com a Bélgica um contrato de compra de 50 mil fuzis, com direito de reprodução pela indústria brasileira.

Derrubado João Goulart, o novo ministro da guerra, general Artur da Costa e Silva, confirma a operação. Quase ao mesmo tempo, ao tomar posse na presidência da Confederação Nacional da Indústria, o general Edmundo Macedo Soares e Silva pronunciou-se a favor de uma política de substituição de importações relativa a armamento e equipamento militar, vincu-

lando a isso a preservação da soberania nacional. Diferentes atos levados a cabo pelo governo indicaram a intenção de pôr em prática essa orientação, explorando particularmente as facilidades oferecidas pela indústria bélica européia.

É necessário recordar aqui que, com a estandardização do material bélico, a indústria de guerra dos Estados Unidos havia criado um mercado permanente para seus excedentes na América Latina e que o Departamento de Defesa norte-americano forjou, por sua vez, um instrumento de controle dos mais eficazes sobre as forças armadas do hemisfério. A atitude brasileira só podia ser considerada alarmante, e explica os contatos que, em agosto de 1965, o subsecretário norte-americano de Defesa para Assuntos do Extremo Oriente, Avin Freeman, buscou com industriais brasileiros. Segundo o que se soube posteriormente, Freeman manifestou o interesse do Pentágono em adquirir armas e outras manufaturas no Brasil para a guerra do Vietnã, em virtude da dificuldade para mobilizar, em caso de guerra não declarada, as indústrias norte-americanas para a produção bélica¹⁹.

No mesmo momento, mediante autorização do presidente da república e do ministério do planejamento, constitui-se o chamado Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), que abarca as empresas da região mais industrializada do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), e conta com a assessoria direta de membros das forças armadas. Em janeiro de 1966, regressando de uma viagem aos Estados Unidos, o presidente do GPMI, o industrial paulista Vitorio Ferraz, declarou em entrevista coletiva que a indús-

19. Veja a esse respeito a reportagem publicada por *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 de fevereiro de 1966.

tria brasileira fabricaria armas de diversos tipos, munições e veículos de guerra para colaborar com os norte-americanos na guerra do Vietnã. Esclarecendo que para isso já se contava com várias empresas de telecomunicações e de munições no país, Ferraz observou: "Colaborando no extermínio do Vietcong, [o Brasil] aproveitaria a capacidade ociosa de suas fábricas e daria lugar à criação de 180 mil novos empregos. Simultaneamente, combateremos o comunismo e nossos problemas de desemprego"²⁰.

Nos meses seguintes, o programa anunciado por Ferraz foi posto em marcha. Em março de 1966, Paul Hower, funcionário da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, chegou ao país com a missão expressa de tratar da instalação no Brasil de uma fábrica de aviões a turbo-reação, do tipo antiguerrilha. Na segunda semana de agosto, o semanário de oposição *Folha da Semana*, do Rio de Janeiro, dava detalhes da operação, proporcionando notícias sobre o avanço dos estudos para a instalação dessa fábrica no Ceará, sob a supervisão do GPMI. A empresa reunia capitais privados nacionais e contava com um investimento oficial de 20 bilhões de dólares, fornecidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), organismo descentralizado, estando destinada sua produção ao abastecimento interno e à exportação aos demais países latino-americanos. Desde aquele momento, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, estabelecimento militar de pesquisa e ensino, elaborou e provou diversos protótipos de aviões ligeiros, que são proporcionados

20. Estas declarações foram tomadas do *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, janeiro de 1966. Segundo o jornal, as empresas em questão eram, por um lado, "Telefunken", "Delta", "Motorola", "Electrônica", Philips e "Invelson" e, por outro, "Parque da Aeronáutica de São Paulo", "Fábrica de Artilharia da Marinha", "Arsenal da Marinha" e "Companhia Brasileira de Cartuchos".

à empresa privada, juntamente com as encomendas do Estado para sua fabricação.

O subimperialismo e a revolução latino-americana

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas uma decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia norte-americana, mas expressou também a intenção de converter-se em centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira que se pôs em marcha depois do golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões norte-americanas (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave.

Essa pretensão não nasce apenas de um desejo de liderança política, por parte do Brasil, mas se deve principalmente aos problemas econômicos que coloca a opção da burguesia brasileira em prol do desenvolvimento integrado. O restabelecimento de sua aliança com as antigas classes oligárquicas, vinculadas à exportação, que selou o golpe de 1964, deixou a burguesia na impossibilidade de romper as limitações que a estrutura agrária impõe ao mercado interno brasileiro. O próprio projeto de reforma agrária adotado pelo governo Castelo Branco não admite outra forma de alterar essa estrutura senão através da extensão do capitalismo ao campo, isto é, a longo prazo.

Por outro lado, ao optar por sua integração ao imperialismo e ao pôr suas esperanças de reativar a expansão econômica nos ingressos de capital estrangeiro, a burguesia brasileira

concorda em intensificar o processo de renovação tecnológica da indústria. Atende, assim, aos interesses da indústria norte-americana, que busca instalar além de suas fronteiras um parque industrial integrado, que absorva os equipamentos que a rápida evolução tecnológica torna obsoletos. E, mais ainda, que desenvolva complementarmente níveis da produção industrial, no quadro de uma nova divisão internacional do trabalho²¹.

Por outro lado, falando no Congresso norte-americano sobre a integração econômica da América Latina, o então secretário de Estado adjunto para as questões interamericanas, Jack H. Vaughn, reconheceu que a industrialização resultante fará desaparecer os mercados tradicionais de certos produtos norte-americanos, mas reiterou: "Igualmente a América Latina oferecerá um mercado mais promissor para produtos da indústria norte-americana, de caráter cada vez mais sofisticado"²². Tem no entanto que aceitar sua contrapartida: em um país de forte crescimento demográfico, que lança anual-

21. Em relatório recente preparado por especialistas das Nações Unidas, observa-se a tendência atual ao estabelecimento de um novo esquema de divisão internacional do trabalho, dentro do qual os países industrializados deverão ceder as primeiras fases de elaboração de matérias-primas aos países em vias de desenvolvimento, especializando-se aqueles nas "fases mais avançadas de elaboração e acabamento dos produtos, devido à sua experiência técnica e capacidade econômica". E se acrescenta: "Segundo a tecnologia moderna, a transformação de matérias-primas geralmente requer processos industriais que: I) absorvam grande quantidade de capital; II) requirem considerável experiência industrial e tecnológica; III) requirem mercados internacionais, pois os mercados domésticos das nações em desenvolvimento são demasiadamente pequenos para absorver a produção potencial. Portanto, este tipo de produção necessariamente terá que ser levada a cabo em cooperação com as indústrias estabelecidas dos países desenvolvidos (por exemplo, investimentos diretos ou indiretos que proverão o investimento de capital, a tecnologia necessária e os mercados para os produtos)". *Promoción de exportaciones mexicanas de productos manufacturados*. Preparado para o governo do México por uma missão das Nações Unidas sob o patrocínio do Programa de Assistência Técnica, Nações Unidas, Comissionado para a Cooperação Técnica, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, mimeografado, dezembro de 1966, p. 7-13.

22. *El Dia*, México, 1-9-65.

mente ao mercado de trabalho um milhão de pessoas, a instalação de uma indústria relativamente moderna cria um grave problema de desemprego. Ainda que com isso a burguesia solucionasse, de seu ponto de vista, os problemas que coloca o custo de produção industrial, a economia brasileira apresenta, como toda economia subdesenvolvida, aguda escassez de mão-de-obra qualificada, apesar dos excedentes de mão-de-obra.

Assim, seja por sua política de reforço de sua aliança com o latifúndio, seja por sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica. Não lhe resta outra alternativa senão expandir-se para o exterior e torna-se então necessário para ela garantir uma reserva externa de mercado para sua produção. O baixo custo de produção, que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar, aponta na mesma direção: a exportação de produtos manufaturados.

Não se trata de uma tendência totalmente nova. A política externa de Jânio Quadros e de João Goulart buscava também garantir uma reserva externa de mercado para uma expansão comercial brasileira na África e na América Latina. A diferença está em que naquele momento o Brasil adotava uma posição de *free lancer* no mercado mundial, confiando em que, através das reformas estruturais internas, não tardariam em desaparecer as limitações que obstruíam o crescimento do mercado interno brasileiro. A exportação aparecia, então, como uma solução provisória, tendente a proporcionar à política reformista burguesa o prazo necessário para que frutificasse. A partir de Castelo Branco, ao contrário, a burguesia trata de compensar sua impossibilidade para ampliar o mercado interno através da incorporação extensiva de

mercados já formados, como o uruguaio, por exemplo. A expansão comercial deixa de ser assim uma solução provisória e complementar à política reformista e se converte na própria alternativa das reformas estruturais.

O que se colocou assim foi a expansão imperialista do Brasil, na América Latina, que corresponde na verdade a um subimperialismo ou a uma extensão indireta do imperialismo norte-americano (não nos esqueçamos que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à norte-americana). Essa tentativa de integrar a América Latina, econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo norte-americano e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e continua sendo hoje uma intenção. No entanto, esclareceu fatores valiosos para estimar as perspectivas do processo revolucionário brasileiro e, em última instância, latino-americano.

Um primeiro aspecto a ser considerado é que a integração imperialista da América Latina, em sua nova fase, iniciada com o golpe militar no Brasil, não se poderá realizar senão no âmbito da cooperação antagônica. O antagonismo será mais acentuado sobretudo onde se enfrentam burguesias nacionais poderosas, como é o caso da Argentina e do Brasil²³, mas a cooperação ou a colaboração será cada vez mais a regra que regerá as relações dessas burguesias entre si e com os Estados Unidos. O peso que terá na balança a influência nor-

23. A rivalidade brasileiro-argentina se exacerbou depois da ascensão ao poder do general Juan Carlos Onganía. Entre os muitos pontos se encontra o aproveitamento das águas do rio Paraná e as disputas sobre a influência exercida na Bolívia, no Paraguai e no Uruguai. Os dois países desencadearam, além disso, uma corrida armamentista, que traz consigo compras maciças de armas no exterior e o desenvolvimento acelerado de suas respectivas indústrias bélicas.

te-americana e brasileira obriga a essa colaboração. Porém, mais do que tudo essa colaboração será necessária às classes dominantes do hemisfério para conter a ascensão revolucionária das massas que se verifica atualmente e que só pode se agravar com a marcha da integração imperialista.

O caso brasileiro é, nesse particular, paradigmático. O golpe militar de 1964 – significando o rompimento, por parte da burguesia, da política de compromisso que praticou desde sua chegada ao poder (isto é, desde a revolução de 1930) – abre uma etapa nova no processo da luta de classes. Ainda que muitos setores sociais, principalmente de classe média, busquem restabelecer entre a burguesia e as massas o diálogo político que existia antes de 1964, as relações de classe caracterizam-se atualmente por uma cisão horizontal, que deixa de um lado a coalizão dominante (essencialmente a burguesia, os empresários estrangeiros e os grandes proprietários de terra) e, de outro, as massas trabalhadoras da cidade e do campo. A pequena burguesia sofre contraditoriamente o efeito dessa cisão, assumindo posições que vão do radicalismo de extrema esquerda ao neofascismo da extrema direita, sem esquecer os esforços conciliadores de uma camada de centro, que obedece ao lema de “redemocratização” lançada pela direção do PC brasileiro.

Em prazo mais ou menos curto, é inevitável que essa cisão horizontal das relações de classe no Brasil provoque uma guerra civil aberta. A expansão imperialista da burguesia brasileira tem que se basear em uma maior exploração das massas trabalhadoras nacionais, seja porque necessita de uma produção competitiva para o mercado externo, o que implica salários baixos e mão-de-obra disponível, isto é, um elevado índice de desemprego; seja porque se processa juntamente com um aumento da penetração dos capitais nor-

te-americanos, o que exige a extração de um sobrelucro da classe operária. Essa intensificação da exploração capitalista do povo brasileiro é fator suficiente para intensificar a luta de classes, arriscando a posição da burguesia.

O momento preciso em que isso se dará não depende, claro, tão só da intensificação da exploração capitalista, mas também do tempo que levarão as massas brasileiras para extrair sua lição dos acontecimentos de 1964 e, principalmente, da capacidade da esquerda para orientá-las nesse processo de amadurecimento. É preciso contar, no entanto, com o acelerado ritmo que tem, em nossos dias, o processo revolucionário na América Latina e com as repercussões que produzirá sobre ele a integração imperialista, o que pode acelerar consideravelmente a reorganização em novas bases das esquerdas no Brasil.

A conjunção dos movimentos revolucionários do Brasil e dos demais países latino-americanos, isto é, a internacionalização da revolução latino-americana, aparece como a contrapartida inevitável do processo de integração imperialista, em sua nova fase inaugurada pelo golpe militar brasileiro. O fato de a marcha dessa integração tender a cindir cada vez mais as relações entre as burguesias e as massas trabalhadoras deixa entrever que o caráter dessa revolução, mais que popular, será socialista. A análise do caso brasileiro proporciona neste sentido indicações sumamente úteis.

3. O caráter da revolução brasileira

As lutas políticas brasileiras dos últimos quinze anos foram a expressão de uma crise mais ampla, de caráter social e econômico, que parecia não deixar ao país outra saída senão a da revolução. No entanto, uma vez implantada a ditadura militar, em abril de 1964, as forças de esquerda viram-se obri-

gadas a revisar suas concepções sobre o caráter da crise brasileira, como um ponto de partida para a definição de uma estratégia de luta contra a situação que, no final, prevaleceu. Num diálogo às vezes cheio de amargura, os intelectuais e líderes políticos vinculados ao movimento popular colocam hoje duas questões fundamentais: O que é a revolução brasileira? O que representa em seu contexto a ditadura militar?

As respostas orientam-se, em geral, ao longo dos fios condutores. A revolução brasileira é entendida, primeiro, como o processo de modernização das estruturas econômicas do país, principalmente através da industrialização, processo que é acompanhado de uma tendência crescente de participação das massas na vida política²⁴. Identificada assim com o próprio desenvolvimento econômico, a revolução brasileira teria sua data inicial no movimento de 1930, tendo se estendido sem interrupção até o golpe de 1964. Paralelamente, e na medida em que os fatores primários do subdesenvolvimento brasileiro são a vinculação ao imperialismo e a estrutura agrária, que muitos consideram semifeudal, o conteúdo da revolução brasileira seria antiimperialista e antifeudal.

Essas duas direções levam, assim, a um único resultado — a caracterização da revolução brasileira como uma revolução democrático-burguesa — e descansam em duas premissas básicas: a primeira consiste em localizar o antagonismo nação/imperialismo como a contradição principal do processo brasileiro; a segunda, em admitir um dualismo estrutural, nessa mesma sociedade, que oporia o setor pré-capitalista ao setor propriamente capitalista. Sua implicação mais importan-

24. Veja-se, como expressão mais acabada desta tendência, a obra de Celso Furtado, *A pré-revolução brasileira*, Rio de Janeiro, 1962.

te é a idéia de uma frente única formada pelas classes interessadas no desenvolvimento, basicamente a burguesia e o proletariado, contra o imperialismo e o latifúndio. Seu aspecto mais curioso é o de unir uma noção antidialética, como a do dualismo estrutural, a uma noção paradialética, como seria a de uma revolução burguesa permanente, das quais os acontecimentos políticos brasileiros nos últimos 40 anos não teriam sido senão episódios.

Nessa perspectiva, o regime militar implantado em 1964 aparece simultaneamente como uma consequência e uma interrupção. É assim que, interpretada como um governo imposto de fora pelo imperialismo norte-americano, a ditadura militar é considerada também como uma interrupção e mesmo como um retrocesso no processo de desenvolvimento, o que se expressaria na depressão a que foi levada a economia brasileira²⁵. O espinhoso problema da adesão da burguesia à ditadura é solucionado quando se admite que, temerosa pela radicalização ocorrida no movimento de massas nos últimos dias do governo de João Goulart, essa classe, do mesmo modo que a pequena burguesia, apoiou o golpe de Estado articulado pelo imperialismo e pela reação interna, passando logo a ser vítima de sua própria política, em virtude da orientação antidesenvolvimentista e desnacionalizante adotada pelo governo militar.

A partir dessa interpretação, a esquerda brasileira (referimo-nos ao seu setor reformista, representado pelo movimen-

25. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o produto nacional bruto do Brasil apresentou as seguintes variações: 1956-61, 7%; 1962, 5,4%; 1963, 1,6% e 1964, 3%. Em 1965, o PNB apresentou sensível recuperação, aumentando 5%, mas a produção industrial propriamente dita diminuiu na mesma proporção. Só a partir de 1967 a economia brasileira entrou em uma fase de recuperação.

to nacionalista e pelo Partido Comunista Brasileiro) tomou como lema a “redemocratização”, destinada a restabelecer as condições necessárias para a participação política das massas e acelerar o processo de desenvolvimento. Em última instância, trata-se de criar de novo a base necessária ao restabelecimento da frente única operário-burguesa, que marcou o governo de João Goulart, isto é, o diálogo político e a comunidade de propósitos entre as duas classes. E é assim que, baseada na sua concepção da revolução brasileira, essa esquerda não chega hoje a um outro resultado senão o de apontar, como saída para a crise atual, uma volta ao passado.

O compromisso político de 1937

Seria difícil verificar a exatidão dessa concepção sem examinar de perto o capitalismo brasileiro, a maneira como se desenvolveu e sua natureza atual. Em geral, os estudiosos estão de acordo em aceitar a data de 1930 como o momento decisivo que marcou o trânsito de uma economia semicolonial, baseada na exportação de um único produto e caracterizada por sua atividade eminentemente agrícola, para uma economia diversificada, animada por um forte processo de industrialização. Com efeito, se o início da industrialização data há mais de cem anos e esteve inclusive na raiz do processo político revolucionário que, vitorioso em 1930, permitiu a sua aceleração, e se a atividade fabril ganha impulso na década de 1920, não é possível negar que é a partir da revolução de 1930 que a industrialização se afirma no país e empreende a mudança global da velha sociedade.

A crise mundial de 1929 operou muito neste sentido. Impossibilitado de colocar no mercado internacional sua produção e sofrendo o efeito de uma demanda de bens manufaturados que já não podia satisfazer com importações, o país

acelera a substituição de importações de bens manufaturados desenvolvendo um processo que parte da indústria leve e chega, por volta dos anos 40, à indústria de base. É primariamente a crise da economia cafeeira e a pressão da nova classe industrial para participar do poder que produz o movimento revolucionário de 1930, o que obriga a velha oligarquia latifundiária a romper seu monopólio político e instala no poder a equipe revolucionária encabeçada por Getúlio Vargas.

Durante alguns anos, as forças políticas se mantêm em equilíbrio instável enquanto tentam novas composições. A investida fracassada da oligarquia, em 1932, reforça a posição da pequena burguesia, cuja ala radical, unida ao proletariado, deseja aprofundar a mudança revolucionária, reivindicando sobretudo uma reforma agrária. A insurreição esquerdista de 1935 se conclui no entanto com uma derrota dessa tendência, o que permite à burguesia consolidar sua posição. Aliando-se à oligarquia e ao setor direitista da pequena burguesia (que será derrotado no ano seguinte), a burguesia apóia, em 1937, a implantação de um regime ditatorial, sob a liderança de Getúlio.

O "Estado Novo" de 1937, sendo um regime bonapartista, está longe de representar uma opressão aberta de classe. Ao contrário, através de uma legislação social avançada, que se complementa com uma organização sindical de tipo corporativo e um forte aparato policial e de propaganda, trata de enquadrar as massas operárias. Paralelamente, instituindo o concurso obrigatório para os cargos públicos de baixo e médio nível, concede à pequena burguesia (única classe verdadeiramente letrada) o monopólio dos mesmos e lhe dá, portanto, uma perspectiva de estabilidade econômica.

A questão fundamental está em compreender por que a revolução de 1930 levou a esse equilíbrio político e, mais exatamente, por que esse equilíbrio se baseou em um compromisso

entre a burguesia e a antiga oligarquia latifundiária e mercantil. A esquerda brasileira, fazendo eco de um Virgínio Santa Rosa (intérprete da pequena burguesia radical dos anos 30), tende hoje a atribuir esse fato à ausência de consciência de classe por parte da burguesia, explicável pela circunstância de ter-se realizado a industrialização às custas de capitais originados na agricultura, que já não encontravam ali um campo de investimento. Incide, no nosso entender, num duplo erro.

Primeiro, o deslocamento de capitais da agricultura para a indústria tem muito pouco a ver, em si mesmo, com a consciência de classe. Não são capitais os que têm essa consciência, mas os homens que os manejam. E nada indica (estudos recentes dizem o contrário) que os próprios latifundiários tenham se convertido em empresários industriais. O que parece ter acontecido foi uma drenagem de capitais da agricultura para a indústria mediante o sistema bancário; o que, de passagem, explica amplamente o comportamento político indefinido e mesmo duplo dos bancos brasileiros.

O segundo erro é crer que a burguesia industrial não lutou por impor sua política, sempre que seus interesses não coincidem com os da oligarquia latifundiário-mercantil. Toda a história político-administrativa do país nos últimos quarenta anos foi, justamente, a história dessa luta, no terreno do crédito, dos impostos, da política cambial. Se o conflito não foi ostensivo, se não explodiu em insurreições e guerras civis, é precisamente porque se desenvolveu no âmbito de um compromisso político, o de 1937. Os momentos em que esse compromisso foi posto em xeque foram aqueles em que a vida política do país se convulsionou: 1954, 1961, 1964.

Pois bem, o compromisso de 1937 expressa, de fato, uma complementação entre os interesses econômicos da burguesia

sia e das antigas classes dominantes; é neste quadro que a drenagem de capitais tem sentido, ainda que não se possa confundir essa drenagem com a própria complementação. E é por ter reconhecido a existência desta e atuado conforme sua lógica que não se pode falar de falta de consciência de classe por parte da burguesia brasileira.

Um dos elementos significativos dessa complementaridade é, com efeito, a drenagem de capitais para a indústria, pela qual a burguesia teve acesso a um excedente econômico que não necessitava expropriar, dado que se colocava espontaneamente à sua disposição. Não é, no entanto, o único. Manter o preço externo do café, enquanto se desvalorizava internamente a moeda, interessava aos dois setores – à oligarquia, porque preservava o nível de seus ingressos, e à burguesia, porque funcionava como uma tarifa protecionista. A demanda industrial interna era, por outro lado, sustentada exatamente pela oligarquia, necessitada dos bens de consumo que já não podia importar e em condição de adquiri-los somente na medida em que lhe era garantido o nível de renda.

Este será, sem dúvida, o ponto essencial para compreender a complementaridade objetiva em que se baseava o compromisso de 1937. Trata-se de ver que, sustentando a capacidade produtiva do sistema agrário (mediante a compra e o armazenamento ou a queima dos produtos inexportáveis), o Estado garantia à burguesia um mercado imediato, o único na realidade de que podia dispor na crise conjuntural mundial. Por suas características atrasadas, o sistema agrário mantinha, por outro lado, sua capacidade produtiva a um nível inferior às necessidades de emprego das massas rurais, forçando um deslocamento constante da mão-de-obra para as cidades. Esta mão-de-obra migratória não ia, apenas, engrossar a classe operária empregada nas atividades manufa-

tureiras, mas criaria um excedente permanente de trabalho, isto é, um exército industrial de reserva que permitia à burguesia rebaixar os salários e impulsionar a acumulação de capital exigida pela industrialização. Em conseqüência, uma reforma agrária não teria feito mais que transtornar esse mecanismo, sendo inclusive susceptível de provocar o colapso de todo o sistema agrário, o que teria liquidado o mercado para a produção industrial e engendrado o desemprego maciço no campo e na cidade, desencadeando, assim, uma crise global na economia brasileira.

É por isso que não cabe falar de uma dualidade estrutural dessa economia, tal como ela costuma ser entendida, isto é, como uma oposição entre dois sistemas econômicos independentes e até mesmo *hostis*²⁶. Ao contrário, o ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro. Mais do que isto, e de um ponto de vista global, a industrialização foi a saída que o capitalismo brasileiro encontrou no momento em que a crise mundial, iniciada com a guerra de 1914, agravada pelo *crack* de 1929 e levada a seu paroxismo com a guerra de 1939, transtornava o mecanismo dos mercados internacionais.

Este raciocínio leva também a deixar de lado a tese da revolução permanente da burguesia, dado que é preciso inserir sua revolução no período 1930-1937. O “Estado Novo” não apenas significava a consolidação da burguesia no poder, representa também a renúncia dessa classe a qualquer iniciativa revolucionária, sua aliança com as velhas classes dominan-

26. A refutação mais radical da tese do dualismo estrutural foi feita por André Gunder Frank, em seu *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, Nova York, Monthly Review Press, 1967.

tes contra as alas radicais da pequena burguesia, assim como das massas proletárias e camponesas, e o enquadramento do desenvolvimento capitalista nacional pela via traçada pelos interesses da coalizão dominante que ele expressa.

A ruptura da complementaridade

Alimentada pelo excedente econômico criado pela exploração dos camponeses e operários, e tendo a estrutura agrária como elemento regulador da produção industrial e do mercado de trabalho, a indústria nacional que se desenvolve entre os anos 1930-1950 depende da manutenção dessa estrutura, ainda que se enfrente constantemente o latifúndio e o capital comercial no que se refere à apropriação dos lucros criados pelo sistema. No entanto, e na medida que se realiza o desenvolvimento econômico, o pólo industrial dessa relação tende a autonomizar-se e entra em conflito com o pólo agrário. É possível identificar três fatores na raiz desse antagonismo.

O primeiro se refere à crise geral da economia de exportação, no Brasil, como um resultado das novas tendências que regem no mercado mundial de matérias-primas. Adiada pela guerra de 1939 e pelo conflito coreano, essa crise tornar-se-á ostensiva a partir de 1953. A incapacidade do principal mercado comprador dos produtos brasileiros – o norte-americano – para absorver as exportações tradicionais do país, a competência dos países africanos e dos próprios países industrializados e a formação de zonas preferenciais, como o Mercado Comum Europeu, a tornam irreversível.

Esta situação já determinava que a complementaridade, até então existente, entre a indústria e a agricultura se visse posta em dúvida. Junto com a acumulação de existências invendáveis, que, devendo ser financiadas pelo governo, repre-

sentavam uma imobilização de recursos retirados da atividade industrial, a agricultura já não oferece à indústria o montante de divisas que esta necessita, em escala crescente, para importar equipamentos e bens intermediários, seja para manter em atividade o parque manufatureiro existente, seja, principalmente, para propiciar a implantação de uma indústria pesada. É assim que, apesar de as exportações mundiais aumentarem, entre 1951 e 1960, em 55%, crescendo a uma taxa média geométrica de 5,03%, as exportações brasileiras diminuem, no mesmo período, em 38%, baixando para a taxa média geométrica anual de 3,7%²⁷. Enquanto isso, as importações de matéria-prima, combustíveis, bens intermediários e equipamentos para atender a depreciação, e trigo, representam 70% do total das importações, o que torna extremamente rígida essa conta da balança comercial, já que “cerca de 70% do total da importação está constituído por produtos imprescindíveis à manutenção da produção interna corrente e à satisfação das necessidades básicas da população”²⁸.

Um segundo fator que estimula o antagonismo entre a indústria e a agricultura resulta da incapacidade desta para abastecer os mercados urbanos do país, em franca expansão. As carências surgidas no abastecimento de matérias-primas e de gêneros alimentícios para as cidades provocam a alta dos preços de umas e de outros. Conseqüência do caráter atrasado da agricultura, que resulta por sua vez da concentração da

27. Dados proporcionados pela revista da Confederação Nacional da Indústria do Brasil, *Desenvolvimento & Conjuntura*, Rio de Janeiro, março de 1965, p. 111.

28. *Programa de Ação Econômica do Governo*, 1964-1966, *op. cit.*, p. 120-121. A seguir, o documento observa explicitamente: “Se o país não consegue inverter em um futuro próximo a tendência desfavorável da capacidade para importar dos últimos anos, será talvez necessário racionalizar as importações além da mencionada margem de 30%, com o que se comprometeria não somente a taxa de desenvolvimento econômico, como também a da produção corrente”.

propriedade da terra – este fato é posto em evidência por sua repercussão no nível de vida da classe operária. A pressão sindical em prol de melhores salários acentuará essa tendência, agravando pesadamente o custo da produção industrial e levando em última instância à depressão econômica.

Um último fator, que pode ser isolado, para fins analíticos, é a modernização tecnológica que acompanhou o processo de industrialização, principalmente depois da guerra de 1939. Reduzindo a participação do trabalho humano na atividade manufatureira, em termos relativos, isso levou a que se produzisse uma forte margem entre os excedentes de mão-de-obra liberados da agricultura e as possibilidades de emprego criadas pela indústria. O problema não teria sido tão grave se a mão-de-obra excedente estivesse em condições de competir com a mão-de-obra empregada, pois a existência de um exército de reserva maior neutralizaria a pressão sindical por aumento de salários, contrapondo-se ao efeito da alta dos preços agrícolas internos. Isto não se deu, já que esta mão-de-obra só pode ser empregada em certas atividades que exijam pouca qualificação do trabalho (a construção civil, por exemplo), aumentando sua incapacidade profissional ao mesmo ritmo que avança a modernização tecnológica. Como consequência, os setores-chave da economia, como a metalurgia, a indústria mecânica e a indústria química, não puderam se beneficiar de um aumento real da oferta de mão-de-obra.

Nessas condições, as migrações rurais representaram cada vez mais uma piora dos problemas sociais urbanos. Esses problemas uniram-se aos que surgiam no campo, onde se estendia a luta pela posse da terra e se produziam movimentos como o das Ligas Camponesas. Sem chegar jamais a determinar o sentido da evolução da sociedade brasileira, o movimento camponês, com seus conflitos sangrentos e seus le-

mas radicais, acabou por se converter no pano de fundo em que se projetou a radicalização da luta de classes nas cidades.

A ruptura da complementaridade entre a indústria e a agricultura, levando à proposta da necessidade de uma reforma agrária, determinou, por parte da burguesia, no desejo de uma revisão do compromisso de 1937, revisão tentada com o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e com os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1963-1964). Na realidade, o que acontecia era que o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro chocava-se com o limite que lhe impunha a estrutura agrária. Ao enfrentar-se com o outro limite, representado por suas relações com o imperialismo, todo o sistema entraria em crise, o que não só revelaria sua verdadeira natureza, como também o levaria a uma nova etapa de seu desenvolvimento.

A investida imperialista

No período-chave de seu desenvolvimento, isto é, entre 1930 e 1950, a indústria brasileira beneficiou-se da crise mundial do capitalismo. Isso se deveu não só à impossibilidade em que se encontrou a economia nacional para satisfazer com importações a demanda interna de bens manufaturados, como também porque a crise lhe permitiu adquirir a baixo preço os equipamentos necessários à sua implantação e, principalmente, porque ela aliviou consideravelmente a pressão dos capitais estrangeiros sobre o campo de investimento representado pelo Brasil. Esta situação é comum para o conjunto dos países latino-americanos. Os investimentos diretos norte-americanos na América Latina, que haviam sido da ordem dos 3 bilhões e 462 milhões de dólares em 1929, baixaram para 2 bilhões e 705 milhões em 1940, e, ainda em 1946, o montante

desses investimentos é inferior ao de 1929, porém em 1950 chegam já a um nível superior somando 4 bilhões e 445 milhões, para chegar, em 1952, aos 5 bilhões e 443 milhões de dólares e dobrar essa soma no começo da década de 1960.

Esta mudança de tendências não se limita ao montante de investimentos, mas que afeta também sua estrutura. Assim, enquanto em 1929 somente 231 milhões (menos de 10% do total) eram investidos na indústria de manufaturados, este setor atraía, em 1950, 17,5% (780 milhões) e 21,4% em 1952 (1,166 milhões de dólares). Se tomamos a relação entre a incidência dos investimentos no setor agrícola e nas minas, no petróleo e na manufatura, veremos que a distribuição proporcional de 10% e 45%, respectivamente, que existia em 1929, passa a ser, em 1952, de 10% e de 60% do total.

Na história das relações da América Latina com o imperialismo norte-americano, os primeiros anos da década de 1950 constituem, assim, uma virada. Para o Brasil também. É quando a crise do sistema tradicional de exportação salta à vista, como assinalamos anteriormente. Mas, sobretudo, é quando se intensifica a penetração direta do capital imperialista no setor manufatureiro nacional, de tal forma que os investimentos norte-americanos, que haviam sido cerca de 46 milhões de dólares em 1929, de 70 milhões em 1940 e de 126 milhões em 1946, chegam em 1950 a 284 milhões e em 1952 a 513 milhões de dólares, enquanto o montante global desses investimentos em todos os setores passa de 194 milhões em 1929 a 240 milhões em 1940, a 323 milhões em 1946, 644 milhões em 1950 e a 1.013 milhões de dólares em 1952²⁹.

29. Os dados sobre os investimentos norte-americanos na América Latina e no Brasil foram fornecidos pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em sua publicação *U.S. Investments in the Latin American Economy*, 1957.

Essa investida dos capitais privados dos Estados Unidos é acompanhada por uma mudança nas relações entre os governos desse país e o do Brasil. Durante o período da guerra, o governo brasileiro consegue obter a ajuda financeira pública norte-americana para projetos industriais de importância, como a siderúrgica de Volta Redonda, que permitiu a afirmação efetiva de uma indústria de base no país. Após a guerra, uma missão norte-americana visita o Brasil para realizar um estudo de suas possibilidades econômicas e industriais, publicando seu relatório em 1949, enquanto o governo brasileiro elabora o Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia) para o período 1949-54. Ainda em 1950 é criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, sendo aprovado pelos dois governos um projeto de financiamento público norte-americano da ordem de 500 milhões de dólares, para os projetos destinados a superar os pontos de estrangulamento nos setores infra-estruturais e de base.

A execução desse projeto de financiamento é obstruída, no entanto, pelo governo norte-americano, que (ao suceder, em 1952, na presidência o republicano Eisenhower ao democrata Truman) acaba por negar-se a reconhecer obrigatoriedade do convênio de ajuda. A tática era clara: tratava-se de impossibilitar à burguesia brasileira o acesso a recursos que lhe permitissem superar com relativa autonomia os pontos de estrangulamento surgidos no processo de industrialização e forçar-lhe a aceitar a participação direta dos capitais privados norte-americanos, que realizavam, como observamos, uma investida sobre o Brasil. Essa tática será adotada, dali para frente, de maneira sistemática pelos Estados Unidos, estando na raiz do conflito entre o governo de JK e o Fundo Monetário Internacional, que surge por volta de 1958 e da posterior oposição entre os governos de Jânio Quadros e João Goulart e a administração norte-americana.

Imperialismo e burguesia nacional

A burguesia brasileira tentará reagir contra a pressão dos Estados Unidos em três ocasiões distintas. A primeira, em 1953-1954, com a mudança brusca de orientação que se opera no governo de Getúlio Vargas (que, deposto em 1945, regressará ao poder como candidato vitorioso da oposição em 1951). Buscando reforçar-se na política externa por meio de uma aproximação à Argentina de Perón, Getúlio altera sua política interna, lançando um programa desenvolvimentista e nacionalista, que se expressa na ressurreição do Plano SALTE (que havia ficado sem aplicação e volta à cena sob o nome de Plano Lafer), na lei do monopólio estatal do petróleo e na proposta ao Congresso de um projeto que institua regime idêntico para a energia elétrica, na criação do Fundo Nacional de Eletrificação e na elaboração de um programa federal de construção de estradas. Uma primeira regulamentação da exportação de lucros do capital estrangeiro é ditada, ao mesmo tempo que se anuncia uma nova regulamentação mais rigorosa e que o governo envia ao Congresso uma lei taxando os lucros extraordinários. Paralelamente, em conversas de cúpula, se ventila a intenção governamental de atacar o problema do latifúndio, propondo uma reforma agrária baseada em expropriações e na repartição de terra. Para sustentar sua política, Getúlio decide mobilizar o proletariado urbano: o ministro do trabalho, João Goulart, concede um aumento de 100% sobre os níveis do salário mínimo e chama as organizações operárias para apoiar o governo.

A tentativa fracassa. Pressionado pela direita, hostilizado pelo Partido Comunista e acochado pelo imperialismo (principalmente graças a manobras que diminuíam o preço do café, que desencadearam uma crise cambial), o ex-ditador

aceita a demissão de João Goulart e, mediante várias concessões, busca um acordo com a direita. Mas a luta já estava muito avançada e o abandono da política de mobilização operária, expressa na substituição de João Goulart, serve apenas para entregá-lo indefeso a seus inimigos. Em 24 de agosto de 1954, virtualmente deposto, Getúlio Vargas suicida-se.

A Instrução 113, expedida pelo governo interino de Café Filho e mantida por JK (que assume a presidência da república em 1956), consagra a vitória do imperialismo. Criando facilidades excepcionais para o ingresso dos capitais externos, esse instrumento jurídico corresponde a um compromisso entre a burguesia brasileira e os grupos econômicos norte-americanos. O fluxo de investimentos privados procedentes dos Estados Unidos chegou em menos de 5 anos a cerca de 2 bilhões e meio de dólares, impulsionando o processo de industrialização e afrouxando a pressão que a deterioração das exportações tradicionais exercia sobre a capacidade para importar. Observemos que essa penetração de capital imperialista apresentou três características principais: dirigiu-se, quase na sua totalidade, à indústria manufatureira e de base; processou-se sob a forma de introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos; e se realizou em grande parte através da associação de companhias norte-americanas com empresas brasileiras.

Por volta de 1960, a deterioração constante das relações de intercâmbio comercial e a tendência dos investimentos estrangeiros a declinar, agravados pelos movimentos reivindicativos da classe operária (em virtude, principalmente, da já assinalada alta dos preços agrícolas internos), agudizam novamente as tensões entre a burguesia brasileira e os monopólios norte-americanos. Jânio Quadros, que sucede a JK em 1961, tentará evitar a crise que se aproxima. Expressando os

interesses da grande burguesia de São Paulo, Jânio Quadros pratica uma política econômica de contenção dos níveis salariais e de liberalismo, cujo objetivo é criar novos atrativos aos investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo que coloca a necessidade de reformas de base, sobretudo no campo. A isso se acrescenta uma orientação independente na política externa, que se destina a ampliar o mercado brasileiro para exportações tradicionais, diversificar suas fontes de abastecimento em matérias-primas, equipamentos e créditos, e possibilitar a exportação de produtos manufaturados para a África e América Latina. Baseado no poder de discussão que lhe dava essa diplomacia, e numa aliança com a Argentina de Frondizi (aliança concretizada no acordo de Uruguaiana, assinado em abril de 1961), Jânio Quadros buscará, também sem sucesso, impor condições na conferência de agosto de Punta del Este, em que se consagra o programa da Aliança para o Progresso e que representa uma revisão da política interamericana.

Como Getúlio Vargas, Jânio Quadros fracassa. A reação da direita, a pressão imperialista, a insubordinação militar o levam ao gesto dramático da renúncia. João Goulart, que o sucede, depois que se frustra uma manobra para – anunciando o que aconteceria em 1964 – submeter o país a tutela militar, dedicará todo o ano de 1962 a restabelecer a íntegra dos seus poderes, que a implantação do parlamentarismo, em 1961, havia limitado. Para isso, revive na política nacional a frente única operário-burguesa, de inspiração getulista, apoiado agora pelo Partido Comunista.

Ainda que as tentativas para restabelecer a aliança com a Argentina não produzam resultados, nem os de substituir essa aliança pela aproximação ao México e ao Chile, a política externa brasileira não sofre, com João Goulart, mudanças sensíveis. Internamente, se agudiza a oposição entre a bur-

guesia, sobretudo seus estratos inferiores, e o imperialismo, levando à concreção do monopólio estatal da energia elétrica, que Getúlio colocara em 1953, e à regulamentação da exportação de lucros das empresas estrangeiras. No entanto, em 1963, depois do plebiscito popular que restaura o presidencialismo, o governo terá que se defrontar com uma disjuntiva insuperável: obter o apoio operário para a política externa e as reformas de base, de interesse para a burguesia, e conter, ao mesmo tempo, por exigência da burguesia, as reivindicações salariais. A impossibilidade de solucionar essa disjuntiva leva o governo ao imobilismo, que acelera a crise econômica, agudiza a luta de classes e abre, finalmente, as portas para a intervenção militar.

Este exame superficial das lutas políticas brasileiras nos últimos quinze anos parece dar razão à concepção geralmente adotada pela corrente majoritária de esquerda de uma burguesia desenvolvimentista, antiimperialista e antifeudal. A primeira questão está, no entanto, em saber o que se entende por burguesia nacional. As vacilações da política burguesa e, sobretudo, a conciliação com o imperialismo que foi posto em prática no período de JK, provocaram juízos que falavam de setores da burguesia comprometidos com o imperialismo, em oposição à burguesia propriamente nacional. Para muitos, esta última se identificaria com a burguesia média e pequena, sendo qualificados esses setores comprometidos com uma burguesia monopolista ou grande burguesia.

A distinção tem sua razão de ser. Pode-se, com efeito, considerar que as nacionalizações, as reformas de base, a política externa independente representaram para a grande burguesia, isto é, para seus setores economicamente mais fortes, mais um instrumento de chantagem destinado a aumentar seu poder de discussão frente ao imperialismo, que é uma es-

tratégia para obter um desenvolvimento propriamente autônomo do capitalismo nacional. Inversamente, para a mediana e a pequena burguesia (que predominam, setorialmente, na indústria têxtil e na indústria de automobilística de autopeças, por exemplo, e regionalmente no Rio Grande do Sul), tratava-se, efetivamente, de limitar e até mesmo de excluir a participação do imperialismo na economia brasileira. A esses estratos burgueses mais frágeis haveria que acrescentar-se certos grupos industriais de grande dimensão, mas ainda em fase de implantação, favoráveis portanto a uma política protecionista, como é o caso da jovem siderurgia de Minas Gerais, em que se realizam, no entanto, fortes incidências de capitais alemães e japoneses.

A razão para essa diferença de atitude entre a grande burguesia e seus estratos inferiores é evidente. Frente à penetração dos capitais norte-americanos, a primeira tinha uma opção – a de se associar a esses capitais – que, mais que uma opção, era uma conveniência. É normal que o capital estrangeiro, ingressando no país principalmente sob a forma de equipamentos e técnicas, busque associar-se a grandes unidades de produção, capazes de absorver uma tecnologia que, pelo fato de ser obsoleta nos Estados Unidos, não deixava de ser avançada para o Brasil. Aceitando essa associação e beneficiando-se das fontes de crédito e da nova tecnologia, as grandes empresas nacionais aumentam sua mais-valia e sua capacidade competitiva no mercado interno. Nestas condições, a penetração de capitais norte-americanos significa a absorção e a quebra das unidades mais frágeis, expressando-se numa acelerada concentração de capital, que engendra estruturas de caráter cada vez mais monopolista.

É isto que explica que tenham sido os estratos inferiores da burguesia e dos grandes grupos (não necessariamente na-

cionais), ainda incapazes de sustentar a competição com os capitais norte-americanos, que moveram a verdadeira oposição à política econômica liberal de Jânio Quadros, que beneficiava os monopólios nacionais e estrangeiros e que impulsionaram, no período de João Goulart, a adoção de medidas restritivas aos investimentos externos, tais como a regulamentação da exportação de lucros – enquanto a grande burguesia de São Paulo tendia para atitudes muito mais moderadas. Nada disso impediu que a intensificação dos investimentos norte-americanos, nos anos 50, aumentasse desproporcionalmente o peso do fator externo na economia e na vida política do Brasil. Além de acelerar a transferência do governo de setores básicos da produção para grupos norte-americanos e subordinar definitivamente o processo tecnológico brasileiro aos Estados Unidos, isso aumentou a influência dos monopólios estrangeiros na elaboração das decisões políticas e atenuou a ruptura que se havia produzido entre a agricultura e a indústria³⁰.

No entanto, como os fatos demonstraram, o que estava em jogo, para todos os setores da burguesia, não era especificamente o desenvolvimento, nem o imperialismo, mas a taxa de lucro. No momento em que os movimentos de massa favoráveis ao aumento dos salários se acentuaram, a burguesia esqueceu suas diferenças internas para fazer frente à única questão que lhe preocupa de fato: a redução de seus lucros. Isso foi tanto mais verdadeiro quanto não somente a alta dos preços agrícolas, que havia aparecido aos olhos da burguesia como um elemento determinante nas reivindicações operárias, passou para segundo plano, em virtude da autonomia que ga-

30. Principalmente porque as empresas e os acionistas estrangeiros dependem das divisas produzidas pela exportação para remeter seus lucros ao exterior.

nharam essas reivindicações, mas também porque o caráter político que estas assumiram colocou em perigo a própria estrutura de dominação vigente no país. A partir do ponto em que reivindicações populares mais amplas se uniram às demandas operárias, a burguesia – com os olhos postos na revolução cubana – abandonou totalmente a idéia da frente única de classes e voltou-se maciçamente para as fileiras da reação.

Essas amplas reivindicações populares que mencionamos resultavam em grande parte do dinamismo que havia ganhado o movimento camponês, mas se explicavam sobretudo pelo agravamento dos problemas de emprego da população urbana, que produziu a modernização tecnológica. Essa modernização, de origem estrangeira e exigindo da mão-de-obra uma qualificação que esta não tinha, acabou por criar uma situação paradoxal: enquanto aumentava o desemprego da mão-de-obra em geral, o mercado de trabalho da mão-de-obra qualificada se esgotava, constituindo-se em um ponto de estrangulamento, que postulava todo um programa de formação profissional, isto é, tempo e recursos, para ser superado. A força adquirida pelos sindicatos desses setores (metalúrgico, petrolífero, indústrias mecânicas e químicas) compensou a desvantagem que o desemprego criava para os demais (construção civil, indústria têxtil), pressionando para a alta de salários no seu conjunto.

A solução imediata ao problema, por parte da burguesia, implicava na contenção coercitiva dos movimentos reivindicativos e de uma nova onda de modernização tecnológica que, aumentando a produtividade do trabalho, permitisse reduzir a participação da mão-de-obra na produção e portanto afrouxar a pressão que a oferta de empregos exercia sobre o mercado de trabalho qualificado. Para a contenção salarial, a burguesia necessitava criar condições que não derivavam, evidentemente,

da frente operário-burguesa, que o governo e o PC insistiam em propor-lhe. Para renovar sua tecnologia, não podia contar com as parcas divisas supridas pela exportação e, agora, nem sequer com o recurso dos investimentos estrangeiros.

Com efeito, desde 1961 se torna cada vez mais sensível a resistência dos sindicatos ao processo inflacionário dos salários e verifica-se, inclusive, por parte destes, uma ligeira tendência à recuperação, ao mesmo tempo que se acelera, por mediação do mecanismo dos preços e, em virtude da rigidez da oferta agrícola, a transferência de recursos da indústria para a agricultura. As tentativas da burguesia para impor uma estabilização monetária (1961 e 1963) fracassam. Suas tentativas para acionar em benefício próprio o processo inflacionário, através de altas sucessivas dos preços industriais, apenas põem esse processo em ritmo mais ou menos acelerado, em virtude das respostas imediatas que lhe dão o setor comercial e agrícola e as classes assalariadas³¹. A elevação conseqüente dos custos de produção provoca sucessivas baixas na taxa de lucro nacionais e estrangeiras: os investimentos declinam.

Com a recessão dos investimentos estrangeiros, fechava-se a porta para as soluções de compromisso que a burguesia havia aplicado desde 1955, ao fracassar sua primeira tentativa para promover o desenvolvimento capitalista autônomo do país. A situação que devia enfrentar-se agora era ainda mais grave, dado que, com o desenvolvimento da crise da balança de pagamentos, o ponto de estrangulamento cambial se agudizava e isto no momento mesmo em que, terminado o

31. A taxa de inflação se acelerou em 1959, passando da média anual de 20% que havia apresentado entre 1951-58 a 52%. Depois de atenuar-se em 1960, aumentou progressivamente até alcançar 81% em 1963.

prazo de maturação dos investimentos realizados na segunda metade dos anos 50, os capitais estrangeiros pressionavam fortemente para exportar seus lucros. Assim, então, a crise cambial se traduzia na deterioração da capacidade para importar, que não somente não podia ser contornada mediante o recurso aos capitais estrangeiros, como era agravada pela própria ação desses capitais. A conseqüência da pressão dessas ameaças sobre a economia nacional era, pela primeira vez desde os anos 30, uma verdadeira crise industrial.

Na realidade, o que estava sendo posto em xeque era todo o sistema capitalista brasileiro. A burguesia – grande, média, pequena – compreendeu isso e, esquecendo suas pretensões autárquicas, assim como a pretensão de melhorar sua participação frente ao sócio maior norte-americano, preocupou-se unicamente em salvar o próprio sistema. E foi assim que chegou ao regime militar, implantado em 1º de abril de 1964.

O subimperialismo

A ditadura militar aparece assim como a conseqüência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada para abrir novas perspectivas de desenvolvimento. Seu aspecto mais evidente foi a contenção pela força do movimento reivindicativo das massas. Intervindo nos sindicatos e demais órgãos de classe, dissolvendo e agrupamentos políticos de esquerda e calando a imprensa, prendendo e assassinando a líderes operários e camponeses, promulgando uma lei de greve que obstruiu o exercício desse direito laboral, a ditadura conseguiu promover, pelo terror, um novo equilíbrio entre as forças produtivas. Ditaram-se normas fixando limites aos reajustes salariais e regulamentando rigidamente as negociações coletivas entre sindicatos

e empresários, que produziram uma redução sensível no valor real dos salários³².

Para executar essa política antipopular, foi necessário forçar a coalizão das classes dominantes. Deste ponto de vista, a ditadura correspondeu a uma ratificação do compromisso de 1937, entre a burguesia e a oligarquia latifundiário-mercantil. Isto ficou claro ao renunciar a burguesia a uma reforma agrária efetiva, que ferisse o regime atual da propriedade da terra. A reforma agrária aprovada pelo governo militar limitou-se à tentativa de criar melhores condições para o desenvolvimento agrícola, mediante a concentração dos investimentos e a formação de fundos para a assistência técnica, deixando as expropriações para os casos críticos de conflito pela posse da terra. Trata-se, em suma, de intensificar no campo o processo de capitalização, o que, além de exigir um prazo longo, não pode realizar-se em grande escala, em virtude da recessão global dos investimentos.

É necessário, no entanto, ter presente que não foi a necessidade de apoio político do latifúndio a única causa desta situação. A contenção salarial subtrai, por um lado, o caráter agudo que tinha para a burguesia a alta dos preços agrícolas, dado que estes já não podem repercutir normalmente sobre o custo da produção industrial. Por outro lado, a ditadura militar passou a exercer uma estreita vigilância sobre o comportamento dos preços agrícolas, mantendo-os coercivamente em um nível tolerável para a indústria. Finalmente, a razão

32. Tomando como base o índice oficial do custo de vida, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), de São Paulo, demonstrou que, nos primeiros anos do regime militar e frente a altas do custo de vida de 86% e 45,5% respectivamente, os salários aumentaram somente 83% em 1964 e 40% em 1965. Neste último ano, a redução do poder aquisitivo real do salário operário foi da ordem de 15,3%.

determinante para o restabelecimento integral da aliança de 1937 é o desinteresse relativo da grande burguesia quanto a uma dinamização efetiva do mercado interno brasileiro. Voltaremos em seguida a este ponto.

Outro aspecto da atuação realizada pela ditadura militar consistiu na criação de estímulos e atrativos para os investimentos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos. Mediante a revogação de limitações à ação do capital estrangeiro, como as que se estabelecem na lei de exportação de lucros, a concessão de privilégios a certos grupos, como aconteceu com a Hanna Corporation, a assinatura de um acordo de garantias aos investimentos norte-americanos, tratou-se de atrair para o país esses capitais. Simultaneamente, contendo o crédito à produção (o que leva as empresas a buscar o apoio do capital estrangeiro ou a quebrar, sendo compradas a preço baixo pelos grupos internacionais); estimulando a chamada “democratização do capital” (o que implica, na fase de estagnação, em facilitar ao único setor forte da economia, o estrangeiro, o acesso a pelo menos parte do controle das empresas); criando fundos estatais ou privados de financiamento, baseados em empréstimos externos; tributando fortemente a folha de salários das empresas (o que as obriga a renovar sua tecnologia a fim de reduzir a participação do trabalho e buscar a associação com capitais estrangeiros) – o governo militar promove a integração acelerada da indústria nacional com a norte-americana. O instrumento principal para alcançar este objetivo foi o “programa de ação econômica do governo”, elaborado pelo governo de Castelo Branco para o período 1964-1966. Para atrair os investidores estrangeiros, no entanto, o argumento principal que o governo esgrimiou foi a baixa dos custos de produção no país, obtida pela contenção das reivindicações da classe operária.

A política de integração ao imperialismo tem um duplo efeito: aumentar a capacidade produtiva da indústria, graças ao impulso que dá aos investimentos e à racionalização tecnológica e, em virtude desta última, acelerar o desequilíbrio existente entre o crescimento industrial e a criação de empregos pela indústria. Não se trata, como vimos, apenas de reduzir a oferta de empregos para os novos contingentes que chegam anualmente, na proporção de um milhão, ao mercado de trabalho: implica também na redução da participação da mão-de-obra já em atividade, aumentando fortemente a incidência do desemprego.

A integração do imperialismo sublinha, assim, a tendência do capitalismo industrial brasileiro que o torna incapaz de criar mercados na proporção de seu desenvolvimento e, mais ainda, o leva a restringir esses mercados, em termos relativos. Trata-se de uma agudização da lei geral de acumulação capitalista, isto é, da absolutização da tendência ao pauperismo, que leva ao estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema, já evidenciada pelos altos índices de “capacidade ociosa” verificados na indústria brasileira mesmo em sua fase de maior expansão. O desenvolvimento dessa contradição essencial do capitalismo brasileiro o leva à mais total irracionalidade, isto é, expandir a produção, restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva.

Esta contradição não é própria do capitalismo brasileiro, mas é comum ao capitalismo em geral. Nos países capitalistas centrais, no entanto, sua incidência foi contraposta de duas maneiras: pelo ajuste do processo tecnológico às condições próprias de seu mercado de trabalho e pela incorporação de mercados externos (entre eles, o próprio Brasil) a suas

economias. A irracionalidade do desenvolvimento capitalista no Brasil deriva precisamente da impossibilidade em que se encontra para controlar seu processo tecnológico, já que a tecnologia é para ele um produto de importação, estando esta incorporação condicionada por fatores aleatórios como a posição da balança comercial e os movimentos externos de capital; e das circunstâncias particulares que o país deve enfrentar para, repetindo o que fizeram os sistemas mais antigos, buscar no exterior a solução para o problema do mercado.

Praticamente, isto se traduz, em primeiro lugar, no impulso da economia brasileira para o exterior, no afã de compensar com a conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina, sua incapacidade para ampliar o mercado interno. Esta forma de imperialismo leva, no entanto, a um subimperialismo. Com efeito, não é possível à burguesia brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios norte-americanos e o fracasso da política externa independente de Jânio Quadros e de João Goulart o demonstra. Por outro lado, essa burguesia depende, para o desenvolvimento de sua indústria, de uma tecnologia cuja criação seja privativa desses monopólios. Não lhe resta, então, senão a alternativa de oferecer a estes uma sociedade no próprio processo de produção no Brasil, argumentando com as extraordinárias possibilidades de lucro que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar.

O capitalismo brasileiro orientou-se, assim, para um desenvolvimento monstruoso, dado que chega à etapa imperialista antes de ter conseguido a mudança global da economia nacional e em situação de dependência crescente diante do imperialismo internacional. A consequência mais importante deste fato é que, ao contrário do que acontece com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não

pode converter a exploração, que pretende realizar no exterior, em fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes; tem, ao contrário, pela necessidade que experimenta de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior norte-americano, que agravar violentamente a exploração do trabalho no marco da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção.

Trata-se, enfim, de um sistema que já não é capaz de atender às aspirações de progresso material e de liberdade política, que mobilizam hoje as massas brasileiras. Inversamente, tende a sublinhar seus aspectos mais irracionais, levando quantidades crescentes do excedente econômico para o setor improdutivo da indústria bélica e aumentando, pela necessidade de absorver parte da mão-de-obra desempregada, seus efetivos militares. Não cria, desta maneira, apenas as premissas para sua expansão para o exterior. Reforça também internamente o militarismo, destinado a consolidar a ditadura aberta de classe que a burguesia se viu na contingência de implantar.

Revolução e luta de classes

É nesta perspectiva que se deve determinar o verdadeiro caráter da revolução brasileira. Claro que nos referimos aqui a um processo futuro, já que falar dele como de algo existente, na fase contra-revolucionária que atravessa o país, não tem sentido. Identificar essa revolução com o desenvolvimento capitalista é uma falácia, similar à imagem de uma burguesia antiimperialista e antifeudal. O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou no Brasil a vida do velho sistema semicolonial de exportação. Seu desenvolvimento, em lugar de libertar o país do imperia-

lismo, vinculou-o a este ainda mais estreitamente e acabou por levá-lo à atual etapa subimperialista, que corresponde à impossibilidade definitiva de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil.

A noção de uma “burguesia nacional” de pouco alcance, capaz de realizar as tarefas que a burguesia monopolista levou a cabo, não resiste, por sua vez, à menor análise. Não se trata somente de observar que os interesses primários desses estratos burgueses são os de qualquer burguesia, isto é, a preservação do sistema contra toda ameaça proletária, como demonstrou seu apoio ao golpe militar de 1964. Trata-se, principalmente, de ver que a atuação política da chamada “burguesia nacional” expressa seu atraso econômico e tecnológico e corresponde a uma posição reacionária, mesmo em relação ao desenvolvimento capitalista.

O motor desse desenvolvimento está constituído, sem lugar a dúvidas, pela indústria de bens intermediários e de equipamentos, isto é, aquele setor em que reina soberana a burguesia monopolista associada aos grupos estrangeiros. São as necessidades próprias desse setor as que impulsionaram ao capitalismo brasileiro para a etapa subimperialista, único caminho que encontrou o sistema para seguir com seu desenvolvimento. A esta alternativa, a “burguesia nacional” nada tem que contrapor, senão uma demagogia nacionalista e populista, que apenas encobre sua incapacidade para fazer frente aos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico.

A prova disso está em que, apesar da força que os setores médios e pequenos da burguesia desfrutaram no período de João Goulart, graças a seus representantes ideológicos que ocupavam a maioria dos postos oficiais, não conseguiram encontrar uma saída para a crise econômica que se avizinhava.

Ao contrário, à medida em que a marcha da crise se traduzia no incremento das reivindicações populares e na radicalização política, esses setores submergiram-se na perplexidade e no pânico, até o ponto de entregar, sem resistência, à burguesia monopolista a liderança de que dispunham.

A política subimperialista da grande burguesia, tratando de compensar a queda das vendas internas com a expansão exterior, não pôde, no entanto, aproveitar a chamada “burguesia nacional”, que, em meio de quebras e suspensões de pagamentos, viu-se empurrada a uma situação desesperada. Aproveitando-se das dificuldades encontradas para a execução da política subimperialista (dificuldades determinadas em grande parte pelo esforço de guerra norte-americano no Vietnã e as mudanças da política argentina, posteriores ao golpe militar de 1966 nesse país), esta burguesia manobrou para introduzir modificações na política econômica do governo, a fim de aliviar sua situação. Essas modificações localizam-se, principalmente, numa liberação do crédito oficial, que, sendo realizado sem uma correspondente liberalização dos salários, agravaria ainda mais a exploração da classe operária; e se fosse completado com a liberalização salarial, restauraria o *impasse* de 1963, que levou à implantação da ditadura militar.

É evidente, então, que a busca de soluções intermediárias, baseadas nos interesses dos setores burgueses mais fracos, ou resulta impraticável ou é susceptível de levar, em prazo mais ou menos curto, a classe operária e demais grupos assalariados a uma situação pior que a que se encontram. É preciso temer que isto não fosse possível sem um endurecimento ainda maior dos aparelhos de repressão e um agravamento do caráter parasitário que tendem a assumir esses setores burgueses com relação ao Estado. Em outras palavras, uma

lismo, vinculou-o a este ainda mais estreitamente e acabou por levá-lo à atual etapa subimperialista, que corresponde à impossibilidade definitiva de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil.

A noção de uma "burguesia nacional" de pouco alcance, capaz de realizar as tarefas que a burguesia monopolista levou a cabo, não resiste, por sua vez, à menor análise. Não se trata somente de observar que os interesses primários desses estratos burgueses são os de qualquer burguesia, isto é, a preservação do sistema contra toda ameaça proletária, como demonstrou seu apoio ao golpe militar de 1964. Trata-se, principalmente, de ver que a atuação política da chamada "burguesia nacional" expressa seu atraso econômico e tecnológico e corresponde a uma posição reacionária, mesmo em relação ao desenvolvimento capitalista.

O motor desse desenvolvimento está constituído, sem lugar a dúvidas, pela indústria de bens intermediários e de equipamentos, isto é, aquele setor em que reina soberana a burguesia monopolista associada aos grupos estrangeiros. São as necessidades próprias desse setor as que impulsionaram ao capitalismo brasileiro para a etapa subimperialista, único caminho que encontrou o sistema para seguir com seu desenvolvimento. A esta alternativa, a "burguesia nacional" nada tem que contrapor, senão uma demagogia nacionalista e populista, que apenas encobre sua incapacidade para fazer frente aos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico.

A prova disso está em que, apesar da força que os setores médios e pequenos da burguesia desfrutaram no período de João Goulart, graças a seus representantes ideológicos que ocupavam a maioria dos postos oficiais, não conseguiram encontrar uma saída para a crise econômica que se avizinhava.

Ao contrário, à medida em que a marcha da crise se traduzia no incremento das reivindicações populares e na radicalização política, esses setores submergiram-se na perplexidade e no pânico, até o ponto de entregar, sem resistência, à burguesia monopolista a liderança de que dispunham.

A política subimperialista da grande burguesia, tratando de compensar a queda das vendas internas com a expansão exterior, não pôde, no entanto, aproveitar a chamada "burguesia nacional", que, em meio de quebras e suspensões de pagamentos, viu-se empurrada a uma situação desesperada. Aproveitando-se das dificuldades encontradas para a execução da política subimperialista (dificuldades determinadas em grande parte pelo esforço de guerra norte-americano no Vietnã e as mudanças da política argentina, posteriores ao golpe militar de 1966 nesse país), esta burguesia manobrou para introduzir modificações na política econômica do governo, a fim de aliviar sua situação. Essas modificações localizam-se, principalmente, numa liberação do crédito oficial, que, sendo realizado sem uma correspondente liberalização dos salários, agravaria ainda mais a exploração da classe operária; e se fosse completado com a liberalização salarial, restauraria o *impasse* de 1963, que levou à implantação da ditadura militar.

É evidente, então, que a busca de soluções intermediárias, baseadas nos interesses dos setores burgueses mais fracos, ou resulta impraticável ou é susceptível de levar, em prazo mais ou menos curto, a classe operária e demais grupos assalariados a uma situação pior que a que se encontram. É preciso temer que isto não fosse possível sem um endurecimento ainda maior dos aparelhos de repressão e um agravamento do caráter parasitário que tendem a assumir esses setores burgueses com relação ao Estado. Em outras palavras, uma

política econômica pequeno-burguesa, nas condições vigentes do Brasil, exigiria muito provavelmente a implantação de um verdadeiro regime fascista.

Em qualquer caso, no entanto, não se estaria dando solução ao problema do desenvolvimento econômico, que não pode ser obtido, como pretende a “burguesia nacional”, obstruindo a incorporação do progresso tecnológico estrangeiro e estruturando a economia com base em unidades de baixa capacidade produtiva. Para as grandes massas do povo, o problema está, inversamente, numa organização econômica que não apenas admita a incorporação do processo tecnológico e a concentração das unidades produtivas, mas que as acelere, sem que isso implique em agravar a exploração do trabalho em âmbito nacional e subordinar definitivamente a economia brasileira ao imperialismo. Tudo reside em conseguir uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, isto é, que aumente a capacidade de emprego e de produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo. Como isto não é possível no marco do sistema capitalista, não resta ao povo brasileiro senão um caminho: o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo.

Aos que negam à classe operária do Brasil a maturidade necessária para isso, a análise da dialética do desenvolvimento capitalista no país oferece rotunda resposta. Foram, com efeito, as massas trabalhadoras que, com seu movimento próprio e independente dos lemas reformistas que recebiam de suas direções, fizeram estalar as articulações do sistema e determinaram seus limites. Tocando para frente suas reivindicações econômicas, que repercutiram nos custos de produção industrial e atraindo a solidariedade das classes exploradas em um vasto movimento político, o proletariado agu-

dizou a contradição surgida entre a burguesia e a oligarquia latifundiário-mercantil e impediu à primeira o recurso aos investimentos estrangeiros, forçando-a a buscar o caminho do desenvolvimento autônomo. Se no final a política burguesa não levou senão à capitulação e, mais do que isto, à reação, é porque na verdade já não existe para a burguesia a possibilidade de levar a sociedade brasileira para formas superiores de organização e de progresso material.

O verdadeiro estado de guerra civil implantado no Brasil pelas classes dominantes – do qual a ditadura militar é a expressão – não pode ser superado mediante fórmulas de compromisso com alguns estratos burgueses. A inutilidade desses compromissos, frente à marcha implacável das contradições que coloca o desenvolvimento do sistema, impulsiona necessariamente a classe operária para as trincheiras da revolução. Por outro lado, o caráter internacional, que a burguesia subimperialista pretende imprimir à sua exploração, identifica a luta de classes do proletariado brasileiro com a guerra antiimperialista que lavra no continente.

Mais que uma redemocratização e uma renacionalização, o conteúdo da sociedade que surgirá desse processo será o de uma democracia nova e de uma nova economia, abertas à participação das massas e voltadas para a satisfação de suas necessidades. Nesse contexto, os estratos inferiores da burguesia encontrarão, se o desejarem, e com caráter transitório, um papel a desempenhar. Criar esse marco e dirigir sua evolução é, no entanto, uma tarefa que nenhum reformismo poderá subtrair à iniciativa dos trabalhadores.

Dialética da dependência

Em suas análises da dependência latino-americana, os teóricos marxistas incorreram, em geral, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde em aceitá-lo em sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado foram os estudos marxistas chamados de ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se traduz numa formalização que é incapaz de reconstruí-la no plano da exposição e nos quais a relação entre o concreto e o abstrato se rompe, para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isto se deu, sobretudo, no campo da história econômica. O segundo tipo de desvio foi mais freqüente no campo da sociologia, no qual, diante da dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista apelam simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária deste procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretense enriquecimento do marxismo, que na realidade se trata da sua negação.

Estes desvios nascem de uma dificuldade real. Frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se dão como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é

portanto acidental a reiteração nos estudos sobre a América Latina da noção de “pré-capitalismo”. O que seria necessário dizer é que, ainda quando realmente se trate de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas. É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional.

Isto é verdade sobretudo quando nos referimos ao moderno capitalismo industrial latino-americano, tal como se constituiu nas duas últimas décadas. Mas, em seu aspecto mais geral, a proposição também é válida para o período imediatamente precedente e até mesmo para a economia exportadora. É óbvio que, no último caso, a insuficiência prevalece ainda sobre a distorção, mas, se queremos entender como uma se converteu na outra, é à luz desta que devemos estudar aquela. Em outras palavras, é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado.

Mas aqui, como sempre, a verdade tem um duplo sentido: se é certo que o estudo das formas sociais mais desenvolvidas projeta luz sobre as formas mais embrionárias (ou, para dizê-lo nos termos de Marx, “a anatomia do homem é uma chave da anatomia do macaco”)¹, também é certo que o desenvolvimento ainda insuficiente de uma sociedade, ao res-

1. *Introducción a la crítica de la economía política/1857*, Uruguai. Ed. Carabella, s.d., p. 44.

saltar um elemento simples, torna mais compreensível sua forma mais complexa, que integra e subordina esse elemento. Como observa Marx:

[...] a categoria mais simples pode expressar as relações dominantes de um todo não desenvolvido ou as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente antes de que o todo se desenvolvesse no sentido expresso por uma categoria mais concreta. Só então o caminho do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real².

Na identificação destes elementos, as categorias marxistas devem ser aplicadas, pois, à realidade como instrumentos de análises e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que análise tem que ponderá-las, sem que isto implique de forma alguma em romper com o fio do raciocínio marxista, enxertando-o corpos estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ele. O rigor conceitual e metodológico: a isto se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer imitação do processo de investigação que se deriva já não tem nada a ver com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo.

1. A integração ao mercado mundial

Forjada ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capi-

2. *Ibid.*, p. 41.

tal internacional. Colônia produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, num primeiro momento contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa tecida durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais tem nesta seu ponto de entroncamento: ignorando-se uns aos outros, os novos países se articulariam diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, passarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera suas importações – de dívidas. Até à metade do século XIX, as exportações latino-americanas estão estagnadas e a balança comercial latino-americana é deficitária; os empréstimos externos se destinam a sustentar a capacidade de importação. Ao aumentar as exportações e, sobretudo, a partir do momento em que o comércio exterior começa a produzir saldos positivos, o papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente obtido na América Latina. O caso do Brasil é revelador: a partir da década de 1860, quando os saldos da balança comercial se tornam cada vez mais importantes, o serviço da dívida externa aumenta: de 50% sobre esse saldo nos anos sessenta, sobe para 99% na década seguinte³. Entre 1902-1913, enquanto o valor das exportações aumenta em 79,6%, a dívida externa brasileira o faz em

3. Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1964.

144,6% e representa, em 1913, 60% do gasto público total⁴. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. Nesse sentido, a conhecida fórmula de André Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz⁵. As críticas que lhe foram feitas representam muitas vezes um passo atrás nessa formulação, em nome de precisões que pretendem ser teóricas, mas que costumam não ir mais além da semântica.

No entanto, e nisso reside a debilidade real do trabalho de Frank, a situação colonial não é igual à situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; como afirma Canguilhem, “o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento⁶”. A dificuldade da análise teórica está preci-

4. J.A. Barboza-Carneiro, *Situation économique et financière du Brésil; memorandum présenté à la Conférence Financière Internationale*. Bruxelas, setembro-outubro de 1920.

5. Veja-se, por exemplo, seu artigo “Quien es el enemigo inmediato”, *Pensamiento Crítico*, n. 13, Havana, 1968.

6. Georges Canguilhem, *Lo normal y lo patológico*. Ed. Siglo XXI, Argentina, Buenos Aires, 1971, p. 60. Sobre os conceitos de homogeneidade e de continuidade, veja-se o cap. 3 dessa obra.

samente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica numa mudança de qualidade. No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como observamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente em sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, mas sobretudo no XVIII, graças à coincidência entre a descoberta do ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês)⁷, só no curso do século XIX e especificamente depois de 1840 sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente⁸. Isto se explica se considerarmos apenas o surgimento da grande indústria que se estabelece em bases sólidas com a divisão internacional do trabalho.⁹

7. Veja-se Celso Furtado, *Formación económica del Brasil*, Ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1962, p. 90-91.

8. Num trabalho que minimiza enormemente a importância do mercado mundial para o desenvolvimento do capitalismo, Paul Bairoch observa que só "a partir de 1840-1850 começa a verdadeira expansão do comércio exterior (da Inglaterra); desde 1860, as exportações representam 14% da renda nacional e é apenas o começo de uma evolução nacional que alcançará o máximo nos anos que precedem a guerra de 1914-1918, quando as exportações chegaram a cerca de 40% da renda nacional. O começo dessa expansão marca uma modificação na estrutura das atividades inglesas, como vimos no capítulo da agricultura; a partir de 1840-1850 a Inglaterra começará a depender cada vez mais do exterior para sua subsistência" (*Revolución industrial y subdesarrollo*. Ed. Siglo XXI, México, 1967, p. 285). Quando se trata da inserção da América Latina na economia capitalista mundial, é à Inglaterra que é necessário se referir, mesmo naqueles casos (como o da exportação chilena de cereais para os Estados Unidos) nos quais a relação não é direta. É por isso que as estatísticas mencionadas explicam a constatação de um historiador, no sentido de que "em quase todos os lugares da América Latina, os níveis de comércio internacional de 1850 não excedem excessivamente aos de 1825" (Tulio Halperin Donghi, *História contemporânea de América Latina*, Alianza Editorial, Madri, 1970, p. 158).

9. "A grande indústria criou o mercado mundial já preparado pela descoberta da América." (*Manifesto do Partido Comunista*, em Marx e Engels, *Obras escolhidas* I, p. 21. Cf. também *El Capital*, t. I, cap. XXIII, 3, p. 536, nota, edição do Fondo de Cultura Económica). Advertimos aqui que procuramos referir as citações do *Capital* nesta edição para facilitar ao leitor sua localização; no entanto, por inconvenientes derivados seja da tradução, seja das edições em que ela se baseia, preferimos, em certos casos, recorrer ao texto incluído nas obras de Marx editadas sob a responsabilidade de Maximilián Rubel (Paris, NRF, Bibliothèque de la Pléiade); nesses casos, damos também a referência que corresponde à edição FCE.

A criação da grande indústria moderna teria sido fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas que permita a especialização, por parte da sociedade, na atividade especificamente industrial¹⁰. No caso da industrialização européia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a extremada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não teria podido ter lugar se estes não tivessem contado com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Foi isto que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas.

Mas não ocorreu isto na função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, se acrescentará logo a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do pró-

10. "[...] Uma produtividade do trabalho agrícola que supere as necessidades individuais do operário constitui a base de toda sociedade e, sobretudo, a base da produção capitalista, que separa uma parte cada vez maior da sociedade da produção de meios diretos de subsistência e a converte, como diz Stuart, em *free heads*, em homens disponíveis para a exploração de outras esferas" (*El Capital*, III, XLVII, p. 728).

buem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores – ou seja, uma mais-valia extraordinária. Assim essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no ramo considerado, isto é, não incide na cota de mais-valia. Se o procedimento técnico que permitiu o aumento de produtividade se generaliza para as demais empresas e, assim, se uniformiza a taxa de produtividade, isso não produz tampouco o aumento da cota de mais-valia: se terá apenas acrescentado a massa de produtos, sem fazer variar seu valor ou, o que é a mesma coisa, o valor social da unidade de produto se reduziria em termos proporcionais ao aumento de produtividade do trabalho. A consequência seria, então, não o incremento da mais-valia, mas na verdade sua diminuição.

Isto se deve a que o que determina a cota de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração do trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente de seu salário¹³). Só a alteração dessa proporção, num sentido favorável ao capitalista, isto é, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a cota de mais-valia. Para isto, a redução do valor social das mercando-

13. "O trabalho deve [...] possuir um certo grau de produtividade antes que possa prolongar-se mais além do tempo necessário ao produtor para garantir sua subsistência, mas não é jamais essa produtividade, qualquer que seja o seu grau, a causa da mais-valia. Esta causa é sempre o trabalho excedente, qualquer que seja o modo de extorqui-lo". Tradução literal da passagem incluída em *El Capital*, I, XVI, p. 1008-1009, Pléiade; essa passagem não aparece na edição FCE, onde corresponderia ao tomo I, cap. XIV, p. 428.

rias deve incidir em bens necessários à reprodução da força de trabalho, isto é, em bens-salários. A mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, então, à desvalorização dos bens-salário, para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho¹⁴.

Esta digressão é indispensável se quisermos entender bem por que a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa. Mencionamos já que uma das funções que lhe foi atribuída, no âmbito da divisão internacional do trabalho, foi a de prover aos países industriais dos alimentos que exigia o crescimento da classe operária, em particular, e da população urbana, em geral, que se dava ali. A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu a criar e que alcança seu auge na segunda metade do século XIX, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência¹⁵. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outras palavras, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um pa-

14. Cf. *El Capital*, I, seções IV e V, e *El Capital*, Livro I, Capítulo VI (inédito). Ed. Signos, Buenos Aires, 1971, parte I.

15. A participação das exportações no consumo de alimentos da Inglaterra, por volta de 1880, era de 45% para o trigo, de 53% para a manteiga e o queijo, 94% para as batatas e 70% para a carne. Dados de M.G. Mulhall, reportados por Paul Bairoch, *op. cit.*, p. 248-249.

prio desenvolvimento industrial¹¹. O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, fizeram a massa de matéria-prima voltada para o processo de produção aumentar em maior proporção¹². Esta função, que chegará mais tarde à sua plenitude, é também a que se revelaria como a mais duradoura para a América Latina, mantendo toda sua importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tiver alcançado um novo estágio.

O que importa considerar aqui é que as funções que a América Latina desempenha na economia capitalista mundial transcendem à simples resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da

11. É interessante observar que, chegado um certo momento, as próprias nações industriais exportarão seus capitais para a América Latina, para aplicá-los à produção de matérias-primas e alimentos para a exportação. Isto é visível sobretudo quando a presença dos Estados Unidos na América Latina se acentua e começa a deslocar-se para a Inglaterra. Se observarmos a composição funcional do capital externo existente na região, nas primeiras décadas deste século, veremos que o capital de origem britânica se concentra prioritariamente nos investimentos de carteira, principalmente valores públicos e ferroviários, que representavam normalmente três quartas partes do total; enquanto que os Estados Unidos destinam a esse tipo de operações apenas uma terça parte de seus investimentos e privilegiam a aplicação de fundos no setor de minas, no petróleo e na agricultura. Veja-se Paul R. Olson e C. Addison Hickman, *Economia internacional latinoamericana*. Ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1945, cap. V.

12. “[...] Ao crescer o capital *variável*, tem que crescer também necessariamente o capital *constante*, e ao aumentar de volume as condições comuns de produção, os edifícios, os fornos, etc., têm também que aumentar, e muito mais rapidamente, que os operários, as *matérias-primas*” (*El Capital*, I, XII, p. 293, sublinhado no original). Além disso, qualquer que seja a variação experimentada pelo capital variável e pelo elemento fixo do capital constante, o gasto de matérias-primas é sempre maior, quando aumenta o grau de exploração ou da produtividade do trabalho. Cf. *El Capital*, I, XXII, inciso 4.

produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. É este caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, que deve reter nossa atenção.

2. O segredo do intercâmbio desigual

A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências que coloca nos países capitalistas a passagem à produção de mais-valia relativa. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho. Sem aprofundar-nos na questão, convém fazer aqui algumas precisões que se relacionam com nosso tema.

No essencial, trata-se de dissipar a confusão que se costuma estabelecer entre o conceito de mais-valia relativa e o de produtividade. De fato, se bem constitui a condição por excelência da mais-valia relativa, uma maior capacidade produtiva do trabalho não garante por si mesmo um aumento da mais-valia relativa. Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente este fato o que leva ao capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso lhe permite rebaixar o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais da produção lhe atri-

pel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

Antes de examinar o reverso da medalha, isto é, as condições internas de produção que permitirão à América Latina cumprir essa função, cabe indicar que não é só a nível de sua própria economia que a dependência latino-americana se revela contraditória. Isto se deve a que, como observamos antes, o aumento da capacidade produtiva do trabalho implica num consumo mais que proporcional de matérias-primas. Na medida em que essa maior produtividade se acompanha efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isto significaria que baixa o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias-primas), ou seja, que se eleva a composição-valor do capital. Pois bem, o que apropria o capitalista não é diretamente a mais-valia produzida, mas a parte desta que lhes corresponde sob a forma de lucro. Como a cota de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital avançado no processo de produção, isto é, salários, instalações, maquinaria, matérias-primas, etc., o resultado do aumento da mais-valia tende a ser – sempre que implique, mesmo em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la – uma baixa da cota de lucro.

Esta contradição, crucial para a acumulação capitalista, é contraposta mediante diversos procedimentos que, do ponto de vista estritamente produtivo, orientam-se já no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, a fim de compensar o declínio da cota de lucro, já ao induzir uma baixa paralela no valor do capital constante, que o propósito de impedir que se dê o declínio. No segundo tipo de procedimentos, interessa aqui o que se refere à oferta mundial de matérias-primas industriais, que aparece como a contrapartida – do ponto de

vista da composição-valor do capital – da oferta mundial de alimentos. Tal como se dá com esta última, é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, com a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas contribui a que se superem os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão¹⁶.

Existe, no entanto, outro aspecto do problema que deve ser considerado. Trata-se do fato suficientemente conhecido de que o aumento da oferta mundial de alimentos e de matérias-primas foi acompanhado do declínio dos preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas¹⁷. Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável e, em todo caso, declina lentamente, a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depre-

16. Isto é resumido por Marx da seguinte maneira: "Quando o comércio exterior barateia os elementos do capital constante ou os meios de subsistência de primeira necessidade em que se investe o capital variável, contribui para fazer com que aumente a taxa de lucros, ao elevar a taxa de mais-valia e reduzir o valor do capital constante". *El Capital*, III, XIV, p. 236. É necessário ter presente que Marx não se limita a esta constatação, mas mostra também o modo contraditório mediante o qual o comércio exterior contribui para a baixa da taxa de lucro. Não o seguiremos, no entanto, nesta direção, e tampouco em sua preocupação sobre como os lucros obtidos pelos capitalistas que operam na esfera do comércio exterior podem fazer subir a taxa de lucro (procedimento que se poderia classificar em um terceiro tipo de medidas para se contrapor à baixa tendencial da taxa de lucro, junto com o crescimento do capital em ações: medidas destinadas a burlar a tendência declinante da taxa de lucro através do deslocamento do capital para esferas não produtivas). Nosso propósito não é o de aprofundar-nos agora no exame das contradições que coloca a produção capitalista em geral, mas apenas esclarecer as determinações fundamentais da dependência latino-americana.

17. Apoiando-se em estatísticas do Departamento Econômico das Nações Unidas, Paolo Santi observa, sobre a relação entre os preços de produtos primários e manufaturados: "Considerando o quinquênio 1876-80 = 100, o índice baixa a 96,3 no período 1886-90, a 87,1 nos anos 1896-1900 e se estabiliza no período que vai de 1906 a 1913 em 85,8, começando a baixar e com maior rapidez, depois do fim da guerra." "O debate sobre o imperialismo nos clássicos do marxismo", *Teoria marxista del imperialismo*, Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, Argentina, 1969, p. 49.

ciação dos bens primários. É evidente que essa depreciação não pode corresponder à desvalorização real desses bens, devido a um aumento de produtividade nos países não industriais, já que é precisamente ali que a produtividade se eleva mais lentamente. Convém, assim, indagar as razões desse fenômeno e por que não se traduziu em desestímulo à incorporação da América Latina à economia internacional.

O primeiro passo para responder a esta pergunta consiste em deixar de lado a explicação simplista que não quer ver ali senão o resultado da lei de oferta e procura. Embora seja evidente que a concorrência desempenha um papel decisivo na fixação dos preços, ela não explica por que, do lado da oferta, verifica-se uma expansão acelerada independentemente de que as relações de troca se estejam deteriorando. Também pouco se poderia interpretar o fenômeno se nos limitássemos à constatação empírica de que as leis mercantis foram falseadas no plano internacional graças à pressão diplomática e militar por parte das nações industriais. Este raciocínio, mesmo que apoiado em fatos reais, inverte a ordem dos fatores e não vê que a utilização de recursos extra-econômicos se deriva precisamente de que há por trás uma base econômica que a torna possível. Ambos os tipos de explicação contribuem, portanto, para ocultar a natureza dos fenômenos estudados e levam a ilusões sobre o que é realmente a exploração capitalista internacional.

Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas desta maneira é mistificar a economia capitalista internacio-

nal, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é. Em última instância, isto leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca.

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações fracas se torna supérfluo e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e ampliam o atraso e a debilidade dessas nações. Verifica-se aqui o mesmo fenômeno que se observa no interior das economias industriais: o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que passam a operar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação¹⁸. A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas simultaneamente cria todas as

18. "Não basta que as condições de trabalho cristalizem em um dos pólos como capital e no pólo contrário como homens que não têm nada que vender senão sua força de trabalho. Nem sequer basta obrigar a estes a vender-se voluntariamente. No transcurso da produção capitalista, vai se formando uma classe operária que, à força de educação, de tradição, de costume, submete-se às exigências deste regime de produção como as mais lógicas leis naturais. A organização do processo capitalista de produção já desenvolvido vence todas as resistências, a existência constante de uma superpopulação relativa mantêm a lei de oferta e procura de trabalho em concordância com as necessidades de exploração do capital e a pressão surda das condições econômicas sela o poder de mando do capitalista sobre o operário. Ainda se emprega, de vez em quando, a violência direta, extra-econômica; mas só em casos excepcionais. Dentro da marcha natural das coisas, já se pode deixar o operário à mercê das '*leis naturais da produção*', isto é, entregue ao predomínio do capital, predomínio que as próprias condições de produção engendram, garantem e perpetuam." *El Capital*, I, XXIV, p. 627, subl. orig.

condições para que operem os distintos mecanismos mediante os qual o capital trata de burlá-la.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias exprime a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática se observam diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de intercâmbio e que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior da própria esfera de produção (quer se trate de produtos manufaturados ou de matérias-primas) e os que atuam no âmbito de distintas esferas que se inter-relacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis do intercâmbio, no segundo adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas.

É assim como, por efeito de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribuem a fixar. Isto se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira se apropriam os capitais individuais do fruto da produtividade do trabalho. É natural que o fenômeno se apresente sobretudo a nível da concorrência entre as nações industriais e menos entre as que produzem bens primários, já que é entre as primeiras que as leis capitalistas de intercâmbio se exercem de maneira plena; isto não quer dizer que não se verifique também entre estas últimas, principalmente quando se desenvolvem ali as relações capitalistas de produção.

No segundo caso – transações entre nações que intercambiam distintos tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem. E que esta cessão ou transferência se acentue em favor daquele país que lhes vende mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, mesmo se não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais alta.

Frente a esses mecanismos de transferência de valor, fundados seja na produtividade, seja no monopólio de produção, podemos identificar – sempre ao nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento de valor intercambiado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isto permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado. Esse mecanismo de compensação pode ser verificado tanto no plano do intercâmbio de produtos similares como de produtos originários de diferentes esferas de produção. Preocupamo-nos aqui apenas com o segundo caso.

O que importa observar é que, para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lan-

çar mão de uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. A rigor, só o primeiro – o aumento da intensidade do trabalho – se contrapõe realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho. No plano dos fatos, todos contribuem para aumentar a massa de valor realizada e, assim, a quantidade de dinheiro obtida através do intercâmbio. Isto é o que explica, neste plano de análise, que a oferta mundial de matérias-primas e de alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor da produção¹⁹.

O que aparece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria num esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador. Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta seguir manejando simplesmente a noção de intercâmbio entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no âmbito desse intercâmbio, a apropriação de uma mais-valia que se gera me-

19. Celso Furtado comprovou o fenômeno, sem chegar a tirar dele todas suas conseqüências: "A baixa nos preços das exportações da Inglaterra [...] entre as duas décadas referidas se manteve perfeitamente estável. Pode-se, portanto, afirmar que a queda do índice dos termos de intercâmbio foi de aproximadamente 40%, isto é, que a renda real gerada pelas exportações cresceu 40% menos que o volume físico destas. Como o valor médio anual das exportações subiu de 3.900.000 libras a 5.470.000, ou seja, um aumento de 40%. Disto se depreende que a renda gerada pelo setor exportador cresceu nessa mesma proporção, enquanto o esforço produtivo realizado nesse setor foi aproximadamente o dobro." *Op. cit.*, p. 115.

diante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob este ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, do ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma baixa da taxa de mais-valia e em conseqüência a incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação a nível do mercado é de fato um mecanismo que opera ao nível da produção interna. É para esta esfera que devemos deslocar portanto o enfoque da nossa análise.

3. A superexploração do trabalho

Vimos que o problema que coloca o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da própria produção. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Dever-se-ia observar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em redu-

zir o consumo do operário além de seu limite normal pelo qual “o fundo necessário do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”²⁰, implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.

Precisemos aqui que o emprego de categorias que se referem à apropriação do trabalho excedente no âmbito de relações capitalistas de produção não implica a suposição de que a economia exportadora latino-americana se dá já baseada na produção capitalista. Recorremos a essas categorias no espírito das observações metodológicas que avançamos ao iniciar este trabalho, ou seja, porque permitem caracterizar melhor os fenômenos que pretendemos estudar e também porque indicam a direção para a qual estes tendem. Por outro lado, não é a rigor necessário que exista o intercâmbio desigual para que comecem a funcionar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial e a conseqüente conversão da produção de valores de uso à produção de valores de troca que isso implica têm como resultado imediato desatar um elã de lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente. Como observa Marx, “[...] tão logo os povos cujo regime de produção vinha-se desenvolvendo nas formas primitivas da escravidão, prestações de vassalagem, etc., se vêem atraídos pelo mercado mundial, em que impera o regime capitalista de produção e em que se impõe a todo o interesse de dar saída aos produtos para o exterior, os tormentos bárbaros da escravidão, da servidão da gleba, etc., se vêem acrescentados pelos tormentos civiliza-

20. *El Capital*, I, XXIV, p. 505, subl. orig.

dos do trabalho excedente”²¹. O efeito do intercâmbio desigual é – na medida que lhe coloca obstáculos à sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã de lucro e agudizar, portanto, os métodos de extração do trabalho excedente.

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que se realizam nela. De fato, mais que na indústria fabril, onde um aumento de trabalho implica pelo menos num maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento é muito menos sensível, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, incrementar a riqueza produzida sem um capital adicional²². Compreende-se que nestas circunstâncias a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isto permite diminuir a composição-valor do capital, o que, agregado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz

21. *El Capital*, I, VIII, p. 181. Marx acrescenta: “Por isso nos estados norte-americanos do sul o trabalho dos negros conservou certo suave caráter patriarcal enquanto a produção se circunscrevia substancialmente às próprias necessidades. Mas assim que a exportação de algodão passou a ser um mecanismo vital para aqueles estados, a exploração intensiva do negro se converteu em fator de um sistema calculado e calculador, chegando a dar-se casos de esgotar-se, em sete anos de trabalho, a vida do trabalhador. Agora, já não se trata de arrancar-lhe uma certa quantidade de produtos úteis. Agora, tudo girava em torno da produção de mais-valia pela própria mais-valia. E outro tanto aconteceu com as prestações de vassalagem, por exemplo nos principados do Danúbio.” *Ibid.*, subl. orig.

22. Cf. *El Capital*, I, XXII, 4, p. 508-509.

com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.

É necessário observar além disso que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor²³ e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho.

É o que explica que tenha sido precisamente nas zonas dedicadas à produção para a exportação onde o regime de trabalho assalariado se impôs primeiro, iniciando o processo de transformação das relações de produção na América Latina. É útil ter presente que a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho e não apenas dos produtos do trabalho; neste sentido, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital do que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus – como as minas de ouro e de prata do México e do Peru ou as plantações de cana do Brasil – se estabeleceram baseadas no trabalho

23. "Toda variação na magnitude, extensiva ou intensiva, do trabalho afeta [...] o valor da força de trabalho, na medida em que acelera seu desgaste". Tradução literal de *El Capital*, I, XVII, II, p. 1017, Pléiade. Cf. edição FCE, tomo I, XV, II, p. 439.

escravo²⁴. Mas, salvo na hipótese de que a oferta de trabalho seja totalmente elástica (o que não se verifica na América Latina, a partir da segunda metade do século XIX), o regime de trabalho escravo constitui um obstáculo ao rebaixamento indiscriminado da remuneração do trabalhador. "No caso do escravo, o *salário mínimo* aparece como uma magnitude constante, independente de seu trabalho. No caso do trabalhador livre este valor de sua *capacidade de trabalho e o salário médio* que corresponde ao mesmo não estão contidos dentro desses limites predestinados, independentes de seu próprio trabalho, determinados por suas necessidades puramente físicas. A *média* aqui é mais ou menos *constante* para a *classe*, como o valor de todas as mercadorias, mas não existe nesta realidade imediata para o operário *individual* cujo salário pode estar por cima ou por baixo desse mínimo"²⁵. Em outras palavras, o regime de trabalho escravo, salvo condições excepcionais do mercado de trabalho, é incompatível com a superexploração do trabalho. Não acontece o mesmo com o trabalho assalariado e, em menor medida, com o trabalho servil.

Insistamos neste ponto. A superioridade do capitalismo sobre as demais formas de produção mercantil e sua diferença básica em relação a elas residem em que o que transforma em mercadoria não é ao trabalhador – ou seja, o tempo total de existência do trabalhador, com todos os pontos mortos que este implica do ponto de vista da produção – mas sua for-

24. Um fenômeno similar se observa na Europa, no começo da produção capitalista. Basta analisar mais de perto a maneira como se realiza ali a passagem do feudalismo ao capitalismo para dar-se conta de que a condição do trabalhador ao sair do estado de servidão se assemelha mais à do escravo do que à do moderno operário assalariado. Cf. *El Capital*, I, XXVIII.

25. *Capítulo VI*, op. cit., p. 68-69, subl. orig.

ça de trabalho, isto é, o tempo de sua existência utilizável para a produção, deixando ao próprio trabalhador o cuidado de responsabilizar-se pelo tempo não produtivo, do ponto de vista capitalista. É esta a razão pela qual, ao subordinar-se uma economia escravista ao mercado capitalista mundial, a agudização da exploração do escravo se acentua, já que interessa então a seu proprietário reduzir seus tempos mortos para a produção e fazer coincidir o tempo produtivo com o tempo de existência do trabalhador.

Mas, como observa Marx, “o escravista compra operários como poderia comprar cavalos. Ao perder o escravo, perde um capital que se vê obrigado a repor mediante um novo investimento no mercado de escravos”²⁶. A superexploração do escravo, que prolonga sua jornada de trabalho além dos limites fisiológicos admissíveis e desemboca necessariamente em seu esgotamento prematuro, por morte ou por incapacidade, só pode se dar, então, se é possível repor com facilidade a mão-de-obra desgastada. “Os campos de arroz da Geórgia e os pântanos do Mississípi influenciam talvez de um modo fatalmente destruidor na constituição humana; no entanto, este arrasamento de vidas humanas não é tão grande, que não possa ser compensado pelos cercados transbordantes da Virgínia e do Kentucky. Aquelas considerações econômicas que poderiam oferecer uma espécie de salvaguarda do tratamento humano dado aos escravos enquanto a conservação da vida destes se identificava com o interesse de seus senhores trocaram-se ao implantar-se o comércio de escravos por outros tantos motivos de espoliação implacável de suas energias, pois tão logo a vaga produzida

26. *El Capital*, I, VIII, 5, p. 208.

por um escravo pode ser coberta mediante a importação de negros de outros cercados, a duração de sua vida cede em importância, enquanto dura a sua produtividade”²⁷. A evidência contrária prova a mesma coisa. No Brasil da segunda metade do século passado, quando se iniciava o auge do café, o fato de que o tráfico de escravos foi suprimido em 1850 fez a mão-de-obra escrava tão pouco atraente aos latifundiários do sul que estes preferiam apelar para o regime assalariado, mediante a imigração européia, além de favorecer uma política tendente a suprimir a escravidão. Recordemos que uma parte importante da população escrava se encontrava na decadente zona açucareira do nordeste e que o desenvolvimento do capitalismo agrário no sul impunha sua libertação a fim de constituir um mercado livre de trabalho. A criação desse mercado, com a lei de abolição da escravidão em 1888, que culminava uma série de medidas graduais nessa direção (como a condição de homem livre atribuída aos filhos de escravos, etc.), constitui um fenômeno dos mais interessantes; por um lado, se definia como uma medida extremamente radical, que liquidava as bases da sociedade imperial (a monarquia sobreviverá pouco mais de um ano à lei de 1888) e chegava inclusive a negar qualquer tipo de indenização aos antigos proprietários de escravos; por outro lado, buscava compensar o impacto de seu efeito através de medidas destinadas a atar o trabalhador à terra (a inclusão de um artigo no código civil que vinculava à pessoa as dívidas contraídas; o sistema de “barracão”, verdadeiro monopólio do comércio de bens de consumo exercido pelo latifundiário no interior da fazenda, etc.) e da outorga de créditos generosos aos latifundiários afetados.

27. Caimes, cit. em *El Capital*, I, VIII, 5, p. 209. subl. orig.

O sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao desenvolver-se a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo. Observemos que a forma que adotam as relações de produção nesse caso não se diferencia muito do regime de trabalho que se estabelece, por exemplo, nas minas de salitre do Chile, cujo "sistema de fichas" equivale ao "barracão". Em outras situações, que se dão sobretudo no processo de subordinação do interior às zonas de exportação, as relações de exploração podem apresentar-se mais nitidamente com relações servis, sem que isso impeça que, mediante a extorsão do produto excedente ao trabalhador pela ação do capital comercial ou usurário, o trabalhador se veja implicado em uma exploração direta pelo capital, que tende inclusive a assumir um caráter de superexploração²⁸. No entanto, a servidão apresenta, para o capitalista, o inconveniente de colocar sempre a possibilidade, mesmo que teórica, de que o produtor imediato se emancipe da dependência em que o coloca o capitalista.

Não é, no entanto, nosso propósito estudar aqui as formas econômicas particulares que existiam na América Latina antes que esta ingressasse efetivamente na etapa capitalista de produção, nem as vias através das quais teve lugar a transição. O que pretendemos é apenas fixar a pauta em que se deverá levar a cabo este estudo, pauta que corresponde ao movimento real da formação do capitalismo dependente: *da*

28. É dessa forma que Marx se refere a países "em que o trabalho não se acha ainda absorvido formalmente pelo capital, mesmo se o operário está na realidade explorado pelo capitalista", exemplificando com o caso da Índia, "onde o *ryot* trabalha como camponês independente, e sua produção não se acha ainda, portanto, absorvida pelo capital, mesmo se o usureiro possa ficar, sob forma de juros, não apenas com seu trabalho excedente, mas inclusive, falando em termos capitalistas, com uma parte de seu salário". *El Capital*, III, XIII, p. 216.

circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial, ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação. Porque é típico do capital criar seu próprio modo de circulação e disto depende a reprodução ampliada em escala mundial do modo de produção capitalista:

[...] já que só o capital implica as condições de produção do capital, já que só ele satisfaz essas condições e busca realizá-las, sua tendência geral é formar por todas as partes as bases da circulação, os centros produtores destas e assimilá-las, isto é, convertê-las em centro de produção virtual ou efetivamente criadores de capital²⁹.

Uma vez convertida em centro produtor de capital, a América Latina deverá criar, então, *seu próprio modo de circulação*, que não pode ser o mesmo que foi engendrado pelo capitalismo industrial e deu lugar à dependência. Para constituir um todo complexo, é preciso apelar para elementos simples e combináveis entre si, mas não iguais. Compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa portanto iluminar o próprio fundamento de sua dependência em relação à economia capitalista mundial.

4. O ciclo do capital na economia dependente

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e que determinavam seu

29. Marx, *Principes d'une critique de l'économie politique*, em *Oeuvres*, Pléiade, II, p. 254.

caráter e sua expansão³⁰. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição. Chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição, radica-se a essência da dependência latino-americana.

A base real sobre a qual esta se desenvolve são os laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial. Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo. Opera-se assim, do ponto de vista de país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias³¹.

Trata-se de um ponto-chave para entender o caráter da economia latino-americana. Essa oposição que gera o duplo

30. Observamos já que este se dá inicialmente nos pontos de conexão imediata com o mercado mundial; só progressivamente, e mesmo hoje de maneira desigual, o modo de produção capitalista irá subordinando ao conjunto da economia.

31. "Contradição do regime de produção capitalista: os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho – a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao preço mínimo". *El Capital*, II, XVI, III, nota. Marx indica nessa nota a intenção de tratar, na seção seguinte, a teoria do subconsumo operário, mas, como observa Maximilien Rubel (*op. cit.* t. II, p. 1715), não chega a concretizá-la. Alguns elementos haviam sido avançados nos *Grundrisse: veja-se Principes...*, p. 267-268.

caráter do trabalhador – produtor e consumidor –, ainda que seja efetiva, vê-se em certa medida contraposta pela forma que assume o ciclo do capital. Apesar de o capital privilegiar o consumo produtivo do trabalhador (ou seja, o consumo de meios de produção que implica o processo de trabalho) e se inclinar a deixar de lado seu consumo individual (que o trabalhador emprega para repor sua força de trabalho), isto lhe aparece como consumo improdutivo³². Isto se dá exclusivamente no momento da produção. Ao abrir-se a fase de realização, esta contradição aparente entre o consumo individual dos trabalhadores e a reprodução do capital desaparece, dado que esse consumo (somado ao dos capitalistas e das camadas improdutivas em geral) restabelece ao capital a forma que lhe é necessária para começar um novo ciclo, isto é, a forma dinheiro. O consumo individual dos trabalhadores representa, então, um elemento decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação³³. Através da mediação que estabelece a luta entre operários e patrões em torno da fixação do nível dos salários, os dois tipos de consumo do operário tendem assim a se complementar, no curso do ciclo do capital, superando a situação inicial de oposição em que se encontravam. Esta é, aliás, uma das razões pelas quais a dinâmica do sistema tende a canalizar-se através da mais-valia relativa, que implica, em última instância, no barateamento das mercadorias que entram na composição do consumo individual do trabalhador.

32. De fato, como demonstra Marx, ambos tipos de consumo correspondem a um consumo produtivo, do ponto de vista do capital. Mais ainda, "o consumo individual do trabalhador é improdutivo para ele mesmo, pois apenas reproduz o indivíduo necessitado, e é produtivo para o capitalista e o Estado, pois produz a força criadora de sua riqueza". Traduzido literalmente de *El Capital*, I, XXIII, p. 1075, Pléiade; cf. edição FCE, I, XXI, p. 482.

33. "O consumo individual do trabalhador e o da parte não acumulada do produto excedente englobam a totalidade do consumo individual. Este condiciona, na sua totalidade, a circulação do capital." Tradução literal de *El Capital*, II, p. 543, Pléiade; cf. FCE, II, p. 84.

Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em conseqüência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha, sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo. O dramático para a população trabalhadora da América Latina é que este suposto se cumpriu amplamente: a existência de reservas de mão-de-obra indígena (como no México) ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão-de-obra europeia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul), permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora, até princípios deste século. Seu resultado foi o de dar livre curso à compressão do consumo individual do operário e, portanto, à superexploração do trabalho.

A economia exportadora é, então, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional.

É dessa forma que o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação ao mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção. Paralelamente, o incremento dos lucros em condições de desenvolver expec-

tativas de consumo sem contrapartida na produção interna (orientada para o mercado mundial), expectativas que têm que ser satisfeitas através de importações. A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá, então, origem a uma estratificação do mercado interno, que é também uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera "baixa", em que participam os trabalhadores – que o sistema se esforça para restringir –, se baseia na produção interna, a esfera "alta" de circulação, própria dos não trabalhadores – que é a que o sistema tende a ampliar –, se entronca com a produção externa, através do comércio de importação.

A harmonia que se estabelece, a nível do mercado mundial, entre a exportação de matérias-primas e de alimentos, por parte da América Latina, e a importação de bens de consumo manufaturados europeus, encobre a dilaceração da economia internacional, expressa pela cisão do consumo individual total e duas esferas contrapostas. Quando, chegado o sistema capitalista mundial a um certo grau de seu desenvolvimento, a América Latina ingressar na etapa da industrialização, deverá fazê-lo a partir das bases criadas pela economia de exportação. A profunda contradição que haverá caracterizado o ciclo do capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidirão de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que se apresentam nela atualmente.

5. O processo de industrialização

Não cabe aqui passar a analisar o processo de industrialização na América Latina, nem menos ainda tomar partido na atual controvérsia sobre o papel que nesse processo desem-

penhou a substituição de importações³⁴. Para os fins que nos propusemos, é suficiente fazer observar que, por significativo que tivesse sido o desenvolvimento industrial no seio da economia exportadora (e, por conseguinte, na extensão do mercado interno), em países como a Argentina, o México, o Brasil e outros, não chegou nunca a conformar uma verdadeira economia industrial que, definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, produzisse uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países. Pelo contrário, a indústria seguiu sendo ali uma atividade subordinada à produção e à exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação³⁵. É apenas quando a crise da economia capitalista internacional, correspondente ao período entre a primeira e a segunda guerras mundiais, obstaculiza a acumulação baseada na produção para o mercado externo, que o eixo da acumulação se deslo-

34. A tese da industrialização substitutiva de importações representou um elemento básico na ideologia desenvolvimentista, cujo grande epígono foi a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL); o trabalho clássico nesse sentido é o de Maria Conceição Tavares, sobre a industrialização brasileira, publicado originalmente em *United Nations, "The Growth and Decline of Input Substitution in Brazil"*, *Economic Bulletin for Latin America*, vol. IX, n. 1, março de 1964. Nos anos recentes, essa tese foi objeto de discussões que, se não chegam a tirar-lhe a validade, tendem a colocar matizes no papel desempenhado pela América Latina; um bom exemplo disso é o artigo de Don L. Huddle, "Reflexões sobre a industrialização brasileira: fontes de crescimento e da mudança estrutural - 1947/1963", *Revista Brasileira de Economia*, XXIII/2, junho de 1969. Por outro lado, alguns autores se preocuparam em estudar a situação da indústria na economia latino-americana antes de que se acelerasse a substituição de importações; é significativo, nesta linha de investigação, o ensaio de Vania Bambirra, *Hacia una tipología de la dependencia. Industrialización y estructura socio-económica*, CESO, Universidad de Chile, Documento de Trabajo, mimeografado, 1971.

35. É interessante observar que a indústria complementar à exportação representou o setor mais ativo das atividades industriais na economia exportadora. É assim como os dados disponíveis para a Argentina mostram que, em 1895, o capital investido na indústria que produzia para o mercado interno era de cerca de 175 milhões de pesos, contra mais de 280 milhões investido na indústria vinculada à exportação; na primeira, o capital médio por empresa era de apenas 10 mil pesos, configurando claramente um setor artesanal, enquanto que na segunda ascendia a 100 mil pesos. Cf. Roberto Cortés Conde, "Problemas del crecimiento industrial", em *Argentina, sociedad de masas*, Ed. Eudeba, Buenos Aires, 1965.

ca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial que prevalece na região.

Do ponto de vista que nos interessa, isto significa que a esfera alta da circulação, que se articulava com a oferta externa de bens manufaturados de consumo, desloca seu centro de gravidade para a produção interna, passando sua parábola a coincidir *grosso modo* com a que descreve a esfera baixa, própria às massas trabalhadoras. Pareceria ser, assim, que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a corrigir-se e que o capitalismo dependente orientava-se no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos. Foi sobre esta base que prosperaram, na década de 1950, as distintas correntes chamadas de desenvolvimentistas, que supunham que os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana eram devidos a uma insuficiência de seu desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer.

De fato, as similitudes aparentes da economia industrial dependente com a economia industrial clássica encobriam profundas diferenças, que o desenvolvimento capitalista acentuaria em lugar de atenuar. A reorientação para o interior da demanda gerada pela mais-valia não acumulada implicava já num mecanismo específico de criação do mercado interno radicalmente distinto do que havia atuado na economia clássica e que teria graves repercussões na forma que assumiria a economia industrial dependente.

Na economia capitalista clássica, a formação do mercado interno representa a contrapartida da acumulação de capital: ao separar os produtos dos meios de produção, o capital não só cria o assalariado, isto é, o trabalhador que só dispõe de sua força de trabalho, mas também cria o consumidor. De

fato, os meios de subsistência do operário, antes produzidos diretamente por ele, incorporam-se ao capital como elemento material do capital variável e só se restituem ao trabalhador quando este compra seu valor sob a forma de salário³⁶. Existe, então, uma estreita correspondência entre o ritmo da acumulação e o mercado. A possibilidade que tem o capitalista industrial de obter no exterior, a preço baixo, os alimentos necessários ao trabalhador leva a estreitar o nexo entre a acumulação e o mercado, uma vez que aumenta a parte do consumo individual do operário dedicada à absorção de produtos manufaturados. É por isso que a produção industrial, nesse tipo de economia, centra-se basicamente nos bens de consumo popular e procura barateá-los, uma vez que incidem diretamente no valor da força de trabalho e, portanto — na medida em que as condições em que se dá a luta entre operários e patrões tende a aproximar os salários desse valor —, na taxa de mais-valia. Vimos já que esta é a razão fundamental pela qual a economia capitalista clássica deve se orientar para o aumento da produtividade do trabalho.

O desenvolvimento da acumulação baseada na produtividade do trabalho tem como resultado o aumento da mais-valia e, em consequência, da demanda criada pela parte desta que não se acumula. Em outras palavras, cresce o consumo individual das classes não produtoras, com o que se amplia a esfera da circulação que lhes corresponde. Isto não só impulsiona o crescimento da produção de bens de consumo manufaturados, em geral, como também o da produção de artigos suntuários³⁷. A circulação tende então a cindir-se em duas esferas, de maneira similar ao que constatamos na economia latino-americana de exportação, mas com uma diferença substancial: a expansão da esfera superior é uma consequência da

36. A reprodução ampliada desta relação constitui a própria essência da reprodução capitalista; cf. particularmente *El Capital*, I, XXIV.

37. *El Capital*, I, XIII, p. 370.

transformação das condições de produção e se torna possível na medida em que, aumentando a produtividade do trabalho, a parte do consumo individual total que corresponde ao operário diminui em termos reais. A ligação existente entre as duas esferas de consumo se distende, mas não se rompe.

Outro fator contribui a impedir que a ruptura se realize: é a forma em que se amplia o mercado mundial. A demanda adicional de produtos suntuários que cria o mercado externo é necessariamente limitada, primeiro porque quando o comércio se exerce entre nações que produzem esses bens, o avanço de uma nação implica no retrocesso de outra, o que suscita por parte desta últimos mecanismos de defesa; e, depois, porque, no caso do intercâmbio com os países dependentes, essa demanda se restringe às classes altas e se vê assim contida pela forte concentração de renda que implica a superexploração do trabalho. Para que a produção de bens de luxo possa então se expandir, esses bens têm que mudar de caráter, ou seja, converter-se em produtos de consumo popular *no interior mesmo da economia industrial*. As circunstâncias que permite fazer subir ali os salários reais, a partir da segunda metade do século passado, às quais não é alheia a desvalorização dos alimentos e a possibilidade de redistribuir internamente parte do excedente subtraído às nações dependentes, ajudam, na medida em que ampliam o consumo individual dos trabalhadores, a se contrapor às tendências desarticuladoras que atuam no plano da circulação.

A industrialização³⁸ latino-americana se dá em bases distintas. A compressão permanente que a economia exportadora exercia sobre o consumo individual do trabalhador só per-

38. Empregamos o termo "industrialização" para designar o processo através do qual a indústria, empreendendo a mudança qualitativa global da velha sociedade, caminha no sentido de se converter no eixo da acumulação de capital. É por isso que consideramos que não se dá um processo de industrialização no seio da economia exportadora apesar de se observarem nela atividades industriais.

mitiu a criação de uma indústria fraca, que apenas se ampliava quando fatores externos (como as crises comerciais, conjuntamente, e a limitação dos excedentes da balança comercial pelas razões já mencionadas) fechavam parcialmente o acesso ao comércio de importação³⁹. É a maior incidência desses fatores, como vimos, que acelera o crescimento industrial a partir de certo momento e provoca a mudança qualitativa do capitalismo dependente. A industrialização não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda já constituída e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados.

Nos começos da industrialização, a participação dos trabalhadores na criação de demanda não desempenha um papel significativo na América Latina. Operando no âmbito de uma estrutura de mercado previamente dada, cujo nível de preços atuava no sentido de impedir o acesso do consumo popular, a indústria não tinha razões para aspirar a uma situação distinta. A capacidade de demanda era, naquele momento, superior à oferta, pelo que não se apresentava ao capitalis-

39. Um historiador brasileiro, referindo-se à campanha pelo aumento de tarifas aduaneiras desencadeada pelos industriais brasileiros em 1928, destaca com clareza o mecanismo de expressão de uma recessão da demanda de tecidos de má qualidade nas áreas rurais como consequência da queda de preços do café — preço médio da saca de 60 quilos baixou de 215\$109 a 170\$719 entre 1925 e 1926 — vários industriais se especializaram na produção de tecidos médios e finos, a partir de meados da década de 20. "Ao penetrar nesta faixa do mercado, passaram a sofrer o impacto da competição inglesa, que foi acusada de realizar um 'dumping' para liquidar a produção nacional. Os Centros Industriais se articularam numa campanha visando o aumento das tarifas de tecidos de algodão e a restrição das importações de máquinas, alegando que o mercado não comportava a ampliação da capacidade produtiva existente". Boris Fausto. *A revolução de 1930. Historiografia e história*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1970, p. 33-34. O episódio é exemplar: a queda dos preços do café restringe o poder de compra dos trabalhadores, mas também a capacidade de importação para atender à esfera alta da circulação, provocando um movimento da indústria no sentido de deslocar-se para esta última e beneficiar-se dos melhores preços que podem obter ali. Como veremos, esse tropismo da indústria latino-americana não é privativo da velha economia exportadora.

ta o problema de criar mercado para suas mercadorias, mas uma situação inversa. Por outro lado, mesmo que a oferta chegue a se equilibrar com a demanda — isso não colocará de imediato para o capitalista a ampliação do mercado, levando-o na verdade a jogar sobre a margem entre o preço de mercado e o preço de produção, ou seja, sobre o aumento da massa de lucro em função do preço unitário do produto. Para isso, o capitalismo industrial forçará, por um lado, a alta de preços, aproveitando-se da situação monopolística criada de fato pela crise do comércio mundial e reforçada pelas barreiras alfandegárias. Por outro lado, e dado que o baixo nível tecnológico faz com que o preço de produção se determine fundamentalmente pelos salários, o capitalista industrial se valerá do excedente de mão-de-obra criado pela própria economia exportadora e agravado pela crise que esta experimenta (crise que obriga ao setor exportador a liberar mão-de-obra), para pressionar aos salários no sentido da baixa. Isso lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e a prolongação da jornada, acelerará a concentração de capital no setor industrial.

Partindo, então, do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, mesmo que de maneira modificada. Já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial que opera, mas a *separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia*, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical.

Dedicada à produção de bens que não entram ou entram muito escassamente na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores. Isto em dois sentidos. Em primeiro lugar porque ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho. Não será, então, a desvalorização das manufaturas que influenciará na taxa de mais-valia. Isto dispensa o industrial de preocupar-se em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia através de uma maior exploração – intensiva e extensiva – do trabalhador, assim como a rebaixa de salários, mas além de seu limite normal. Em segundo lugar porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça às custas da redução do segundo, não cria ao capitalista o problema na esfera da circulação, uma vez que as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário.

Dissemos anteriormente que a uma determinada altura do processo, que varia segundo os países⁴⁰, a oferta individual coincide em linhas gerais com a demanda existente, constituída pela esfera alta da circulação. Surge então a necessidade de generalizar o consumo de manufaturas, o que corresponde àquele momento em que, na economia clássica, os bens suntuários tiveram que se converter em bens de consumo popular. Isso dá lugar a dois tipos de adaptações na

40. Para Argentina e Brasil, por exemplo, isto se coloca já na passagem da década de 40-50, mais cedo para a primeira que para a segunda.

economia industrial dependente: a ampliação do consumo das camadas médias, que se gera a partir da mais-valia não acumulada e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição *sine qua non* para baratear as mercadorias.

O segundo movimento tenderia, normalmente, a provocar uma mudança qualitativa na base da acumulação de capital, permitindo ao consumo individual do operário modificar sua composição e incluir bens manufaturados. Se agisse sozinho, levaria ao deslocamento do eixo da acumulação da exploração do trabalhador ao aumento da capacidade produtiva do trabalho. No entanto é parcialmente neutralizado pela ampliação do consumo dos setores médios: isto supõe, de fato, o incremento da renda que recebem esses setores, incrementos que, como sabemos, se derivam da mais-valia e, em consequência, da compressão do nível salarial dos trabalhadores. A transição de um modo de acumulação a outro se torna, então, difícil e se realiza com extrema lentidão, mas é suficiente para desencadear um mecanismo que a longo prazo agirá no sentido de obstruir a transição, desviando para um novo conduto a busca de soluções aos problemas de realização encarados pela economia industrial.

Esse mecanismo é o recurso à tecnologia externa, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho.

6. O novo anel da espiral

É um fato conhecido que, à medida que avança a industrialização latino-americana, altera-se a composição de suas importações mediante a redução do item relativo a bens de consumo e sua substituição por matérias-primas, produtos semi-elaborados e maquinaria destinados à indústria. No entanto, a crise permanente do setor externo dos países da re-

gião não teria permitido que as necessidades crescentes em elementos materiais do capital constante se pudessem satisfazer exclusivamente através do intercâmbio comercial. É por isso que adquire singular importância a importação de capital externo, sob a forma de financiamento e de investimentos diretos na indústria.

As facilidades que a América Latina encontra no exterior para recorrer à importação de capital não são acidentais. Devem-se à nova configuração que assume a economia internacional capitalista no período de pós-guerra. Por volta de 1950, esta havia superado a crise que a afetara a partir de 1910 e se encontrava já reorganizada sob a égide norte-americana. O avanço conseguido pela concentração do capital em escala mundial coloca então em mãos das grandes corporações imperialistas uma abundância de recursos, que necessitam buscar aplicação no exterior. O traço significativo do período é que esse fluxo de capital para a periferia orienta-se de maneira preferencial para o setor industrial.

Para isto concorre o fato de que, enquanto durou a desorganização da economia mundial, se desenvolveram bases industriais periféricas, que ofereciam – graças à superexploração do trabalho – possibilidades atraentes de lucro. Mas não será o único fato e talvez não seja o mais decisivo. No curso do mesmo período, verificara-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital das economias centrais. Isso levou, por um lado, a que os equipamentos produzidos ali, sempre mais sofisticados, tivessem que ser aplicados no setor secundário dos países periféricos, Surge então, por parte das economias centrais, o interesse em impulsionar neles o processo de industrialização, com o objetivo de criar mercados para sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais

o prazo de reposição do capital fixo praticamente pela metade⁴¹, colocou-se para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinaria que já eram obsoletos antes de se terem amortizado totalmente.

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como o Brasil já exportam aço), reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear, etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. Indo mais longe, pode-se distinguir na economia internacional escalões nos quais se vão relocando não só os novos países industriais, mas também os mais antigos. É desta forma que, na produção de aço como na de veículos automotores, a Europa Ocidental e o Japão competem vantajosamente com os próprios Estados Unidos, mas não conseguem ainda fazê-lo no que se refere à indústria de máquinas e ferramentas, principalmente as automatizadas⁴². O que temos é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida no curso dos últimos cinquenta anos.

41. Ver Ernest Mandel, *Tratado de economia marxista*, Ed. Era, México, 1969.

42. A produção norte-americana de máquinas e ferramentas duplicou entre 1960 e 1966, enquanto crescia apenas 60% na Europa Ocidental e 70% no Japão. Por outro lado, desenvolve-se rapidamente nos Estados Unidos a fabricação de conjuntos automatizados, cujo valor chega a 247 milhões de dólares em 1966, contra 43,5 milhões na Europa Ocidental e apenas 2,7 milhões de dólares no Japão. Dados proporcionados por Ernest Mandel, *Europe versus America? Contradictions of Imperialism*, NLR, Londres, 1970, p. 80, nota.

Seja como for, no momento em que as economias industriais dependentes vão buscar no exterior o instrumento tecnológico que lhes permitiria acelerar seu crescimento, incrementando a produtividade do trabalho, é também aquele em que, a partir dos países centrais, têm origem importantes fluxos de capital para elas, fluxos que lhes trazem a tecnologia requerida. Não examinaremos aqui os efeitos próprios às distintas formas que reveste a absorção tecnológica e que vão desde a doação até o investimento direto de capital estrangeiro, já que, do ponto de vista que orienta nossa análise, isto não tem maior importância. Tão-somente nos ocuparemos do caráter dessa tecnologia e de seu impacto sobre a ampliação do mercado.

O progresso tecnológico caracteriza-se pela economia da força de trabalho que, seja em termos de tempo, seja em termos de esforço, o operário deve dedicar à produção de uma certa massa de bens. É natural então que, globalmente, seu resultado seja a redução do tempo de trabalho produtivo em relação ao tempo total disponível para a produção, o que, na sociedade capitalista, se manifesta através da diminuição da população operária paralelamente ao crescimento da população que se dedica a atividades não produtivas, às quais correspondem os serviços, assim como das camadas parasitárias, que se eximem de qualquer participação na produção social de bens e serviços. Esta é a forma específica que assume o desenvolvimento tecnológico numa sociedade baseada na exploração do trabalho, mas não a forma geral do desenvolvimento tecnológico. É por isto que as recomendações que foram feitas aos países dependentes, nas quais se verifica uma grande disponibilidade de mão-de-obra, no sentido de que adotem tecnologias que incorporem mais força de trabalho, com o objetivo de defender os níveis de emprego, representam um du-

plo engano: levam a preconizar a opção por um menor desenvolvimento tecnológico e confundem os efeitos sociais especificamente capitalistas da técnica com a técnica em si.

Estas recomendações, além disso, ignoram as condições concretas em que se dá a introdução do progresso técnico nos países dependentes. Esta introdução depende, como assinamos, menos das preferências que eles tenham que da dinâmica objetiva da acumulação de capital em escala mundial. Foi ela que impulsionou a divisão internacional do trabalho a assumir uma configuração, em cujo âmbito se abriram novos condutos para a difusão do progresso técnico e deram a esta um ritmo mais acelerado. Os efeitos derivados dali para a situação dos trabalhadores nos países dependentes não podiam diferir em essência dos que são consubstanciais a uma sociedade capitalista: redução da população produtiva e crescimento das camadas sociais não produtivas. Mas estes efeitos teriam que aparecer modificados pelas condições de produção próprias ao capitalismo dependente.

É dessa forma que, incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. Para isso concorreu decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção a ramos industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a converter-se em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhum suposto nas sociedades dependentes. O abismo existente ali entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos, etc., se destinem necessaria-

mente a esta última. Nesta medida, dado que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses ramos de produção não pôde traduzir-se em maiores lucros através da elevação da taxa de mais-valia, mas tão-somente mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente avançará então paralelamente com uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque *a acumulação segue dependendo no fundamental mais do aumento da massa de valor – e em consequência de mais-valia – do que da taxa de mais-valia.*

Pois bem, ao concentrar-se de maneira significativa nos ramos produtores de bens suntuários, o desenvolvimento tecnológico acabaria por colocar graves problemas de realização. O recurso utilizado para solucioná-los foi o de fazer intervir o Estado (através da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e ao financiamento ao consumo suntuário), assim como à inflação, com o propósito de transferir o poder de compra da esfera baixa à esfera alta da circulação; isso implicou em rebaixar ainda mais os salários reais, com o fim de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda. Mas, na medida em que se comprime assim a capacidade de consumo dos trabalhadores, fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender ao consumo popular. Não pode então ser motivo de surpresa que, enquanto as indústrias de bens suntuários crescem a taxas elevadas, as indústrias orientadas para o consumo de massas (as chamadas “indústrias tradicionais”) tendam à estagnação e inclusive à regressão.

Na medida em que se realizava, com dificuldades e a um ritmo extremamente lento, a tendência à aproximação entre

as duas esferas de circulação, que se havia observado a partir de certo momento, não pode continuar desenvolvendo-se. Ao contrário, o que se impõe é de novo a repulsão entre ambas, uma vez que a compressão do nível de vida das massas trabalhadoras passa a ser condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais-valia. *A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo que divorciava ao aparato produtivo das necessidades de consumo das massas.* A estratificação desse aparato no que se deu em chamar de “indústrias dinâmicas” (ramos produtores de bens suntuários e de bens de capital que se destinam principalmente a estes) e de “indústrias tradicionais” está refletindo a adequação da estrutura de produção à estrutura de circulação própria do capitalismo dependente.

Mas não se detém aí a reaproximação do modelo industrial dependente ao da economia exportadora. A absorção do progresso técnico em condições de superexploração do trabalho acarreta inevitável restrição do mercado interno, ao qual se contrapõe a necessidade de realizar massas sempre crescentes de valor (já que a acumulação depende mais da massa que da taxa de mais-valia). Esta contradição não poderia resolver-se mediante a ampliação da esfera alta de consumo no interior da economia, mais além dos limites estabelecidos pela própria superexploração. Em outras palavras, não podendo estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens suntuários e orientando-se na realidade para a compressão salarial, que os exclui de fato desse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só teve que contar com um imenso exército de reserva, como se obrigou a restringir aos capitalistas e às camadas médias altas a realização das mercadorias de luxo. Isso colocará, a partir de um

certo momento (que se define nitidamente a meados da década de 60), a necessidade de expandir-se para o exterior, isto é, de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação *sobre o mercado mundial*. A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, se assiste em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora.

Nos últimos anos, a expressão acentuada dessas tendências no Brasil nos levou a falar de um subimperialismo⁴³. Não pretendemos retomar aqui o tema, já que a caracterização do subimperialismo vai além da simples economia, realizando-se apenas ao se recorrer também à sociologia e à política. Aqui nos limitaremos a indicar que, em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias à economia brasileira que lhe permitiram levar longe sua industrialização e inclusive criar uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições deram origem a um Estado militarista de tipo prussiano, que dera lugar no Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que este é tão-somen-

43. Os trabalhos que se referem a este tema foram reunidos no meu livro *Subdesarrollo y revolución*, Ed. Siglo XXI, México, 1969. O primeiro deles foi publicado originalmente com o título "Brazilian Interdependence and Imperialist Integration", *Monthly Review*, Nova York, dezembro de 1965, XVII, n. 7.

te uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no âmbito do capitalismo dependente. Na Argentina ou em El Salvador, no México, no Chile ou no Peru, a dialética do desenvolvimento capitalista dependente não é essencialmente distinta da que procuramos analisar aqui, em seus traços mais gerais.

Utilizar essa linha de análise para estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se acham na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente. Este é o desafio teórico que se coloca hoje aos marxistas latino-americanos. A resposta que dermos a ele influirá sem dúvida de maneira não desprezível no resultado a que chegarão finalmente os processos políticos que estamos vivendo.

* * *

Em torno da dialética da dependência

Inicialmente, minha intenção foi escrever um prefácio ao ensaio precedente. Mas é difícil apresentar um trabalho que é por si só uma apresentação. E *Dialética da dependência* pretende ser apenas isto: uma introdução à temática de pesquisa que me vem ocupando e das linhas gerais que me orientam nesse trabalho. Sua publicação obedece ao propósito de adiantar algumas das conclusões a que eu cheguei, suscetíveis talvez de contribuir ao esforço de outros que se dedicam ao estudo das leis de desenvolvimento do capitalismo dependente, assim como ao desejo de me dar a mim mesmo a oportunidade de dar uma olhada global sobre o terreno.

Aproveitarei, então, este pós-escrito para esclarecer algumas questões e desfazer alguns equívocos que o texto suscitou. De fato, apesar do cuidado coloca em matizar as afirmações mais taxativas, sua extensão limitada levou a que as tendências analisadas fossem desenhadas em grandes pinceladas, o que lhes conferiu às vezes um perfil muito marcado. Por outro lado, o próprio nível de abstração do ensaio não propiciava o exame de situações particulares, que permitissem introduzir no estudo um certo grau de relativização. Sem pretender justificar-me com isto, os inconvenientes mencionados são os mesmos a que alude Marx, quando adverte:

Teoricamente, parte-se do suposto de que as leis da produção capitalista se desenvolvem em estado de pureza. Na realidade, as coisas acontecem sempre aproximadamente; mas a aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvida encontra-se a produção capitalista e mais se elimina sua mescla e seu entrelaçamento com os vestígios de sistemas econômicos anteriores⁴⁴.

Pois bem, uma primeira questão a destacar é precisamente a de que as tendências assinaladas no meu ensaio incidem de forma diversa nos diferentes países latino-americanos, segundo a especificidade de sua formação social. É provável que, por deficiência minha, o leitor não perceba um dos supostos que dão forma à minha análise: *a economia exportadora constitui a etapa de transição para uma autêntica economia capitalista nacional, que só se configura quando emerge ali a economia industrial*,⁴⁵ e que as sobrevivências

44. *El Capital*, Ed. Fondo de Cultura Económica, México, t. III, cap. VII, p. 180. Esta será a edição citada, quando não houver outra indicação.

45. Veja-se o tratamento que dá a este tema Jaime Torres em *Para un concepto de "formación social colonial"*, CESO, Santiago, 1972, mimeo.

dos antigos modos de produção que regiam a economia colonial determinam ainda em um grau considerável a maneira como se manifestam nesses países as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente. A importância do regime de produção escravista na determinação da atual economia de alguns países latino-americanos, como por exemplo o Brasil, é um fato que não pode ser deixado de lado.

Um segundo problema se refere ao método utilizado no ensaio, que se explicita na indicação de partir da circulação para a produção, para empreender depois o estudo da circulação que esta engendra. Isto, que suscitou algumas objeções, *corresponde rigorosamente ao caminho seguido por Marx*. Basta recordar como, em *O Capital*, as primeiras seções do Livro I estão dedicadas a problemas próprios da esfera da circulação e só a partir da terceira seção se entra no estudo da produção; além disso, uma vez concluído o exame das questões gerais, as questões particulares do modo de produção capitalista são analisadas de forma idêntica nos dois livros seguintes. Mais além do simples ordenamento formal da exposição, isso tem que ver com a própria essência do método dialético, que faz coincidir o exame teórico de um problema com seu desenvolvimento histórico; é assim que essa orientação metodológica não só corresponde à fórmula geral do capital, mas também dá conta da transformação da produção mercantil simples em produção mercantil capitalista.

A seqüência se aplica com mais razão ainda quando o objeto de estudo está constituído pela economia dependente. Não insistimos aqui na ênfase que os estudos tradicionais sobre a dependência dão ao papel que desempenha nela o mercado mundial ou, para usar a linguagem desenvolvimentista, o setor externo. Destaquemos na realidade o que constitui um dos temas centrais do ensaio: no começo de seu desen-

volvimento, a economia dependente se acha inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação nos países industriais, a tal ponto que é em função da tendência à baixa da taxa de lucro nestes, ou seja, da maneira como se expressa ali a acumulação de capital⁴⁶, que esse desenvolvimento pode ser explicado. Só à medida que a economia dependente vai se convertendo de fato em um verdadeiro centro produtor de capital, que traz incorporada sua fase de circulação⁴⁷ – o que traz incorporada sua maturidade ao se constituir ali um setor industrial – é que se manifestam plenamente nelas suas leis de desenvolvimento, que representam sempre uma expressão particular das leis gerais que regem ao sistema em seu conjunto. A partir desse momento, os fenômenos de circulação que se apresentam na economia dependente deixam de corresponder primariamente a *problemas de realização da nação industrial a que ela está subordinada* para tornar-se cada vez mais em *problemas de realização referidos a seu próprio ciclo de capital*.

Haveria que considerar, além disso, que a ênfase nos problemas de realização só seria criticável se se fizesse em prejuízo do que cabe às condições em que se realiza a produção e não contribuem para explicá-las. Pois bem, ao constatar o divórcio que se verifica entre produção e circulação na eco-

46. Segundo Marx, a tendência descendente da taxa geral de lucro é apenas “*uma maneira própria do modo de produção capitalista de expressar o progresso da produtividade social do trabalho*”, sendo que “*a própria acumulação – e a concentração de capital que ela implica – é um meio material de aumentar a produtividade*”. *Le Capital, Oeuvres*, NRF, Paris, t. II, p. 1002 e 1006, sublinhado por Marx; cf. edição FCE, III, p. 215 e 219.

47. “Num começo, a produção fundada no capital partia da circulação; vemos agora como aquela põe a circulação como sua própria condição e põe além disso ao processo de produção, em sua imediatez, como momento do processo de circulação, assim como põe este como fase do processo de circulação em sua totalidade”. Marx, *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador)* 1857-1858. Ed. Siglo XXI, Argentina, Buenos Aires, 1972, vol. II, p. 34.

nomia dependente (e sublinhar as formas particulares que assume esse divórcio nas diferentes fases de seu desenvolvimento), se insistiu a) no fato de que esse divórcio *gera-se a partir das condições peculiares que adquire a exploração do trabalho nessa economia* – as que denominei superexploração – e b) na maneira como essas condições fazem brotar, permanentemente, *do próprio seio da produção*, os fatores que agravam o divórcio e o levam, ao configurar-se a economia industrial, a desembocar em graves problemas de realização.

1. Dois momentos na economia internacional

É nesta perspectiva que poderemos avançar para a elaboração de uma teoria marxista da dependência. No meu ensaio tratei de demonstrar que é função da acumulação de capital em escala mundial e, em particular, em função de seu mecanismo vital, a taxa geral de lucro, como podemos entender a formação da economia dependente. No essencial, os passos seguidos foram: a) examinar o problema do ponto de vista da tendência à baixa da taxa de lucro nas economias industriais e b) colocá-lo à luz das leis que operam no comércio internacional e que lhe dão o caráter de um intercâmbio desigual. Posteriormente, o foco de atenção se desloca para os fenômenos internos da economia dependente, para prosseguir depois na linha metodológica já indicada. Dado o nível de abstração do trabalho, preocupei-me tão-somente, ao desenvolver o tema do intercâmbio desigual, com o mercado mundial em seu estado de maturidade, isto é, submetido plenamente aos mecanismos da acumulação de capital. Convém, no entanto, indicar aqui como esses mecanismos chegam a se impor.

A diversidade do grau de desenvolvimento das forças produtivas nas economias que se integram ao mercado mundial

implica em diferenças significativas em suas respectivas composições orgânicas de capital, que apontam a distintas formas e de graus de exploração do trabalho. À medida que vai se estabilizando o intercâmbio entre elas, tende a cristalizar-se um preço comercial cujo termo de referência é, além de suas variações cíclicas, o valor das mercadorias produzidas. Em conseqüência, o grau de participação no valor global realizado na circulação internacional é *maior* para as economias de composição orgânica mais baixa, ou seja, para as economias dependentes. *Em termos estreitamente econômicos*, as economias industriais se defrontam com essa situação recorrendo a mecanismos que têm como resultado extremo as diferenças iniciais em que se dava o intercâmbio. É assim como lançam mão do aumento de sua produtividade, com o fim de rebaixar o valor individual das mercadorias em relação ao valor médio em vigor e de elevar portanto sua participação no montante total de valor intercambiado. Isto se verifica tanto entre produtores individuais de uma mesma nação como entre as nações competidoras. No entanto, esse procedimento, que corresponde à tentativa de burlar as leis do mercado mediante a aplicação das mesmas, implica na elevação de sua composição orgânica e ativa a tendência à baixa de sua taxa de lucro, pelas razões assinaladas no meu ensaio.

Como se viu ali, a ação das economias industriais repercute no mercado mundial no sentido de inflar a demanda de alimentos e de matérias-primas, mas a resposta que lhe dá a economia exportadora é rigorosamente inversa: ao invés de recorrer ao aumento de produtividade ou pelo menos de fazê-lo com caráter prioritário, ela se vale de um maior emprego extensivo e intensivo da força de trabalho; em conseqüência, baixa sua composição orgânica e aumenta o valor das mercadorias produzidas, o que eleva simultaneamente a mais-valia e o lucro.

No plano do mercado, leva a que melhorem a seu favor os termos de intercâmbio, ali onde chegou a se estabelecer um preço comercial para os produtos primários. Obscurecida pelas flutuações cíclicas do mercado, essa tendência se mantém até a década de 1870; o crescimento das exportações latino-americanas leva, inclusive, a que comecem a se apresentar saldos favoráveis na balança comercial, que superam os pagamentos em amortização e juros da dívida externa, o que está indicando que o sistema de crédito concebido pelos países industriais e que se destinava primariamente a funcionar como fundo de compensação das transações internacionais não é suficiente para reverter a tendência.

É evidente que, independentemente das demais causas que atuam no mesmo sentido e que têm a ver com a passagem do capitalismo industrial à etapa imperialista, a situação descrita contribui para motivar as exportações de capital para as economias dependentes, uma vez que os lucros ali são consideráveis. Um primeiro resultado disto é a elevação da composição orgânica do capital nessas economias e o aumento da produtividade do trabalho, que se traduzem na baixa do valor das mercadorias e que (se não houver a superexploração) deveriam levar à baixa da taxa de lucro. Em conseqüência, começam a declinar regularmente os termos de intercâmbio, como se indica no meu ensaio.

Por outro lado, a presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, na comercialização e inclusive na produção dos países dependentes, assim como nos serviços básicos, atua no sentido de transferir parte dos lucros obtidos ali para os países industriais; a partir desse momento, o montante de capital cedido pela economia dependente através das operações financeiras cresce mais rapidamente que o saldo comercial.

A transferência de lucros, e em conseqüência, para os países industriais aponta no sentido da formação de uma taxa média de lucro a nível internacional, liberando portanto o intercâmbio de sua dependência estrita em relação ao valor das mercadorias; em outros termos, a importância que na etapa anterior tinha o valor como regulador das transações internacionais cede progressivamente lugar à primazia do *preço de produção* (o custo de produção mais o lucro médio, que, como vimos, é inferior à mais-valia, no caso dos países dependentes). Só então se pode afirmar que (apesar de seguir estorvada por fatores de ordem extra-econômica, como por exemplo os monopólios coloniais) a economia internacional alcança sua plena maturidade e faz jogar em escala crescente os mecanismos próprios da acumulação de capital⁴⁸.

Recordemos, para evitar equívocos, que baixa da taxa de lucro nos países dependentes, como contrapartida da elevação de sua composição orgânica, se compensa mediante os procedimentos da superexploração do trabalho, além das circunstâncias peculiares que favorecem, nas economias agrárias e mineiras, a alta rentabilidade do capital variável. Em conseqüência, a economia dependente segue expandindo suas exportações, a preços sempre mais compensadores para os países industriais (com os efeitos conhecidos na acumulação interna destes) e, simultaneamente, mantém sua atração para os capitais externos, o que permite dar continuidade ao processo.

48. Usando as palavras de Marx: "A troca de mercadorias por seus valores ou aproximadamente por seus valores pressupõe... uma fase muito mais baixa que a troca na base dos preços de produção, o que requer um nível bastante elevado no desenvolvimento capitalista". *El Capital*, III, VIII, p. 181.

2. O desenvolvimento capitalista e a superexploração do trabalho

É neste sentido que a economia dependente – e, em conseqüência, a superexploração do trabalho – aparece como uma condição necessária do capitalismo mundial, contradizendo os que, como Fernando Henrique Cardoso, a entendem como um fato acidental no desenvolvimento deste. A opinião de Cardoso, emitida em um comentário polêmico a meu ensaio⁴⁹, é que, tendo em vista que a especificidade do capitalismo industrial reside na produção de mais-valia relativa, tudo o que se refere às formas de produção baseadas na mais-valia absoluta, por significativa que seja sua importância histórica, carece de interesse teórico. No entanto, para Cardoso, isso não implica em abandonar o estudo da economia dependente, uma vez que nesta se dá um processo simultâneo de desenvolvimento e de dependência, o que faz com que, em sua etapa contemporânea, ela esteja baseada também na mais-valia relativa e no aumento da produtividade.

Observemos, inicialmente, que o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde o aumento da intensidade do trabalho. Por outro lado, a conversão de parte do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, dado que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada laboral e não só ao tempo de trabalho excedente, como acontece com a mais-valia absoluta. Por

49. Veja-se "Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia", *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n. 4, Santiago, 1972.

tudo isso, a superexploração se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real.

Não é este, no entanto, o ponto central da discussão. O que se discute é se as formas de exploração, que se distanciam da que engendra a mais-valia relativa sobre a base de uma maior produtividade, devem ser excluídas da análise teórica do modo de produção capitalista. O equívoco de Cardoso está em responder afirmativamente a esta questão, como se as formas superiores da acumulação capitalistas *implicassem na exclusão de suas formas inferiores e se dessem independentemente destas*. Se Marx tivesse compartilhado essa opinião, seguramente não se teria preocupado com a mais-valia absoluta e não a teria integrado, enquanto conceito básico, em seu esquema teórico⁵⁰.

Pois bem, o que se pretende demonstrar no meu ensaio é, primeiro, que *produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador* e, segundo, que *as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada*.

Desenvolvamos brevemente estes pontos. O primeiro é fundamental, se quer-se entender como atua a lei geral da acumulação capitalista, ou seja, porque se produz a polarização crescente da riqueza e da miséria no seio das sociedades

50. "A produção de mais-valia absoluta é a base geral sobre a que descansa o sistema capitalista e o ponto de arranque para a produção de mais-valia relativa". *El Capital*, I, XIV, p. 246.

em que ela opera. É nesta perspectiva, e somente nela, que os estudos sobre a chamada marginalidade social podem ser incorporados à teoria marxista da dependência; em outras palavras, só assim esta poderá resolver teoricamente o problema colocado pelo crescimento da superpopulação relativa com as características extremadas que apresenta nas sociedades dependentes, sem cair no ecletismo de José Nun, que o próprio Cardoso criticou com tanta razão⁵¹, nem tampouco no esquema de Aníbal Quijano que, independentemente de seus méritos, leva à identificação de um pólo marginal nessas sociedades que não mantêm relação com a maneira como se polarizam ali as contradições de classe⁵². Sem pretender fazer aqui uma verdadeira análise do problema, estabeleçamos alguns elementos explicativos que se derivam das teses enunciadas anteriormente.

A relação positiva entre o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador, que adquire um caráter agudo na economia dependente, não é privativa dela, mas *tem a ver com o modo de produção capitalista em si mesmo*. Isto se deve à maneira contraditória como essas duas formas fundamentais de exploração incidem no valor da produção e, em conseqüência, na mais-valia que esta produz. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que implica em produzir mais no mesmo tempo e com um mesmo gasto de força de trabalho, reduz a quantidade de trabalho incorporada ao produto individual e rebaixa em conse-

51. Veja-se, de José Nun, "Sobrepoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal", *Revista Latinoamericana de Sociología*, n. 2, México, 1969, e, de F.H. Cardoso, "Comentario sobre los conceptos de sobrepoblación relativa y marginalidad", *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n. 1-2, Santiago, 1971.

52. Veja-se, de Aníbal Quijano, *Redefinición de la dependencia y la marginalización en América Latina*, CESO, Santiago, 1970, mimeo.

qüência seu valor, afetando negativamente a mais-valia. A maior exploração do trabalhador oferece duas alternativas: aumentar o tempo de trabalho excedente (modificando ou não a jornada de trabalho), elevar a intensidade do trabalho; em ambos os casos aumenta a massa de valor e a mais-valia produzidas, mas no último caso (que se diferencia do aumento de produtividade porque, ainda que se produza mais no mesmo tempo, isso produz um maior gasto de força de trabalho⁵³), desde que o novo grau de intensidade se generalize, desce ao valor individual das mercadorias e, em circunstâncias iguais, diminui também a mais-valia.

No âmbito do regime capitalista de produção, essas tendências opostas que se derivam das duas grandes formas de exploração tendem a neutralizar-se, *uma vez que o aumento da força produtiva do trabalho não só cria a possibilidade de uma maior exploração do trabalhador, como leva a esse resultado*. De fato, a redução do tempo total de trabalho que o operário necessita para produzir uma certa massa de mercadorias permite ao capital, *sem estender a jornada legal e inclusive reduzindo-a*, exigir do trabalhador mais tempo de trabalho efetivo e portanto uma massa superior de valor. Com isso, a ameaça que pesava sobre a taxa de mais-valia e de lucro é contraposta total ou parcialmente. *O que aparece, no plano da produção, como uma diminuição do tempo de trabalho, se converte, do ponto de vista do capital, em aumento da produção exigida ao trabalhador*. Isto se expressa nas condições de produção através da elevação da composição orgânica do capital, isto é, da diminuição relativa ou absoluta (segundo o ritmo da acumulação) do capital variável;

53. A economia burguesa não permite estabelecer claramente essa diferença, já que privilegia como termo de referência ao produto e não à força de trabalho.

em outras palavras, na redução relativa ou absoluta da força de trabalho e na expansão do exército industrial de reserva.

No entanto, existe uma estreita interdependência entre o aumento da produtividade, da intensificação do trabalho e da duração da jornada. O aumento da força produtiva do trabalho, ao implicar um menor gasto de força física, é que permite aumentar a intensidade; mas o aumento da intensidade se choca com a possibilidade de estender a jornada de trabalho e atua mais no sentido de reduzi-la. Inversamente, uma menor produtividade limita a possibilidade de intensificar o ritmo de trabalho e aponta para a extensão da jornada. O fato de que, nos países altamente industrializados, a elevação simultânea da produtividade e da intensidade do trabalho não se tenham traduzido há várias décadas em redução da jornada não invalida o que se disse; apenas revela a incapacidade da classe operária, expressa na redução progressiva da vida útil do trabalhador, assim como nos transtornos psicofísicos provocados pelo excesso de fadiga. Na mesma linha de raciocínio, as limitações surgidas nos países dependentes para distender ao máximo a jornada de trabalho obrigaram ao capital a recorrer ao aumento da produtividade e da intensidade do trabalho, com os efeitos conhecidos no grau de conservação e de desenvolvimento desta.

O que importa assinalar aqui, em primeiro lugar, é que a superexploração não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas é *inerente e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho*. Supor o contrário equivale a admitir que o capitalismo, à medida que se aproxima de seu modelo puro, se converte em um sistema cada vez menos explorador e consegue reunir as condições para solucionar indefinidamente suas contradições internas. Em segundo lugar, conforme o grau de desenvolvimento das economias nacionais que

integram o sistema e do que se verifica nos setores que compõem cada uma delas, a maior ou menor incidência das formas de exploração e da configuração específica que elas assumem *modificam qualitativamente a maneira como incidem ali as leis de movimento do sistema* e, em particular, a lei geral da acumulação de capital. É por esta razão que a chamada marginalidade social não pode ser tratada independentemente do modo como se entrelaçam nas economias dependentes o aumento da produtividade do trabalho, que se deriva da importação de tecnologias, com a maior exploração do trabalhador, que esse aumento da produtividade torna possível.

Não por outra razão a marginalidade só adquire sua plena expressão nos países latino-americanos ao desenvolver-se nestes a economia industrial.

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a *legalidade específica* pela qual se rege a economia dependente. Isto supõe, naturalmente, colocar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os *graus intermediários* mediante os quais essas leis vão sendo especificadas. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser realmente entendida. O conceito de subimperialismo emerge da definição desses graus intermediários e aponta para a especificação de como incide na economia dependente da lei segundo a qual o aumento da produtividade do trabalho (e, em consequência, da produtividade do capital) produz um aumento da superexploração. É evidente que esse conceito não esgota a totalidade do problema.

Como quer que seja, a exigência de especificar as leis gerais do desenvolvimento capitalista não permite, de um ponto de vista rigorosamente científico, recorrer a generalidades como a de que a nova forma da dependência repousa na mais-valia relativa e no aumento da produtividade. E não o permite

porque esta é a *característica geral de todo desenvolvimento capitalista*, como se viu. O problema está então em *determinar o caráter que assume, na economia dependente, a produção de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho*.

Neste sentido, se podem encontrar no meu ensaio indicações que, mesmo se notoriamente insuficientes, permitem vislumbrar o problema de fundo que a teoria marxista da dependência deve enfrentar: o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia capitalista dependente tendem a obstruir seu trânsito da produção de mais-valia absoluta à de mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre o capital e o trabalho. A projeção desproporcional que assume no sistema dependente a mais-valia extraordinária é um resultado disto e corresponde à expansão do exército industrial de reserva e ao estrangulamento relativo da capacidade de realização da produção. Mais que meros acidentes no curso do desenvolvimento dependente ou elementos de ordem transitória, estes fenômenos são manifestações da maneira particular como incide na economia dependente a lei geral da acumulação de capital. Em última instância, é de novo à superexploração do trabalho que temos que nos referir para analisá-los.

Estas são algumas questões substantivas do meu ensaio, que convinha ressaltar e esclarecer. Elas estão reafirmando a tese que se afirma ali, isto é, a de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho. Não nos resta, nesta breve nota, senão advertir que as implicações da superexploração transcendental no plano da análise econômica devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político. É avançando nessa direção que aceleraremos o parto da teoria marxista da dependência, libertando-a das características funcional-desenvolvimentistas que se aderiram a ela em sua gestação.

**As razões do neodesenvolvimentismo
(resposta a Fernando Henrique Cardoso
e a José Serra)**

As desventuras da dialética da dependência é um trabalho escrito por José Serra e por Fernando Henrique Cardoso, com a finalidade de criticar minhas análises sobre o capitalismo dependente, em particular o brasileiro. O título do trabalho, como observam seus autores, inspira-se no de um livro de Maurice Merleau-Ponty, publicado no começo da década passada, que punha “a coroa de espinhos” na “cabeça dos que, bem ou mal, buscavam adaptar a herança clássica às experiências da construção do socialismo e, no afã de justificar o injustificável, distorciam suas idéias”. Na realidade, se tratava de um ataque a Jean-Paul Sartre, por causa de sua aproximação com o Partido Comunista. Embora Sartre não se preocupasse em dar uma resposta a Merleau-Ponty – que ganha notoriedade ao pretender conferir nível filosófico ao anticomunismo de Arthur Koestler –, este recebeu a que merecia pela mão de Simone de Beauvoir.

Depois de assinalar que o trabalho se escreveu em janeiro de 1978, quando prestavam serviços em uma instituição norte-americana, e agradecer os comentários de outros intelectuais brasileiros – em especial do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP) criado por Cardoso –, os autores explicam a finalidade do mesmo. Este pretende “colocar trancas que fechem as falsas saídas” na análise da

realidade, para o que se dedicará à crítica de minha “ambiciosa teoria” sobre o capitalismo dependente, com a intenção de conseguir “a destruição eventual de alguns ou mesmo de todos os principais supostos” da mesma. Para isso, se divide em quatro capítulos: “Desenvolvimento nacional e estagnação econômica”, “O intercâmbio que não é exatamente igual”, “O subimperialismo e as trevas” e “A ‘teoria’ da superexploração do trabalho (ou a mais-valia que nunca é relativa)”, que se acompanham de um “quase epílogo”. Os dois primeiros tratam de algumas questões gerais, os dois últimos versam sobre o desenvolvimento capitalista recente no Brasil.

Em seu conjunto, constitui um texto desalinhado e truculento, que deforma quase sempre minhas análises para poder criticá-las, manipula os dados que utiliza (ou não utiliza) e que brilha pela falta de rigor, pela torpeza e inclusive pelo descuido no manejo de fatos e conceitos. O leitor o entenderá melhor se levar em conta que é dirigido fundamentalmente à jovem geração brasileira, que conhece pouco ou quase nada do que eu escrevi. Isto é o que leva aos autores não só a “exportar” meu pensamento, como também a permitir-se adaptá-lo livremente aos fins que se propuseram. Seguramente, teriam procedido de outra maneira se fossem dirigidos a um público mais familiarizado com as teses em questão.

Nas considerações que, sobre esse texto, apresentaremos em seguida, utilizaremos o original em português. Faremos um esforço, sempre que isso não violente excessivamente a lógica da exposição, em seguir a ordem temática adotada ali, mantendo-nos dentro de seu enfoque, isto é, predominantemente econômico. Advertimos o leitor que, por se tratar da resposta a uma crítica específica, limitaremos ao essencial nossa argumentação, sem pretender retomar análises que fizemos, em outras oportunidades, sobre o capitalismo depen-

dente latino-americano e brasileiro; neste sentido não se contempla aqui a totalidade e nem sequer os elementos principais do que expusemos em outros textos.

I

As Desventuras começam com um passo infeliz. Constatando que minhas análises têm como eixo a questão do socialismo na América Latina, buscam inseri-los na tese sustentada por setores intelectuais da década passada, em relação à inevitabilidade da estagnação econômica na região. Incorrem, com isso, em um duplo equívoco: não é certo que eu subscrevesse então aquela tese (como tampouco a subscrevo hoje) nem esta se relacionava diretamente com o tema do socialismo. De passagem, confundem estagnação e crise. “A aurora revolucionária teria como incubadores o impulso da estagnação e a crise” (p. 3), sem compreender que, para um marxista, as crises correspondem a saltos do capitalismo para sua destruição, mas não se confundem com a estagnação; totalmente ao contrário, resultam da própria acumulação capitalista, isto é, *do desenvolvimento capitalista*.

A “prova” da minha adesão à tese da estagnação latino-americana é apresentada na p. 1, depois do que parece ser uma autocrítica implícita de Cardoso por tê-la compartilhado, nos tempos em que lhe preocupavam os problemas do “subcapitalismo” e se especifica nesta citação de um texto meu:

“Tudo o que está em conseguir uma organização da produção que permita o pleno desenvolvimento do excedente criado, isto é, que aumente a capacidade de emprego e de produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo. Como isto não é possível no marco do sistema capitalista, não resta ao

povo brasileiro senão um caminho: o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo”¹.

À primeira vista, o texto citado parece dar razão às *Desventuras*. Mas o que é que “está em...”? Em que contexto se fez a afirmação? Vejamos:

“... (o) desenvolvimento econômico... não pode ser conseguido, como pretende a ‘burguesia nacional’, obstruindo a incorporação do progresso tecnológico estrangeiro e estruturando a economia com base em unidades de baixa capacidade produtiva. Para as grandes massas do povo, o problema está, inversamente, em uma organização econômica que não só admita a incorporação do progresso técnico e a concentração das unidades produtivas, como as acelerem, sem que isso implique agravar a exploração do trabalho no marco nacional e subordinar definitivamente a economia brasileira ao imperialismo”².

Como se dará conta o leitor, ali não se tratava de forma alguma de estagnação: se polemizava com uma posição política que – ante o caráter monopólico e a decidida integração ao imperialismo que caracterizavam a economia brasileira – levantava um projeto pequeno-burguês, estreitamente nacionalista e antimonopólico, e se afirmava que a luta (não a agitação de um modelo abstrato) contra o grande capital nacional e estrangeiro só poderia ser uma luta dirigida pela classe operária e que tendesse ao socialismo. Para aprofundar mais, observemos que essa passagem pertence à seção do livro intitulada “A dialética do *desenvolvimento capitalista* no Bra-

1. *Subdesarrollo y revolución*, Siglo XXI, México, 1974, 5, edição aumentada, p. 104. A partir daqui se designará esse texto por SR. O capítulo correspondente foi originalmente publicado como artigo: “La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil”, *Cuadernos Americanos* (México), CXLV, maio-junho de 1961, p. 133-155.

2. *Ibid.* p. 103-104. (A partir daqui, segue o texto citado pelas *Desventuras*).

sil”, em que se analisam as lutas de classe que desembocaram no golpe militar de 1964 e a forma *subimperialista* que assume então esse desenvolvimento. “O capitalismo brasileiro – dizia-se, um pouco antes – orientou-se assim para um desenvolvimento monstruoso, etc”³.

A crise do pensamento latino-americano nos anos 60

O segundo tipo de equívocos a que dão lugar as *Desventuras* está em supor que se pode estabelecer, em geral, uma ligação entre a tese da “estagnação” e a ideologia socialista da década passada, na América Latina. É certo que os autores se corrigem mais adiante, exemplificando com algumas citações de Hélio Jaguaribe. Mas a) não só resta a impressão geral de que as lutas pelo socialismo, que se travaram naquele momento, foram guiadas pela idéia da impossibilidade do desenvolvimento capitalista, mas que b) se obscurece o caráter real da crise que sacudiu o pensamento latino-americano, em meados da década. O primeiro erro faz caso omissivo das lutas de classe desatadas no continente, desde os anos 50, que, alcançando seu primeiro ponto culminante com a revolução cubana de 1959, continua até hoje. O segundo não dá conta do verdadeiro caráter da crise experimentada pelas ciências sociais latino-americanas, nos 60, nem das correntes surgidas na-

3. *Ibid.* p. 101s. Essa falta de honestidade no uso do material criticado, que caracteriza as *Desventuras*, é ainda mais flagrante na consequência que tiram dessa citação, no sentido de que “esse tipo de análise ajudou a racionalizar os argumentos utilizados por parte da esquerda latino-americana ao longo dos anos sessenta e começo dos setenta” (p. 7), acrescentando em nota que essa racionalização pode ser encontrada em SR, na passagem correspondente a “Los supuestos de la lucha armada” (p. 133-141) As *Desventuras* não dizem que essa passagem é... uma crítica aos supostos da prática armada da esquerda brasileira, da época! Há muitas razões pelas quais denunciar-me como partidário da luta armada, mas afirmar que minha tomada de posição a respeito se deriva da tese da “estagnação” constitui pelo menos uma afirmação desventurada.

quele momento (que se tende a englobar, incorretamente, sob a designação genérica de “estudos sobre a dependência”).

O golpe militar brasileiro de 1964 teve, para a década passada, uma importância similar ao golpe chileno de 1973, na atual. Representou, como observei naquele momento, o fracasso de uma política: o reformismo, sob sua forma populista e nacionalista, e de uma classe: a burguesia nacional⁴. Os partidos comunistas, que haviam apostado nesta carta, atribuíram os acontecimentos contra-revolucionários do Brasil a uma trama diabólica do imperialismo norte-americano. Os intelectuais que, ligados ao *establishment* (seja diretamente no governo de João Goulart, seja em instituições internacionais como a CEPAL), haviam apregoado a ideologia do desenvolvimento capitalista autônomo (gerando assim, do lado patronal, uma tática que coincidia com a do PC) manifestaram perplexidade e impotência. Um bom exemplo disso é o caso de Celso Furtado, ex-funcionário da CEPAL e do governo de João Goulart, que, em sua qualidade de principal teórico da “estagnação”, proclamou o fim definitivo da industrialização e o regresso do Brasil à condição de exportador de bens primários⁵. Num texto mais agudo, porém igualmente desesperado, o cepalino Anibal Pinto, sem aderir à tese da “estagnação”, constatou que o pretendido desenvolvimento autônomo havia levado apenas à monopolização da economia pelo grande capital nacional e estrangeiro e propôs uma política dirigida pelo Estado, de apoio à média e pequena burguesia, mesmo às custas de que isto implicasse em fre-

4. *Ibid.*, p. 57. O capítulo correspondente apareceu, como artigo, em um número de 1965 da revista *Foro Internacional*, México.

5. “Brasil: da república oligárquica ao Estado militar”, *Brasil Hoy*, Siglo XXI, México, 1966.

ar o desenvolvimento do setor “moderno” (monopólico), isto é, breçar objetivamente as tendências do desenvolvimento capitalista⁶.

Pois bem. Essa crise do pensamento desenvolvimentista não tinha por que afetar à jovem intelectualidade brasileira, que militava nas filas da esquerda revolucionária, surgida à margem do PC, no começo da década. O eixo das posições dessa esquerda era a crítica da estratégia desse partido, que postulava a colaboração de classes entre a burguesia nacional e o proletariado, em prol de uma revolução democrático-burguesa, antiimperialista e antifeudal. No curso de seu desenvolvimento, a esquerda revolucionária havia rompido com o nacional-desenvolvimentismo burguês, ruptura que deu lugar a uma nova elaboração teórica, que se expressa numa literatura estritamente partidária. Isto só começa a se modificar, dando lugar a trabalhos de caráter mais pessoal, quando a violenta depuração das universidades, meios de comunicação e do próprio aparato de Estado, pelas forças golpistas, começa a expulsar do país muitos dos intelectuais dessa esquerda.

Coincidindo com isso, a crítica do desenvolvimentismo ganhou um caráter mais amplo. Intelectuais não militantes, como André Gunder Frank e o próprio Cardoso, baseando-se nas posições teóricas da esquerda revolucionária, lançaram-se também à discussão sobre as teses cepalinas e funcio-

6. “Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano”, *El Trimestre Económico* (México), n. 125, janeiro-março de 1965, p. 3-69. Pinto expressa sua concepção (no fundo, correta) de uma maneira ainda confusa e em linguagem cepalina, ao distinguir um pólo “dinâmico” e outro “tradicional”, que não já se caracterizavam pelo corte entre agricultura e indústria, mas dividiam horizontalmente toda a estrutura econômica. Este novo dualismo está presente no trabalho de Cardoso e Enzo Faletto, *Dependencia y desarrollo en América Latina*, Siglo XXI, México, 1969, e deu lugar a posteriores elaborações sobre temas específicos, como o da chamada “marginalidade social”.

nalistas. Contribuíram assim com elementos para a construção de uma nova teoria explicativa da realidade latino-americana, ainda que alguns deles contribuíssem para conferir um caráter acadêmico a um debate que, em suas origens, era primariamente político, limitando com isso a radicalidade da crítica. É, em particular, o caso de Cardoso, em seu trabalho em colaboração com Faletto, não só pelos compromissos conceituais e de linguagem que mantêm com o desenvolvimentismo, como assinalaram outros, mas sobretudo pela absoluta ausência de uma teoria do imperialismo, que se observa nesse texto⁷. Convém assinalar que nada, nesse tipo de texto, leva a identificar a “mudança social” com a revolução socialista.

É a essa distinta origem das novas correntes intelectuais, que surgiram na década de 1960, assim como ao tipo de compromisso que eles assumiram, que se deve a profunda divisão que se registra hoje entre os que, bem ou mal, trabalharam da mesma maneira na elaboração de um novo marco de conhecimento de nossas sociedades.

Intercâmbio desigual e superexploração: algumas precisões

O capítulo seguinte das *Desventuras* se refere indiscriminadamente a questões que têm que ver com o intercâmbio

7. Cardoso e Faletto manejam a relação da economia dependente com a economia mundial sempre em função do conceito cepalino de “setor externo”, o que não lhes permite relacionar como as tendências e leis do capitalismo operam em uma e outra nem como se articulam entre si. Posteriormente, Cardoso tratou de integrar em seus trabalhos esse nível de análise, que já estava presente nas elaborações da esquerda revolucionária brasileira. Vêm daí seus conceitos de “desenvolvimento autônomo” e de “desenvolvimento associado”, tomados de empréstimo aos de “desenvolvimento autônomo” e de “desenvolvimento associado”, que eu havia utilizado no artigo de 1965 citado, assim como no que foi publicado originalmente com o título “Brazilian Interdependence and Imperialist Integration”, *Monthly Review* (N. York), dezembro de 1965.

desigual e com a superexploração do trabalho. O objetivo de meus “críticos” é demonstrar que o intercâmbio desigual, como eu o analiso, não é, nem leva os países dependentes a reagirem contra ele apelando para a superexploração do trabalho (ainda que a causa primária desta não resida ali, como já indiquei)⁸. Veremos, mais adiante, como eles se arranjaram para fazer essa demonstração, procedendo primeiro a algumas retificações.

Na p. 16, se trata de provar que é absurdo meu raciocínio no sentido de que as exportações latino-americanas de alimentos, ao reduzir o valor do capital variável e aumentar como consequência a composição de valor do capital, agravam a tendência à baixa da taxa de lucro, nos países capitalistas avançados. Para esse fim, e valendo-se inclusive das matemáticas, as *Desventuras* demonstram que, ao diminuir o capital variável, crescem a massa e taxa de mais-valia, assim como, em consequência, de lucro. O que é óbvio. Acrescentam nossos “críticos”: “Não seria lógico supor, por outro lado, que *porque* diminui V, graças às exportações latino-americanas de alimentos, C teria que aumentar” (p. 16, sublinhado pelos autores). Não, não seria em absoluto lógico supor que, *porque* diminui o capital variável, pela causa mencionada, o capital constante deva aumentar. No entanto, meus desventurados “críticos”, o ponto de que parto é rigorosamente *o oposto*: o de que a exportação latino-americana de alimentos se realiza em função da revolução industrial européia e *coadjuva* (não determina de maneira exclusiva) a diminuição do capital variável, necessária para que a elevação da produtividade, sobre a base do *aumento do capital cons-*

8. *Dialéctica de la dependencia*, Era, México, 1973, p. 24-49. Daqui para frente, designado como DD.

tante, não pressionasse para baixo a taxa de lucro (DD, p. 26). Como indiquei no texto, isto corresponde à inserção dinâmica da América Latina na divisão mundial do trabalho imposta pela grande indústria, que permitiu aos países avançados concentrar-se na produção manufatureira, descuidando a produção agrícola, e que levará em seguida à especialização da periferia também na produção de matérias-primas industriais. Dom Quixote combatia contra moinhos de vento, que acreditava ser gigantes. Meus “críticos” têm mais o espírito de Sancho. Edificam seus próprios moinhos, para enfrentá-los sem ter que apelar para a valentia.

Na distorção das minhas análises, as *Desventuras* não utilizam apenas o método da inversão, como também o da adição. Assim, consideram que eu suponho que a produção latino-americana para a exportação aumentou “em condições necessárias de produtividade decrescente (ou estagnada)”, suposição que não se encontra em nenhum de meus textos. A única coisa que sustento é que, em condições de intercâmbio marcadas por uma clara superioridade tecnológica dos países avançados, as economias dependentes deveriam lançar mão de um mecanismo de compensação que, permitindo o aumento da massa de valor e de mais-valia realizada, assim como de sua taxa, se contrapusesse, pelo menos parcialmente, às perdas de mais-valia a que tinha que se sujeitar; esse mecanismo foi a superexploração do trabalho⁹. Esta explica o forte desenvolvimento da economia exportadora latino-americana, apesar do intercâmbio desigual. É de se supor que meus

9. Cf. DD, p. 40-41. Observemos que o aumento do número de trabalhadores, a que se referem meus “críticos” na p. 20, apesar de que foi abundantemente utilizado na América Latina, não tem que ver com o tema da superexploração: a circunstância iguais deixa invariável a taxa de mais-valia, podendo afetar apenas a taxa de lucro.

“críticos” não pretendem que, diante da transferência de valor que este implicava, as economias latino-americanas poderiam reagir mediante a elevação de seu nível tecnológico a um ritmo igual ao que o faziam os países avançados. Isso não implica de forma alguma que sua produtividade tenha se estagnado ou decrescido, mas que sempre esteve atrás. Tampouco é preciso derivar do que foi dito o que não foi dito: a superexploração do trabalho é incentivada pelo intercâmbio desigual, mas não se deriva dele e sim da febre de lucro que cria o mercado mundial e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa. Porém, uma vez posto em marcha um processo econômico sobre a base da superexploração, se põem em marcha um mecanismo monstruoso, cuja perversidade, longe de diminuir, é acentuada ao apelar a economia dependente para o aumento da produtividade, mediante o desenvolvimento tecnológico¹⁰.

De qualquer modo, meus “críticos” se preocupam aqui menos com a questão da superexploração, que de minhas análises em relação ao intercâmbio desigual. Deste ponto de

10. Analisando o efeito da prolongação da jornada de trabalho e sua relação com a baixa do preço do trabalho, diz Marx: “...Este poder de disposição sobre uma quantidade anormal de trabalho não retribuído – anormal porque supera o nível social médio – logo se converte em motivo de competição entre os próprios capitalistas. Uma parte do preço da mercadoria é dada pelo preço do trabalho. A parte não retribuída do preço do trabalho não necessita figurar no preço da mercadoria, podendo ser regalada ao comprador. Esse é o primeiro passo que produz a concorrência. O segundo passo imposto por esta consiste em separar também do preço de venda da mercadoria uma parte pelo menos da mais-valia anormal, conseguida mediante a prolongação da jornada de trabalho. Deste modo, vai se formando, primeiro esporadicamente e em seguida de um modo cada vez mais estável, um preço anormalmente baixo de venda da mercadoria, que, se inicialmente era o fruto dos salários raquíticos e das jornadas excessivas, acaba por se converter em base constante destes fenômenos”. (*O Capital*, México, Fondo de Cultura Económica, tomo I, p. 460, sublinhados meus.) Isto vale para qualquer procedimento que implique em aumentar a massa de trabalho não pago e explica as diferentes estruturas de preços que regem entre países com distinto grau de desenvolvimento capitalista.

vista, a primeira coisa que chama a atenção é que, além de “criticar” o que eu disse sobre o tema, fazem a curiosa advertência de que *não contemplarão o problema da transferência de valor através do comércio exterior* (p. 16). A razão básica que dão para isso é que, “não havendo mobilidade da força de trabalho, é difícil estabelecer, em escala internacional, o conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, que, por sua vez, é crucial como requisito para a operação da lei do valor” (p. 16). Vamos nos deter um pouco neste parágrafo. A mobilidade da força de trabalho não influi em nada no *conceito* de tempo de trabalho socialmente necessário, em escala nacional ou internacional. Seguramente, meus “críticos” querem dizer que afeta *sua determinação, sua medição*. Mas tampouco é assim: a nível nacional ou internacional, o tempo de trabalho socialmente necessário não se determina pela *circulação* da força de trabalho, mas é exclusivamente função do desenvolvimento das forças produtivas, do grau de destreza, de produtividade e de intensidade média da força de trabalho na *produção*. A única coisa que cabe à circulação é *comparar os tempos* de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias, isto é, comparar os valores destas; sobre esta base se determina o preço comercial de cada uma, isto é, se estabelece entre elas uma *relação de preços*, que, por muito que varie pela ação da oferta e/ou a demanda, *gira em torno da comparação dos valores*.

A circulação ou não circulação da força de trabalho não tem, então, nada que ver com a vigência da lei do valor. O único efeito que pode ser derivado da mobilidade internacional de mão-de-obra se refere aos *preços de produção*, ao favorecer, nesse plano, a formação do lucro médio.

Poderia a circulação internacional da força de trabalho afetar o tempo de trabalho socialmente necessário e, assim, a

determinação do valor? Claro que sim, quando permita o fluxo de força de trabalho com qualificação superior para um *processo produtivo* dado, sempre que este possa oferecer-lhe as condições técnicas de produção que lhe permita exercer essa maior qualificação; de nada serviria a um país importar um operador de tratores se o condena a trabalhar com uma foice. Mas, ainda que a força de trabalho qualificada se insere positivamente num processo de produção, isso não modifica o papel da circulação de mercadorias, que seguirá imperturbavelmente *comparando valores que variaram por mudanças no plano da produção*, tal como o faria *se estes valores não tivessem variado*. Em qualquer hipótese, *comparação de valores se expressa em uma relação de preços*, que, mais ou menos influenciados pela circulação, continuam referidos ao valor. Se meus desventurados, “críticos” contassem com conhecimentos elementares sobre a relação valor-preço não necessitariam descobrir triunfalmente que “os dois intercâmbios não são exatamente iguais”, ou seja, o óbvio: que o *valor não é o mesmo que o preço*. Mas tampouco se escandalizariam de que os índices de preços possam ser tomados como indicadores de valores, sobretudo para períodos longos (em que as variações da circulação tendem a neutralizar-se) e de que, por conseguinte, *ao analisar o intercâmbio desigual é lícito e necessário apelar para o exame da evolução dos preços relativos ou, o que é o mesmo, dos termos de intercâmbio*.

Ao não contar com esses conhecimentos elementares, os autores das *Desventuras* são levados a afirmações surpreendentes. É assim como, ao discutir o efeito das variações de preços na taxa de lucro de países com distinto grau de desenvolvimento, afirmam que, ao aumentar os preços dos produtos dos países de maior desenvolvimento, essa taxa não teria por que reduzir-se no país de desenvolvimento inferior, pois

“a importação de produtos manufaturados continuaria realizando-se pelo *mesmo preço* por unidade de produto industrializado. O que ocorre de fato não é o encarecimento dos produtos industriais, mas a manutenção de seu preço de venda, apesar da redução de seu valor unitário” (p. 17, sublinhados dos autores). Como vemos, meus “críticos” supõem que os movimentos de *preços não implicam movimento de valor*, de tal maneira que, ao se manter o preço de mercado *por cima do valor*, isto não implicaria uma transferência de valor por parte daquele que o adquirisse, dando em troca uma mercadoria cujo preço se mantivesse equiparado com seu valor. Chegamos, assim, a um ponto em que não só os intercâmbios não são “bem iguais”, como são *absolutamente diferentes!*

O parágrafo seguinte, na p. 17, não merece maior atenção. Ao se dizer que, ao aumentar a produtividade e se reduzir o valor unitário da mercadoria, isso não afeta a taxa de lucro, se a redução do valor unitário se compensa com o aumento da massa de valor produzido, compatível com o investimento adicional que propiciou a elevação da produtividade, se está descobrindo o ovo de Colombo e não haverá quem queira dizer o contrário. Mas isto nada tem a ver com a superexploração do trabalho. Esta implica que, *em variação do valor unitário*, aumente a massa de valor produzido e/ou apropriado pelo capitalista, ambos casos implicando aumento da taxa de mais-valia. O aumento do valor *apropriado, seu aumento da massa de valor produzido*, corresponde à redução do salário sem uma redução equivalente do tempo de trabalho necessário para que o operário reponha o valor do mesmo; o aumento da massa de valor *produzido e apropriado* resulta do aumento da massa de trabalho rendido pelo operário, através da prolongação da jornada ou da intensificação do trabalho. Em seu conceito, a superexploração se expressa assim no incremento da *taxa de mais-valia* sobre a base de uma *massa* maior de

mais-valia e um *valor unitário constante*; a única exceção, que a aproxima ao aumento da exploração sobre a base de uma maior produtividade do trabalho, advém do aumento de intensidade, que, sendo generalizada a todo o ramo da produção e se estabiliza a um nível superior, leva à redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria e, assim, à redução de seu valor unitário.

Até aqui nos limitamos a examinar as tentativas das *Desventuras* para criticar, no plano teórico, minhas análises em relação ao intercâmbio desigual e à superexploração do trabalho, tentativas que se frustram pelo fato de que estas são incapazes de focar corretamente a relação entre valor e preço, além de confundir sistematicamente taxa de lucro com taxa de mais-valia. Mas, em dado momento, as *Desventuras* mudam o enfoque para se preocupar com as implicações da superexploração no desenvolvimento histórico do capitalismo mundial. Neste sentido, além de juntar no pé de página alguns dados sobre o comércio exterior inglês, levantam uma série de questões: a determinação do valor da força de trabalho na Inglaterra (por que se supõe que os operários ingleses não comem carne?); a composição e o destino das exportações latino-americanas (por que se supõe que a Inglaterra não importava trigo da América Latina?); as formas de exploração em países como a Argentina e o Uruguai (por que não ter os “piores níveis de vida” implica que não haja superexploração do trabalho?). Como se vê, demasiados problemas para que os tratemos de forma ligeira. Limitaremos, então, nossas observações à metodologia que deve seguir uma investigação rigorosa sobre o problema colocado pelas *Desventuras*, que compreende os seguintes passos:

1. definir se, como afirma Marx, o comércio exterior, ao baratear o capital constante e/ou o capital variável, incide na composição de valor do capital e, em consequência, na taxa de lucro;

2. explicar por que os países avançados apelaram, para este fim, às importações de países atrasados (onde é menor o trabalho incorporado às mercadorias, isto é, seu valor), assim como os mecanismos que permitiram que estes pudessem vender barato o que, em princípio, produziam caro;

3. analisar a composição e o destino das exportações da América Latina, assim como a evolução dos preços relativos de seu intercâmbio com os países avançados;

4. levar em conta que, apesar da importância da Inglaterra, a América Latina não se integra propriamente a esse país, *mas ao mercado mundial* e que outros mercados que não o inglês tiveram importância decisiva na integração de países latino-americanos, como o norte-americano para o Chile, em certo período, o Brasil; o alemão para a Colômbia, etc.;

5. ponderar adequadamente a contribuição das exportações latino-americanas *ao mercado mundial*, considerando as *transferências de valor circulares ou indiretas*, que implicam que um valor cedido pelo Brasil aos Estados Unidos, por exemplo, pudesse ser apropriado finalmente pela Inglaterra, graças a suas transações com esse país¹¹.

Marxismo e sociologismo

Consideremos, finalmente, a questão de fundo que colocam as *Desventuras*, neste capítulo. Com efeito, apesar das elucubrações econômicas, estas não negam “o diferencial de salários em prejuízo dos trabalhadores da periferia” (p. 15),

11. A necessidade de considerar globalmente os movimentos do comércio internacional, posta em evidência por alguns autores, é enfatizada por André Gunder Frank em seu ensaio “Desequilíbrios do comércio multilateral de mercadorias e desenvolvimento econômico regular”; veja-se seu livro *Acumulação, dependência e subdesenvolvimento*, Iniciativas, Lisboa, 1977.

ainda que o rolo que a confusão que fazem com a taxa de lucro e de mais-valia lhe impeça colocar-se seriamente a questão de se isso representa ou não uma superexploração desses trabalhadores; tampouco negam a existência do intercâmbio desigual (p. 20), ainda que tampouco possam chegar a uma conclusão definitiva sobre o mesmo, devido à sua confusão entre valor e preço, assim como entre produção e circulação. Mas suas desafortunadas incursões em matéria econômica são, em certo sentido, marginais em relação à tese que sustentam: a de que o “fundamento dinâmico” destes fenômenos é a luta de classes (p. 15) ou o “básico” é “a dinâmica que se deriva da luta entre as classes” (p. 20). Encontramo-nos, assim, de novo, com o enfoque sociologista do já mencionado trabalho de Cardoso e Faletto, que ganhou novos brios na América Latina com a difusão das teses da escola althusseriana e das influências do maoísmo.

Pois bem: qualquer marxista sabe, com Marx e Engels, que a história da humanidade é a história da luta de classes e, com Lenin, que a luta de classes é o único terreno em que um marxista se move com firmeza. No entanto, isto não quer dizer que a luta de classes se explique *por si mesma* ou, querendo-se, que seja o *deus ex machina* que permite explicar tudo. Mais do que isso, para um marxista, a tarefa reside sempre, tanto no plano da análise abstrata como na do concreto, em conhecer o que explica a luta de classes e isto remete, necessariamente, ao exame das condições materiais em que ela se dá. Essas condições – que se captam mediante conceitos e se regem por leis e tendências objetivas – geram contradições, que não são de forma alguma “parâmetros econômicos” (p. 20). A luta de classes *não é* um processo que *age* em um *marco estrutural*: a luta de classes é a *síntese* das condições em que os homens produzem sua existência e se acha, por isso

mesmo, regida por leis que determinam seu desenvolvimento. É por isso que a relação entre teoria e prática constitui o eixo da dialética marxista.

Ao sustentar que a história é a história da luta de classes, Marx não se limitou a descrever a luta de classes: esforçou-se em distinguir os modos de produção que constituem seu fundamento e dedicou toda sua vida ao estudo das leis do modo de produção capitalista, para *armar ao proletariado* – teórica, ideológica e politicamente – em sua *luta de classe* contra a burguesia. Construiu um *aparato conceitual* para explicar a luta de classes que se exerce *nesse* modo de produção; assim, por exemplo, o conceito de valor da força de trabalho é a chave para a análise da luta de classes entre operários e capitalistas, no plano econômico, os primeiros lutando por um salário que respeite seu valor, os segundos entendendo que “a *gratidão* do operário é um *limite* em sentido matemático, que nunca pode ser alcançada, embora se possa aproximar dele”¹², mas esse conceito não serve para explicar a luta de classes numa sociedade escravista nem tampouco numa sociedade feudal, às quais só pode ser aplicado por extensão, já que é uma categoria típica de um modo de produção baseado no trabalhador assalariado livre. Não passaria pela cabeça do escravo reclamar ao escravista o pagamento do valor de sua força de trabalho, pelo simples fato de que esta *não se paga* e, em certo sentido, *não reveste para ele um valor*, assim como seu trabalho tampouco lhe parece como um trabalho que realiza parcialmente para si¹³, reclama simplesmente o direito de dispor de sua pessoa, luta por sua liberdade.

12. *O Capital*, cit. I, p. 506.

13. “No trabalho dos escravos, até a parte da jornada em que o escravo não fazia senão repor o valor do que consumia para viver e em que portanto trabalhava para si, se apresentada exteriormente como trabalho realizado para seu dono. Todo o trabalho do escravo parecia trabalho não retribuído”. *O Capital*, cit., t. I, p. 452.

Sigamos. É precisamente porque, em cada época da humanidade, a luta de classes se rege por leis específicas que se torna necessário construir o instrumental teórico que nos permita explicar seu desenvolvimento. Segundo o nível de análise, mais abstrato ou mais concreto, a ênfase se desloca para a maneira como *as leis gerais se realizam através da luta de classes* ou para o modo como *a luta de classes atua sobre a realização dessas leis*. Um marxista sabe que uma ou outra maneira de focar o problema não é mais do que isso: enfoques impostos pelo nível da análise e é porque a luta de classes é a expressão de contradições que se regem por leis específicas que é tão necessário não contentar-se jamais com a descrição da forma *aparencial* da luta de classe, mas armar-se de conceitos rigorosos que permitam iluminar suas determinações profundas.

No entanto, por elevado que seja o nível de abstração, a análise marxista está sempre *informada* pela luta de classes e *remete* necessariamente a ela. Em nenhum momento, a análise marxista se deterá na *descrição neutra* de um fato, por mais alheio que pareça ser à ação dos homens, nem perderá de vista suas implicações pelas relações que, sobre a base deste fato, estes estabelecem entre si relações que, em uma sociedade de classes, se expressam sempre em *luta de classes*. E é isto o que a distingue das análises não marxistas, por mais que estas, ante a incapacidade de explicar uma realidade social dada, recorram ao “*abre-te Sésamo*” da luta de classes, que, neste caso, não abre, mas fecha a porta ao tesouro do conhecimento.

Assim, um marxista não se contenta com dizer que “os aumentos de produtividade na produção de M (máquinas têxteis, por exemplo) são rápidos – dado que o progresso técnico tende a penetrar e difundir-se com maior vigor e amplitude nas atividades industriais – e não se traduzem em redu-

ção proporcional significativa do preço unitário de M”, enquanto “os aumentos de produtividade na produção de P (café, por exemplo) são mais lentos – dada a natureza das atividades primárias – e tendem a refletir-se em reduções proporcionais dos preços” (*Desventuras*, p. 9, expondo tese da CEPAL). Os aumentos de produtividade na indústria são rápidos porque o progresso técnico se difunde com maior vigor nas atividades industriais, são lentos na produção primária dada a natureza das atividades primárias: trata-se de descrições já nem sequer neutras, mas tautológicas. Nada disso nos explica a dinâmica do progresso técnico nas diferentes esferas da produção. Para fazê-lo, um marxista toma a relação entre *trabalho vivo e trabalho morto* e a aplica à produção de matérias-primas e alimentos, assim como à produção manufatureira, e constata que, na primeira, *prima o trabalho vivo*, a ação direta do homem sobre a natureza, enquanto que na segunda *amplia a parte que cabe ao trabalho morto* (matérias-primas e instrumentos de trabalho)¹⁴. Isto lhe permite entender a tendência da economia dependente, produtora de matérias-primas e alimentos, a repousar mais na exploração da força de trabalho como tal e, na medida em que têm nesta “sua fonte imediata de nova acumulação”,¹⁵ fazer com que acumulação dependa em maior grau da exploração da força de trabalho na produção (o que pode implicar no aumento do número de trabalhadores, o que, em circunstâncias iguais, aumenta a massa de valor sem alterar a taxa de mais-valia ou a prolongação da jornada e/ou a intensidade do trabalho, o que faz variar positivamente uma e outra.)

14. *Ibid.*, t. I, cap. XXII.

15. *Ibid.*, p. 509.

Mas sigamos examinando as teses que reivindicam as *Desventuras*. Dizer que os aumentos de produtividade na indústria “não se traduzem em reduções de preços”, enquanto isso acontece na agricultura, não só não explica nada, como é falso. Se queremos saber como o aumento da produtividade atua sobre os preços internacionais, é necessário ter presente que “no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo é considerado ao mesmo tempo como mais intensivo, sempre e quando a nação mais produtiva não se veja obrigada, pela concorrência, a diminuir o preço de venda de suas mercadorias até o limite de seu valor”¹⁶. Em outras palavras: ainda que a produtividade reduza o valor unitário da mercadoria, esta pode ser vendida no mercado mundial *acima de seu valor*, se a concorrência não atua em sentido contrário. “A jornada mais intensiva de trabalho de uma nação se traduz numa expressão monetária mais alta que a jornada menos intensiva de outro país”¹⁷. É esta a razão fundamental pela qual as relações de intercâmbio entre as economias capitalistas avançadas e dependentes, ao expressar relações de intercâmbio entre sistemas produtivos com distintos níveis tecnológicos e, em consequência, *com distintas intensidades médias de trabalho*, levam normalmente a que se operem transferências de valor via preços, isto é, que se realize um intercâmbio desigual que corresponde, ao mesmo tempo, à deterioração dos termos de intercâmbio em prejuízo das últimas. E é por esta razão, também, que estas têm que recorrer, como medida de compensação, a *aumentar a magnitude extensiva e intensiva* do trabalho que exploram, ou seja, aos métodos de superexploração do trabalho referidos à produção.

16. *Ibid.*, p. 469-470.

17. *Ibid.*, p. 439.

Os autores das *Desventuras* se dão conta, agora, que fazer reverências à luta de classes não é a panacéia para os problemas do conhecimento (menos ainda quando esta é esquecida na primeira oportunidade que se apresenta, em favor de proposições tautológicas que a excluem) e que as questões que os preocupam neste capítulo se regem por *leis econômicas objetivas*, que a CEPAL nunca foi capaz de formular. O enfoque sociologista, por mais atraente que pareça, não nos permitirá jamais saber *por que* a classe operária dos países capitalistas avançados pôde livrar sua luta de classes com melhores resultados que a das economias capitalistas dependentes. Para entendê-lo, é preciso levar em conta “a pressão surda das condições econômicas”, como diria Marx.

II

Os capítulos III e IV das *Desventuras* se referem ao que constitui o objeto central do trabalho: refutar algumas das minhas análises sobre o caráter e as tendências do desenvolvimento capitalista recente no Brasil. Aqui se abandona o já reduzido decoro que a “crítica” havia conservado, nas partes precedentes: a truculência se acentua e os falseamentos não se limitam já à interpretação distorcida dos meus textos, como simplesmente os mutilam ou alteram. Alguns exemplos serão suficientes.

Na p. 28, as *Desventuras* citam: “assiste-se em toda a América Latina à ressurreição da velha economia *primário-exportadora*” (sublinhado pelos autores), remetendo a DD, p. 75, onde se lê: “assiste-se em toda a América Latina a ressurreição da velha economia exportadora”. Na p. 41, o que se repete na p. 44, citam: “fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento” no setor produtor de bens-

salário; a frase diz: “fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico” no mencionado setor (DD, p. 73; meus “críticos” sublinham *qualquer*, a palavra-chave na frase é *estímulo*). Na p. 27, depois de remeter-se a uma passagem referente à relação entre a realização da produção industrial e as remunerações dos trabalhadores (DD, p. 64), assinalam que, para “retificar ou pelo menos precisar melhor” a análise, eu acrescentei um parágrafo que foi tomado da p. 72; na realidade, a primeira citação se refere a um determinado período (a industrialização até a década de 1940) e a segunda a outro (a qual, com novo caráter, se desenvolve nos cinquenta e nos sessenta), estando esse corte histórico claramente especificado no texto (subtítulo: “O novo anel da espiral”, DD, p. 66). Na p. 4, citam: “o aumento da produtividade conduzida pela técnica não pode ser traduzida em lucros” (no setor de produção suntuária); o parágrafo diz: “...como não representa bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses ramos de produção não pôde ser traduzido em maiores lucros *através da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas* mediante o aumento da massa de valor realizado” (DD, p. 72)¹⁸.

Na p. 38, nota 40, as *Desventuras* se referem a uma passagem em que explico que o aumento da produtividade, ao reduzir o valor individual das mercadorias, afeta negativa-

18. Sobre esta base, meus “críticos” se permitem debitar ao leitor uma enrolada digressão sobre o papel do capital constante na elevação da taxa de lucro, de que trata o Livro II, de *O Capital*, em sua seção primeira e concluir enfaticamente: “Assim, Marini revelou desconhecer o papel que pode apresentar o progresso técnico na produção de mercadorias que integram o *capital constante* e dali na elevação da *produtividade e da taxa de lucro*” (p. 39, sublinhados meus). Qualquer leitor que conheça meu texto sabe que do que eu trato ali é do capital variável, de métodos de produção de mais-valia que não têm a ver com o aumento da produtividade e da taxa de mais-valia.

mente a mais-valia, qualificando-o de absurdo. Vejamos o contexto da afirmação. O extrato das *Desventuras* é tomado de um extenso raciocínio sobre o efeito de produção de mais-valia pelo capital, onde assinalo que, dada essa característica da produtividade (a redução do valor individual da mercadoria), a taxa de mais-valia só não é afetada negativamente se o capital consegue extrair *mais trabalho* (isto é, uma maior quantidade de mercadorias e, assim, uma massa acrescida de valor). Isto implica necessariamente manter a jornada de trabalho (apesar de que a produtividade *reduz o tempo de produção* da mercadoria) e/ou aumentar a intensidade do trabalho (apesar de que a produtividade *reduz o esforço físico* necessário para a produção da mercadoria); em conseqüência, “o que aparece, no plano da produção, como uma diminuição do tempo de produção se converte, do ponto de vista do capital, em aumento da produção exigida ao trabalhador (DD, p. 95-96, sublinhado no original)¹⁹. Observemos que este raciocínio se tornou presente no contexto de uma crítica a Cardoso, que, em polêmica comigo, opôs taxativamente o aumento da mais-valia relativa (Cardoso queria referir-se à produtividade do trabalho) ao incremento da exploração da força física do trabalhador, admitindo implicitamente que o capitalismo, à medida que se aproxima de seu modelo puro,

19. Sobre o tema, Marx faz uma observação que deveria fazer os autores das *Desventuras* refletirem: “E esta é a graça da economia apologética! *Os antagonismos e as contradições inseparáveis do emprego da maquinaria não brotam da própria maquinaria, mas de seu emprego capitalista.* E dado que *maquinaria, por si*, encurta o tempo de trabalho, enquanto que, empregada pelo capitalista, o alarga; dado que por si facilita o trabalho, enquanto que, aplicada a serviço do capitalista, reforça mais ainda sua intensidade... etc., etc. o economista burguês declara pura e simplesmente que o *exame da maquinaria como tal* demonstra de um modo preciso que todas aquelas contradições palpáveis são uma simples *aparência* da realidade vulgar, porque não existem por si mesmas nem, portanto, tampouco *na teoria*. Em vista disso, não se molesta em quebrar a cabeça e, mais do que isso, atribui ao adversário a necessidade de não combater o *emprego capitalista da maquinaria, mas a própria maquinaria*”. (*O Capital*, cit., I, p. 366-367.)

se converte em um sistema cada vez menos explorador e consegue reunir as condições para solucionar indefinidamente suas contradições internas” (DD, p. 98). As *Desventuras* só confirmam que eu tinha razão ao atribuir a Cardoso essa visão idílica e apologética do capitalismo.

Este penoso relato poderia prolongar-se, mas a mostra basta para que se julgue o grau de honestidade e de seriedade de meus “críticos”. Partamos agora para o que as *Desventuras* pretendem demonstrar, nesses dois capítulos: que o esquema de realização da economia subimperialista brasileira, tal como eu a analisei, é falso e que não supõe a superexploração dos trabalhadores. Recordemos brevemente que, de acordo com minha análise, esse esquema de realização repousa no mercado externo, no consumo interno suntuário e na demanda estatal²⁰. A tese de meus “críticos” é que tanto o mercado externo como o Estado atuaram no sentido de absorver demanda e que, ainda que não neguem o desenvolvimento do consumo suntuário, deve-se falar mais de expansão do mercado interno em geral, o grau de exploração dos trabalhadores não sendo, a seu modo de ver, um obstáculo para que estes tenham contribuído para essa expansão.

Observemos, inicialmente, a maneira equivocada como as *Desventuras* colocam a discussão. Sua preocupação é a demanda interna, a minha é a demanda global que exige a produção capitalista brasileira. Adicionalmente, a suposição de que eu afirmo que os trabalhadores não participam do mercado interno é uma caricatura, estabelecida com base nos procedimentos que eu resenhei anteriormente. O que eu sus-

20. Cf. SR, Parte IV, em particular p. 198-200. As *Desventuras* citam este texto em sua versão em inglês: “Brazilian Subimperialism”, *Monthly Review* (N. York), fevereiro de 1972.

tento é, simplesmente, que a superexploração, ao restringir o consumo popular, não o converte em fator dinâmico de realização e leva a que os ramos orientados para o consumo popular “tendam à estagnação e inclusive à regressão” (DD, p. 73) ou se expandem com base no mercado mundial: “A exportação de manufaturas, tanto de *bens essenciais* como de produtos suntuários, se converte, então, na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores disruptivos que a afligem” (DD, p. 75). Observemos que, ao falar de estagnação e de regressão, não tenho em mente o montante absoluto da produção, mas *taxas de crescimento* (cf. DD, p. 73 e 74). Não descarto, assim, o que seria ridículo, que os ramos que produzem para o consumo popular sigam crescendo e menos ainda suponho – como as *Desventuras* dizem que “insinuo” (sic) – que o capitalismo dependente se ache “à beira do colapso devido à progressiva elevação dos preços dos bens-salário” (p. 41-42). Minha tese central, sobre a qual insisto em todos os meus textos, é outra: *o capitalismo dependente, baseado na superexploração do trabalho, divorcia o aparelho produtivo das necessidades de consumo das massas, agravando assim uma tendência geral do modo de produção capitalista; isto se expressa, a nível da diversificação do aparelho produtivo, no crescimento monstruoso da produção suntuária, em relação ao setor de produção de bens necessários e, em conseqüência, na distorção equivalente que registra o setor de produção de bens de capital.*

O Estado como fator de realização

Esclarecido isto, vejamos a argumentação das *Desventuras* em relação à sua própria tese sobre a realização de mercadorias no capitalismo brasileiro. Ainda que não seja o melhor, sigamos a ordem dessa argumentação, começando com

o Estado e preocupando-nos, inicialmente, com seu papel como promotor de demanda em geral; em seguida, trataremos da pretendida identidade que, segundo meus “críticos”, eu estabeleceria entre gasto público e gastos militares.

O primeiro que chama a atenção, no raciocínio das *Desventuras*, não é já tanto sua falta de rigor, como sua torpeza ou má fé. Assim, analisando os gastos gerais do governo como porcentagem do PIB, por itens principais (Quadro 1), sustentam que o incremento de 1,4% do total, observado entre 1959 e 1973, poderia “provavelmente ter se dado antes de 1964”, para, em seguida, dizer que esse incremento “explicou-se primordialmente pela elevação dos gastos de transferências... cujo destino principal foi o financiamento da construção de casas (via FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço)”; deste modo, um incremento que “pode” ter-se dado *antes de 1964* é atribuído a um instrumento *criado em 1967*... Mais abaixo, afirmam que os subsídios foram reduzidos (o que, apesar de ser só uma meia verdade, como veremos, não pode ser verificado pelo leitor, já que o quadro os apresenta agregados a transferências, num item que se eleva de 5,1% a 8,9% no período) e dão como uma das causas dessa redução a “mudança na política de preços das empresas públicas”, cuidando-se de não explicitar a que empresas se referem; a mesma preocupação lhes faz passar por alto o fato aparentemente surpreendente de que se reduz também a parte dos Estados na formação de capital fixo.

O primeiro a observar é que a análise correta do gasto público *stricto sensu*, isto é, orçamentário, não pode ser feita mediante datas tomadas aparentemente ao acaso. Um estudo mais cuidadoso mostra outra coisa: a elevação da curva do gasto público a partir de 1943, levando a que, na década 1939-1949, esta subisse de 17,8% a 19,4% em relação ao

PIB. Em 1959, correspondia já a 22,8% e seguiria subindo na década de 1960, para chegar a 23,4% em 1964 e, em seguida, a 24,8% em 1968, apesar da severa restrição a que foi submetido, no marco da política antiinflacionária do governo de Castelo Branco²¹. O mesmo estudo apresenta a cifra de 32,2% para o ano de 1969, que, depois de ser aceito por Werner Baer (um dos autores que as *Desventuras* utilizam para construir seu quadro 1), é corrigida por este para 34%²². Em todos os casos, manejam-se dados oficiais.

Como se vê, o problema é um pouco mais complexo. No entanto, é efetivo que o gasto público orçamentário não apresenta atualmente, no Brasil, tendência ascendente e sofreu inclusive uma redução, depois da década de 1960. A razão de seu crescimento, entre os anos quarenta e 1964, explica-se pelo caráter do Estado, que expressava o compromisso da burguesia agrária e mercantil com a burguesia industrial em seu conjunto, sendo, para usar uma expressão com sabor kruscheviano, *um Estado de toda a burguesia*. Isso o levava a abusar do gasto e incorrer freqüentemente no déficit, subsidiando de maneira não discriminatória a burguesia e beneficiando também a pequena burguesia, classe de apoio do sistema de dominação, assim como, de maneira muito mais limitada, a própria classe operária. Estes benefícios começaram a ser cortados desde que com o golpe militar, a nível do Estado, se impunha a hegemonia do grande capital nacional e estrangeiro. A partir daquele momento, a própria burguesia se viu sub-

21. Fernando Antonio Rezende da Silva, "A evolução das funções do governo e a expansão do setor público brasileiro", *Pesquisa e Planejamento* (Rio), vol. I, n. 2, dezembro de 1971, p. 244-247.

22. Werner Baer, Isaac Kerstenetzky e Anibal V. Villela, "As modificações no papel do Estado na economia brasileira", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio, vol. 3, n. 4, dezembro de 1973, p. 898 e 905.

metida a mecanismos de subvenção seletivos e discriminatórios, que jogam a favor da fração monopólica hegemônica²³.

Pois bem: nas condições de crise econômica, que vinha desde 1962 mas que se agudiza a meados da década, e de hegemonia ainda não consolidada do grande capital, o Estado se viu seguramente forçado a usar com prudência esses mecanismos seletivos e a manter inclusive gastos supérfluos — nas novas condições de aliança de classes —, para não agravar até o limite a política recessiva, posta em prática pelo então ministro do planejamento, Roberto Campos. A alta que se observa no orçamento, em 1969, ainda que pareça desmesurada e deva ser submetida a verificação, é congruente com o filo-populismo do governo de Costa e Silva e com as modificações da política econômica, que, desde 1967, se havia tornado mais flexível para alentar a expansão. A intensa luta de classes desse período e o questionamento à fração hegemônica, no interior do bloco dominante, constituem, sem dúvida, fatores que podem ter provocado o aumento do gasto público. Esta situação se modifica, no curso de 1969, com a ascensão do terceiro governo militar, de Garrastazu Médici, que consagra, já em um marco de expansão econômica, a hegemonia do grande capital e consolida as tendências que, a nível da acumulação como de sua realização, se haviam gestado nos seis anos anteriores; nessas condições, é compreensível a contenção do gasto público, em favor das medidas discriminatórias de subvenção ao grande capital²⁴.

23. Como, por exemplo, os chamados incentivos fiscais e creditícios às exportações, principalmente de manufaturados, assim como aos investimentos e ampliações destinadas a este fim.

24. Uma análise da conjuntura 1964-1970 pode ser encontrada em SR, Partes III e IV.

Fica evidente que o simples manejo de dados empíricos, desprovidos da significação que lhes dá a luta de classes, como fazem as *Desventuras*, mais que facilitar, dificulta a compreensão das coisas – e isto seria certo mesmo se esses dados se manejassem de maneira estatisticamente correta. Mais grave ainda, no entanto, é o fato de que, ao proceder assim, as *Desventuras* estão se esforçando para escamotear aspectos fundamentais para a análise do problema. Com efeito, ao analisar o papel do Estado como promotor de demanda, deixam na sombra uma questão de extrema importância: as empresas estatais (paraestatais ou mistas). Observemos de passagem que, dadas as cifras que manejam, nossos “críticos” não incluem no gasto público o dos governos municipais e suas empresas, o que deixa também fora somas elevadas, como as que mobiliza, por exemplo, o município de São Paulo.

Vejamos o das empresas estatais. Em 1971, entre as 25 maiores firmas do Brasil, em termos de ativos, *dezessete* pertenciam ao governo e concentravam 82% dos ativos do grupo, assim como 31% das vendas²⁵. O Estado detinha, em relação ao valor dos ativos do ramo, 72% na indústria siderúrgica, 60% no setor de minas de ferro, 81% na exploração, refino e distribuição de petróleo; tinha, além disso, quase o monopólio do transporte ferroviário e das comunicações e controlava cerca de 70% do transporte marítimo. Substituirá os subsídios orçamentários por subsídios que não constituem diretamente desembolsos, como os incentivos fiscais (que equivaliam a cerca de metade da arrecadação por conceito de impostos diretos) e creditícios. Disponha do controle do crédito e contava com o maior banco comercial do país: o Ban-

25. Esses dados e os que seguem sobre o papel do Estado na economia brasileira foram tomados de Baer e outros, “As modificações no papel do Estado...”, cit., salvo indicação em contrário.

co do Brasil (que, segundo a publicação francesa *Le Nouvel Economiste*, de junho de 1977, passou a ocupar, no ano passado, o décimo lugar no *ranking* mundial de organismos de crédito, com depósitos de 22 bilhões de dólares, um balanço total de 39 bilhões e um montante de créditos concedidos da ordem de 32 bilhões de dólares, quatro instituições federais de crédito e 32 bancos comerciais e de fomento).

Ignorar este conjunto de elementos, quando se trata de avaliar o impacto do Estado no processo de realização de mercadorias, parece realmente inconcebível. Ainda mais por que, a nível do simples dado empírico, o gasto total do setor público, incluindo as empresas estatais e excluindo os governos municipais e suas empresas, representou 50% do PIB em 1969. Mesmo considerando que, posteriormente, a parte relativa ao gasto orçamentário diminuiu, aconteceu o oposto com o das empresas públicas, dando inclusive pretexto a que, depois de 1974, a burguesia de São Paulo levantasse uma campanha contra a “estatização da economia”. Mais importante ainda que o gasto total é a participação do Estado no investimento fixo que expressa o montante de demanda que o Estado e suas empresas geram para os bens de capital: o setor público, como o definimos antes, respondeu por 61% do total do investimento fixo no país, naquele mesmo ano (34% gerado pelo gasto orçamentário e 27% pelas empresas estatais), o que correspondeu a 10% do PIB, contra 6,5% do setor privado.

Mas as *Desventuras* não se preocuparam apenas em escamotear uma dimensão essencial da análise sobre o Estado, como trataram também de confundir o problema, misturando deliberadamente a questão do gasto estatal em geral e a dos gastos militares do Estado. Pareceria que, do meu ponto de vista, só através do gasto militar o Estado poderia influir na realização das mercadorias. Pois bem: minha tese sobre o Estado subimperialista brasileiro se limita a observar que o

regime tecnocrático-militar tende necessariamente a promover o crescimento desse tipo de gasto. O mais curioso é que, depois de insistir reiteradamente na confusão entre o gasto estatal e o gasto militar, as *Desventuras* decidem não tratar o tema, alegando que “lamentavelmente, não pudemos encontrar dados estatísticos que pudessem dar uma idéia de sua significação” (p. 31).

Singular maneira de encarar a vida! O que não pode expressar-se através de dados estatísticos, fica fora de cogitação. É certo que a análise puramente estatística do problema não é facilitada pelo governo nem pelos militares, ainda que pareça ser também certo que os investigadores que, no Brasil, poderiam obtê-los, não se preocuparam com isso. No entanto, já em *Subdesenvolvimento e revolução* se indicavam elementos para abordar o problema (cf. p. 71-73). A denúncia dos acordos de cooperação militar com os Estados Unidos, em 1977, por parte do governo brasileiro, assim como as declarações de distintos dirigentes militares em relação à criação de um “complexo industrial-militar”, voltaram a pôr o tema em evidência, junto com informações de imprensa sobre passos dados para a efetivação do mencionado “complexo”. Conhece-se, inclusive, sua localização: a zona industrial de Belo Horizonte, assim como o fato de empresas como a Fiat e a Krupp se acharem envolvidas no mesmo.

Desde distintos pontos de vista, pode-se tentar avaliar a magnitude do problema²⁶. O primeiro a considerar é que, do

26. Acudirei aqui às seguintes fontes: Stockholm International Peace Research Institute, *World Armaments and Disarmament*, SIPRI, Yearbook 1976; The International Institute for Strategic Studies (IISS), *The Military Balance 1977-1978*, Londres; Gregory F. Trevorton, *Economic Interest and Political Ambition in Latin America's External Relations: Brazil, México and Venezuela*, Consejo de Seguridad Nacional de Estados Unidos março de 1977, mimeo, e Albert Fishlow, “Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964”, *Estudos Cebrap* (S. Paulo), n. 7, janeiro-março 1974.

ponto de vista do orçamento público, os gastos militares apresentaram incremento, tendo sua participação no mesmo aumentado de 15,2% em 1963 a 25% em 1965 (Fishlow). Estimados como porcentagem do PIB, esses gastos oscilaram em torno de 2%, salvo anos excepcionais, a julgar pelos dados que proporciona o SIPRI. O IISS, ainda que maneje cifras mais altas (2.073 milhões de dólares, para 1977), realiza estimações mais baixas, em relação com o orçamento público (em torno de 10%, nos últimos anos) e o PIB (em torno de 1,3%). Esta última estimativa parece duvidosa, uma vez que, segundo Fishlow, só as remunerações dos militares haviam correspondido, em 1965, a 1,3% do PIB. Restaria ainda determinar se as remunerações dos militares se referem exclusivamente às forças armadas ou compreendem também os serviços de ordem e de segurança²⁷.

A fabricação de armamentos por estabelecimentos militares se encontra, hoje, concentrada na Indústria de Material Bélico (IMBEL), de recente criação. De acordo com a informação de seu diretor demissionário, general Augusto de Oliveira Pereira, esta cumpriu já sua primeira fase, que consistia na absorção dos oito estabelecimentos fabris do Exército, a segunda fase, consistindo na contratação de acordos de produção com a empresa privada²⁸. Na realidade, esta linha de ação se iniciou em 1965, ao criar-se o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), sendo uma de suas primeiras iniciativas a produção de veículos militares pela

27. Segundo o IISS, os efetivos das Forças Armadas brasileiras são, atualmente, os seguintes: Exército, 180.000 (110.000 alistados); Marinha, 49.000 (3.000 alistados; inclui Força Aérea Naval, Infantaria de Marinha e Corpo Auxiliar); Força Aérea, 42.800; total, 271.800. A isso é preciso acrescentar as forças de segurança pública: 200.000 (inclui polícias estaduais).

28. *O Estado de S. Paulo*, 2-3-1978.

Volkswagen²⁹. Criaram-se, posteriormente, com participação do capital privado, estabelecimentos do tipo da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), cuja produção de aviões tem como principal mercado as forças armadas brasileiras e da Aerospatiale francesa (conhecida por integrar o grupo que fabrica o Concorde e por seu abundante abastecimento de material bélico a países dependentes, em especial do Oriente Médio), a Helicópteros do Brasil (Helibrás), em que a participação estatal se realiza através do governo de Minas Gerais; segundo informações da imprensa, serão fabricados helicópteros para uso civil e militar, destinando-se uma parte à exportação. Na linha de fabricação de foguetes, destaca-se a Avibrás, que produz o Sonda I e II e desenvolve, em colaboração com o Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos, pertencente à Força Aérea, o Sonda III que alcança 500 quilômetros, e a Alemanha Federal substituirá as importações de foguetes deste tipo dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Canadá, de acordo com o tratado sobre cooperação científica e tecnológica, assinado este ano com o Brasil. Nenhuma destas empresas é contemplada, naturalmente, no orçamento público.

Finalmente, sobre a base de informações do SIPRI, é possível formar-se uma idéia qualitativa do desenvolvimento da produção bélica brasileira, como mostra o quadro a seguir:

29. Cf. SR, *loc. cit.*

Produção bélica brasileira, por tipos de armamentos, número de modelos em sua correspondente fase de desenvolvimento e origem das licenças de fabricação, 1975

Tipo de armamento	Projeto	Produção	Origem
Aviões de combate, treinamento e transporte	12	5	EUA, Can, It, Ingl.
Helicópteros	—	—	It (1)
Foguetes e mísseis	3	5	RFA, Fr.
Navios pesados	—	1	Ingl.
Veículos blindados	2	1	Fr. (2)
Submarinos	1	—	Ingl.

Fonte: SIPRI *Yearbook* 1976

1. A produção de helicópteros se iniciará este ano, em colaboração com a França, como se indicou.
2. Conhece-se, atualmente, pelo menos três tipos de veículos blindados produzidos em série: "Urutu", "Cascavel" e "Sucuri".

Observa-se a preponderância da Europa Ocidental, isto é, da OTAN, no desenvolvimento da indústria bélica brasileira, particularmente no que se refere a armamentos sofisticados. Deve-se notar também que o SIPRI registra exportações brasileiras de aviões, tanques e veículos blindados para a Bolívia, o Chile, o Paraguai e o Qatar; se consideramos a informação do IISS, haveria que acrescentar o Uruguai, o Togo e a Líbia. Este último país negociou, em 1977, a compra de 400 unidades de veículos blindados ("Cascavel" e "Urutu"), a um preço estimado em 400 milhões de dólares³⁰. No que se refere a armamento leve, o Brasil já alcançou a auto-suficiência, segundo afirmaram as autoridades militares e

30. *O Estado de S. Paulo*, 13-4-1977 e IISS.

há tempo realiza exportações nessa região, particularmente aos países da América Latina.

O papel do comércio exterior na realização

Em relação ao papel das exportações no esquema de realização de mercadorias da economia brasileira, as *Desventuras* apresentam uma estimativa quantitativa, sobre a base da relação entre o saldo da balança comercial (negativo desde 1967 e até 1976) e do gasto interno bruto (consumo individual total, investimento público e privado, gasto estatal orçamentário e saldo das exportações e importações), para constatar o óbvio: que as variações positivas ou negativas desse saldo se expressam diretamente em variações positivas ou negativas do gasto público. A isto se unem uma curiosa maneira de avaliar os dados percentuais, a ponto de considerar “insignificantes” variações da ordem de 4,6% em medições macroeconômicas e pouco significativas variações da ordem de 12,5% (as exportações “cresceram aceleradamente entre 1965-1975, mas explicaram só *um oitavo* do crescimento da DIB”, p. 33, sublinhado pelos autores). Finalmente, exibem uma vez mais sua torpeza na manipulação dos dados, ao relacionar as exportações com o gasto interno bruto, cujo conceito as exclui, na medida em que se estabeleceu em função do saldo do comércio exterior.

Recordemos o que já foi dito, no sentido de que a questão não reside tanto em saber qual é a demanda *interna*, mas em conhecer como se estrutura e que relação mantém com a demanda externa, considerando ambas como *esferas especiais da circulação global* das mercadorias produzidas no Brasil. Isto não supõe, de forma alguma, que, do lado da oferta, não cresçam as importações. Mais do que isso, esse crescimento não somente é explicável como compatível com a expansão da economia subimperialista e da economia capitalista mun-

dial. Com efeito, ao estender o campo da circulação, as exportações asseguram condições para o desenvolvimento da acumulação³¹. Na medida em que esta se realiza numa economia dependente, as exportações implicam a reprodução ampliada da dependência. A economia se torna, assim, grandemente dependente em matéria de importação de mercadorias, capitais e tecnologias, enquanto que, em sentido inverso, o fluxo de mercadorias, capitais e tecnologias gerados no exterior se viabiliza precisamente sobre a base do crescimento das exportações brasileiras, compatibilizando assim o desenvolvimento da economia subimperialista com as exigências da economia capitalista mundial.

Nada disso impede que o aumento das exportações corresponda a uma expansão da produção mais rápida que a lei do consumo interno, o que implica que a economia subimperialista deva acentuar sua virada para o exterior, sob risco de bloquear seu processo de acumulação. Se consideramos o período posterior a 1968, por exemplo, e descartamos os anos de crises (nos quais, precisamente, esta tendência começou a desenhar-se, permitindo captá-la), observamos que o PIB cresceu 10% ao ano, declinando depois de 1974, o mesmo que aconteceu com o PIB manufatureiro, cujas taxas de crescimento na fase de prosperidade foram de 13% anual; enquanto isso, as exportações aumentaram, no período 1968-1976, a uma taxa anual de 20% e as exportações de manufaturas o fizeram a um ritmo ainda mais rápido, acima de 50%³². Isto leva a que, qualquer que seja o procedimento estatístico ado-

31. "...o comércio exterior fomenta no interior o desenvolvimento da produção capitalista...". *O Capital*, cit., III, p. 238.

32. Se tomamos os dados que proporcionam as *Desventuras*, no quadro 3, o valor das exportações totais se multiplicou por cinco, no período, e das exportações de manufaturas se multiplicou por quinze.

tado (e, nessa matéria, a diferença do que afirmam dogmaticamente as *Desventuras*, não há procedimento melhor ou pior, porém mais ou menos adequado ao que se quer demonstrar), a conclusão aponta sempre para a importância crescente das exportações totais e, em particular, de manufaturas no esquema de realização do subimperialismo brasileiro, assim como, pela razão indicada, a importância crescente do comércio exterior em seu conjunto na dinâmica econômica do mesmo³³. O fato de que a balança comercial produza um saldo negativo não afeta em nada o problema, bastando recordar que (em proporções maiores, dado o distinto tipo de estrutura econômica e a fase de integração do mercado mundial a que corresponde), o déficit do comércio exterior dos países europeus passa de 11,4% das importações, em 1860, a 17,4%, em 1910, com uma incidência particularmente forte na Inglaterra: 23,5% em 1857-61 e 23,6% em 1909-1913³⁴. Isto não quer dizer que não se possa estimar, para este último país, que a *contribuição direta* das exportações adicionais à produção nacional bruta adicional, em termos de valor, tenha sido de 24,1%, no período 1857-61 a 1873-77, e de 26,7%, no período 1893-97 a 1909-13³⁵.

Se nos preocuparmos com a estrutura das exportações, nos surpreendemos ainda mais com as considerações que sobre o tema tecem as *Desventuras*. É dessa forma como estimam desprezível a contribuição das exportações de manufa-

33. Veja-se, por exemplo, a análise de uma equipe de especialistas fora de toda suspeita: Carlos von Doellinger, Hugo de Castro Faria e Leonardo Caserta Cavalcanti, *A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos, 1967-73*, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1974.

34. Paul Bairoch, *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIXe siècle*, Mouton, Paris, 1976, quadro 25 e 26.

35. *Ibid.*, quadro 61.

turas ao crescimento da circulação, pelo fato de que “explicam tão-somente um terço do crescimento das exportações totais”; isto é, o fato de que essas exportações tenham passado de 7% do valor exportador em 1964 a 34% em 1976, aumentando a taxas anuais que chegam às vezes a 60%, não lhes preocupa minimamente. Preocupa-lhes ainda menos quando constatam que as exportações de manufaturados representam menos de 3% do valor da produção industrial. A crença popular afirma que ignorância é a mãe da felicidade. Poderiam dormir tão tranqüilamente nossos “críticos” se tivessem se dado conta de que, enquanto a produção industrial, no período considerado (1965-1975), cresceu a uma taxa média anual de 11%, *aumentando menos de três vezes*, a exportação de manufaturados o fez a uma taxa de 15%, *aumentando quatro vezes*? Como explicar essa disparidade? Não seria necessário considerar, ao contrário de cifras globais, o grau em que as exportações *adicionais* de manufaturas explicam o crescimento *adicional* da demanda global de bens industriais, assim como da produção industrial, como o fazem autores mais rigorosos?

Mas as *Desventuras* vão mais longe. Atribuem à exportação de manufaturados constituir-se em 50% de bens de origem tradicional (isto é, de consumo necessário), esquecendo-se de que países imperialistas do tamanho da Grã Bretanha seguiam ostentando, em sua pauta de exportação total, uma participação de 40% para os têxteis, antes da Primeira Guerra Mundial, e que os Estados Unidos entram na fase imperialista mantendo durante um longo período a predominância de bens primários em suas exportações, que seguem sendo em nossos dias um elemento significativo delas. Pior ainda, as *Desventuras* não se dão conta de que contradizem sua intenção de refutar minha tese, segundo a qual a debili-

dade do mercado interno faz com que o subimperialismo brasileiro *deva* exportar bens de consumo necessário, para assegurar o crescimento da produção. O que não impede que a tendência seja o aumento da exportação de bens suntuários e de capital mais que de consumo necessário, excetuados os produtos agrícolas de grande aceitação no mercado mundial, como a soja. Assim, em 1969, os ramos cuja participação no valor da exportação de manufaturados excedeu 6% (alimentos, química, metalúrgica, têxtil, material de transporte, material elétrico e mecânica), representando 70% do total, só incluíram a dois que se podem considerar “tradicional” (alimentos e têxtil), com menos de 25% do total³⁶. Em 1977, nas exportações totais, os quatro grupos de manufaturados que comparecem entre os dez primeiros da lista só incluíam um que corresponde a um produto de consumo habitual, ainda que “não tradicional” (café industrializado) e três que correspondem a bens suntuários ou de capital (material de transporte; máquinas, caldeiras, aparatos e instrumentos mecânicos; e máquinas e aparatos elétricos, incluindo repostos)³⁷.

Depois de tentar utilizar as exportações de bens essenciais contra minha tese em relação às tendências das exportações de manufaturados, as *Desventuras* se ocupam, depois, do crescimento da indústria de bens de consumo necessário *em si*, pretendendo que esse crescimento deve ser tratado em separado das exportações desses produtos. Assim, por exemplo, ao referir-se ao tema, observam: “dir-se-á, *com razão*, que parte desse dinamismo se explica pelo crescimento das exportações, que, só para os têxteis, se elevaram duas vezes e meia em quantidade, entre 1970-1974... Mas o argumento

36. Von Doellinger e outros, *op. cit.*, quadro V. 17.

37. *Visão*, 14-11-1977.

não é este” (p. 42, sublinhado meu). Mas, meus desventurados “críticos”, trata-se precisamente disto!

Não deixa de ser patético o esforço das *Desventuras* para confundir o assunto. Suas considerações sobre o aumento da produção de bens-salário não só se estabelecem exclusivamente em função da demanda interna (ainda que, como acabamos de indicar, sabem que esse aumento tem muito que ver com o mercado externo), mas que:

- 1) Combatem uma tese inexistente, como a de que a produção de bens-salário não pode crescer (!);
- 2) giram em torno da *taxa de lucro*, apesar de que incluem sua argumentação no capítulo relativo à superexploração do trabalho, onde as coisas têm que ser vistas do ângulo da taxa de exploração e, assim, da *taxa de mais-valia*;
- 3) fazem afirmações do mais estranho teor, como as de que:
 - a) a indústria não pode elevar sua taxa de mais-valia, “devido a que os trabalhadores não consomem seus produtos” (p. 37); a relação entre a taxa de mais-valia e a realização do produto, só as *Desventuras* o sabem; o capitalista pode realizar total ou parcialmente a mais-valia contida na mercadoria, ou não realizá-la em absoluto, mas isto não tem nada a ver com a taxa de mais-valia sobre cuja base se realizou a produção da mercadoria;
 - b) a indústria manufatureira, ao reduzir seus custos mediante o barateamento do capital constante, não faria reverter essa redução sobre a taxa de lucro, de maneira imediata, mas através do tortuoso procedimento de subsidiar via preços à agricultura e, através da baixa dos preços dos bens de subsistência,

elevar sua taxa de mais-valia para aumentar, finalmente, sua taxa de lucro (p. 38-39). Ainda que situações similares possam se produzir no plano das transferências intersetoriais de valor, por imposição da concorrência, é mais do que duvidoso que o capital manufatureiro as propicie de bom grado;

- c) a baixa da relação produto-capital no setor de bens-salário, durante a década de 1960, prova “a melhoria insuficiente da qualidade ou do uso mais eficiente do capital investido no setor” (p. 43-44; respeitamos o estilo dos autores, na tradução). Na realidade, a baixa dessa relação não está indicando senão a baixa da taxa de lucro, verificada no Brasil dos 60, que viveu a recessão de 1962-1967, e foi devido, de maneira imediata, à queda da demanda (e, assim, a dificuldades para realizar o produto), ao aumento da capacidade instalada ociosa e, até 1965, à resistência dos trabalhadores diante da redução dos salários (o que não impediu que estes baixassem).

Para completar esses comentários sobre a “análise” das *Desventuras* em relação ao setor de produção de bens necessários, observemos que estas, ao constatar que houve investimentos nesse setor e ao crer que eu creio que isto não pode ser, se enchem de tanto júbilo que se esquecem de analisar o fato. Na realidade, não o podem fazer, pois, como vimos, descartam a explicação do fenômeno do dinamismo induzido pelo mercado externo e se negam a admitir que o dinamismo do mercado interno se deve ao consumo suntuário. Como quer que seja, as *Desventuras* não se dão conta de que esse investimento continua sendo *infinitamente superior* ao que se realiza nos demais setores da indústria. É suficiente recorrer à informação sobre os projetos de investimento fixo, aprovados pelo

Conselho de Desenvolvimento Industrial e divulgados anualmente pelo Ministério de Indústria e Comércio, para comprovar que a indústria de consumo corrente não comparece ali senão com uma porcentagem do valor total que varia entre um mínimo de 15% e um máximo de 21%, em 1970-1975; em 1976, essa porcentagem cai a 1% e, em 1977, se eleva discretamente a 2,7%. Obviamente, não se pode pretender que haja muito estímulo ao investimento tecnológico no setor.

Duas observações finais. Estas teses peregrinas sobre o comportamento do setor de bens de consumo necessário têm por finalidade confundir o fato de que o dinamismo do consumo individual no Brasil se deve, fundamentalmente, ao consumo suntuário, sobre a base de uma fração minoritária da população, que particpa do que chamei de “sociedade de consumo à moda da casa” (SR, p. 197). Tocaremos no tema no capítulo seguinte. Por outro lado, essas teses se apresentam no capítulo intitulado “A ‘teoria’ da superexploração do trabalho (ou a mais-valia que nunca é relativa)”, onde, além desse setor, se fala muito da taxa de lucro, de David Ricardo e um sem número de temas, mas quase nada da *superexploração do trabalho no Brasil*; no máximo, depois da confusão habitual entre superexploração e mais-valia absoluta, que eu refutei em outra oportunidade (DD, p. 92), se citam arbitrariamente algumas cifras sobre horas trabalhadas e se levantam curiosas hipóteses para explicar (já que é impossível negar) a queda do salário real. No entanto, o tema é demasiado importante, para que permitamos que as *Desventuras* tentem escamoteá-lo. Passemos, então, à sua consideração.

III

Ao considerar os problemas que coloca a análise da superexploração do trabalho no Brasil, é indispensável come-

çar pelo emprego. É, com efeito, dessa perspectiva como nos acercamos da situação objetiva em que os operários estabelecem sua relação básica com o capital: a venda de sua força de trabalho, que condiciona as formas mediante as quais esta vai ser consumida produtivamente, isto é, explorada. Como teremos ocasião de ver, a consideração do emprego contribui para esclarecer o referente não só ao salário, como também aos métodos de produção de mais-valia e, inclusive, à própria organização da classe operária.

A questão do emprego

De 1968-1972, isto é, em pleno “milagre econômico”, a população ativa brasileira cresceu a uma taxa anual de 3,7% e a ocupação em todos os setores de 3,4% (4,6% na indústria manufatureira)³⁸. A taxa de aumento do desemprego foi de 11,4% ao ano. Este aumento relativo implicou que, *em termos absolutos*, o desemprego passasse de 663 mil pessoas a 1.022 mil, no período.

Assinalemos algumas dificuldades que apresentam o manejo dessas cifras. Primeiro, o conceito de censo de população economicamente ativa (PEA) é, em si mesmo, tautológico, uma vez que se refere à força de trabalho *presente* no mercado de trabalho. Entre os grupos de pessoas em idade de trabalhar, exclui, por exemplo, a mulher ocupada no lar, que é qualificada como “inativa”, ainda que constitua uma parce-

38. As *Desventuras* manejam, para o emprego manufatureiro, cifras de 7% e até de 9%, mas esta divergência não tem importância para o que se vai expor aqui. Tomamos os dados sobre o emprego da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio, quarto trimestre de 1968 e 1972, IBGE, citados por Claudio Salm, “Evolução do mercado de trabalho, 1969-1972”, *Estudos Cebrap* (S. Paulo), n. 8, abril-junho de 1974; sempre que não se indique outra coisa, os dados da PNAD serão extraídos daí.

la real do exército industrial de reserva, como o demonstra o fato de que, nesse período de expansão econômica, a PEA feminina cresceu 3,1% ao ano (incremento próximo, então, ao da PEA masculina, que foi de 3,8%); a PEA exclui também os trabalhadores menores de 14 anos, sobre cuja significação voltaremos mais adiante. Segundo, o conceito de “ocupação” é altamente impreciso: tanto se refere aos trabalhadores assalariados como aos empregadores, assim como aos trabalhadores por conta própria e sem remuneração, o que implica encobrir uma importante porção do exército industrial de reserva, sob a forma de desemprego disfarçado. Tudo isso leva a supor que o desemprego no Brasil, em termos relativos e absolutos, é muito superior ao que indicam as cifras do desemprego aberto.

Outras dificuldades apresenta o manejo das cifras. Assim, se trabalhamos sobre a base dos Censos Industriais e dos Anuários Estatísticos (ambos publicados sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE), podemos estabelecer para a indústria têxtil os seguintes índices de operários ocupados (1965 = 100): 1955, 120,3 e 1960, 106,0; no entanto, para 1970, o índice pode ser de 97,0 ou de 122,5, conforme tomemos o Anuário Estatístico (1972) ou o Censo Industrial de 1970, respectivamente. Isso se deve a que os Anuários se baseiam em uma mostra que foi se reduzindo (por quebras de empresas, mortes, migrações, etc.), o que leva a que a diferença entre seus dados e os do Censo de 1960 seja mínima, mas aumente consideravelmente em relação ao Censo de 1970. É necessário, então, raciocinar qualitativamente, para contornar a dificuldade: a evolução provável do emprego operário na indústria têxtil parece ser a que nos apresenta a série 120,3 e 122,5, entre 1955 e 1970, ou seja, redução absoluta entre 1955 e 1965, com uma mudança posterior de tendên-

cia. O fato de que o declínio absoluto da ocupação operária comece em uma fase de expansão econômica, prossiga na de recessão (ainda que aumente em termos relativos) e mude no marco da recuperação de final dos anos 60, não tem nada de excepcional; podemos ver como – apesar da expansão econômica e do emprego, registrada no último período³⁹ – um ramo como a indústria extrativa mineral foi reduzido em termos relativos e absolutos sua ocupação, que diminuiu em 51 mil pessoas, entre 1968-1972 (PNAD).

Isso é devido a que o volume do emprego e, em consequência, do desemprego, acompanha *grosso modo* o ciclo econômico, mas depende *especificamente* de três variáveis: a taxa de acumulação, a composição orgânica do capital e a taxa de exploração. Para contrariedade das *Desventuras*, que se chateiam com as leis, a relação entre o emprego e essas variáveis pode exprimir-se numa lei, segundo a qual *o emprego varia em razão direta a taxa de acumulação e em razão inversa à composição orgânica do capital e a taxa de exploração*. A relação entre as três variáveis é, por sua vez, contraditória: o aumento da taxa de acumulação tende a ser acompanhado da elevação da composição orgânica e a se traduzir, então, no incremento da taxa de exploração (independentemente de que, em condições normais, o incremento da taxa de exploração [fazendo aqui abstração da concorrência entre os capitalistas]) atua no sentido de moderar ou, inclusive, se

39. A expansão do emprego, segundo alguns indicadores, foi freada a partir de 1976. Desde outubro desse ano, de acordo com o Ministério do Trabalho, a reabsorção da mão-de-obra foi inferior às dispensas; em dezembro de 1976, o saldo de admissões-dispensas indica que ficaram desempregados cerca de 23 mil trabalhadores; esse saldo subiu para 35 mil, em dezembro de 1977. Por outro lado, segundo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), de São Paulo, em dezembro de 1977, 7,5% da PEA estava desempregada (isto é, 3,5 milhões de trabalhadores sobre um total aproximado de 44 milhões).

é demasiado forte, frear a elevação da composição orgânica. A razão deste último fenômeno reside em que, como estabelece Marx, o emprego da maquinaria depende da diferença entre o preço desta e o preço da força de trabalho que ela deve suprir. “Em países desenvolvidos já há muito tempo – observa Marx – a aplicação de máquinas a certos ramos industriais provoca em outros ramos uma superabundância desse tipo de trabalho (*redundancy of labour*, como a chama Ricardo), que *ao baixar o salário por debaixo do valor da força de trabalho* impede o uso de maquinaria nestas indústrias, chegando, não poucas vezes, a torná-lo impossível, do ponto de vista do capital...” Em países de desenvolvimento recente, poderíamos dizer, isto se dá ainda com mais força, dado que o emprego de maquinaria *incide sobre uma força de trabalho que se remunera já por debaixo de seu valor*.

Em outro plano de análise, indiquemos que é assim como se explica o investimento de capital fixo relativamente baixo que se observa, no Brasil, nos ramos de bens de consumo necessário; acrescentemos que, no caso da indústria têxtil, como víamos acima, a superexploração que ela mesma gerou em sua fase de modernização, nos anos 50, limitou (não freou) seu impulso à renovação tecnológica, que voltou a se agudizar em boa parte pelas possibilidades que abriu o mercado mundial à expansão do ramo. Destaquemos, enfim, que a ditadura militar se preocupou em tornar efetiva a existência da superexploração operária para o capital, facilitando e acelerando a rotatividade da mão-de-obra. O mecanismo para isto foi o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1967, que as *Desventuras*, curiosamente, não contemplam em suas considerações sobre o emprego. No entanto, trata-se de um instrumento legal que, ao suprimir praticamente a estabilidade do trabalhador no emprego, resume o

essencial da política econômica do subimperialismo: criar melhores condições para a superexploração do trabalho, ao agilizar a ação do exército industrial de reserva e favorecer a centralização do capital, ao eliminar o que o ex-ministro Roberto Campos, que concebeu e impôs o FGTS, qualificou de “passivo laboral” (isto é, os operários com direito a indenização por demissão).

Comparando as dispensas levadas a cabo em 38 ramos, nos períodos de 1963-1968 e 1970-1977, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), de São Paulo, constatou um significativo aumento na rotatividade da mão-de-obra, em função da adoção do FGTS⁴⁰. A magnitude dessa rotatividade, para o ano de 1974, pode ser captada através do estudo realizado pela Fundação Instituto de Investigações Econômicas da Universidade de São Paulo, cujos resultados foram divulgados recentemente pelo Ministério do Trabalho: a taxa média global de rotatividade era de 72% na indústria automobilística e de 63% na eletro-eletrônica e metalúrgica, todos eles ramos “dinâmicos”; como é natural, o fenômeno se manifestava na pequena e média empresa, já que, naquelas com até 100 empregados, a taxa de rotatividade nesses ramos era de 106%, 110% e 95%, respectivamente⁴¹. Mencionamos, já que o problema se agravou a partir de 1976, ao entrar em crise o padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro.

Ao promover a rotatividade da mão-de-obra, o FGTS expande o exército industrial de reserva sob sua forma flutuante

40. DIEESE, *O Fundo de Garantia e seu impacto no mercado de trabalho*, São Paulo, 1978.

41. Citado por *Folha de S. Paulo*, 2/4/1978.

te e atua diretamente sobre o nível salarial. Como observou o DIEESE, no estudo mencionado, as empresas dispensam a seus trabalhadores em véspera da demissão coletiva e os readmitem depois ou contratam novos, por salários mais baixos dos que estabeleceu o acordo salarial; isso leva a que também as indenizações por tempo de serviço, que recebe o trabalhador sujeito ao regime do FGTS, sejam menores que as que se pagam aos que seguem sob o antigo regime de estabilidade (cada vez menos, por imposição dos empresários) e que tenham trabalhado um período igual na mesma empresa.

O FGTS atua, também, indiretamente sobre o nível salarial, ao desorganizar os trabalhadores. Com efeito, o estudo do DIEESE mostra que, na indústria química, a taxa de sindicalização está diretamente ligada ao tempo de serviço, o que pode ser extrapolado para os outros ramos.

A queda do salário mínimo

Sobre a base da efetividade do exército industrial de reserva e apelando a mecanismos coercitivos (como a política oficial de contenção salarial e a repressão policial), a ditadura militar viabilizou a tendência do capitalismo brasileiro à fixação do salário real por debaixo do valor da força de trabalho. Para demonstrar isso, nos remeteremos ao salário mínimo, tanto por razões teóricas como empíricas.

Antes de tudo, é necessário considerar que o salário mínimo corresponde à força de trabalho simples, isto é, aquela que apresenta o grau de preparação considerado normal na sociedade em questão e cuja produção demanda o tempo de trabalho normal, expressando, portanto, o valor normal da força de trabalho; em outras palavras, a força de trabalho simples corresponde à maioria dos trabalhadores e o trabalho

simples àquele trabalho que, sem nenhuma qualificação especial, pode executar qualquer trabalhador no gozo de suas faculdades⁴². Por outro lado, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, em seu artigo 76, o salário mínimo se destina a cobrir “a satisfação das necessidades normais e básicas do trabalhador e de sua família”, isto é: alimentação, moradia, vestuário, higiene e transporte. A dieta mínima mensal, que deve corresponder a 43% do valor do salário mínimo, foi estabelecida pelo decreto-lei n. 389, de 1938, incluindo alguns produtos básicos que seguem sendo habituais no consumo normal brasileiro⁴³. Finalmente, segundo o PNAD, em 1972 43,3% dos empregados que são remunerados só em dinheiro recebiam até um salário mínimo e 32,3% recebiam de 1 a 2 salários mínimos, somando ambos os grupos 75,5% da população trabalhadora assalariada: quase 12 milhões de pessoas sobre um total de assalariados reais de 15,5 milhões⁴⁴.

Estabelecida a validade do salário mínimo como categoria para o exame da remuneração da força de trabalho no Brasil, o primeiro que salta à vista é que, se analisarmos o Censo Demográfico de 1970 por grupos de renda, uma proporção significativa da população trabalhadora recebe *menos de um salário mínimo* – 40% do total –, sendo esta a si-

42. *El Capital*, cit., I, p. 148-149.

43. Cf. Teresa e Mariana Carvalho, “Efeitos da superexploração sobre a classe operária”, *Brasil Socialista* (Lausanne), n. 3, julho de 1975.

44. Estas cifras são congruentes com as que se depreendem do Censo Demográfico de 1970. Se comparamos o número de trabalhadores remunerados que recebem até um salário mínimo e o dos que recebem entre 1 e 2 salários mínimos, teríamos as porcentagens de 59,1% e 17,92%, somando ambas as categorias, 77%. Isto é, 12,5 milhões de pessoas sobre um total de 16 milhões. A PNAD, por sua vez, constata o aumento crescente dos que ganham até um salário mínimo: dos trabalhadores que se incorporaram ao grupo de assalariados reais, entre 1968-1972, 41,6% o fez neste grupo e 25,3% no que compreende entre 1 e 2 salários mínimos, somando ambos 70% do total.

tuação de 83% dos trabalhadores do setor primário, 23% dos da indústria e 36% dos de serviços. A isto se soma o fato de que o salário mínimo foi reduzido de um índice de 139, em 1959 (1965 = 100), a 89 em 1977, perdendo no período 36% de seu valor. Esta tendência declinante não se apresenta de maneira constante: à parte os movimentos oscilatórios anuais, o salário mínimo real declinou a uma taxa média anual de 6,8%, no período 1959-1964, e de 3,6%, no período 1964-1976: entre 1970-1975 apresentou uma taxa de recuperação média anual de 0,8%, que baixou para 0,6%, entre 1975-1977⁴⁵. O que se depreende daí é que, no marco da corrida inflacionária iniciada em 1959, os salários saíram perdendo, apesar da forte resistência operária. A partir de 1965, a contenção salarial é imposta pelo Estado, expressando, a nível da política econômica, a tendência profunda da economia; posteriormente, a escassez de mão-de-obra de alguns segmentos do mercado de trabalho e a retomada do movimento sindical, entre outros fatores, levam os salários a apresentarem uma pequena variação para cima, sempre inferior a um por cento, com as precauções com que é preciso tomar essa aparente melhora, pela razão já mencionada.

Como quer que seja, o fato de que 40% da população trabalhadora recebe menos de um salário mínimo e o de que este expresse uma remuneração sempre menor por um trabalho igual (ainda que, como veremos, o trabalho não seja igual,

45. Sobre a base da média anual real do maior salário mínimo, dados proporcionados pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Ministério do Trabalho, a preços constantes de março de 1978: veja-se *O Estado de S. Paulo*, 29/4/1978. Observemos que os dados posteriores a 1973 se vêm expostos à inconfiabilidade que explicitamente os conferiu um documento do Ministério da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, fato público no final de 1977, que revelava que os índices do custo de vida fixados pela Fundação Getúlio Vargas, para fins de revisão do salário mínimo, haviam sido rebaixados naquele ano, mediante manipulação fraudulenta.

mas superior) mostram que, se era em 1943, o salário mínimo deixou de ser a expressão do valor da força de trabalho. Isso se torna ainda mais evidente se tomarmos as horas de trabalho que o operário deve render para adquirir seus meios de vida: dados do DIEESE revelam que, somente para a aquisição da dieta mínima que estabeleceu a legislação e tomando como base o salário mínimo de São Paulo (o mais alto do país), o operário rende hoje ao capital quase o dobro do trabalho de 1959: em dezembro desse ano, o custo dessa dieta representava 78:17 horas de trabalho semanal; em dezembro de 1965, 87:20 horas; em dezembro de 1970, 103:19 horas e, em março de 1978, 147:14 horas⁴⁶.

As tendências contrapostas do salário real e do valor da força de trabalho

Como vimos, se consideramos só o salário mínimo, teríamos que concluir pela impossibilidade de sobrevivência dos trabalhadores brasileiros. Independentemente de que essa sobrevivência se torne cada vez mais precária, devido ao declínio do salário mínimo⁴⁷. Mesmo se admitirmos uma recuperação salarial no período posterior, o caráter modesto que esta apresentou não permite supor que o nível de vida de 1958 tenha sido recuperado. Pois bem, se adotamos o suposto (alta-

46. Mattos e Carvalho, cit. e *IstoÉ*, 29/4/1978.

47. Depois de reproduzir um gráfico que ilustra a correlação existente entre os índices do salário mínimo e o da mortalidade infantil, Mattos e Carvalho agregam: "O índice da mortalidade infantil no Brasil é de 112 mortes por cada 1.000 nascimentos, só inferior ao do Haiti, na América Latina. No estado de São Paulo, o mais rico do país, o índice de mortalidade infantil chegou em 1970 a 83,64, quando era em 1960 de 77,17. Na cidade de São Paulo, a maior concentração operária do país, os números caminham em franca progressão, em emulação dramática com o crescimento dos lucros dos capitalistas: em 1960 era de 62,94 mortes para cada 1.000 nascidos; em 1970 era de 88,28; em 1973 era de 93,0". *Op. cit.*, p. 41.

mente duvidoso, convém observar) que esse nível de vida correspondia *grosso modo* ao valor da força de trabalho, nada nos autoriza a afirmar que, hoje, os trabalhadores brasileiros não estejam sendo remunerados *por debaixo do valor desta*.

Isto se agrava pelo fato de que a família-tipo que estamos considerando se construiu sobre a base de três estratos de renda. O estrato baixo da mostra conta com ingressos de até 500 cruzeiros correntes, ou seja, levemente *acima* de dois salários mínimos da época, enquanto que a proporção dos assalariados que recebiam *até* dois salários mínimos era 75% dos assalariados do país. Em conseqüência, a família-tipo representa um padrão superior à maioria dos trabalhadores brasileiros, enquanto que a que corresponde ao estrato baixo se acha próxima destes. Será, assim, sobre a base deste estrato que seguiremos nossa argumentação.

Vejamos a desagregação dos gastos familiares do estrato baixo, comparando 1958 e 1969. O item que tem ali maior incidência se refere à alimentação, que representava 45% do total em 1969, tendo *aumentado* em relação ao outro ano de referência. O mesmo aconteceu com equipamento doméstico, transporte, educação (que cresceu sensivelmente) e recreação. Diminuíram os gastos de moradia e vestuário. Isto está indicando uma variação para cima de um item fundamental na determinação do valor mínimo (alimentação), assim como variações no mesmo sentido de gastos que correspondem ao que Marx chama de valor histórico-moral. Levando-se em conta que a quantidade de alimentos per capita *diminui* na família, não é aventurado supor que, apesar do aumento relativo do item na renda, *este tenha sido sacrificado para permitir a atenção de necessidades sociais* como observa a próprio DIEESE.

Assim, ao cair o salário abaixo do valor da força de trabalho (ou ao aumentar a brecha entre ambos), observamos que

o operário não tende simplesmente a reduzir a atenção de suas necessidades sociais, para assegurar suas necessidades de subsistência, mas trata de obter um difícil equilíbrio, que lhe permita *atender aos dois*. E não poderia ser de outra maneira. Ao contrário do que pretende o apologeta burguês, as necessidades sociais são tão fundamentais como as estritamente físicas para a reprodução da força de trabalho e o próprio desenvolvimento das forças produtivas. O operário deve apresentar, por exemplo, o nível mínimo de qualificação (ou de educação) exigido para poder vender sua força de trabalho, do mesmo modo como não pode prescindir do rádio e inclusive da televisão, quando estes meios de comunicação se generalizam sob pena de converter-se em uma pessoa bruta, abaixo do nível cultural da sociedade em que deve viver e produzir.

Resumindo: é possível afirmar que, *apesar da deterioração do salário real*, o operário viu *aumentar o valor de sua força de trabalho*, tornando ainda mais dramática a brecha crescente entre esse valor e a quantia real que recebe. O problema que a classe operária brasileira terá que resolver, no marco da presente ascensão de suas lutas não consiste, então, somente em recuperar o nível de seu salário real de vinte anos atrás. Ao contrário, os trabalhadores teriam que conseguir aumentos salariais *que superem* esse nível, para assegurar uma remuneração que esteja de acordo com o valor *atual* de sua força de trabalho.

Superexploração e mercado interno

Como se viu, diante do aumento do valor de sua força de trabalho e da queda do salário mínimo, a classe operária brasileira, para assegurar a reprodução de sua força de trabalho,

foi forçada a *repartir* o valor desta entre mais membros da família. Com isso, o capital não só compra com menos dinheiro uma massa maior de trabalho, mas aumenta consideravelmente a taxa de exploração. O conceito legal do salário mínimo (atender a satisfação das necessidades básicas do operário e de sua família) converteu-se num engano: a contribuição do chefe de família para a renda familiar se reduziu, em termos reais, de 84%, que era em 1958, 59%, em 1969, de acordo com o DIEESE. Fato que, aliás, não deixa de causar estranheza. Por que os demais membros da família trabalhadora, que ingressam ao mercado de trabalho, contribuem para a renda familiar com uma proporção menor que a do chefe de família? Isto nos leva a considerar as condições de trabalho próprias a esses membros: a mulher e os menores de idade.

De acordo com a CLT, vigora no Brasil o princípio da igualdade entre trabalho e salário (para o mesmo trabalho, salário igual). Os fatos, no entanto, caminham noutra direção. Com base numa pesquisa feita em 1972, a Fundação Instituto de Investigações Econômicas da Universidade de São Paulo concluiu que as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens em 57%, em todos os ramos da indústria paulista⁴⁸. Isto se confirma pelo fato de que o primeiro Encontro da Mulher Metalúrgica, realizado no começo de 1978, em São Paulo, pôs na primeira fila de suas reivindicações a equiparação de salários masculinos e femininos, depois de constatar que, em média, a trabalhadora metalúrgica recebe uma remuneração inferior à do homem em 60% pelo mesmo tipo de trabalho⁴⁹. Observemos que o baixo preço da força de trabalho feminina no mercado corres-

48. Mattos e Carvalho, *op. cit.*, p. 31.

49. *Movimento*, 30-1-1978.

ponde a um aumento do número de mulheres incorporadas à produção; estas passaram, entre 1960 e 1970, de 23,6% da força de trabalho urbana a 24,3% e, no âmbito rural, de 37% a 43,4%, segundo os censos.

Em relação ao menor (entre 16 e 18 anos), apesar do critério de igualdade que a preside, a lei estabeleceu um mecanismo de escape: tratando-se de um aprendiz, a empresa só lhe paga 50% do salário mínimo no primeiro ano e, no segundo e último, 66%. Os abusos a que isto deu lugar foram clamorosos. Não contente com isso, o governo militar de Castelo Branco decidiu reduzir legalmente em 50% do salário mínimo a remuneração dos menores de 18 anos. A forte oposição que isto suscitou entre os operários conseguiu que, há três anos, se restabelecesse o princípio de igualdade, que consagra a CLT⁵⁰.

No entanto, desde que começou a crise do atual padrão de desenvolvimento e diante do modesto aumento que passaram a experimentar os salários (menos de um por cento, como vimos), a ditadura reincidiu no seu vício. Entre as medidas que compõem o plano de reconsolidação das leis do trabalho, elaborado pelo Ministério do Trabalho, se pretende restabelecer o horário noturno para a mulher, suprimindo uma conquista que a classe operária conquistou nas jornadas de 1917-1918 e reduzir o salário do menor a 50% do salário mínimo legal, sob o pretexto de... conter os abusos a que dá lugar a legislação sobre os aprendizes⁵¹!

50. O problema do trabalho do menor não se restringe aos adolescentes entre 16 e 18 anos de idade. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, os trabalhadores menores de 14 anos na agricultura passaram de 2,9 milhões a 4,5 milhões, entre 1970 e 1975, aumentando em 54,5% em todo o país. A participação dos menores de 14 anos no pessoal empregado no setor evoluiu de 16,5% a 21,3%, no período considerado. Cf. *Folha de S. Paulo*, 4/12/1977.

51. Veja-se *Movimento*, 20/1/1978.

É assim, em função da queda do salário mínimo e da exploração sem misericórdia da mulher e do menor, que se explica que – apesar de ter sido duplicado o número de membros da família que trabalham – a renda familiar tenha diminuído. A elevação do emprego, na conjuntura econômica pós-68, que as *Desventuras* saúdam com tanto júbilo (e que vimos, oportunamente, como deve ser analisada), se deu sobre a base da espoliação da força de trabalho de homens, mulheres, jovens e crianças, a níveis de salário que significaram enormes sacrifícios para os trabalhadores, no que se refere à atenção de suas necessidades essenciais. Veremos, em seguida, que a superexploração não se limitou a esta forma: a *diminuição do salário por abaixo do valor da força de trabalho*. Por ora observemos que a pressão exercida sobre a renda e, em conseqüência, apesar do aumento do número de consumidores, na contração relativa do mercado interno, no que se refere à *esfera baixa*.

Assim, com base nos Censos e na PNAD, constatamos que o grupo inferior da PES (50% do total) viu reduzir-se sua participação na distribuição da renda de 17,7% em 1960, a 14,9%, em 1970 e a 11,8% em 1976. Sorte igual correu o grupo imediatamente superior (30%): de 27,9% passou a 22,9% e a 21,2%, nos três anos considerados.⁵² É compreensível, portanto, que cálculos recentes para a região sul do país (que está longe de ser a mais atrasada), com base em dados oficiais de 1974, nos apresentem a seguinte distribuição do gasto anual familiar, por tipos de salário mínimo regional: menos de um salário mínimo, 0,4%; de um a dois, 4%. Esses dois grupos representam, na mostra, 21% do total de famílias

52. *Idem*, 26/6/1978.

e, como vimos, a incidência maior na distribuição da renda se dá precisamente até dois salários mínimos⁵³. Mas mesmo se somamos o grupo imediatamente superior (2 a 3,5 salários mínimos), fazendo subir a cifra para 46% da mostra, a participação acumulada dos três grupos no gasto anual total não passaria de 15,1%.

É evidente, assim, que o dinamismo do consumo individual não depende dos grupos de baixa renda, que compreendem a maioria esmagadora dos trabalhadores, mas do gasto suntuário que realizam os capitalistas e outros grupos que participam da distribuição da mais-valia. Pretender que a superexploração do trabalho não contribui para a restrição da realização de mercadorias, na economia brasileira, e que esta não se apóia basicamente no esquema de realização característico do subimperialismo (exportações, consumo suntuário e demanda estatal) constitui, portanto, uma grosseira mistificação.

Prolongação da jornada e intensificação do trabalho

Examinamos agora, brevemente, as condições em que, no processo de produção, essa força de trabalho numericamente incrementada e, em escala crescente, mal remunerada sofre a exploração capitalista. Com ligeireza e em seu afã de embelezar o capitalismo brasileiro, as *Desventuras* descartam a prolongação da jornada de trabalho, sobre a base de que os dados dos censos, *em média e para conjunto da PEA*, registram apenas um incremento de 4,4%, entre 1966 e 1970, nas horas semanais trabalhadas. Uma análise mais rigorosa tem que partir dos mecanismos de prolongação que estabele-

53. *Ibidem*.

ce a própria legislação, assim como do fato, amplamente denunciado pelos operários, de que os contratos de trabalho incluem cláusulas que tornam *obrigatória* a prestação de horas extraordinárias. Deve, sobretudo, levar em conta as manifestações de sindicatos e de trabalhadores, em relação à situação da jornada de trabalho em suas empresas e ramos, provocada tanto pelas horas extras como pelo sistema de turnos.

Em relação à legislação, esta permite que a empresa recorra normalmente a duas horas extraordinárias por dia, pagas 20% acima do tipo normal de salário (observemos que, no México, o pagamento de horas extraordinárias em dias úteis se faz na base de 100% a mais e, em dias de descanso, de 150%), que podem ser acrescidas de duas horas mais, por “motivo de força maior ou de serviços inadiáveis”; igualmente, contempla a possibilidade de trabalho em dias de repouso, mediante a autorização caso a caso. No ensaio de Mattos e Carvalho, já mencionado, se registram incontáveis denúncias e testemunhos relativos a diversos ramos de atividade, tomados da imprensa ou documentos sindicais. Entre eles, a declaração do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim Santos de Andrade, no sentido de que, nesse ramo, “os operários estão trabalhando 12 horas por dia”, acrescentando que 97% dos metalúrgicos de São Paulo têm o seguinte regime semanal de trabalho: 8 horas diárias, 2 extraordinárias (máximo permitido normalmente pela lei) e mais 1:36 sob o pretexto de compensar o sábado; no entanto, no sábado, os operários cumprem uma jornada normal de 8 horas; o total soma 66 horas semanais, ao invés das 48 horas que a lei estabelece, o que significa *um aumento de 40%, e não de 4,4%*. Em declaração à imprensa, um operário do mesmo ramo revela que, em janeiro de 1977, a Volkswagen brasileira trabalhou em um regime de horas ex-

e, como vimos, a incidência maior na distribuição da renda se dá precisamente até dois salários mínimos⁵³. Mas mesmo se somamos o grupo imediatamente superior (2 a 3,5 salários mínimos), fazendo subir a cifra para 46% da mostra, a participação acumulada dos três grupos no gasto anual total não passaria de 15,1%.

É evidente, assim, que o dinamismo do consumo individual não depende dos grupos de baixa renda, que compreendem a maioria esmagadora dos trabalhadores, mas do gasto suntuário que realizam os capitalistas e outros grupos que participam da distribuição da mais-valia. Pretender que a superexploração do trabalho não contribui para a restrição da realização de mercadorias, na economia brasileira, e que esta não se apóia basicamente no esquema de realização característico do subimperialismo (exportações, consumo suntuário e demanda estatal) constitui, portanto, uma grosseira mistificação.

Prolongação da jornada e intensificação do trabalho

Examinamos agora, brevemente, as condições em que, no processo de produção, essa força de trabalho numericamente incrementada e, em escala crescente, mal remunerada sofre a exploração capitalista. Com ligeireza e em seu afã de embelezar o capitalismo brasileiro, as *Desventuras* descartam a prolongação da jornada de trabalho, sobre a base de que os dados dos censos, *em média e para conjunto da PEA*, registram apenas um incremento de 4,4%, entre 1966 e 1970, nas horas semanais trabalhadas. Uma análise mais rigorosa tem que partir dos mecanismos de prolongação que estabele-

53. *Ibidem*.

ce a própria legislação, assim como do fato, amplamente denunciado pelos operários, de que os contratos de trabalho incluem cláusulas que tornam *obrigatória* a prestação de horas extraordinárias. Deve, sobretudo, levar em conta as manifestações de sindicatos e de trabalhadores, em relação à situação da jornada de trabalho em suas empresas e ramos, provocada tanto pelas horas extras como pelo sistema de turnos.

Em relação à legislação, esta permite que a empresa recorra normalmente a duas horas extraordinárias por dia, pagas 20% acima do tipo normal de salário (observemos que, no México, o pagamento de horas extraordinárias em dias úteis se faz na base de 100% a mais e, em dias de descanso, de 150%), que podem ser acrescidas de duas horas mais, por “motivo de força maior ou de serviços inadiáveis”; igualmente, contempla a possibilidade de trabalho em dias de repouso, mediante a autorização caso a caso. No ensaio de Mattos e Carvalho, já mencionado, se registram incontáveis denúncias e testemunhos relativos a diversos ramos de atividade, tomados da imprensa ou documentos sindicais. Entre eles, a declaração do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim Santos de Andrade, no sentido de que, nesse ramo, “os operários estão trabalhando 12 horas por dia”, acrescentando que 97% dos metalúrgicos de São Paulo têm o seguinte regime semanal de trabalho: 8 horas diárias, 2 extraordinárias (máximo permitido normalmente pela lei) e mais 1:36 sob o pretexto de compensar o sábado; no entanto, no sábado, os operários cumprem uma jornada normal de 8 horas; o total soma 66 horas semanais, ao invés das 48 horas que a lei estabelece, o que significa *um aumento de 40%, e não de 4,4%*. Em declaração à imprensa, um operário do mesmo ramo revela que, em janeiro de 1977, a Volkswagen brasileira trabalhou em um regime de horas ex-

tras que “equivaleiriam a 3.300 empregos novos”⁵⁴. Se consideramos a prolongação que pode resultar do sistema de turnos, teríamos – sempre para o ramo metalúrgico – a seguinte situação: como o operário deve trabalhar duas semanas no turno diurno e duas no noturno, ao terminar as primeiras duas semanas, sai da fábrica às 19 horas, devendo retornar na mesma hora da segunda feira; mas, como mudou para o turno noturno, regressa a esta às 19 horas do domingo, com o que o capitalista se apropria de 12 horas semanais de seu tempo de repouso⁵⁵.

Além desses casos exemplificadores, poder-se-ia citar que, entre as poucas greves que se detectaram no Brasil, através da informação de imprensa entre 1973 e 1977, três se caracterizaram pela negativa dos operários a trabalhar horas extraordinárias⁵⁶, destacando-se a da Volkswagen em 1973 e que o programa da Oposição Metalúrgica de São Paulo se refere explicitamente à questão das horas extras, indicando que “Além do desgaste físico, (o operário) não tem tempo para dedicar à família, à recreação e menos ainda para pensar e se preparar para lutar por seus direitos”⁵⁷.

Limitamo-nos deliberadamente à indústria metalúrgica, tecnologicamente avançada e caracterizada pelo predomínio da grande indústria; a situação seria infinitamente pior se tomássemos a indústria de transporte ou a de construção, assim como, em qualquer ramo, a pequena e média empresa. Por outro lado, nos mantivemos na perspectiva do operário indi-

54. *Debate Proletário* (México), n. 1, janeiro-março de 1978.

55. Mattos e Carvalho, *cit.*, p. 33.

56. *Movimento*, 6/3/1978.

57. Mattos e Carvalho, *cit.*, p. 34.

vidual e de sua jornada de trabalho. No entanto, é possível referir a jornada de trabalho à *família operária*, do mesmo modo como se procede com o valor da força de trabalho. Esse procedimento se torna, aliás, indispensável se trabalhamos com o conceito de *preço da força de trabalho*, que expressa a relação entre o valor da mesma e a duração da jornada. Desse ponto de vista, o fato de que a família operária tenha multiplicado por dois o número de seus membros que trabalham aponta para que o capital tenha conseguido estender a jornada de trabalho familiar, embora não necessariamente na mesma proporção.

As *Desventuras* não mencionam de forma alguma, entre os métodos de exploração do trabalho, o aumento de sua intensidade. Trata-se, na realidade, de um fenômeno difícil de ser captado a nível de dados globais. No entanto, o próprio fato de que a elevação da produtividade implica naturalmente num aumento da intensidade do trabalho não nos permite descartá-lo, quando verificamos que o índice do produto real *per capita* se elevou de 88, em 1959 (1965 = 100), a 183, em 1976, *mais que duplicando*, portanto. Os procedimentos para aumentar a intensidade são basicamente dois: o aumento de instrumentos de trabalho que o operário deve manejar e o da velocidade das máquinas. Um trabalhador de uma indústria têxtil observa, em relação ao primeiro aspecto: “Antes, um tecedor era responsável pela produção de 20 máquinas, depois passou a 25 e agora cada um tem a responsabilidade de 30 teares”⁵⁸. Em relação aos segundo, o primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica manifestou seu protesto contra o aumento constante da velocidade das máquinas⁵⁹.

58. *Ibid.*

59. *Movimento*, 30/1/1978.

A exigência de mais trabalho ao operário, mediante procedimentos extensivos ou intensivos, ao provocar fadiga e esgotamento, resulta no incremento do que Marx chamou “as pestes de guerra do exército industrial”: os acidentes de trabalho. No Brasil, estes passaram do índice 100 em 1970 ao índice 157 em 1976, evoluindo de 1,2 milhões a quase 2 milhões de casos, no período; nesse contexto, o índice de mortes passou a 156 e o de casos de invalidez permanente a 160⁶⁰. Esses dados se referem exclusivamente a acidentes registrados pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Os protestos que essa situação provocou levaram o governo a assumir o problema e, em sua mensagem ao Congresso naquele ano, o Presidente da República anunciou que o número de acidentes de trabalho havia diminuído em 400 mil, em 1977. No entanto, o líder da oposição no Senado, Paulo Brossard, negou veracidade a essa afirmação, atribuindo-a à nova lei sobre acidentes de trabalho, que obriga a empresa a pagar ao acidentado a remuneração integral do dia do acidente e os 15 seguintes. “Quem não sabe – indagou Brossard – que, por força dessa lei recente e não pela anunciada prevenção, o INPS se viu aliviado de uma grande massa de acidentados e de acidentes?”⁶¹”

Pois bem, sabemos, com Marx, que qualquer variação na magnitude extensiva ou intensiva do trabalho faz variar no mesmo sentido o valor da força de trabalho. A prolongação da jornada e o aumento da intensidade do trabalho produzem um maior gasto de força física e, assim, um desgaste maior, que, dentro de certos limites, incrementa a massa de meios de vida necessários à sua reposição. Os métodos de superex-

60. Debate Proletário, *cit.*, p. 34.

61. *O Estado de S. Paulo*, 6/4/1978.

ploração mencionados acima, que têm a ver com a esfera da produção (ainda que estejam condicionados pela circulação, isto é, pelas condições em que o operário realiza a venda de sua força de trabalho), implicam, assim, numa elevação do valor da força de trabalho, reforçando a conclusão que havíamos chegado anteriormente. Como elemento indicativo da ampliação da brecha entre esse valor e o salário, é significativo o fato já visto de que, apesar de que têm mais membros trabalhando, a família consome hoje menos alimentos *per capita*.

Com suas divagações sobre a taxa de lucro e sobre o comportamento da indústria de bens de consumo necessário, assim como com suas eruditas e pitorescas digressões sobre David Ricardo, as *Desventuras* realizaram apenas manobras de diversão, destinadas a ocultar o quadro assustador que nos apresenta a superexploração do trabalho no Brasil. Os elementos que acabamos de expor não nos dão, por sua vez, senão uma pálida idéia do problema, uma vez que a quantidade de evidência que a respeito nos proporciona diariamente a luta de classes e que se filtram através da imprensa nos puseram (para dar gosto à cultura francesa de nossos “críticos”) em um *embarras de choix*. A atual ascensão das lutas operárias só multiplica essas evidências, ao incorporar massas cada vez mais amplas de trabalhadores ao enfrentamento contra o regime brutal de superexploração que lhes impôs o capital.

Só nos resta chamar a atenção para a tentativa mal disfarçada das *Desventuras* de atribuir à “considerável debilidade dos sindicatos e dos agrupamentos políticos afins” (junto com o “reacionarismo das forças golpistas” de 1964) a superexploração que sofrem os trabalhadores brasileiros. Levado a seu limite, isso implicaria não só em supor que a superexploração é um efeito mais ou menos casual da luta de classes, sobre a qual o capital não tem responsabilidade direta e que

acaba se explicando por si mesma (o fato, por exemplo, de que, segundo as *Desventuras*, os baixos salários se mantiveram porque... o excedente gerado foi aplicado na construção de moradias), mas também atribuir à própria classe operária a responsabilidade por lhe estarem arrancando a pele. Ora, os elementos que apresentamos sobre a evolução dos salários no Brasil, depois de 1959, mostram que o problema da evolução salarial havia sido colocado *antes* da contra-revolução desatada em 1964 e foi na realidade uma das razões que tornou a esta indispensável para a burguesia. Por outro lado, como explicar que, em países como o Chile, a Argentina ou o Uruguai, onde não se pode falar, nos mesmos termos, de debilidade dos sindicatos e da esquerda, a classe operária tenha tido que sofrer uma superexploração similar, sob uma ditadura contra-revolucionária? De qualquer forma, as lutas atuais dos trabalhadores brasileiros se encarregarão de mostrar até que ponto a superexploração do trabalho é um elemento vital na dinâmica do capitalismo dependente, na medida em que tendem de novo a fazer que patrões e operários se enfrentem numa luta até a morte em torno da questão de sua manutenção ou de sua supressão.

IV

As razões que dão Cardoso e Serra para seu “empenho na crítica” são de ordem teórica e política. Trata-se de “desarticular um pensamento ‘economicista’, que leva ao ‘voluntarismo’, para assim evitar que ‘a análise política se torne ao mesmo tempo ardorosa e inerte’ e assegurar que o caminho ao socialismo possa depender ‘de ações concretas em circunstâncias específicas’”. Desta forma, se poderão impedir “desastres cuja ‘correção’ passa muitas vezes pelo sacrifício, inclusive físico, de setores importantes de uma geração”.

Vamos por partes. O primeiro a levar em conta é que, mais do que Dom Quixote, Cardoso e Serra se parecem com Sancho: não são os cavaleiros andantes do socialismo, mas os escudeiros de uma burguesia insaciável e rapaz. É isso que confere interesse às *Desventuras*: seu caráter de texto inserto num processo de luta ideológica, que a ascensão das lutas de classe no Brasil, assim como na América Latina, tende a tornar mais candente. Uma das questões que foi posta no centro da discussão é a do economicismo, que foi atacada de diferentes perspectivas.

Não cabe, com efeito, confundir Cardoso e Serra com outros autores que se ocuparam do problema e que não serão aqui objeto de comentário por falta de espaço. Seu ataque a meu pretense “reducionismo econômico” beira realmente à caricatura, quando sustentam que a economia é apenas o marco em que se exerce a luta política, que corresponde a uma esfera autônoma, em que as opções e conseqüentes decisões só se explicam pela ação das próprias forças que atuam ali. Rompe-se, deste modo, a unidade de análise, que converte a política, para dizê-lo com Lenin, “na expressão concentrada da economia” e se abandona o suposto metodológico fundamental do marxismo, que o próprio Marx expôs com tanta precisão em seu prólogo de 1859: “O modo de produção da vida material determina (*bedingen*) o processo da vida social, política e espiritual em geral”. Reduzida a si mesma, a luta política se vê assim desprovida de qualquer base explicativa sólida.

Mas não é só a autonomia da política que reivindicam Cardoso e Serra: é também (e é isto o que os distingue mais claramente de outros que criticaram meu “economicismo”) o tomar os fatos como vêm, em sua imediatez empírica, sem a “ambição” de localizá-los num quadro explicativo que lhes

dê coerência, que os remeta às contradições gerais a que respondem e torna assim possível estabelecer previsões em relação a seu comportamento futuro, para, sobre esta base, criar condições para atuar sobre eles. Empilhados uns sobre os outros, como querem Cardoso e Serra, sem uma lógica profunda que os ordene, os fatos podem se prestar a qualquer interpretação, sem que a classe operária disponha de um critério que permita referi-los às contradições fundamentais que os geram. Pois bem, identificar uma contradição, por mais grave que ela seja, “não significa que o capitalismo seja impossível, mas sim a necessidade de sua transformação em uma forma superior; quanto mais forte se torna essa contradição, mais se desenvolvem as condições objetivas dessa transformação, assim como suas condições subjetivas, isto é, a consciência que os trabalhadores adquirem da contradição”⁶².

No entanto, o rancor de Cardoso e de Serra em relação à minha análise econômica não os leva à atitude suicida de rejeitar a existência de contradições no modo de produção capitalista. Além disso, o reformismo em suas diversas variantes mostrou que é possível aceitá-las sem que isso implique em assumir uma posição revolucionária. Não, o que Cardoso e Serra não podem aceitar é que se identifiquem contradições *concretas* na sociedade latino-americana e, em especial, na brasileira. Diante disso, clamam pela pureza do marxismo, querendo reduzi-las outra vez à contradição abstrata, ou não vacilam em lançar mão de analogias formais e por isto mesmo caricaturescas, para desqualificar a possibilidade de que essas contradições concretas sejam reconhecidas.

É dessa forma que, quando Cardoso identifica minha posição com a dos *naródniks*, recorre a uma caricatura, além de

62. Lenin, “Respuesta al señor P. Nezhadánov”, em *Sobre el problema de los mercados*, Siglo XXI, México, p. 249-250.

atropelar a história sem piedade. Em sua polêmica com os populistas russos, Lenin identificava três características nas posições dessa corrente: o reconhecimento do capitalismo na Rússia *como decadência, como regressão*; o reconhecimento da *originalidade do regime econômico russo, em geral, e a do camponês com sua comunidade*, em particular; e a *omissão do vínculo existente entre a “intelectualidade” e as instituições políticas e jurídicas do país*, de um lado, e *os interesses materiais de determinadas classes sociais*, de outro⁶³. Como se vê, não há *nenhuma relação* entre as teses em questão e o que eu afirmei sobre a dialética da dependência, a superexploração do trabalho e o caráter do desenvolvimento capitalista brasileiro. É de se supor, no entanto, que ao que Cardoso queira aludir seja ao que Lenin chamou de “romantismo econômico”, que, derivando-se de Sismondi, se acha presente no pensamento dos populistas russos, através de suas posições em relação à contradição entre produção e consumo, com a conseqüente necessidade de recorrer ao mercado externo. Não nos contentemos, no entanto, com as analogias formais e vejamos o que é esse “subconsumismo”, que Cardoso denuncia nas minhas teses.

O essencial na posição dos populistas era o raciocínio teórico de que partiam, para fazer sua defesa da pequena produção camponesa. Esse raciocínio se baseava no que Lenin considera o erro fundamental que marcou toda a economia política, até Marx, e que Adam Smith introduziu: a confusão entre os conceitos de produção e de renda e, em conseqüência, a redução do valor criado à soma da mais-valia e os salários (capital variável), ignorando os meios de produção (capital constante). Isso os impedia de entender *o que é a acumula-*

63. “A que herança renunciamos?”, em *Obras Escolhidas em doze tomos*, Progresso, Moscou, t. I, p. 422.

ção de capital e, então, o que é o desenvolvimento capitalista. É por essa razão que, em sua polêmica com o populismo, Lenin se preocupa basicamente em demonstrar que, ao contrário do que supunham, o desenvolvimento do capitalismo é, como já mostrara Marx, o desenvolvimento do mercado interno. O que não tinha que fazer, porque isto não lhe exigia sua crítica aos populistas, era analisar a forma que assume o mercado interno na economia capitalista e a contradição entre produção e consumo individual que ali se havia colocado.

Mas Lenin tinha que se preocupar com este problema, quando se pretendia atacar, supostamente do ponto de vista do marxismo, com a afirmação *errônea* de que “a produção capitalista não é vítima de nenhuma contradição entre a produção e o consumo”⁶⁴. A isto respondia Lenin que, seguindo a Marx, é indispensável entender que “a contradição entre a produção e o consumo, *própria do capitalismo*, consiste em que a produção cresce com enorme rapidez, a competição lhe comunica uma tendência a *ampliar-se sem limitações*, enquanto que o consumo (individual) *cresce muito debilmente, se é que cresce*. A condição proletária das massas populares não oferece ao consumo individual a possibilidade de crescer rapidamente”. E observava, mais adiante: “...em última instância, o consumo deve seguir a produção e se as forças produtivas se lançam a um aumento ilimitado da produção, enquanto o consumo se restringe, como consequência do estado proletário das massas populares, a contradição se torna inquestionável”⁶⁵.

Esclareçamos bem as coisas. A contradição entre produção e consumo individual surge da natureza do capitalismo,

64. “Respuesta al señor P. Nezhdánov”, *cit.* p. 245.

65. *Ibid.*, p. 249.

pelo fato de que, enquanto este registra um impulso constante de acumulação, esse impulso se choca com a *desproporcionalidade* existente entre os setores da produção e com as *condições antagônicas de distribuição*. Com efeito, “dentro da produção capitalista, a proporcionalidade dos distintos ramos da produção (aparece) como um processo constante *derivado da desproporcionalidade*”⁶⁶, enquanto que as “condições antagônicas de distribuição... reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um *mínimo suscetível só de variação dentro de limites muito estreitos*”⁶⁷. Em consequência, como o mercado tem que se estender constantemente, para fazer frente ao impulso de acumulação, “a contradição interna tende a ser compensada *mediante a expansão do campo externo da produção*”⁶⁸.

É assim que se apresenta o problema da contradição entre a produção e o consumo individual, na teoria marxista do capitalismo, que se presta a tudo, menos à apologia do sistema. Minha análise da economia latino-americana e brasileira só faz aplicar essa teoria a uma *realidade concreta*, que se caracteriza pelo fato de que, *na raiz das próprias condições de sua formação e desenvolvimento histórico, agrava até o limite as contradições inerentes à produção capitalista*. É esta característica geral da economia dependente que a induz a extremar a *desproporcionalidade entre os setores*, tanto de produção de bens de capital em relação ao de bens de consumo, como do de bens de consumo suntuário em relação ao de bens de consumo necessário, assim como a agudizar as *condições antagônicas de distribuição*, levando a que a contradição entre produção e consumo individual, própria da eco-

66. *El Capital*, *cit.*, t. III, p. 254.

67. *Ibid.*, p. 243.

68. *Ibid.*, p. 243.

nomia capitalista em geral, assuma o caráter de um divórcio progressivamente acentuado entre o aparato produtivo e as necessidades de consumo das massas.

Pois bem: de maneira sub-reptícia, todo o esforço das *Desventuras* se dirige no sentido de apagar as diferenças entre o capitalismo nos países avançados e o capitalismo dependente, assimilando-os a um processo único: o desenvolvimento capitalista na periferia e no centro. O leitor poderá buscar com lupa no texto um indício, por pequeno que seja, de que a discussão que se está fazendo referida ao capitalismo *dependente* brasileiro: encontrará só a idéia de que há problemas e contradições no capitalismo brasileiro, que não têm outra particularidade senão a de dar-se em um país da “periferia, ou seja, numa nação capitalista jovem, para usar uma expressão altamente ideológica. A própria utilização do aparato conceitual “centro-periferia”, em substituição do que corresponde à dependência, indica um regresso ao redil da CEPAL (que, por isto mesmo, é tão reivindicada ao longo do texto) e às ilusões desenvolvimentistas com que esta revestiu a primeira emergência da burguesia industrial, no pós-guerra, ilusões que, como observamos, a própria vida destruiu. Hoje, porém, os novos ideólogos da burguesia brasileira estão obrigados a retomar essa tradição e a tentar dar credibilidade a um desenvolvimento capitalista brasileiro ao estilo norte-americano ou europeu. Em suma, nos encontramos diante de um neodesenvolvimentismo ainda envergonhado, mas que não tardará em ir perdendo suas inibições.

A tímida crítica de Cardoso à tese da superexploração que deu início a esta polêmica⁶⁹ já apontava nesta direção.

69. “Nota sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia”, *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* (Santiago de Chile), n. 4, 1972; veja-se minha resposta em DD, Parte II.

Hoje, porém, as coisas vão mais longe. Assim, em *Desventuras*, se pretende que “mesmo depois de 1968 e até 1973... se manteve uma *política oficial* de forte restrição salarial, ficando as *melhoras* eventualmente obtidas neste terreno sujeitas às forças (forças do mercado) e não em razão, seja da *política governamental* (que permaneceu restritiva) seja da *ação sindical* ou do *protesto social*, que continuaram tão ou mais *reprimidos ou inexistentes* que antes” (p. 45, sublinhados meus). Algumas retificações: a restrição salarial não se manteve *até 1973*, se mantêm *até hoje*; as “melhoras eventualmente obtidas” não só foram *muito pequenas*, como demonstramos anteriormente, como se viram *relativizadas* pela manipulação dos índices do custo de vida; e a ação sindical e o protesto social *havia já ganho corpo em 1973*, o que forçou o atual governo, que assumiu em 1974, não só a ter que prometer uma “abertura política”, como também recorrer à manipulação desses índices para manter a política salarial. Mas não se trata só de retificações, como também de uma pergunta: se as pretendidas “melhoras salariais” não se deveram nem ao governo, nem aos sindicatos, nem ao “protesto social”... quem responde por elas?

Não é necessário espremer o cérebro para encontrar a resposta. O próprio Cardoso, em entrevista concedida a um jornal mexicano, nos explica: “Em uma primeira etapa, a violência repressiva é a condição da acumulação futura. Mas depois, numa segunda etapa, já não o é mais. Isto explica que agora *os empresários reclamem uma relação direta com os operários*”⁷⁰. Assim, a luta que, durante estes anos, a classe operária desenvolveu, no sentido de negociar diretamente

70. *El Gallo Ilustrado*, suplemento dominical do jornal El Día, n. 834, 11/6/1978.

com as empresas e exercer seu direito de reivindicação, fica apagada imediatamente e se converte em uma generosa atitude da burguesia. Do mesmo modo como a luta popular contra a ditadura é escamoteada, dado que as “pressões” pela democratização “vinham também, e é preciso dizer isto muito claramente, dos setores de dentro do Estado”, o que permite concluir, energicamente: “Se não entendemos isto, não entenderemos as mudanças no Brasil. Não se deve crer que o enfrentamento é global, entre o Estado repressivo por um lado e as classes dominadas por outro”⁷¹.

Não nos preocupemos demasiado em refutar a pretensão de que é a burguesia quem concedeu aumentos salariais, ao invés do Estado e dos sindicatos, e que luta por uma relação direta com estes. A própria vida mostrou – e com que rapidez! – o que há de verdade nisso; nas recentes greves dos operários metalúrgicos de São Paulo, diante da lentidão do Estado em atuar, foram os patrões que pediram a gritos a repressão, resistindo à relação direta com os sindicatos, que os trabalhadores acabaram por impor-lhes. Observemos, na verdade, que Cardoso fez tudo para construir uma alternativa para a colaboração de classe entre a classe operária e a oposição burguesa, oposição que expressa hoje uma fração do grande capital que tenta impor sua hegemonia sobre o aparelho de Estado, no marco de um regime renovado, no figurino que a nova administração norte-americana batizou de democracia “viável” ou “governável” (isto é, restringida). A posição de Cardoso oculta as contradições que dividem hoje a própria burguesia e tenta fazer crer numa contradição entre a burguesia no seu conjunto (capitaneada pelas multinacio-

71. *Ibid.* Limite-me aqui aos parágrafos pertinentes; a crítica do conjunto das posições de Cardoso nessa entrevista é farinha de outro saco.

nais) e o Estado. Este, sob o controle dos militares (ou de um setor destes) e uma suposta “burguesia de Estado” (os tecnocratas e a camada gerencial das empresas estatais), ofereceria a possibilidade de uma política nacionalista e democrática, sobre a base de uma aliança com a classe operária organizada, isto é, com os sindicatos. A isto responde a preocupação das *Desventuras* pela “necessidade de definir os campos dos aliados e interferir para ampliar as brechas colocadas como possíveis pelas contradições que minam a coesão das classes dominantes” (p. 48)⁷².

Este é o “caminho para o socialismo” que propõem os autores das *Desventuras*: a subordinação da classe operária ao Estado, tendo como programa o desenvolvimento do subimperialismo brasileiro. Como todo projeto socialista burguês, resume-se na afirmação de que “os burgueses são burgueses no interesse da classe operária”, como havia observado já o *Manifesto Comunista* e deixa para trás até Lasalle que, como dizia Marx, “apertava a mão de Bismarck em nome dos interesses do proletariado”.

Sendo uma proposta política que repousa sobre bases falsas, essa aliança da classe operária com a “burguesia de Estado” e os militares tem tão pouca viabilidade como, no passado, a aliança a que se queria conduzir com a “burguesia nacional”. Mas, enquanto a história não o cancelar, os novos

72. Esta tese se apresenta com a ambigüidade característica de Cardoso, em seu livro *Autoritarismo e democratização*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975. Em um documento interno do CEBRAP, no entanto, Cardoso a torna explícita: “...Como cada um dos setores do capital (estatal e multinacional) busca apoios políticos, poderá acontecer a proposta de futuras alianças entre sindicatos, parte do Exército, massa urbana e a burguesia estatal contra as multinacionais – que buscarão apoio nas classes médias e na burguesia local contra o estatismo”. *Comentários sobre o projeto de Reichstul e Coutinho*, cit. por Carlos Estevam Martins, *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*, GRAAL, Rio de Janeiro, 1977, p. 330.

ideólogos da burguesia cumprem com diligência sua tarefa, confiantes na autonomia da luta política: a de traçar e de se-mear confusão e desconcerto entre a classe operária e a esquerda, propiciando manobras de divisão sobre elas. Empe-nham-se, assim, em “desarticular” toda tentativa de crítica do capitalismo brasileiro que contenha, em seus supostos, a ne-gação desse monstro que é o “capitalismo de Estado nacional e democrático” que propugnam (a expressão é do cebrapiano Carlos Estevam Martins). Nesta linha, as *Desventuras* são ape-nas um passo na escalada que pretendem levar a cabo contra o marxismo, para retirar à classe operária qualquer possibilida-de de dar um fundamento científico a suas lutas de classe.

Mas não basta atacar as idéias, é preciso desacreditar também o movimento social de que brotaram. As *Desventu-ras* se permitem, assim, reinterpretar a história de maneira muito particular, apresentando como um preço injustificado e um sacrifício inútil a prática armada da esquerda brasileira. Pretendem ocultar que, com seus erros e seus acertos, foi as-sim como se pôs sobre a mesa, no Brasil (tal como se havia feito na América Latina), de maneira concreta, a questão do poder e do direito da classe operária e de seus aliados a lutar por conquistá-lo. Graças a isso, a idéia do socialismo deixou uma abstração, um ideal sem transcendência prática, um tema para a discussão de intelectuais, para ganhar o centro das lu-tas de classes e obrigar inclusive a burguesia e seus ideólo-gos a tentar, hoje, desviá-la para “ações concretas em con-junturas específicas” e um socialismo que apenas encobre seu caráter de classe burguês.

A própria vida se encarregará de mostrar a inutilidade desses esforços. E o fará pela lógica implacável da luta de classes, que está já acendendo a luta ideológica, ao colocar sem disfarces as grandes questões a discutir e que produziu

uma nova classe operária, mais madura e mais organizada, em quem se arraiga cada vez mais a consciência de que o Estado é seu inimigo de classe. Hoje, o movimento operário brasileiro exige a democracia sindical e a autonomia em rela-ção ao Estado, enquanto dá seus primeiros passos na luta po-lítica; amanhã, avançará na construção de seu partido e da aliança com as amplas massas trabalhadoras da cidade e do campo, para fazer frente ao problema do poder. Vivemos um momento em que as palavras de Lenin, no *Que fazer?*, adqui-rem plena validade para todos aqueles que aspiram a ver o proletariado brasileiro na vanguarda da luta antiimperialista e socialista na América Latina:

A realização desta tarefa, a demolição do mais pode-roso baluarte, não já da reação européia, mas também (podemos dizê-lo hoje) da reação asiática, converte-ria ao proletariado russo na vanguarda do proletaria-do revolucionário internacional. E temos o direito de esperar que obteremos este título de honra, que nos-sos predecessores, os revolucionários da década de 70, mereceram, sempre que saibamos inspirar a nos-so movimento, mil vezes mais vasto e profundo, a mesma decisão abnegada e a mesma energia.

O conceito de trabalho produtivo

Nota metodológica

Desde o nascimento da economia política, o conceito de trabalho produtivo é assunto polêmico. Depois da formulação inicial da teoria do valor-trabalho, que teve seus epígonos em Boisguillebert e em Adam Smith e pôs por terra a tese dos fisiocratas, segundo a qual só a terra e os que a trabalham criam valor (o que faria da indústria e do comércio atividades improdutivas), coube a Marx dar-lhe sua forma definitiva. Esta induziu no entanto a muitos equívocos, que se reduzem em última instância a identificar trabalho produtivo e criação material do valor e, por conseguinte, de mais-valia. A classe operária se converteu assim em sinônimo de proletariado industrial (o que, em sentido amplo, não exclui evidentemente os assalariados do campo).

Isso é devido, em parte, à equiparação a nível teórico do Capítulo I inédito de *O Capital* ao próprio *Capital*. Trata-se, sem dúvida, de um erro, dado que foi o próprio Marx que descartou sua inclusão na obra, para retomar ali somente parte do que ele havia procurado estabelecer nesse capítulo, com o que este reveste o *status* de simples rascunho. Deve-se, além disso, a uma incompreensão da obra de Marx, resultado de uma leitura parcial dela, que leva a ignorar os sucessivos enriquecimentos de que é objeto nela o conceito de trabalho, de acordo com o plano de exposição que Marx traçou.

Os desdobramentos de um conceito

No entanto, a definição adiantada por Marx no livro I, capítulo XIV, de que “*dentro do capitalismo só é produtivo o operário que produz mais-valia ou que trabalha para tornar rentável o capital*” (I, p. 426, sublinhados meus)¹, dá conta perfeitamente do conjunto do problema e contém já em embrião os desdobramentos de que será objeto. Estes começam a aparecer no livro II, capítulo VI, quando Marx distingue trabalho produtivo e trabalho *necessário ou socialmente útil*. Voltaremos depois a este ponto.

Observemos, por ora, que a aplicação excludente do conceito de classe operária aos produtores *imediatos* de valor de uso é passível de objeção. Com efeito, desde o momento em que começa a estudar a subsunção real do trabalho ao capital, na seção IV do livro I, dedicada aos procedimentos de extração de mais-valia relativa, Marx observa que a cooperação simples, mediante a qual um grupo de operários desempenha uma operação produtiva ou, se esta se divide em mais de uma, se decompõe em diferentes grupos para executá-la, revela já o caráter *social* do trabalho ou a combinação de uma série de jornadas individuais do trabalho. Nesta etapa do desenvolvimento capitalista “*a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social*” (I, p. 265), mesmo que apareça já como força produtiva do capital.

A situação começa a mudar na manufatura, quando, depois da divisão do processo produtivo em um conjunto de

1. As referências a Marx que estão entre parênteses correspondem à edição de *O Capital*, Fondo de Cultura Económica, México.

operações diversas de duração desigual e inclusive da combinação de vários processos produtivos, se reúnem operários de distintos tipos e se estabelecem normas de proporcionalidade no modo como a massa coletiva de trabalho deve ser distribuída. A partir daí “*cada grupo ou conjunto de operários que executam a mesma função parcial está integrado por elementos homogêneos e forma um órgão especial dentro do mecanismo coletivo*” (p. 281), que recorre inclusive de maneira esporádica ao uso de máquinas. Mas “*a maquinaria específica do período da manufatura é, claro, o próprio operário coletivo, produto da combinação de muitos operários parciais* (I, p. 283). Promove-se assim a diferenciação em matéria de qualificação (e portanto de educação) no seio do operário coletivo, que dá lugar a operários especializados e peões, cujo resultado em ambos os casos é a redução do valor de sua força de trabalho, ainda de maneira desigual (I, p. 284-85).

O processo se completa com o surgimento da indústria fabril, quando a divisão do trabalho na fábrica se torna puramente técnica:

[...] O grupo orgânico da manufatura é substituído pela concatenação do operário principal com uns poucos auxiliares. A distinção essencial é a que se estabelece entre os operários que trabalham efetivamente nas máquinas-ferramentas (incluindo também nesta categoria os operários que vigiam ou alimentam as máquinas motrizes) e os *simples peões* que ajudam a estes operários mecânicos (e que são quase exclusivamente crianças). Entre os peões se contam mais ou menos todos os *feeders* (que se limitam a abastecer as máquinas com os materiais trabalhados por elas). Além destes tipos, que são os principais, há o pessoal, pouco importante numericamente, encarregado do controle de toda a maquinaria e das reparações contínuas: engenheiros, mecânicos, carpinteiros, etc., etc.

Trata-se de uma categoria de trabalhadores de nível superior, que em parte têm uma cultura científica e em parte são simplesmente artesãos e que se movem à margem da órbita dos operários fabris, como elementos agregados a eles [...] (I, p. 347-48).

Como vemos, o operário coletivo compreende distintos tipos de trabalhadores e se organiza em estratos diferenciados, em alguns dos quais seus membros se movem “à margem” dos produtos diretos de valor. No entanto, envolvidos como os demais na esfera produtiva, estes são *parte integrante do operário coletivo*. Claro que o modo como se apresentava este operário coletivo em meados do século passado se modificou. Nem os peões se constituem hoje prioritariamente de crianças, nem o pessoal de nível superior é numericamente pouco importante, além de ter se diversificado notavelmente. É dessa forma como, com base em entrevistas a empregados e a dirigentes da IBM, Reich estima que menos de 20 mil dos seus 400 mil funcionários estão classificados como operários de produção, empregados na manufatura tradicional. A imensa maioria de seu pessoal se dedica a outras atividades, como pesquisa, desenho, engenharia, venda e prestação de serviços².

Isto no que se refere à produção. Mas a reprodução do capital não se esgota nela, mas compreende a circulação e a distribuição, cujas atividades correspondem, em geral, ao *trabalho improdutivo*, dado que não afetam ao valor criado e não criam, então, diretamente, mais-valia (salvo exceções, como veremos). A lei geral, aqui, é que “*todos os gastos de circulação que respondem simplesmente a uma mudança de forma da mercadoria não acrescentam a esta nenhum valor*” (II, p. 132). No entanto, ao considerar o trabalhador da circulação

2. Cf. R.B. Reich, *The Work of Nations*, Vintage, Nova York, 1992, p. 85-86.

que se ocupa principalmente da venda (assim como da contabilidade, da embalagem, da classificação, etc., etc.), Marx observa que ele se paga mediante o *desembolso de capital variável* por parte do capitalista que opera nessa esfera, proporcionando ao capitalista em questão um *lucro positivo* e contribuindo, assim, para tornar mais rentável *seu* capital. Por conseguinte, do ponto de vista da definição dada no livro I, estamos diante de um trabalhador produtivo, dado que “torna rentável” o capital, qualquer que seja a forma sob a qual se apresenta³.

Os gastos de circulação referidos ao armazenamento de mercadorias constituem uma variante: não se referem a uma *mudança de forma*, mas à *conservação* do valor ou, o que é idêntico, de seu valor de uso, sem o qual não existiria valor algum. Embora represente uma paralisação da circulação, o armazenamento é paradoxalmente condição desta, já que “assegura a persistência e a continuidade do processo de circulação e, portanto, do processo de reprodução [...]” (II, p. 131)⁴. Observemos que o armazenamento abarca tanto os bens destinados ao consumo como os que se referem ao capital constante fixo e circulante e que nas mudanças de forma

3. A conclusão de Marx vai nessa direção: “Para o capitalista industrial os gastos de circulação aparecem e são na realidade gastos mortos. Para o comerciante são a fonte de seu lucro [...] Por conseguinte, o investimento que supõem estes gastos de circulação é, para o capital mercantil, um *investimento produtivo*. E também o trabalho comercial comprado por ele é, para ele, um *trabalho diretamente produtivo*”. Marx, *O Capital*, op. cit. III, p. 294, sublinhados meus. Colocada a questão nestes termos, o *trabalho produtivo é aquele que permite ao capital produzir ou apropriar-se de mais-valia*.

4. Autores menos avisados localizam o sistema chamado *just-in-time* praticamente ao nível das grandes inovações tecnológicas contemporâneas. De fato, mesmo que dependa destas, já que supõe maior sincronização e padronização da produção, o *just-in-time* é simplesmente um mecanismo destinado a superar essa contradição, na medida em que reduz os estoques de insumos requeridos no processo de produção, contribuindo para encurtar o tempo de rotação e, assim, baixar os custos de circulação, fatores que influenciam decisivamente na taxa de lucro. Sua importância é determinante para a subordinação dos produtores de insumos aos grandes industriais – o que, diga-se de passagem, corresponde a uma forma disfarçada de centralização do capital do mesmo modo que a terceirização da produção.

que sofreu incide no desenvolvimento do mercado mundial e dos meios de transporte. Como qualquer atividade econômica, implica em investimentos adicionais em capital constante e variável, que, mesmo que representem deduções do valor das mercadorias, “passam a *formar parte de seu valor*, isto é, encarecem a estas” (II, p. 123). Esses gastos envolvem os que se destinam ao pagamento da força de trabalho empregada nessa atividade e, na mesma linha de raciocínio precedente, concorrem para tornar mais rentável o capital.

A única situação em que o que aparece como gastos de circulação acrescenta valor à mercadoria é a do transporte, pela simples razão de que “o valor de uso das coisas pode exigir seu deslocamento de lugar e, portanto, o *processo adicional de produção* da indústria do transporte” (II, p. 133, sublinhado meu). Neste caso, se realiza uma *adição de valor*, que, como sublinha Marx, decompõe-se necessariamente em reposição de salários e *criação na circulação* e aquele que desempenha essa atividade é um trabalhador produtivo, da mesma forma do que é objeto de estudo no livro I, isto é, os produtos de *valor de uso* no quadro de um sistema de produção geral de mercadorias.

A questão do trabalho produtivo, ainda que claramente estabelecida desde o livro I, como destacamos, só ficará completamente equacionada no capítulo XVII do livro III, ao se estudar os *operários assalariados mercantis*. A pedra de toque é aqui a distinção entre *capital social* e *capital individual*. Depois de estabelecer que sua situação não se distingue da que rege o conjunto da classe operária⁵, Marx se dedi-

5. [...] este operário comercial é um operário assalariado como outro qualquer. Em primeiro lugar, porque seu trabalho é comprado pelo capital variável do comerciante e não pelo dinheiro gasto como renda, o que quer dizer que não se compra simplesmente para o serviço desembolsado. Em segundo lugar, porque o valor de sua força de trabalho e, portanto, seu salário, se acha determinado, da mesma forma que nos demais operários assalariados, pelo custo de produção de sua força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho” (p. 286).

cará a explicar como os operários comerciais “produzem diretamente lucro para seus principais, ainda que não produzam diretamente mais-valia (de que o lucro não é mais do que uma forma transfigurada)” (p. 286). E a explicação não poderia ser mais simples: “Do mesmo modo que o trabalho não retribuído do operário cria diretamente mais-valia para o capital produtivo, o trabalho não retribuído dos operários assalariados comerciais cria para o capital comercial uma participação naquela mais-valia” (III, p. 287). O mesmo vale para os *demais operários da circulação* naquelas atividades indispensáveis para que esta tenha curso (banco, publicidade, etc.). Daí ficam no entanto naturalmente excluídos os trabalhadores assalariados cuja remuneração corresponde simplesmente a gastos da mais-valia, como o empregado doméstico, o burocrata, os membros do aparelho repressivo do estado, por muito necessários que sejam ao capital e ao regime político correspondente.

Trabalho e classe operária

A partir do que expusemos, é possível sustentar que restringir a classe operária aos trabalhadores assalariados que produzem a riqueza material, isto é, o valor de uso sobre o qual repousa o conceito de valor, corresponde a perder de vista o processo global da reprodução capitalista. Como destaca repetidamente Marx, o desenvolvimento da produção mercantil capitalista só acrescenta o número de trabalhadores assalariados e, portanto, dos operários envolvidos no processo de reprodução, sem que isto implique de forma alguma, como se pretendeu, que Marx concebesse uma socieda-

de formada exclusivamente por capitalistas e operários⁶. Do ponto de vista estritamente econômico, a tendência do sistema é aumentar, nunca diminuir, a classe operária, isto é, aquela categoria social formada por *trabalhadores pagos mediante o investimento de capital variável e cuja remuneração é sempre inferior ao valor do produto de seu trabalho*. Se, por um lado, devido ao aumento da produtividade do trabalho, tende a reduzir-se a quantidade de trabalhadores ligados diretamente à produção, se incrementa, por outro lado, o número dos que se empregam nas esferas da circulação e da distribuição.

Trabalho produtivo e improdutivo são, então, conceitos historicamente determinados, referidos às atividades que contribuem a valorizar ou a tornar rentável o capital. Só em um regime de organização superior, baseado em forças produtivas ainda mais poderosas, será possível superar o conceito capitalista de trabalho em favor de *trabalho necessário ou socialmente útil*, quando tende então a crescer em progressão geométrica a massa de recursos, incluído o trabalho, dedicados a atender às necessidades do homem em seu sentido mais amplo. Este se anunciou já nos países que tentaram ou estão em vias de tentar formas distintas de organização econômica, através do socialismo. Aí está, sob nossos olhos, o exemplo de Cuba, que, apesar de seus problemas econômi-

6. Este equívoco deriva do fato de que, ao construir seus esquemas de reprodução, na terceira seção do livro II de *O Capital*, Marx adota essa premissa, por razões que analisamos em outra oportunidade. Cf. Ruy Mauro Marini, "Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital", *Cuadernos Políticos*, n. 20, abril-junho de 1979, México, especialmente p. 2121. E, referindo-se à obra *Reforma social ou revolução?*, Grossman destaca: "Já em 1899, Rosa Luxemburgo comprova em sua polêmica contra Bernstein que a análise de Marx 'não supõe [...] para a realização do objetivo socialista [...] a desapareção absoluta do pequeno capital e [...] da pequena burguesia, como condição para que possa se conseguir o socialismo'". H. Grossman, "Ensayos sobre la teoría de las crisis. Dialéctica y metodología en *El Capital*", *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 79, México, 1979, p. 143.

cos, teve um desenvolvimento social (em matéria de educação, saúde, previdência social) infinitamente superior a muitos países capitalistas industrialmente avançados.

É sempre verdade que a diversificação de atividades que o desenvolvimento capitalista induziu, sobretudo nesta era de formidável avanço tecnológico e globalização, cria dificuldades para definir e quantificar a classe operária. A incidência do conhecimento no processo de produção, por exemplo, levou a que se constatasse que, na IBM, em 1984, 80% do custo de um computador correspondia a seu *hardware*, isto é, à própria máquina e 20% ao *software*, o sistema operacional e os programas que se utilizam nele; mas, em 1990, essa proporção se havia invertido, fazendo com que só 10% do preço de custo estivesse referido ao processo físico de produção do equipamento, isto é, à produção material em si⁷. Em conseqüência, as atividades ali realizadas – salvo as que, uma vez determinadas, se enquadrassem na categoria de serviços – ficavam no marco do trabalho produtivo e, do ponto de vista estritamente econômico, insistamos nisso, se encontravam referidas à classe operária.

Um primeiro passo para, sem abandonar a economia, esclarecer o problema colocado sobre o que é a classe operária, consiste em recorrer à origem do *papel* que desempenha o trabalhador assalariado; isto é, em saber se esse papel corresponde a um desdobramento do *processo de trabalho* ou se corresponde a um desdobramento da *função do capitalista*,

7. R.B. Reich, *op. cit.*, p. 83s.

que Marx resume como: *direção, vigilância e enlace* (p. 267)⁸. É óbvio que, se corresponde ao último salário, sua educação, seus costumes e seu ambiente social o levam a se confundir com ela. Basta observar seu comportamento em um momento qualquer de agudização da luta de classes – uma greve, por exemplo – para comprovar isto.

O passo seguinte tem que se dar necessariamente *fora da economia*. A procedência social, os mecanismos de mobilidade a que estão sujeitos, a educação, o ambiente familiar e de trabalho dos indivíduos modificam seu comportamento e, mais do que isso, moldam sua visão do mundo e a percepção que eles têm de si mesmos. Para definir uma classe social em um momento histórico dado não basta, então, considerar a posição que *objetivamente* ocupam os homens na reprodução material da sociedade. É necessário, além disso, considerar os fatores sociais e ideológicos que determinam sua consciência em relação com o papel que crêem desempenhar nela. Apesar das críticas que sofreu esta afirmação, *só em última instância a base econômica determina a consciência*. E o faz mediante a dinâmica social concreta, isto é, através da *luta de classes*. E a tal ponto que, em circunstâncias dadas, mesmo trabalhadores que, por sua posição na reprodução econômica, não estão incluídos diretamente na classe operária

8. "Ao desenvolver-se a cooperação em grande escala, este despotismo [do capital] vai apresentando suas formas peculiares e suas características: primeiro, assim que o capital alcança um limite mínimo, a partir do qual começa a verdadeira produção capitalista, o patrão se exime do trabalho manual; em seguida, confia a função de vigiar direta e constantemente os operários isolados e os grupos de operários a uma categoria especial de operários assalariados. Da mesma forma que os exércitos militares, o exército operário colocado ao mando do capital reclama toda uma série de chefes (diretores, gerentes, *managers*) e oficiais (*inspectores, foremen, overlookers, capatazes, contramestres*), que durante o processo de trabalho assumem o mando em nome do capital" (I, p. 268).

ria ou que se consideram alheios a ela podem coincidir com suas aspirações e assimilar-se ao movimento operário⁹.

Isto se deve a que, mais além da consciência que possam ter de sua pertença de classe, os operários produtivos ou improdutivos, qualquer que seja a modalidade sob a qual realizam seu trabalho e o âmbito em que o fazem, do mesmo modo que outras classes ou frações de classe submetidas ao capital, têm interesses comuns, cuja percepção estabelece a base possível de um projeto de vida solidário. Esta é a razão pela qual todas as instituições e mecanismos do jogo político que caracterizam a sociedade burguesa, assim como suas variadas expressões ideológicas, visam bloquear esta percepção, dissolver a unidade latente entre os trabalhadores antes que esta ganhe forma, fechar a passagem à compreensão dos fatos reais que constituem a essência da ordem capitalista e de seu desenvolvimento.

Para se contrapor à ação desagregadora que realiza o capital, só resta refletir sobre estes fatos, buscando discernir em que consistem e para onde tendem. Antes de abandonar o campo do marxismo, com o estão fazendo muitos por desinformação, perplexidade ou por interesse, haveria que esgotar primeiro as possibilidades que ele nos oferece para proceder a esta reflexão. De minha parte, estou convencido que isto nos levará a uma redescoberta da classe operária e do papel que pode ser hoje o seu na tarefa de pensar e construir um mundo melhor.

9. A adesão dos trabalhadores intelectuais: professores, estudantes, profissionais, empregados públicos, a valores de inspiração operária, que foi uma marca distintiva dos movimentos de 1968, resultou da prática desses setores que, em sua mobilização por melhores condições de vida e de trabalho, começaram a adotar formas de organização e de luta como o sindicato e a greve. Isto foi possível observar claramente na América Latina desde o começo daquela década e não apenas aqui. Os anos setenta assistiram o auge dessa tendência que hoje se acha em declínio.

Origem e trajetória da sociologia latino-americana

Começaremos esta exposição colocando-nos uma pergunta – o que representa a sociologia no processo do pensamento humano? Esperamos que ela nos dê um ponto de partida para indagar sobre o surgimento e o desenvolvimento da sociologia latino-americana, assim como de suas perspectivas.

A primeira coisa a considerar é que a sociologia só pode surgir em certos tipos de sociedades, em que se dão determinadas características. Mais que isto, ela é uma expressão particular de certa linha de pensamento, cuja essência consiste em ser uma reflexão sobre as estruturas e os processos que estabelecemos no marco de convivência social, isto é, no marco de nossas sociedades. Em sua dimensão mais ampla, esta reflexão parte de concepções totalizadoras, como o foram a economia política clássica ou a teoria social do século XVIII, para chegar, mais tarde, às ciências especiais, como são hoje a economia e a ciência política, entre outras, assim como, claro, a sociologia.

Sociologia e capitalismo

As distintas sociedades que registram a história antes do surgimento do capitalismo correspondiam a formas sociais mais simples, baseadas numa estrutura de classes pouco diferenciada e muito estratificada, que se expressava em siste-

Boal

mas políticos centralizados e autocráticos. Pensemos nos regimes teocráticos ou feudais e, em geral, em sociedades cuja produção era assegurada por relações escravistas ou de servidão. Claramente, na sustentação desses sistemas de dominação, desempenhava um papel destacado o uso da força. Mas não há regime que se mantenha só baseada nesta: as classes dominadas têm que ser também persuadidas de que sua sujeição se deve a razões superiores, que transcendem interesses e motivações individuais para responder a fatores de caráter mais geral. Em outras palavras, a dominação de classe deve apresentar-se sempre como a expressão de algo necessário e, em certa medida, natural.

Quanto mais desenvolvida é a sociedade, quanto mais se diferenciam e se contrapõem os interesses de classe, tanto mais necessário, para classes dominantes, é persuadir disso, sob pena de se verificar ali um estado permanente de guerra civil, latente ou aberta, que afinal tornaria impossível a manutenção da ordem social. Em comunidades mais simples, como as que mencionamos antes, tende-se a recorrer, neste sentido, para o sobrenatural, privilegiando a religião ou as diferenças evidentes, de caráter racial ou cultural. Em organizações sociais mais complexas, o raciocínio se sofisticava e aspira a se apresentar como ciência.

Isso se observa já em situações em que se produz uma marcada diferenciação social e um certo desenvolvimento mercantil, somados à expansão imperialista, como na Grécia Antiga. A agudização dos conflitos sociais estimula ali uma reflexão sociológica cada vez mais especializada, que, passando pelos sofistas, produzirá algumas obras-mestras, que se propunham descobrir a razão desses conflitos e suprimi-los em benefício da classe dominante. Que se trate de uma construção ideal, como *A República* de Platão, onde se

identificam os segmentos que formam a sociedade e se busca articulá-los harmonicamente em um sistema corporativo ou de uma pesquisa comparada, como a *Política* de Aristóteles, que toma as aulas e sua interação como eixo da análise, na perspectiva do equilíbrio e da harmonia social, se está sempre em presença de uma teorização encaminhada a assegurar ou a transformar uma ordem de coisas determinada, a partir de um ponto de vista de classe.

Isto se dará com mais razão mesmo quando o capitalismo, rompendo a ordem feudal, passe a constituir Estados nacionais. Estes correspondem a sociedades de classes altamente complexas, cuja lógica – ainda que consagre a dominação de umas sobre outras e repouse sempre na força – é a de recorrer crescentemente aos mecanismos econômicos e à persuasão ideológica como mecanismos de dominação. Na medida em que o capitalismo se consolida, a burguesia tratará, por um lado, de assumir o monopólio absoluto do poder político e, por outro lado, de afirmar sua hegemonia sobre a classe operária e demais setores sociais.

A economia política – que emerge como ciência com William Petty, na Inglaterra, e Boisguillebert, na França, no final do século XVII – cumprirá essa dupla tarefa. A burguesia se valerá dela para atacar a velha classe latifundiária, que mantinha sua presença no Estado, começando por proclamar o caráter parasitário desta, ao sustentar, com os fisiocratas, que a terra é a única fonte de riqueza. O crescente predomínio da indústria, a partir do último terço do século XVIII, a levará logo, com Adam Smith e David Ricardo, a postular ao trabalho como o fator determinante na criação da riqueza.

No entanto, progressivamente, a economia política irá sendo arrancada das mãos da burguesia até chegar a conver-

ter-se em uma crítica do capitalismo, isto é, do sistema que consagra a dominação burguesa.

Partindo da valorização teórica do trabalho e acompanhando o processo de desenvolvimento e de organização do proletariado, intelectuais como Sismondi, na França, e Owen, Thompson e Bray, na Inglaterra, passarão a abrir gretas na economia política burguesa. Marx se encarregará de assessorar-lhe o golpe final, com sua obra principal: *O Capital*, justamente com o subtítulo “Crítica da economia política”.

A sociologia se colocará, por volta da terceira década do século XIX, como reação a esse processo. Chamando a economia política de “ideologia”, preocupar-se-á em obscurecer certos aspectos da realidade e centrar a análise na dinâmica social, desconhecendo dentro do possível os processos materiais concretos em que esta se baseia. Seu fundador, Augusto Comte, ainda sem deslindar inteiramente sociologia e filosofia, proclamará a ordem social burguesa como a ordem em si, um organismo perfectível mas imutável, expressão definitiva do normal, contra o que toda ação contrária seria indicativa de um desvio, isto é, uma manifestação de tipo patológico.

Aprofundando nessa direção, Émile Durkheim tomará essa ordem como o objeto em si da sociologia e a dotará de um método particular, completando assim sua constituição como ciência especial. A investigação sociológica deverá fundar-se essencialmente na observação empírica dos fenômenos sociais, tomados enquanto coisas, cuja frequência determina seu caráter normal ou patológico. Com isso, se descarta a revolução, que passa à categoria de doença social.

Posteriormente, sob a influência de Darwin, Herbert Spencer enfatizará na nova disciplina as noções de evolução e de seleção natural, que consagram a tese da sobrevivência dos

mais aptos, proporcionando à competição capitalista a justificação que ela requeria¹.

O pensamento social latino-americano

A sociologia assim constituída chega à América Latina na segunda metade do século XIX. Naquele momento esta havia promovido sua independência em relação às metrópoles ibéricas e se empenhava na formação de seus Estados nacionais. Sob a dominação colonial, a região não havia estado em condições de produzir idéias próprias, as importava da metrópole, seja absorvendo as que lhe aportavam os intelectuais que provinham de lá, seja enviando a seus homens cultos, seus letrados, para que se apropriassem delas. Isto não muda muito no primeiro século de vida independente.

De fato, inserindo-se progressivamente na divisão internacional do trabalho que a revolução industrial propiciara, as novas nações latino-americanas dedicar-se-ão a produzir bens primários – matérias-primas e alimentos – para a exportação, ao mesmo tempo que importam dos centros avançados as manufaturas que necessitam para seu consumo. A ciência e a tecnologia implícitas no processo de produção industrial ficavam fora de seu alcance, do mesmo modo que a filosofia e as ciências sociais que estudavam seus fundamentos e seus resultados.

Consumiam-se idéias como se consumiam tecidos, trilhos e locomotivas. Nas sociedades dependentes da América Latina, ser culto significava estar em dia com as novidades

1. Cf. meu ensaio “Razón y sin razón en la sociología marxista”, em Bagú, S. et al. *Teoría marxista de las clases sociales*, México, UAM-Iztapalapa, 1983, p. 7-22.

intelectuais que se produziam na Europa. A estatura de nossos pensadores se media por sua erudição em relação às correntes européias de pensamento e à elegância com que aplicavam as idéias importadas para a nossa realidade.

Esse pensamento imitativo e reflexo² derivava das condições materiais em que se reproduziam nossas sociedades, mas se ajustava perfeitamente às necessidades de nossas classes dominantes. Foi assim que abraçaram o liberalismo, dado que este lhes proporcionava a justificação adequada ao ciclo de reprodução do capital que constituía a base de sua própria reprodução como classe: constituídas por latifundiários e comerciantes, essas oligarquias encontravam no intercâmbio de matérias-primas por manufaturas sua razão de ser econômica. Daí a admitir o caráter necessário da forma que assumia então a divisão internacional do trabalho e a proclamar como natural a vocação agrária de nossos países não haveria senão um passo.

No plano político, no entanto, o liberalismo se adaptava mal ao caráter da organização nacional. Essencialmente oligárquico, o sistema de dominação excluía a maior parte da população; paralelamente, expressando a dominação de oligarquias mais poderosas sobre as demais, se cristalizava em um Estado altamente centralizado. Da Argentina ao México, o regime político, uma vez estabilizado, não diferia muito. O constitucionalismo político portaliano chileno nos anos trinta não era essencialmente distinto do Estado porfirista mexi-

2. O conceito de pensamento reflexo foi formulado por Guerreiro Ramos, e desenvolvido sobretudo em *A redução sociológica*, Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958. Em trabalho anterior, esse autor assinalava: "...a história das idéias e atitudes dos países colonizados reflete sempre os períodos pelos quais elas passam nos países colonizadores". *O processo da sociologia no Brasil* (Esquema para uma história das idéias), Rio de Janeiro, sem editor, 1953, p. 11.

cano do último quarto do século e ambos tinham muito em comum com a monarquia brasileira, apesar da base escravista em que esta se apoiava. O maior ou menor desenvolvimento econômico favoreceria, em um e outro lugar, certa diversificação social e introduziria graus variáveis de flexibilização na vida política, sem pôr em xeque seu caráter oligárquico.

No entanto, os intelectuais nativos não podiam deixar de observar as diferenças que esse tipo de organização social apresentava em relação às sociedades européias, assim como a estadunidense e de experimentar por isso certa angústia. Mas, intelectuais orgânicos da oligarquia, mais que entender, se preocuparão em justificar a ordem de coisas da qual eles também se beneficiavam. O positivismo, com suas noções de ciência, evolução e patologia social, assim como o enxerto racista que não tardou em receber, lhes proporcionou o instrumento que necessitavam.

De fato, esses países, com uma significativa população indígena ou negra, necessitariam atribuir à mestiçagem os males de seu atraso social, político e cultural, chegando a fazê-lo, às vezes, de maneira extremamente brutal. "Impuros ambos – dizia Bunge, referindo-se de forma igual a mestiços e mulatos –, ambos atavicamente anticristãos, são como as duas cabeças da hidra fabulosa que rodeia, apertada e estrangula, em sua espiral gigantesca, uma bela e pálida virgem, a Hispano-América!"³

O remédio proposto para fazer frente ao problema variava. Haverá os que, como Ingenieros, se apóiam num pragma-

3. Bunge, C.O., *Nuestra América. Ensayo de psicología social* (1903), citado por Stabb, M.S., *América Latina en busca de una identidad. Modelos del ensayo ideológico hispanoamericano, 1890-1960*, Caracas, Monte Avila, 1969, p. 28.

tismo cínico para afirmar: “Tudo o que se faça em prol das raças inferiores é anticientífico, no máximo se lhes protegerá para que se extingam agradavelmente, facilitando a adaptação provisória dos que por exceção possam fazê-lo”⁴. Outros, ainda que sem ocultar seu desprezo e até seu ódio pelos excluídos, se inclinam para a autoflagelação, carregando essa maldição, esse pecado original de pertencer a nações mestiças. Não surpreende que, na literatura da época, abundem títulos como *Manual de patologia política* (1899), do argentino Agustín Alvarez; *El continente enfermo* (1899), do venezuelano César Zumeta; *Enfermedades sociales* (1905), do argentino Manuel Ugarte e *Pueblo enfermo* (1909), do boliviano Alcides Arguedas.

Resposta menos desesperada é a que coloca a educação como instrumento capaz de resgatar a nação e aceder à cultura, como o fez Lastarria no Chile, Rodó no Uruguai – dando origem a uma corrente culturalista mais otimista em toda a região, o arielismo –, Justo Sierra e Antonio Caso no México. Ou a que vê na injeção de sangue branco, isto é, a imigração européia, a possibilidade de superação da inferioridade congênita de nossas nações. Esta tese, que encontramos já a meados do século em Alberdi ou em Sarmiento⁵, desaguará na exaltação da mestiçagem, expressando-se em versões que de direita, como a do brasileiro Raimundo Nina Rodrigues e sua tese relativa ao “branqueamento”, seja a de esquerda,

4. Ingenieros, J., “Crônicas de viaje” (1919), cit. por Stabb, *op. cit.*, p. 50.

5. Assim, em Argirópolis, Sarmiento afirmava: “A emigração do excesso de população de umas nações velhas para as novas tem o defeito do vapor aplicado à indústria” centuplicar as forças e produzir em um dia o trabalho de um século. Assim se engrandeceram e povoaram os Estados Unidos, assim como temos de engrandecermos nós...”, acrescentando: “O norte-americano é... o anglo-saxão isento de toda mescla com raças inferiores em energia”. Cit. por Zea, L., *El pensamiento latinoamericano*, Barcelona, Ariel, 1976 (1ª ed., 1965), p. 146-148.

como a do mexicano José Vasconcelos e seu conceito de “raça cósmica”.

São contados, no entanto, os autores que tratam de descobrir na própria população qualidades e recursos merecedores de admiração e precursores de um futuro melhor para nossos países. É, por exemplo, o caso de Manuel González Prada, que rechaça energeticamente a noção de “raça inferior” aplicada ao índio peruano, destacando suas potencialidades (linha que retomará sobretudo Mariátegui). É também o de Euclides da Cunha, na virada do século, que parte da análise das condições geofísicas hostis do Sertão para destacar a notável capacidade de adaptação de seus habitantes, isto é, os mestiços e mulatos tão desprezados por Bunge: “o sertanejo é antes de tudo um forte”.

Menos ainda serão os pensadores que descartam, de partida, à ideologia racista na reflexão sobre seus países. Assim, Alberto Torres, em seu livro *O problema nacional* (1914), buscará a explicação das especificidades brasileiras na história, nas estruturas políticas e na cultura nacional, em lugar do sangue ou da cor da pele. E José Martí, com o idealismo e a inteireza que o caracterizam, afirmará, diretamente: “Não há raças: há apenas modificações do homem”⁶.

A institucionalização da sociologia

Os anos 20 implicam, para a América Latina, em mudanças em todos os planos da vida social. Inseridos no contexto da prolongada crise capitalista, que desorganiza o mercado mundial baseado na divisão simples do trabalho e que acaba-

6. Martí, J. “La verdad sobre Estados Unidos”, citado por Stabb, *op. cit.*, p. 53.

rá por levar à guerra de 1939-1945, abriram-se em nossos países espaços para que se inicie um processo de industrialização, cuja contrapartida é a criação do mercado interno, que afeta a diferenciação de classes e a tomada de consciência por estas de seus interesses. Os movimentos de classe média e da classe operária imporão novas alianças sociopolíticas, radicalizando as contradições entre a oligarquia agrário-comercial e a burguesia industrial e levando, na maioria dos casos, a novos tipos de Estado, baseados no nacionalismo e em pactos sociais menos excludentes⁷.

Paralelamente, se intensificam as relações comerciais e políticas entre os países da região, suporte necessário para um conceito autônomo de latino-americanismo. Até aquele momento, a idéia de América Latina se havia esboçado desde a Europa, como simplificação adequada para um esquematismo ignorante, tanto por parte dos setores dirigentes como da esquerda. Não é acidental que a Internacional Comunista, ao se colocar a questão colonial, eludirá o estudo particular de nossos países e preferirá abordá-los como integrantes do que chama de “a China do extremo ocidente”. Em outra perspectiva, a concepção do subcontinente com uma verdadeira região se formulará, desde Washington, no marco de uma política expansionista, inspirada em doutrinas como o pangermanismo ou o pan-eslavismo, em voga naquele momento⁸.

Mas isto mudará. Valendo-se em boa medida do marxismo, ainda que não apenas dele, os intelectuais latino-americanos

7. A Revolução Mexicana de 1910 representa uma exceção, pela importância que tem ali o campesinato, não pela participação das classes médias. Seus frutos se verão, de fato, nas duas décadas seguintes.

8. Cf. o capítulo IV do meu livro *América Latina: democracia e integración*, Caracas, Nueva Sociedad, 1993.

tratarão de estabelecer em bases firmes uma tradição original e independente na teorização sobre a região. Rapidamente se partirá para a institucionalização das ciências sociais, em particular da sociologia e da economia. Em relação à primeira, isso corresponde à emancipação da disciplina, até então inserida em cátedras incluídas nos cursos de filosofia e de direito. O primeiro passo é dado no Brasil, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933. Por volta de 1950, esse processo se estende à maioria dos países da região, superando definitivamente a fase que Germani chama de “pensamento pré-sociológico”⁹.

A partir daquele momento começam a ser produzidos trabalhos de alta qualidade teórica e metodológica – de autores como, entre tantos outros, Florestan Fernandes, Gino Germani, Alberto Guerreiro Ramos, Pablo González Casanova – que marcam a maturidade de nossa teoria social. Paralelamente, na economia, se registram as notáveis contribuições que farão os pensadores da CEPAL e, em seguida, com caráter mais interdisciplinar, os da teoria da dependência.

A difícil gestação de uma ciência social crítica, centrada na problemática de nossas estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas, havia finalmente concluído. A partir dali, a produção teórica latino-americana impressionará, por sua riqueza e originalidade, aos grandes centros produtores de cultura, na Europa e nos Estados Unidos, revertendo o sentido do fluxo das idéias que havia prevalecido no passado. Novas e ricas correntes de pensamento surgirão em seguida sobre solo fertilizado, abrindo amplas perspectivas para a compreensão integral de nossa realidade.

9. Germani, G., *La sociología latinoamericana. Problemas y perspectivas*, Buenos Aires, EUDEBA, 1964, p. 19s.

Problemas e perspectivas

Mais de meio século de desenvolvimento da sociologia criou na América Latina informação e metodologias de investigação que, somadas a uma considerável massa crítica, nos permitem falar de uma sociologia latino-americana. As jovens gerações contam hoje com um valioso instrumento para fazer frente aos problemas que a vida nos está colocando. A recuperação, atualização e aprofundamento desta tradição teórica as colocam em condições de interpretar este mundo novo e, mais do que isso, transformá-lo.

Mas nem tudo são flores. A sociologia, como disciplina científica, foi se especializando de maneira crescente, para dar lugar à sociologia política, do desenvolvimento, da cultura, do trabalho, da informação e muitas outras. Se esta especialização contribui para adequar e refinar o instrumental teórico-metodológico que se aplica ao objeto de estudo, implica também no perigo da perda de visão da sociedade como um todo e da estreita interconexão que caracteriza os fenômenos sociais. Faz-se por isso necessária uma sólida formação de base na disciplina, antes de passar a aprofundar-se nos ramos particulares que dela derivam.

Na mesma linha de raciocínio e no sentido inverso às razões que deram origem à sociologia, é necessário restabelecer seus vínculos com as demais ciências sociais, em particular com a economia e a ciência política. A formação dos jovens sociólogos deve necessariamente levar em conta que o que a sociedade apresenta são apenas dimensões de análise, cujo estudo admite até certo ponto a existência de ciências especiais, como é a sociologia, sem que isso implique perder de vista a necessidade de aspirar a uma ciência social total. O trabalho interdisciplinar atende, em certa medida, a essa exi-

gência, mas não ataca a raiz do problema. Impõe-se, na formação sociológica básica, recorrer à filosofia e à história para assegurar desde o começo essa visão totalizadora, antes de transitar pelo caminho da especialização.

Resta assinalar que o sociólogo, por seu próprio campo de trabalho, não pode deixar de assumir um compromisso com a sociedade: o de estudá-la para propor-lhe metas e instrumentos capazes de fazê-la melhor e mais feliz. Isso o leva a negar-se a ser um mero agente dos grupos que submetem as maiorias à exploração e à opressão, para assumir decididamente o partido dessas maiorias.

Fazer isso implica comprometer-se com um desenvolvimento econômico orientado a satisfazer as necessidades materiais e espirituais de nossos povos e à democracia, enquanto regime capaz de assegurar-lhes a realização plena de sua humanidade. A humanidade, dizia. Mas Scheler não é um ponto de partida, mas de chegada. Só o esforço solidário, a busca permanente de valores realmente sociais, susceptíveis de ser compartilhados por todos e a luta sem trégua contra a desigualdade e a injustiça nos permitirá finalmente alcançá-la.

A sociologia não poderia encontrar uma razão de ser mais válida nem os jovens que se dedicam a ela uma tarefa mais nobre.

Processo e tendências da globalização capitalista

“A mercadoria em si e para si está sobre qualquer barreira religiosa, política, nacional e lingüística. Seu idioma universal é o preço e sua comunidade, o dinheiro. Mas, à medida que se desenvolve a moeda universal em oposição à moeda nacional, o cosmopolitismo do possuidor de mercadorias se converte em crença, na razão prática contraposta aos preconceitos tradicionais da religião, da nação, etc., que obstruem o intercâmbio material entre os homens.”
(Marx, *O Capital*, I.)*

O processo mundial em que ingressamos a partir da década de 80 e que se convencionou chamar de *globalização* caracteriza-se pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização social, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país. Trata-se, sem dúvida, da transição para uma nova etapa histórica, cujos resultados apenas começam a ser vislumbrados e de um modo certamente insuficiente, com mais razão, dado que apenas

* Tradução livre do texto correspondente ao item III, letra c, do capítulo I do Livro I de *O Capital*, de Marx, K., *Oeuvres Economie*, Paris, NRF, Biblioteca de La Pléiade, t. I, p. 413, editado por Maximilien Rubel. Esta passagem não consta nas edições em castelhano feita pelo Fondo de Cultura Económica e Siglo XXI Editores.

começa, deixando ainda de fora a maioria da população da África, porções consideráveis da Ásia e inclusive parte da nossa América Latina. Mas, em seu movimento envolvente, estabeleceu já postos avançados em todo o planeta.

Um primeiro aspecto a destacar neste processo é a magnitude da população envolvida. Nos grandes momentos que a precederam – a formação dos grandes impérios baseados no “modo de produção asiático” e a era romana; a polarização ideológica e, em alguns casos, política, do mundo cristão em torno de uns poucos centros, na Idade Média; a expansão comercial e, em seguida, produtiva e financeira do capitalismo, a partir do século XVI, a que correspondeu a formação dos Estados modernos; a criação do campo socialista –, não se chegou, em nenhum caso, a superar o primeiro bilhão de pessoas, ficando-se freqüentemente muito abaixo disso. Hoje são quase seis bilhões de pessoas que começam a ver alteradas em um certo sentido suas condições materiais, sociais e espirituais de vida, o que constitui um fenômeno sem precedentes.

Um segundo aspecto a considerar é a aceleração do tempo histórico. Deixemos de lado o exemplo, conhecido de todos, do relativo imobilismo das sociedades antigas, determinadas essencialmente por seu caráter agrário e por uma divisão elementar do trabalho¹, e mesmo o já rápido desenvolvi-

1. “Aqueles antigas e pequenas comunidades índias, que em parte ainda subsistem, baseavam-se na posse coletiva do solo, numa combinação direta de agricultura e trabalho manual e numa divisão fixa do trabalho que, ao criar novas comunidades, servia totalmente como plano [...] A simplicidade dos organismos de produção destas comunidades que, bastando-se a si mesmas, reproduzem-se constantemente na mesma forma e que ao desaparecer fortuitamente voltam a se restaurar no mesmo lugar e com o mesmo nome, nos dá a chave para nos explicar o mistério da imutabilidade das sociedades asiáticas, que contrasta de um modo tão surpreendente com a constante dissolução e transformação dos estados da Ásia e com sua incessante mudança de dinastias. A estrutura dos elementos econômicos básicos da sociedade não chegam as tormentas mescladas na região das nuvens da política.” K. Marx, *O Capital*, México, FCE, vários editores, T. I, p. 290-92.

mento das sociedades burguesas, cujo protótipo, a Inglaterra, necessitou mais de um século para traduzir no plano político o que o capital havia começado a construir no século XVI e cerca de mais de três para deixar de ser uma economia agrária². Mencionemos apenas a difusão em grande escala da indústria manufatureira além dos grandes centros capitalistas existentes no começo deste século e a generalização do processo de urbanização, que começa na década de 1920, tendo a ex-URSS e os países da América Latina na vanguarda para chegar, em pouco mais de meio século, a converter a primeira em uma superpotência e a colocar aos países latino-americanos de maior desenvolvimento relativo nos primeiros escalões das economias industrializadas e urbanas do mundo.

Um terceiro aspecto reside na enorme capacidade de produção que está em jogo. Com efeito, a produção global de bens e de serviços, que em 1980 era de 15,5 bilhões de dólares (em dólares de 1990), chegou a 20 bilhões em 1990 (mais de dois terços concentrados nos sete países mais industrializados). Isto significou um incremento de 4,5 bilhões de dólares nos anos 80, soma superior ao valor total da produção mundial em 1950. Em outras palavras, o crescimento da produção em uma única década superou tudo o que se havia verificado até a metade do século XX³. Observemos que, entre os cem principais produtores, 47 eram corporações transnacionais⁴.

2. A revolução de 1640 dá o sinal de partida para a adequação da superestrutura jurídico-política à base socioeconômica que se vinha gerando, levando ao compromisso de 1688-89, quando fica definitivamente estabelecida a monarquia constitucional de corte burguês. A população urbana só supera a população rural em 1851, na Inglaterra; cf. E.J. Hobsbawm, *A era das revoluções*, 1789-1848, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, 4ª ed., p.27.

3. L.R. Brown, presidente da Worldwatch Institute, “A nova ordem mundial”, *Boletim de Conjuntura Internacional*, Brasília, Ministério da Economia, Fazenda e Planificação, 1992, p. 42-43.

4. Segundo a última relação decenal da *The Conference Board*, conhecido centro empresarial norte-americano de pesquisa, cf. *Comércio Exterior* (Rio de Janeiro), janeiro de 1992.

Finalmente, um quarto aspecto digno de menção consiste na profundidade e na rapidez que começam a apresentar essas transformações. Isso é devido, em uma ampla medida, ao grau crescente de urbanização que caracteriza as sociedades contemporâneas: a concentração demográfica acelera a transmissão de conhecimentos, uniformiza comportamentos, homogeneiza formas de pensar. Mas, sobretudo, é resultado da revolução que se está operando em matéria de comunicação, o que aumenta a velocidade de circulação de mercadorias, serviços, idéias e, *primus inter pares*, de dinheiro, com o que se compra tudo isso. O mercado financeiro único que está em vias de constituição e que funciona praticamente sem interrupção, mobilizando – só na categoria do chamado “capital errante” ou, mais precisamente, especulativo – 13 bilhões de dólares⁵, é um bom exemplo do alto grau de internacionalização do capitalismo contemporâneo.

Da difusão da indústria à globalização

Captar a especificidade da globalização exige conhecer as características das condições que a prepararam. A partir dos anos 50 o parque industrial em regiões como a América Latina foi ampliado e desdobrado em novos ramos produtivos (a automobilística, por exemplo), graças à importação de equipamentos, cujo ingresso se contabilizava em termos monetários, o que permitia flexibilizar os rígidos limites existentes na balança de pagamentos em relação à disponibilidade de divisas. O fenômeno obedecia a uma dupla determinação: por um lado, a velocidade da inovação tecnológica nos

5. Segundo cálculo feito em 1994 pelo BIS. Cf. *Exame* (Rio de Janeiro), 29 de março de 1995.

centros tornava rapidamente obsoletos equipamentos que não se encontravam ainda amortizados, tornando atraente sua transferência aos países mais atrasados, onde podiam seguir sendo utilizados; por outro, a proteção tarifária ou a imposição de cotas de importação com estes últimos – somada às facilidades criadas pelo Estado com o fim de atrair o capital estrangeiro (construção de infra-estrutura, cessão de terrenos, isenções de impostos, etc.) – proporcionava às empresas estrangeiras mercados cativos.

No entanto, isto terminou por criar novos problemas. Primeiro, a brusca introdução de inovações em parques industriais caracterizados por um parco desenvolvimento técnico levou a uma grande *heterogeneidade tecnológica*, particularmente nos setores a que se dirigiu o investimento estrangeiro: o de bens de consumo suntuários e o de bens de capital, agudizando as transferências internas de mais-valia através dos preços de produção e acelerando o grau de concentração da economia⁶. Segundo porque, passado o prazo de maturação dos investimentos, estas encontravam dificuldades para reinvestir seus lucros no mercado nacional, pela saturação relativa ao mesmo e se colocava então exportá-las às matrizes; surgiram assim novas pressões sobre as divisas disponíveis, o que levou à queda das taxas de crescimento na região e pôs na ordem do dia o lema da restrição à repatriação de lu-

6. A heterogeneidade tecnológica foi amplamente estudada na América Latina por vários autores. Seu impacto na acumulação de capital foi tratada por mim mesmo em pelo menos quatro ocasiões: “El desarrollo industrial dependiente y la crisis del sistema de dominación”, em *Marxismo y revolución*, Santiago de Chile, n. 1, julho-setembro de 1973, incorporado a meu livro *El reformismo y la contra-revolución. Estudios sobre Chile*, México, ERA, 1976; *Dialéctica de la dependencia*, México, ERA, 1973; “El ciclo del capital en la economía dependiente”, em U. Oswald (coord.), *Mercado y dependencia*, México, Nueva Imagem, 1979, e “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital”, em *Cuadernos Políticos*, México, n. 20, abril-junho de 1979.

ros e, em seguida, a da exportação de manufaturas. Foi nesse contexto que surgiram os organismos de integração regional, como a ALALC, o Pacto Andino e o Mercado Comum Centro-americano.

A configuração desequilibrada das economias latino-americanas, com marcada preponderância da indústria de bens suatuários e a restrição de seus mercados, determinada primariamente pela superexploração do trabalho e expressada em uma concentração crescente do ingresso, as empurrava de fato para a crise⁷, não deixando-lhes outra alternativa senão – paralelamente à tentativa de abrir novos campos ao investimento estrangeiro, o que reproduzia de maneira ampliada a contradição inicial – o esforço por conseguir mercados preferenciais, sem prejuízo de que se acusasse a tendência ao protecionismo comercial. Este, além disso, não era privativo da América Latina. A intensificação da competição internacional, na segunda metade dos anos sessenta, acentuou o protecionismo nos Estados Unidos e na Europa, especialmente em função do fantasma japonês. No mundo socialista a filosofia econômica dominante levava a soluções do mesmo tipo.

A circulação internacional de mercadorias e de capitais se via assim bloqueada, tomando como base um mercado mundial fragmentado. A contradição era flagrante, dada a pressão pela ampliação dos campos de investimento, resultante do aumento da quantidade da massa de dinheiro em mãos dos investidores e a tendência à expansão dos mercados, em virtude da alta dos salários (apesar do elevado grau

7. "A razão última de toda verdadeira crise é sempre a pobreza e a capacidade restrita de consumo das massas, com as quais contrasta a tendência da produção capitalista em desenvolver as forças produtivas como se não tivessem outro limite senão a capacidade absoluta de consumo da sociedade". Marx, *O Capital*, op. cit., III, p. 454.

de exploração do trabalho), induzido pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas⁸ e o conseqüente crescimento da demanda.

Em economia, as grandes mudanças são fruto de calamidades naturais ou sociais. A guerra, claro. As calamidades, também⁹. O capitalismo acrescentou uma que lhe é peculiar: as crises periódicas. Em qualquer de suas formas essas catástrofes provocam a centralização dos meios de trabalho, eliminando de passagem os menos eficientes e reduzem a força de trabalho mediante a destruição ou a expulsão das atividades produtivas, ao mesmo tempo que promovem o emprego mais intensivo e/ou extensivo da fração trabalhadora que permanece em atividade. Tende a aumentar, em conseqüência, a parte do ingresso que corresponde aos proprietários de meios de produção, o que em princípio favorece a elevação da taxa de investimento (ainda que também o consumo suatuário e a especulação), assim como a concentrar a produção

8. "O crescimento da força produtiva do trabalho, devido à crescente intensidade, mesmo quando aumentem os salários, não impede [...] que a renda dos capitalistas *auente constantemente*, no valor e na quantidade [...]. As classes e subclasses que não vivem diretamente do trabalho se multiplicam, vivem melhor que antes e, além disso, multiplica-se o número de operários improdutivos." I. Grossmann, *Ensayos sobre la teoría de las crisis. Dialéctica y metodología en "El Capital"*, México, Cuadernos de Pasado y Presente n. 79, 1979, p. 179, citando *História crítica das teorias da mais-valia*, de Marx. Cabe indicar aqui que não procede, neste caso, distinguir o aumento da produtividade e o da intensidade do trabalho, dado que, se o segundo depende até certo ponto do primeiro, o aumento da produtividade implica sempre no aumento da intensidade. A economia burguesa, ao correlacionar produtividade e produção, fazendo seus cálculos em termos de produto/horas trabalhadas, ao invés de levar em consideração a força de trabalho, é incapaz de distinguir entre as duas formas que determinam a capacidade produtiva do trabalhador.

9. A peste negra que irrompe na Europa em meados do século XIV, dizimando provavelmente um terço da população, favoreceu o desenvolvimento agrícola, debilitou as estruturas feudais, tornou mais prestigiosas as cidades, reforçou o Estado, contribuiu para a ascensão de uma classe média burguesa e promoveu o florescimento das artes, preparando o Renascimento. Sobre este último ponto, cf. as lúcidas considerações de G. DUBY em *A Europa na Idade Média*, São Paulo, Martins Fontes, 1988, p. 112s.

em grandes unidades econômicas, o que agudiza a competição e incentiva a introdução de inovações técnicas.

A crise capitalista que, como resultado da queda das taxas de lucro que começa a se verificar em meados dos anos 60, explodiu com violência depois da primeira alta dos preços do petróleo e responde já, nos países industrializados, por três recessões (1974-75, 1980-82 e 1990-94), não constitui uma exceção. O problema só pôde ser resolvido mediante a crise capitalista dos anos 70, em cujo marco se verifica uma onda de compras de fusões de ativos¹⁰, assim como de acordos tecnológicos¹¹, aos quais estamos assistindo ainda e que se completam com o surgimento de um novo mecanismo: a terceirização¹². Em outros termos, como é a norma em situações dessa natureza, a crise deu lugar a uma centralização selvagem, como a que se estão formando as massas de recursos requeridas para promover o desenvolvimento das novas tecnologias e melhorar assim as condições de competitividade.

10. Os valores correspondentes a fusões e aquisições de empresas, nos Estados Unidos, foram de 14 bilhões de dólares em 1974, 45 bilhões em 1980, 175 bilhões em 1985, 249 bilhões em 1988 e, de janeiro a agosto de 1995, 256 bilhões de dólares. Veja-se *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1995. Sobre o tema, cf. R. Ornelas, "Las empresas transnacionales como agentes de la dominación capitalista", em A.E. Ceceña e Andrés Barreda Marín (coords.), *Producción estratégica y hegemonía mundial*, México, Siglo XXI, 1995, em particular o quadro 15.

11. Sobre os acordos tecnológicos na indústria de computadores, cf. A.E. Ceceña, Letícia Palma e Edgar Amador, "La electroinformática: núcleo y vanguardia del desarrollo de las fuerzas productivas", especialmente o quadro 5 do Anexo, em Ceceña e Barreda, *op. cit.* Observemos que esse procedimento foi amplamente utilizado na indústria automobilística, a partir do final da década de 70.

12. A terceirização de atividades produtivas ou de serviços por parte de grandes empresas estabelece, como contrapartida, uma férrea disciplina em matéria de controle da produção e da tecnologia e, em geral, de todo o fluxo reprodutivo das unidades terceirizadas, que corresponde à centralização do *mando* em mãos dessas empresas, ainda que não necessariamente da propriedade. No entanto, esta última também pode se dar mediante participação acionária, principalmente quando a empresa terceirizada resulta de um desprendimento da empresa principal.

Isso explica por que, apesar de sua curva irregular, o retorno dos investimentos produtivos nesses países, no último terço da década de 70¹³, desatou uma formidável revolução tecnológica, particularmente nos ramos de microeletrônica e de informática, de telecomunicações, de biotecnologia e de novos materiais, assim como na produção de energia e na indústria aeroespacial. Isto implicou em mudanças substanciais nos níveis de emprego e de remuneração, assim como nos modos de organização e de gestão do capital e da força de trabalho.

Para uma nova divisão do trabalho

Particularmente notável é o fato de que, nas novas condições, o crescimento econômico deixou de corresponder à ampliação do emprego. É assim que depois de ostentar de modo estável taxas de desemprego equivalentes a 4% da força de trabalho até 1973, estas se elevam rapidamente nos 24

13. Durante o período 1970-1990, nas fases de recessão e de recuperação, a formação bruta de capital fixo apresentou a seguinte evolução nos sete países mais industrializados (crescimento médio anual, em porcentagem, segundo dados da OCDE, compilados pelo Departamento de Estatísticas e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Planejamento do Brasil, atual Secretaria de Planificação e Orçamento):

1970-73	64
1974-75	-6,0
1976-79	6,0
1980-83	-2,5
1983-90	5,1

Além da informação quantitativa, vale a pena ressaltar que o investimento fixo nesses países privilegiou o item de maquinaria e equipamento e que, neste item, em uma proporção de 3/4, os bens de alta tecnologia. Cf. meu livro *América Latina: democracia e integración*, Caracas, Nueva Sociedad, 1993, p. 34-35.

países mais industrializados e, segundo a OCDE, chegam a seu ponto máximo em 1983, 8%, afetando a 31 milhões de pessoas, apesar de que se havia superado já a recessão de começo dessa década; declinam gradualmente nos anos seguintes, mas o desempenho estava ainda próximo aos 6% em 1990, para retomar em seguida sua linha ascendente¹⁴.

Para impor esse padrão de desenvolvimento econômico que combina crescimento e desemprego foi necessário quebrar a resistência do movimento operário, dando lugar às batalhas memoráveis que se travaram no final dos anos 70 e começo dos 80 e das quais a mais dura foi aquela em que Margaret Thatcher enfrentou os mineiros ingleses, no começo do seu governo. Os confrontos se repetiram nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, na Itália, provocando, principalmente, junto com o aumento do desemprego, o debilitamento dos sindicatos. É dessa forma como entre 1970 e 1990 o índice de sindicalização da massa laboral se reduziu de 23 a 17% nos Estados Unidos, de 42 a 40% na Grã-Bretanha, de 22 a 10% na França e de 37 a 28% no Japão¹⁵.

14. Segundo o relatório elaborado pelo encarregado dos assuntos sociais da União Europeia, Padraig Lynn, o crescimento econômico que começa a se verificar depois da recessão dos primeiros quatro anos da década de 90 não foi suficiente para reduzir a taxa de desemprego. Esta afeta atualmente a 18 milhões de pessoas na União Europeia (EU), equivalente a 11% da população ativa. Pior ainda: apesar da recuperação registrada no primeiro semestre de 1995, o mercado de trabalho se manteve estável, não tendo sido sequer capaz de recriar os 6 milhões de postos perdidos entre 1991 e 1994 e menos ainda de absorver parte importante da mão-de-obra que entrou nesse mercado; em consequência disso, a taxa é mais elevada, cerca de 15%, entre a população de até 25 anos. Nos Estados Unidos a taxa de desemprego atual é de 6,6% e no Japão, onde as relações laborais são peculiares, de 3%.

15. Dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) de São Paulo. Em relação aos Estados Unidos, a informação oficial para 1989 indica que os 17% se reduziriam a 13,4% se se excluam os empregados governamentais. Cf. R.B. Reich, *The Work of Nations*, Nova York, Vintage Books, 1992, p. 212.

Nessas circunstâncias, os trabalhadores não puderam resistir às pressões patronais e tiveram que fazer concessão atrás de concessão¹⁶. As empresas recorreram em grande escala à *terceirização de seu pessoal*, que implica na demissão de trabalhadores e sua posterior recontração através de pequenas empresas prestadoras de serviços, o que as exime de gastos com contribuições sociais¹⁷. Paralelamente, adotaram medidas inseridas na chamada *flexibilização*, procedimento que obriga o operário, em troca da estabilidade no emprego, a aceitar modificações que afetam desde o posto de trabalho e o salário até a jornada laboral, em sua duração e intensidade¹⁸. Finalmente, acentuaram a diferenciação existente nos

16. No segundo Simpósio sobre o Futuro do Sindicalismo, que se realizou em agosto de 1992 em São Paulo, promovido pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), o chefe do Departamento Internacional do TUC Britânico, que conta com 7,7 milhões de membros, admitiu que essa organização havia perdido força depois da ascensão de Mrs. Thatcher ao governo e declarou: "Passamos da luta de classes à parceria no trabalho". Por sua vez, Robbie Gilbert, diretor da Confederation of British Industry, a organização patronal inglesa, precisou que, contra a média de 3.000 conflitos laborais registrados nos anos setenta, só houve 500 em 1991. E Bruno Rossi, do Departamento Internacional da CGIL, a maior e mais importante das três centrais sindicais italianas, com 5 milhões de filiados, confirmou: "A parceria não somente é possível, como necessária para ambas as partes". Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1992.

17. Trata-se de um procedimento tão velho quanto o capital. Assim, ao estudar o salário sem regulamentação, Marx observa: "...este regime de salários constitui a base [...] de todo um sistema hierarquicamente graduado de exploração e de opressão. [...] a falta de regulamentação facilita a intervenção de *parasitas* entre o capitalista e o operário, com o regime de *subarrendamento do trabalho* (*subletting of labour*). O lucro dos intermediários se nutre exclusivamente da *diferença* entre o preço do trabalho pago pelo capitalista e a *parte* que vai parar nas mãos do operário". *Op. cit.*, p. 464.

18. Um bom exemplo neste sentido foi dado pela empresa automobilística britânica Rover, em 1992, ao estabelecer um acordo com seu sindicato. Pelo acordo, os trabalhadores se tornaram estáveis, mas, no caso de supressão do cargo por razões técnicas, os afetados passam por um período de treinamento e são deslocados para outra função ou, se preferem, se aposentam. Como contrapartida e mediante prévia discussão, os operários se comprometem a elevar a produtividade, graças a medidas apoiadas em grande mobilidade e flexibilidade nas funções da linha de produção e a participar em equipes em todos os níveis destinados a estabelecer mecanismos tendentes a esse fim. Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1992. Para ampliar a análise das questões relativas à flexibilização do trabalho, veja-se A. Sotelo Valencia, *México: dependencia y modernización*, México, El Caballito, 1993.

mercados de mão-de-obra, interpondo uma distância crescente entre o trabalhador e o processo material de produção, contribuindo para aumentar a hierarquização existente entre eles de acordo com o grau de sua qualificação, tanto do ponto de vista do emprego como da remuneração¹⁹.

Estes fatos, em primeira instância, são atribuíveis em boa medida às próprias mudanças tecnológicas, que fazem com que seja cada vez mais forte a incidência do conhecimento no processo de produção. Como observa Reich, em 1984 80% do custo de um computador correspondia a seu *hardware*, isto é, a própria máquina e 20% ao *software*, o sistema operacional e os programas que se utilizam nele; em 1990 essa proporção se havia invertido. É o que leva a que apenas 10% do preço de custo da IBM esteja referido ao processo físico de produção do equipamento²⁰. Esta constatação leva esse autor a duas conclusões relevantes.

A primeira é que o processo de difusão mundial da indústria manufatureira é incontível e irreversível, abrindo amplo campo para o deslocamento da produção manufatureira para os países que apresentam taxas salariais inferiores em vista de maiores lucros, o que representaria uma das causas determinantes para a redução da oferta de trabalho nos Esta-

19. Nos Estados Unidos cerca de 80% dos novos empregos criados na década de 80 corresponde à categoria de serviços. Cf. Reich, *op. cit.*, p. 86. Mas a diferenciação não opera só separando operários e pessoal de maior qualificação, mas o faz também no interior deste grupo: segundo a Instituto de Política Econômica dos Estados Unidos, entre 1979 e 1989 os trabalhadores norte-americanos de serviços experimentaram uma perda salarial de 3,1%, que chegou a ser de 26,5% para os recém graduados; em contrapartida, a remuneração dos altos executivos das grandes empresas aumentou 19%. Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 e 19 de setembro de 1992.

20. Reich, *op. cit.*, p. 83s.

dos Unidos²¹. “As fábricas modernas e o ‘estado da arte’ da maquinaria podem ser instaladas em quase todas partes do mundo. Os produtores de rotina (diretamente ligados à produção, RMM) dos Estados Unidos estão, pois, em competição direta com milhões de produtores de rotina de outras nações”²². Isto interessa não apenas aos operários, mas aos técnicos de nível médio e alto.

A segunda conclusão consiste na necessidade que hoje teriam os Estados Unidos de dedicar o melhor de seu esforço à educação, desde o nível pré-escolar até o superior, a fim de compensar essa redução da oferta interna de emprego mediante a transformação em grande escala do pessoal existente em quadros altamente qualificados, que o autor chama de “analistas simbólicos” (*symbolic analysts*). “Em princípio – afirma – todos os operários que são produtores de rotina podem tornar-se analistas simbólicos e deixarem que seus antigos empregos se transfiram para as nações em desenvolvimento”²³.

Isto nos coloca frente ao projeto de uma nova divisão internacional do trabalho, que operaria *ao nível da própria força de trabalho* e não, como antes, através da posição ocupada no mercado mundial pela economia nacional onde o trabalhador atua. Tratar-se-ia agora da participação do trabalhador num verdadeiro exército industrial globalizado em processo de constituição, em função do grau de educação, cultura e qualificação produtiva de cada um.

21. Esta tese foi o argumento central dos setores econômicos e políticos que se opuseram à inclusão do México no Tratado de Livre Comércio. Cf. R. Perot e Pat Choate, *Save Our Job, Save Our Country*, Nova York, Hyperion, 1993; há tradução em castelhano.

22. *Op. cit.*, p. 209.

23. *Idem*, p. 247.

Uma análise mais detalhada nos mostra, no entanto, que os países desenvolvidos conservam dois trunfos na mão. O primeiro é sua imensa superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, que é o que torna possível a inovação técnica. Temos ali um verdadeiro *monopólio tecnológico*, que agrava a condição dependente dos demais países. O segundo é o *controle que exercem na transferência de atividades industriais* sobre países mais atrasados, tanto por sua capacidade tecnológica como de investimento, que atua de duas maneiras: uma, transferindo prioritariamente a estes últimos indústrias menos intensivas em conhecimento; outra, dispersando entre diferentes nações as etapas da produção de mercadorias, de maneira que impeça o surgimento de economias nacionalmente integradas.

Estas duas faculdades, que são privilégio dos centros desenvolvidos, incidem, como sempre fizeram, na divisão internacional do trabalho a nível da produção. É por este meios que se cobrem as necessidades que, em relação com os insu- mos, tornam-se crescentes nos países centrais, à medida que aumenta a produtividade do trabalho. Um dos seus resultados visíveis é o regresso de países (claro que sob métodos de gestão plenamente capitalistas, à diferença do que acontecia antes) à forma simples de divisão internacional do trabalho que privava no século XIX e que implicava no troca de bens primários por bens manufaturados. Na América Latina o caso mais evidente é o do Chile, cujas exportações consistem basicamente em cobre e outros minerais, frutos do mar, farinha de peixe, madeira e celulose, enquanto as importações suprem boa parte das necessidades do país quanto a bens de capital e de consumo, em particular os suntuários²⁴. Mas está

24. Sobre as mudanças no Chile depois de 1975, ver, de P.L. Olave Castillo, *El proyecto neoliberal: el caso de Chile*, UNAM-PCPyS, 1995, tese de mestrado, mimeo.

longe de ser o único exemplo. O próprio Brasil, o país de maior desenvolvimento industrial da região, começa a apresentar tendências que se constituem em motivo de preocupação para empresários e economistas²⁵.

Desta maneira a economia globalizada, que estamos vendo emergir neste final de século e que corresponde a uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo mundial, coloca na mesa o tema de uma nova divisão internacional do trabalho que, *mutatis mutandis*, tende a restabelecer, em um plano superior, formas de dependência que acreditávamos desaparecidas com o século XIX. Mais ainda, ela tem impacto, como vimos, com a própria força de trabalho, ao produzir desníveis crescentes em matéria de saber e de capacitação técnica.

Os países dependentes já não têm acesso a conhecimentos tecnológicos concebidos sobre uma base relativamente estável, como devem fazer frente ao acelerado desenvolvimento de tecnologias de ponta que demandam massas consideráveis de conhecimento e de investimento, para que se possa encurtar a distância que têm em relação aos centros avançados. A isso se acrescenta o gasto que requer a educação, em que nosso atraso se torna maiúsculo. Tudo isso agrava as relações de dependência e ameaça reproduzir em escala planetária a divisão do trabalho que criou no passado a grande in-

25. As exportações realizadas pelo Brasil entre janeiro e julho de 1995, comparadas com as que tiveram lugar em igual período do ano anterior, produzem um crescimento de 6,8%. O ramo relativo a bens primários aumentou em 5,7% e continua correspondendo a cerca de um quarto do total. Em relação aos produtos industrializados, que registraram 6,2% de crescimento, mantendo sua proporção de três quartas partes do total, observa-se uma evolução diferenciada: enquanto os semimanufaturados (alumínio bruto, semimanufaturas de ferro e de aço, celulose, etc.) aumentam 30%, passando de 15,2 a 18,4% do total, os manufaturados se mostram estagnados, com o que sua participação na pauta baixa de 58,5 a 54,7%. Cf. CEPAL, *Panorama econômico da América Latina 1995*, Nações Unidas, Santiago do Chile, quadro 8, p. 32.

dústria, ainda que agora se exija dos novos peões ou “operários de rotina” graus de qualificação muito superiores aos vigentes no século XIX. É inevitável assim que, como é a norma na economia dependente, as mudanças que passa o capitalismo engendram entre nós contradições muito mais agudas.

Como conseqüência, as políticas públicas referidas a estas questões passam a assumir caráter prioritário, tanto no âmbito nacional como no marco das instâncias supranacionais em formação, ao mesmo tempo que colocam a exigência de políticas econômicas capazes de assegurar a criação e/ou o desenvolvimento de atividades que impliquem cada vez mais a aplicação do saber à produção de bens e de serviços. Em outras palavras, a economia se converte em um problema a ser resolvido eminentemente no plano da política. Voltaremos mais adiante a esta questão. Por agora, nos interessa entender melhor o que é esta fase de globalização da economia capitalista e como operam nela os fatores que determinam a lógica do sistema.

A lei do valor numa economia globalizada

A revolução tecnológica ocorrida nos centros, as mudanças verificadas ali na estrutura produtiva e social, e o novo impulso que ganhou a difusão mundial da indústria apontam para uma reestruturação radical das relações econômicas internacionais. No curso dos anos 80 se assistiu a um conjunto de modificações no comércio mundial, começando por sua expansão que, segundo a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, apresentou taxas anuais de crescimento da ordem de 4%, produzindo na década um aumento global de 50%.

Uma parte cada vez mais significativa dessa expansão se deve ao comércio intrafirmas. Isso é o que permitiu a empresas como a Compaq Computers de Houston, que havia co-

meçado a operar em 1983, conseguir em 1990 rendimento de 3 bilhões de dólares, comprando fora da empresa a maior parte de seus componentes: microcomputadores do tipo da Intel, sistemas operacionais de empresas como a Microsoft, telas de cristal líquido do tipo da Citizen; e a Apple II produzir computadores por um custo de 500 dólares, dos quais 350 dólares corresponderam a compras externas. O fenômeno se torna ainda mais importante se forem incluídas as transações com empresas terceirizadas: em 1990 a Chrysler Corporation produziu diretamente só 30% do valor de seus veículos, a Ford cerca de 50% e a General Motors adquiriu a metade de seus serviços de desenho e engenharia de 800 companhias diferentes²⁶.

Isto só é possível na medida em que a moderna tecnologia imprime um alto grau de estandardização à produção de peças e componentes, o que supõe a difusão em grande escala de equipamentos e de métodos de produção, assim como o seu de insumos de qualidade comparável. Em outros termos, a produção mundial se caracteriza hoje por uma crescente *homogeneização* em matéria de capital constante fixo e circulante. Esta é sua marca distintiva em relação ao processo de internacionalização do capital industrial que se verificou depois do pós-guerra e se estendeu até a década de 70.

Uma vez posto em marcha, esse processo colocou a supressão das barreiras que fragmentavam o mercado mundial e colocavam obstáculos ao fluxo da reprodução de capital. Abriu-se, assim, uma nova fase na produção e circulação de mercadorias, caracterizada pela tendência ao pleno restabelecimento da lei do valor. Com efeito, um mercado mundial rigidamente compartimentado em mercados nacionais, sujeitos em maior ou menor grau à vontade de cada Estado, afetava consideravelmente o funcionamento desta. Autores como

26. Reich, *op. cit.*, p. 85-86.

os cepalinos, percebendo que, a nível internacional, apresentavam-se peculiaridades que propiciavam formas de intercâmbio – que depois se chamou de *desigual* –, tomaram a nuvem por Juno e as atribuíram à relativa imobilidade da força de trabalho²⁷. O desenvolvimento econômico no pós-guerra, que acelerou notavelmente a circulação internacional da mão-de-obra²⁸, ao mesmo tempo que agravava as distorções de preços no plano mundial, seria suficiente para descartar essa ilusão.

Na realidade, a razão para que isso seja assim é outra. No plano do capital social (em um país ou em um setor de produção internacionalizada), ao grau de produtividade do trabalho corresponde uma intensidade *média* (o ritmo de trabalho que chega a ter a média dos operários, em função daquele grau de produtividade). Como, a nível da mercadoria, o que esta pode indicar é tão-somente o *tempo médio* que demandou sua produção, é a partir desse tempo médio que será fixado seu preço relativo. Pois bem, quando se comparam mercadorias para fixar seu preço relativo, se está de fato comparando objetos que demandam diferentes *tempos de trabalho* para serem produzidos, independentemente de que essa comparação se exerça no âmbito nacional ou mundial. O valor estabelecido e, em princípio, o preço em que se expressa correspondem ao tempo de trabalho *socialmente necessário* para produzir as mercadorias, que resulta da *produtividade média e da intensidade média* do trabalho. Apesar de se tratar de procedimentos intrinsecamente diferentes, ambos permi-

27. Em particular, Prebisch. O argumento foi retomado por J. Serra e F.H. Cardoso, "Las aventuras de la dialéctica de la dependencia", em *Revista Mexicana de Sociología*, México, Número Especial, 1978, e criticado por mim em "Las razones del neodesarrollismo", publicado no mesmo número dessa revista. Na realidade, nesse plano do raciocínio, a questão principal não se refere tanto à lei do valor mas à formação dos preços de produção.

28. Veja-se sobre o tema, de A.E. Ceceña e Ana Alicia Peña, "Em torno al estatuto de la fuerza de trabajo en la reproducción hegemónica del capital", em Ceceña e Barreda, *op. cit.*

tem produzir em um mesmo tempo uma massa maior de valores de uso, que o capitalista se encarregará de converter em mercadorias. Vejamos em que consiste essa diferença.

O trabalho mais produtivo é aquele que, sobre uma *base técnica superior*, permite ao operário, sem maior esforço, produzir mais mercadorias no mesmo período de tempo, o que implica em princípio numa *redução* do valor das mesmas²⁹; no entanto, enquanto essa superioridade técnica não se generaliza, seu valor individual seguirá sendo fixado de acordo com seu valor social (em função das *condições médias de produção do ramo*) e, portanto, acima de seu valor real. O trabalho mais intensivo, em compensação, ainda que leve também o operário a produzir no mesmo tempo uma quantidade maior de mercadorias, resulta não de um adiantamento técnico, porém de mais *esforço*, o que provoca um *desgaste* superior da força de trabalho; seu efeito é, então, similar ao do aumento da jornada de trabalho e, como esta, implica na produção de uma massa maior de valor; somente se o novo grau de intensidade se generaliza ao ramo, o valor das mercadorias assim produzidas se converterá em valor social, isto é, se determinará em função da nova intensidade média desse ramo. Em ambos os casos, então, o capitalista individual que eleve unilateralmente sua base técnica e/ou a intensidade

29. São muitos os autores para os quais esse aumento de mercadorias com a redução concomitante de seu valor individual causa problemas de compreensão. Veja, por exemplo, o artigo de Serra e Cardoso, e a crítica que eu lhe fiz em "Las razones...", assim como minha discussão com Maria da Conceição Tavares em "Plusvalía extraordinária y ...". Toda a questão reside em entender que o *valor das mercadorias é determinado pela quantidade delas que se produz em uma jornada de trabalho, sobre a base do tempo de trabalho socialmente necessário* para sua produção. Em consequência, se a jornada permanece igual e se reduz esse tempo de trabalho, incrementando-se, em consequência, a massa de mercadorias produzidas, essa massa representará *mais valores de uso*, mas uma *quantidade idêntica de valor*. Claro que isto vale para um ramo, não para o capitalista individual, dado que partimos do tempo de trabalho *socialmente necessário*.

do trabalho de seus operários se tornará credor de *uma mais-valia e um lucro extraordinário*³⁰.

Numa *economia nacional* a competição atua em geral (dado o grau médio de qualificação do operário e do acesso mais fácil dos capitalistas à nova tecnologia ou ao aumento da intensidade) no sentido de *nivelar* o tempo médio de produção e fixar o preço relativo da mercadoria a partir dele, com o que o *lucro extraordinário tende a ser um fenômeno transitório*. Mas não acontece a mesma coisa no *mercado mundial* ou se dá de modo muito mais diferido, em virtude das dificuldades de informação existentes em relação aos processos produtivos e de transferência de tecnologias, além da diversidade que apresenta o grau de qualificação do operário. Isto é o que permite ao país que conta com maior capacidade produtiva fazer passar como idêntico ao valor médio mundial o valor dos bens que produz³¹.

30. É preciso não perder de vista que os modos de produção de mais-valia só afetam a *taxa geral de mais-valia* se incidem em bens que determinam o valor da força de trabalho. Cf. Marx, *O Capital*, *op. cit.*, I, p. 439. As implicações deste fato na tendência à fixação do lucro extraordinário e no sobredimensionamento do setor de produção de bens suntuários das economias dependentes foram analisadas por mim em "Plusvalia extraordinária y..."

31. Como em distintos países regem diferentes graus médios de intensidade do trabalho, isto afeta a aplicação da lei do valor às jornadas nacionais de trabalho. "A jornada mais intensiva de trabalho de uma nação se traduz em uma expressão monetária mais alta que a jornada menos intensiva de outro país". Marx, *op. cit.*, p. 439. "Expressão monetária mais alta" equivale aqui a um produto maior de valor, dado que, como observei antes, Marx está supondo que o valor do dinheiro foi alterado. Ver também *idem*, p. 469: "A intensidade média do trabalho muda de um país para outro; em uns é menor, em outros maior. Estas medidas nacionais formam, pois, uma escala, cuja unidade de medida é a unidade média do trabalho universal. Portanto, comparado com outro menos intensivo, o trabalho nacional *mais intensivo* produz durante o mesmo tempo mais valor, o que se expressa em mais dinheiro". Como vimos antes, a maior intensidade do trabalho supõe normalmente uma maior produtividade; ainda que esta afirmação pudesse ser matizada em função dos distintos graus de qualificação do trabalho existentes a nível internacional, teremos logo ocasião de ver que esse matiz deve ser muito relativizado.

Pois bem: a nova fase em que ingressou o mercado mundial, com a dissolução progressiva das fronteiras nacionais e o incremento da produção, orientada a cobrir mercados cada vez mais amplos, implica a intensificação da competição entre as grandes empresas e seu esforço permanente para conseguir lucros extraordinários em relação a seus concorrentes. Acentua-se, então, a utilização dos procedimentos que permitam obter esses lucros. Mas, ao mesmo tempo, surgem novos obstáculos.

Com efeito, se torna cada vez mais difícil às grandes empresas deter monopólios tecnológicos por longos períodos, dadas as características que vêm assumindo a gestão do capital no curso de sua reprodução. A própria necessidade imposta pela competição de recorrer a novas formas de redução de gastos de circulação (como o sistema *just-in-time*, que quer dispensar a formação de estoques) e de descentralização produtiva (como a terceirização), não implica só em graus superiores de centralização do capital, mas obriga à difusão da tecnologia, particularmente em relação aos métodos diretos de produção (ainda que não, evidentemente, a nível de sua concepção). A difusão tecnológica é indispensável à estandardização das mercadorias e, assim, à sua intercambiabilidade, com o que se tende, a longo prazo, a *homogeneizar os processos produtivos e a igualar a produtividade do trabalho* e, por conseguinte, sua *intensidade*. Paralelamente, o notável avanço conseguido em matéria de informação e de comunicações proporciona uma base muito mais firme que antes para conhecer as condições de produção e, assim, para estabelecer os preços relativos. O mercado mundial, pelo menos em seus setores produtivos mais integrados, caminha assim no sentido de nivelar de maneira cada vez mais efetiva

os valores e, tendencialmente, a suprimir as diferenças nacionais que afetam a vigência da lei do valor³².

A contrapartida desta situação é que aumenta a importância do trabalhador *enquanto fonte de lucros extraordinários*. Mesmo se naturalmente, sua qualificação e destreza variam de nação para nação, sua intensidade média se eleva à medida que se vale de tecnologia superior, sem que necessariamente isto se traduza em redução significativa das diferenças salariais nacionais³³. Entende-se assim que se venha acentuando a internacionalização dos processos produtivos e a difusão constante da indústria para outras nações, não já simplesmente para explorar vantagens criadas pelo protecionismo comercial, como no passado, mas sobretudo para fazer frente à agudização da competição a nível mundial. Neste movimento desempenha papel destacado, ainda que não exclusivo, a superexploração do trabalho.

Isto é assim porque – a exemplo do que aconteceu na Europa no final do século XVIII e começo do XIX – a introdução de novas tecnologias está implicando na extensão do de-

32. "Num estudo do Congresso dos EUA, realizado em junho de 1993, um experto em automóveis, Harlye Shaiken, comparou a produtividade e a qualidade de trabalho nas fábricas mexicanas com as dos Estados Unidos e do resto do mundo. Encontrou que os trabalhadores de uma fábrica de motores no México chegavam a 85% da produtividade dos EUA ao término de dois anos; 89% em oito anos e 97% em nove anos. [...] Ainda mais impressionante é que a qualidade do produto ultrapassa à dos EUA em quatro dos seis anos dos quais há dados. Em 1991 a qualidade na empresa mexicana excedia à das instalações dos EUA em 32%. O assombroso é que as fábricas de ambos os países contam com equipamento similar, mas a tecnologia desenvolvida nas instalações mexicanas é mais avançada". Perot e Choane, *op. cit.*, edição em castelhano.

33. Ao comparar a compensação horária dos trabalhadores norte-americanos e mexicanos, com base nos dados do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, Perot e Choane constatam que esta era de 9,87 dólares para os primeiros e de 2,18 dólares para os segundos, em 1980; de 14,91 e 1,64 dólares, em 1990; e de 16,17 e 2,35 dólares, respectivamente, em 1992. Cf. tabela *ibidem*, p. 55.

semprego, de maneira aberta ou disfarçada, enquanto se intensifica a exploração da força de trabalho que permanece em atividade. Com efeito, é típico do capitalismo privilegiar a massa de trabalho não pago, independentemente de seus portadores reais, isto é, dos trabalhadores que a proporcionam; sua tendência natural, então, é buscar a maximização dessa massa ao menor custo que possa representar. Para isso se vale tanto do aumento da jornada laboral e da intensificação do trabalho, como, de maneira mais direta, da diminuição dos salários sem respeitar o valor real da força de trabalho. Deste modo se generaliza a todo o sistema, inclusive aos centros avançados, o que era uma marca distintiva (ainda que não privativa) da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho. Sua conseqüência (que era sua causa) é a de fazer crescer a massa de trabalhadores excedente e agudizar sua pauperização, no momento mesmo em que o desenvolvimento das forças produtivas abre perspectivas ilimitadas de bem-estar material e espiritual para os povos.

Estamos, pois, chegando a um ponto em que, do mesmo modo que no século XIX, a questão central passa a ser a luta dos trabalhadores para impor limites à orgia a que se entrega o capital (para empregar uma expressão de Marx) e submeter a seu controle as novas condições sociais e técnicas em que podem desenvolver sua atividade de produção. Não se trata, naturalmente, de deter o aumento da produtividade do trabalho e nem sequer de seu corolário natural, o aumento da intensidade, mas de distribuir de maneira mais equitativa o esforço de produção, o que implica em reduzir a jornada de trabalho em uma proporção compatível com o avanço da capacidade produtiva geral. Mas, ainda que seja assim tão simples, isso implica colocar sobre bases radicalmente distintas o conteúdo e as formas do desenvolvimento econômico mundial.

Esta é a razão principal para que a solução aos problemas que enfrentam atualmente os povos de todo o mundo passe necessariamente pela luta de classes e, em particular, pela disposição que tenham para tomar em suas mãos as rédeas da política econômica, o que significa dizer: assumir a direção do Estado. A única resposta que comporta hoje a problemática da globalização é a posta em marcha de uma revolução democrática radical.

Considerações finais

A globalização corresponde a uma nova fase do capitalismo, em que, pelo desenvolvimento redobrado das forças produtivas e sua difusão gradual em escala planetária, o mercado mundial chega a sua maturidade, expressa na vigência cada vez mais acentuada da lei do valor. Neste contexto a ascensão do neoliberalismo não é um acidente, mas a alavanca por excelência de que se valem os grandes centros capitalistas para solapar as fronteiras nacionais a fim de liberar o caminho para a circulação de suas mercadorias e capitais. A experiência está mostrando, no entanto, que suas políticas, ainda que derivem de uma base ideológica comum, engendram resultados distintos em distintas regiões do planeta. Para se dar conta disso basta comparar o modelo adotado pelos países latino-americanos para assegurar sua inserção na economia globalizada – que imita a da ditadura pinochetista nos anos 70, já então batizada, Deus sabe por que, de “economia social de mercado” – com o que vêm adotando os países asiáticos.

Com efeito, e ainda deixando de lado a China – que não abandonou sua base econômica socialista, conta com grandes vantagens em termos de mercados, população e recursos naturais e conserva sob a direção do Estado seu processo de

inserção na economia globalizada –, os países capitalistas da Ásia se diferenciam dos nossos quanto ao papel que desempenha lá o Estado, a maneira como subordinam sua abertura ao exterior à proteção de sua economia e sua capacidade para formular políticas industriais de longo prazo, que os habilitam para ocupar de maneira ordenada novos espaços no mercado mundial. Este é, particularmente, o caso da Coreia do Sul, onde o Estado controla o sistema financeiro, intervém nas atividades produtivas diretas, promove de maneira racional a abertura externa, fixa metas para ramos e setores econômicos, cria incentivos ao desenvolvimento tecnológico e assegura a elevação dos salários reais.

A incompetência que estão demonstrando as classes dominantes latino-americanas e seus Estados para promover a defesa de nossas economias transfere para os trabalhadores a exigência de tomar a iniciativa. A ameaça de desindustrialização que se abate sobre a região, os atrasos que apresenta o sistema educacional e a insuficiência das políticas científicas e tecnológicas, somados à falta de políticas centradas no desenvolvimento econômico –, colocam a América Latina na ante-sala de uma situação caracterizada pela exclusão de amplos contingentes populacionais em relação às atividades produtivas, pela degradação do trabalho e pela deterioração dos padrões salariais e de consumo.

Os trabalhadores não poderão reverter essa situação se, depois de assegurarem sua unidade de classe, não se colocam firmemente no terreno da luta pela democratização do Estado, a fim de retirar das classes dominantes o controle da economia e, sobre a base de uma mobilização lúcida e perseverante, estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico compatível com a nova configuração do mercado mun-

dial. Só sua intervenção ativa na formulação e implementação das políticas públicas e a ampla utilização dos instrumentos da democracia direta, da participação popular e da vigilância cidadã podem proporcionar aos povos latino-americanos condições adequadas para ganhar um lugar ao sol no mundo do século XXI. É neste sentido que a questão econômica se tornou hoje, mais do que nunca, uma questão política ou, o que dá no mesmo, que a luta contra a dependência não pode se divorciar da luta pela democracia.

Cabe destacar, além disso, que a globalização é algo ainda em marcha. Em sua fase atual ela combina traços inerentes à internacionalização do capital com processos de *regionalização*, em cujo marco se pode avançar para a especialização produtiva de cada país de maneira consensual. Perfil-se assim a formação de grandes unidades econômicas, melhor equipadas para enfrentar a globalização, além de apresentarem a vantagem de – precisamente por apontar para a superação do velho Estado nacional – facilitar o resgate das especificidades étnicas e culturais, assim como das autonomias locais. É neste âmbito que se pode tornar mais fluido e eficaz o exercício da democracia.

À medida que avança o processo de globalização, é inevitável que se precise com mais nitidez os objetivos dos trabalhadores e se criem mecanismos que lhes permitam atuar de maneira ordenada no cenário que o próprio capital está desenhando, o do mercado mundial plenamente constituído. Mesmo na fase precedente, correspondente à internacionalização em grande escala, que preparou as condições para o que está em curso agora, já se registraram movimentos de solidariedade que, além de qualquer ideologia, refletiam interesses comuns entre os trabalhadores do

centro e os do mundo dependente³⁴. A constituição progressiva de um verdadeiro proletariado internacional, que é a contrapartida necessária da globalização capitalista, permitirá recolocar em novas bases a luta dos povos por formas de organização social superiores.

34. Desde os anos 70 se registram na América Latina movimentos de cooperação sindical no marco de empresas transnacionais, particularmente entre a matriz alemã e a filial brasileira da Volkswagen. No começo dos anos 80 sindicatos mexicanos e norte-americanos da indústria automobilística participaram de reuniões destinadas a estabelecer objetivos e estratégias comuns, o que se voltou a colocar por centrais sindicais de ambos os países, assim como do Canadá, depois de criado o Tratado de Livre Comércio da América do Norte. Depois da assinatura do acordo de integração entre a Argentina e o Brasil, em 1988, que levou à formação do Mercado Comum da América do Sul (Mercosul), começaram as reuniões anuais de centrais operárias nos dois países, às quais se somaram as do Uruguai e do Paraguai, assim como do Chile, com o fim de acompanhar as medidas adotadas. No entanto, ainda não se chegou a incluir representantes sindicais nas delegações encarregadas de concretizar acordos específicos no âmbito dos processos de integração, participando delas apenas funcionários governamentais, empresários e, no máximo, parlamentares.